ORGANIZAÇÃO
Carolina Leal Pires

II Seplev

Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual

anais online

ORGANIZAÇÃO
Carolina Leal Pires

memória, história, arquivo:
fronteiras e intersecções

Recife·UFPE
19 a 21.11.14

II Seplev

Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual

anais online

REALIZAÇÃO
Neplev
Núcleo de Pesquisa em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual

Seminário de Estudos em
Práticas de Linguagem
e Espaço Virtual

Anais Online do II Seplev (2014)
memória, história, arquivo: fronteiras e intersecções

ISSN: 2318-2237
Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual

Corpo Editorial:

Editores gerais
Evandra Grigoletto
Fabiele Stockmans De Nardi
Inara Ribeiro Gomes
Ricardo Postal

Editora executiva
Carolina Leal Pires

Conselho editorial
Evandra Grigoletto (UFPE)
Andrea Czarnobay Perrot (UFPEL)
Dilma Tavares Luciano (UFPE)
Inara Ribeiro Gomes (UFPE)
Juan Pablo Martín Rodrigues (UFPE)
Maria Cristina Damianovic (UFPE)
Silmara Dela Silva (UFF)
Fabiele Stockmans de Nardi (UFPE)
Cristiane Soares (Tufts University)
Helson Flávio da Silva Sobrinho (UFAL)
Joice Armani Galli (UFPE)
Ligia Karina Martins de Andrade (UFPB)
Ricardo Postal (UFPE)

Produção Editorial:

Organização, capa e diagramação
Carolina Leal Pires

Normatização e revisão textual
Os autores

2015 © Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação somente será permitida com a prévia autorização escrita do(s) autor(es). O conteúdo dos artigos que integram esta obra são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

SUMÁRIO

06 **Carolina Leal Pires**
APRESENTAÇÃO

07 **André Cavalcante**
#SOMOSTODOSGUARANIKAIOWÁ: Sujeito, identidade e resistência em torno da temática indígena

20 **Bianca Campello**
UMA TEOLOGIA SOCIAL: o mundo encarnado na figura alegórica *de A paixão segundo G.H.*

40 **Camila da Silva Lucena**
ENTRE O HEROI E O VILÃO: representações da mídia sobre Hugo Chávez

57 **Carlos Eduardo de Freitas Barbosa**
A (DES)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO-HERÓI PELOS VEÍCULOS MIDIÁTICOS: o caso Joaquim Barbosa e a sua ressignificação social

72 **Cidarley Grecco Fernandes Coelho**
LEITURA E TECNOLOGIA: os sentidos e a contradição na "consolidação" de políticas públicas

85 **Elaine Pereira Daróz**
O DISCURSO DO ALUNO SOBRE A LÍNGUA INGLESA E SEU ENSINO EM ESCOLAS REGULARES: um percurso teórico

101 **Ezequiel Bezerra Izaias de Macedo**
UMA VISÃO DA METALINGUAGEM SEGUNDO AUTHIER-REVUZ

112 **José Gomes Filho e Iracema Luiza de Souza**
A MEMÓRIA DISCURSIVA E EMERGÊNCIA DO KINISMO (CINISMO) SOBRE O DISCURSO DO MORADOR DE RUA: os efeitos de sentidos nos textos do Jornal "Aurora da Rua"

135 **Laís Virginia Alves Medeiros**
O GÊNERO LINGUÍSTICO NOS ESPAÇOS VIRTUAIS DE MILITÂNCIA FEMINISTA: uma análise de alianças e oposições

151 **Louise Medeiros Pereira**
CONTROLE-REGULAGEM DA FORMAÇÃO ÉTICA NOS PCN-TEMAS TRANVERSAIS

172 **Márcia Oliveira**
CONTEXTO PÓS-COLONIAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL EM DIONNE BRAND E CONCEIÇÃO EVARISTO

187 **Maria Luiza Vieira**
IDENTIDADES EM MOVIMENTO: TRAUMA E DIÁSPORA EM MEAN SPIRIT, DE LINDA HOGAN

201 **Paula Terra Nassr**
UMA LEITURA DO CONTO FÁBULA SEM MORAL DE JÚLIO CORTÁZAR PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

APRESENTAÇÃO

É com alegria que publicamos este segundo número dos Anais do Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual!

Tendo como tema “Memória, história, arquivo: fronteiras e intersecções”, o II Seplev propôs-se, consoante às investigações multidisciplinares desenvolvidas pelos pesquisadores do Neplev, discutir questões relacionadas às práticas de linguagem e do espaço virtual enquanto lugares de construção dos sentidos da memória, de sua perspectivização histórica e de seu registro, a partir de referenciais teóricos diversos.

Acolhendo essa proposta, em três dias de evento – realizado entre 19 e 21 de novembro de 2014 – cerca de 200 participantes se reuniram na UFPE, onde foram apresentados mais de 80 trabalhos distribuídos nos espaços de conferências, mesas redondas, sessões coordenadas e pôsteres. Tais trabalhos centraram-se na observação e reflexão dos processos de constituição, representação e circulação dos discursos, na sua relação com o arquivo e a memória, individual e coletiva, em diferentes campos da atividade linguageira, intelectual e cultural.

Aqui, nesses Anais Online, disponibilizamos uma pequena parte dessa produção científica com a publicação de treze artigos, proporcionando ao leitor uma amostra das discussões apresentadas no II Seplev. Outros trabalhos serão publicados em formato de e-book... Aguardem!

Por ora convidamos todos a essa rica e estimulante leitura, aproveitando para agradecer à CAPES, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE e à FACEPE pelo apoio ao evento.

Recife, 14 de novembro de 2015

Carolina Leal Pires

(Organizadora dos Anais Online)

#SOMOSTODOSGUARANIKAIOWÁ: Sujeito, identidade e resistência em torno da temática indígena

André Cavalcante[1]

1 PALAVRAS INICIAIS: DELIMITANDO AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO[2]

A relação entre indígenas e não-indígenas sempre foi conflitante, e olhando criticamente o passado é perceptível o quanto esses povos indígenas sofreram com a invasão do branco, catequese, escambo, violência, etc. Discutir sobre esses povos é refletir sobre a constituição da identidade brasileira e trazer à tona os sentidos que circulam sobre eles, que ainda, no senso comum, prevalece a imagem cristalizada e estereotipada sobre o que é ser índio[3], sendo vistos como preguiçosos, não-civilizados ou o "bom selvagem", ou seja, são tomados como sujeitos a-históricos.

Com esse apagamento e silenciamento dos indígenas como brasileiros, eles só reaparecem uma vez ou outra, nas grandes mídias, protestando, lutando pelos seus direitos, geralmente em disputa com ruralistas. Outro momento em que eles são lembrados, não de forma satisfatória, é no dia do índio, no qual se reforça estereótipos sobre ser índio. No decorrer das minhas pesquisas sobre a temática indígena, percebi que há, nas redes sociais, um espaço profícuo para discursividades em que esses sujeitos reaparecem, requerendo visibilidade e respeito a seus direitos. Além das funcionalidades tradicionais das redes sociais, reunir amigos que compartilham e curtem fotos, fazem comentários em publicações, divulgam eventos, etc, elas tornaram-se um lugar de movimentos políticos, cedendo espaço para a luta por ideais. Um exemplo recente disso foram os diversos

---

[1] Mestrando em Letras - UFPE/Neplev (**acbs.cavalcante@gmail.com**).

[2] Este trabalho é um recorte do meu projeto de iniciação científica **O Sujeito-Índio: Processos de identificação, sujeito de resistência e produção de discursos sobre a temática Guarani-Kaiowá**, com vigência de 2013 a 2014, financiado pelo CNPQ e orientado pela Profa. Dra. Evandra Grigoletto, docente da UFPE.

[3] Aqui faço a distinção entre as palavras índio e indígena. A primeira está vinculada a uma formação discursiva (FD) da colonização, de sentidos estereotipados sobre o povos indígenas e de superioridade dos brancos em detrimentos aos grupos indígenas brasileiros. A outra nominação está inscrita na FD indígena, representada por estes próprios povos, assim como os não-indígenas que estão filiados à luta deles. Na AD, a noção de FD é tomada como "o que pode e deve ser dito" em uma determinada conjuntura. Assim, as palavras "'mudam de sentido' ao passar de uma *formação discursiva* para outra." (PÊCHEUX, 2007, p. 26)

protestos, ocorridos em junho de 2013, em diferentes cidades do Brasil, por diferentes causas, como o aumento das passagens de ônibus, a luta contra a homofobia, entre outras, que iniciaram nas redes sociais e partiram para as ruas. Entre esses movimentos sociais também circulou na rede os protestos em favor da luta dos Guarani-Kaiowá entre 2012/2013, em que internautas não-índios/indígenas se uniram em favor da causa desses povos.

A circulação da temática desse povo nas redes sociais foi motivada pela carta de genocídio, assinada pelos Guarani-Kaiowá e endereçada ao Governo e Justiça do Brasil, a qual provocou a produção de inúmeros discursos sobre esse povo que se desdobraram posteriormente em outras questões. A referida carta foi escrita depois da Justiça Federal de Navirai-MS, em 29/09/12, ordenar que esses índios desocupassem o antigo território onde eles habitavam. A partir da divulgação da carta na internet, alguns usuários das redes sociais começaram a adotar como sobrenome "Guarani-kaiowá", a utilizar no twitter as hastags #SomosTodosGuaraniKaiowa e #SomosGuaraniKaiowa, além da criação de algumas páginas no *Facebook*, blogs e publicação de diversas reportagens e notícias sobre esse tema, informando a sociedade sobre o que estava acontecendo e exigindo alguma atitude.

A partir dessa carta, que envolve sentidos de terra como lugar sagrado do povo indígena e/ou como propriedade privada, buscamos analisar a resistência indígena à subordinação ao Estado e aos sentidos dominantes, e como ocorreram os momentos de des/contra/identificam dos não-indígenas com a temática indígena, a partir do enunciado "Somos todos Guarani-kaiowá".

Uma vez que os pontos fulcrais deste trabalho estão relacionado às noções de sujeito, sentido, identificação e língua, utilizarei a Análise do discurso (AD) de linha pecheuxtena afim de responder nossos questionamentos.

2 SUJEITOS, SENTIDO(S) E RESISTÊNCIA

Como dito anteriormente, o lugar teórico de onde falo é a AD, tal como concebida por Michel Pêcheux, e desenvolvida no brasil a partir de Eni Orlandi e outros teóricos. Ao propor uma nova maneira de leitura, Pêcheux propõe o discurso como

“efeitos de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1969 [2014]), materialidade em que há o encontro entre “a estrutura e o acontecimento” (PÊCHEUX, 1988). Portanto, as análises discursivas focam na não unicidade dos sentidos e por conseguinte dos sujeitos, uma vez que sujeito e sentido se constituem mutuamente. Com isso, a materialidade do discurso, a língua, não está desvinculada da sua exterioridade, as condições de produção e a ideologia.

Ao trazer sujeito e sentido para as reflexões sobre a linguagem, Pêcheux os articula através da ideologia, que produz a evidência do sujeito e do sentido. Tais evidências do sujeito e dos sentidos funcionam através dos esquecimentos que Pêcheux (1975 [2009]) propõe chamar esquecimento número 1 – que é a ilusão do sujeito de que ele é a origem do seu dizer - e esquecimento número 2 – que consiste na ilusão de que há uma relação direta entre pensamento/linguagem/mundo, e, dessa maneira, só podemos dizer algo com as palavras que utilizamos e não com outras diferentes. Já a ideologia não é associada à ocultação da realidade, já que é através dela que os indivíduos tornam-se sujeitos. Pela ideologia produzem-se sentidos, e há a ilusão de que os sentidos e os sujeitos são transparentes, porém eles têm sua materialidade e é função do analista de discurso mostrar que tanto os sentidos como os sujeitos não são unos. (Cf. ORLANDI, 2013, p. 35) Então, o sujeito da AD não percebe o seu assujeitamento, por pensar que é origem do seu dizer e que tem domínio/controle sobre este e o sentido que produz. Há, dessa maneira, uma relação entre o sujeito do inconsciente, de origem psicanalítica, e o sujeito ideológico, marxista, possibilitado pela língua, a materialidade do discurso.

Para a produção de sentidos é necessário inscrever o discurso em uma Formação Discursiva, se relacionando de três diferentes formas com um domínio de saber: Identificação, contra-identificação e desidentificação. (Pêcheux, 1975 [2009]). Essas formas de tomadas de posição foram tomadas, à princípio, como estanques, o que ocasionou algumas críticas, porém, em um exercício de autorreflexão, o próprio Pêcheux observou que estas formas dos sujeitos se (des)identificarem não ocorrem “perfeitamente”. Em *“Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês:*

início de uma retificação"[4], Pêcheux assume que algo não ia bem na articulação das três correntes teóricas *em Les Vérités de La Palice*, em que "se toca no impossível de uma "'forma-sujeito'" tomada na História como "processo sem Sujeito nem Fim(s)" (PÊCHEUX, 1978 [2009], p. 271).

A partir dessa impossibilidade de uma forma-sujeito homogênea que regularia todos os dizeres que poderiam fazer parte de uma FD, começa-se a trabalhar com a noção de várias posições-sujeito, visto que "levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*." (PÊCHEUX, op cit, p. 276) Portanto, o que falhou foi o apagamento dos traços do inconsciente nas tomadas de posição do sujeito. Assim,

> Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, "uma palavra por outra" é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...). (*Idem, ibidem*, p.278)

Essas falhas na interpelação são os espaços em que o sujeito pode resistir, o que é retomado no texto *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*, e exemplificado por Pêcheux com os seguintes movimentos do sujeito:

> não entender ou entender errado; não "escutar" as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases, tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 1982 [1990], p. 17)

As resistências, então, ocorrem na/pela língua, através das "quebras de rituais", pelo "questionamento de uma ordem", etc. (*op. cit*.) Portanto, nelas são necessárias duas coisas: "ousar se revoltar" e "ousar pensar por si mesmo" (PÊCHEUX, 1978 [2009], p.281) Assim, "a questão da resistência está, de um lado, vinculada à relação entre a forma-sujeito-histórica e a individuação pelo Estado; e, de outro, ao processo de identificação do sujeito individuado com a formação discursiva e sua vinculação ao interdiscurso" (ORLANDI, 2012, p. 230)

[4] Este texto está presente na edição brasileira de Les Vérités de La Palice, intitulada de Semântica e Discurso (1975 [2009]), constituindo o Anexo III.

Dessa maneira, ao lançarmos nosso olhar sobre os discursos do genocídio Guarani-Kaiowá, observamos que os indígenas assumem uma posição de resistência ao questionar a forma-sujeito-histórica de direito promovida pela individuação do Estado, se vinculando a outra formação discursiva e outros saberes presentes no interdiscurso. A individuação do Estado consiste em tornar o indivíduo responsável por suas ações, com direitos e deveres e, a partir dessa individuação é que o sujeito vai se identificar com uma FD ou outra. (*idem,* p. 228) O Estado, no que se refere aos indígenas,

> estabelece com o índio uma relação tal que não só as diferenças que se apagam: o próprio índio deixa de existir como índio. O modo como o Estado rege suas relações com a ciência, a religião e a política social, trabalha os sentidos dessas. A necessária relação com o Estado faz com que os discursos científico, religioso e político se apresentem sob a modalidade do discurso liberal: o que se funda na igualdade jurídica de direitos e deveres. No entanto, tratar o índio como igual é em si apagar a diferença que ele tem e que é o cerne de suas relações. A mera aplicação do discurso liberal já é um mecanismo de apagamento. Essa fala sustenta-se na relação de dominação do branco; é porque considera o índio como igual que pode desqualificá-lo, ou seja, esse discurso traz o índio para o interior das categorias de igualdade estabelecidas pelo branco, e pelas quais o índio passa a ser visto pelas qualidades que não são suas. (ORLANDI, 2008, p. 68).

Através da política de transformar todos os indivíduos em sujeitos do estado, com iguais direitos e deveres, o Estado apaga a identidade indígena, não observando as diferenças na constituição do sujeito-índio em favor do homem “branco”, porém é importante lembrar que a relação “branco” x índio/indígena é constitutiva da identidade desses povos, pois ela “se faz por um movimento (relação identidade/alteridade)” (*idem*, p. 191) e, além disso, ela se faz como um movimento na história. Isto é, tem historicidade, portanto o indígena/índio de hoje não é o mesmo de 1500, ano que marca a invasão dos Portugueses no Brasil. Invasão que remonta, como já dissemos, a uma história de apagamento da identidade de violência, seja pela catequização ou pela interdição de falar sua língua e praticar seus rituais. Porém, a identidade deles

> não se constitui só pela relação com o branco, de forma absoluta. Ele se relaciona com outros índios. As relações são múltiplas. Há sempre um lugar em que essa identidade se refaz. [...] do contato entre o índio e o branco-, há um jogo de diferenças étnicas que se mantêm, ainda que nas suas origens essas diferenças estejam afetadas pela desigualdade entre dominante e dominado. (ORLANDI, 2008, p. 255)

Assim, por estar numa relação de dominados e por necessitar lutar por seus direitos é que os sujeitos-indígenas assumem uma posição (discursiva) de resistência, de

revolta, indo, muitas vezes, de encontro ao sistema político vigente e produzindo outros sentidos antes interditados, como observaremos nas análises seguintes.

3 UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A TEMÁTICA GUARANI-KAIOWÁ NAS REDES SOCIAIS

Voltando ao objeto discursivo, reitero que esses discursos sobre essa etnia indígena tomou visibilidade a partir da ordem da justiça brasileira que decretou a expulsão dos Guarani-Kaiowá do território onde eles habitavam há muito tempo, esse grupo indígena assumiu uma posição de resistência ao escrever uma carta que pedia o seu genocídio coletivo. A partir dessa carta, não-indígenas começaram a se identificar com essa temática e a produzir diferentes discursos nas redes sociais, demonstrando também diferentes posições-sujeito em torno do enunciado “Somos Todos Guarani-Kaiowá”.

A seguir apresento algumas sequências discursivas mais representativas dos discursos relativos ao genocídio, tais como a carta de genocídio e seus desmembramentos nas redes sociais.

> **SD1 -** De fato, sabemos muito bem que no centro desse **nosso território antigo estão enterrados vários os nossos avôs e avós, bisavôs e bisavós, ali estão o cemitérios de todos nossos antepassados.** Cientes desse fato histórico, nós já vamos e **queremos ser morto e enterrado junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje,** por isso, **pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui**.

A SD1, excerto da carta de genocídio, é atravessada pelo pré-construído de que as terras devem ter dono, marcando, portanto, a repetibilidade do discurso de propriedade privada que começa a circular na FD indígena a partir da Constituição de 1988. Porém, nesta SD, a terra indígena é um lugar sagrado, que marca a identidade do povo e sua memória, pois é onde estão enterrados os antepassados desse povo, assim como é também a propriedade deles, por serem os primeiros habitantes. Acerca desses sentidos diferentes sobre o direito à Terra e o direito à Propriedade, Indursky (2008, p. 22) analisa que esses sentidos são construídos a partir do Art. 5 da Constituição. Em nosso *corpus*, esse discurso ressoa e (se)

significa de forma diferente, atestando a não-homogeneidade dos sentidos em um texto. Assim, segundo esse artigo, todos são iguais perante à lei, porém, para lutar por ser direitos, esses sujeitos se aproximam mais de um inciso deste artigo de que de outro. Para os índios, “a propriedade atenderá a sua função social” e, para os proprietários de terra, o direito à propriedade é garantido pela lei. Dessa maneira, observamos que uma mesma palavra pode “mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam”. [PÊCHEUX, 1975a(2007), p. 18] Ou seja, terra para os indígenas não significa da mesma forma que para os fazendeiros.

Ainda, em SD1, há a contradição de que os indígenas também se colocam na posição de sujeitos de direito, pedindo a intervenção do Estado “para não decretar a expulsão”, e sim “a nossa morte coletiva”. Assim, ao solicitar a morte coletiva inflige-se o direito à vida, garantido por este mesmo artigo da constituição. Estão, portanto, no discurso desse povo, confrontando-se duas FDs diferentes, a FD que chamaremos de FD de Direito, representada pelo Governo e Justiça, e a FD indígena, representada pelo povo Guarani-Kaiowá, em que ocorre uma desidentificação dos sujeitos-indígenas com o Governo e a Justiça brasileira, por serem, pare eles, responsáveis por parte dos problemas dos indígenas, com a expulsão de seu território.

Nesses discursos, a carta de genocídio funciona como efeito fundador, pois a partir dela outros discursos começaram a circular nas redes sociais. De acordo com Orlandi, “O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação. (ORLANDI, 1993, p. 16). Aqui consideramos o efeito-fundador não como lugar de ruptura, conforme refere a autora, mas como algo que reorganiza os gestos de interpretação sobre a temática indígena. Efeito não no sentido de instaurar novos sentidos acerca do povo indígena, mas funcionando como um ponto de referência, um nó de partida na rede dos discursos sobre os indígenas, como poderá ser visto nas próximas análises.

SD2 -

Disponível em: **https://goo.gl/ZUUdCR**

Na SD2, observamos, na escrita do cartaz, a consciência da heterogeneidade do povo brasileiro, pois se é "carioca, fulnio, guarani-kaiowá, muduruku...", diferentemente do que diz o artigo 5 da constituição de que somos todos iguais. Dessa maneira, observamos que a constituição é uma maneira política de negar o político, no sentido que propõe a AD, isto é, os sentidos são sempre divididos e, por conseguinte, os sujeitos também. Porém, ao individuar todos os sujeitos à condição de sujeitos de direito, o Estado apaga, assim, as diferenças nas constituições dos sentidos e dos sujeitos.

Ainda em SD2, a mulher que segura o cartaz com os dizeres "somos cariocas **e** Guarani-kaiowá, Kaiapo,.." se identifica com a luta indígena, caracterizando-se como uma. Porém, pela materialidade linguística do enunciado, pode-se perceber que ela não se identifica plenamente com o povo indígena pois, antes de elencar os povos indígenas, ela se declara carioca. O adjetivo carioca é separado dos outros adjetivos com o conetivo "e". O uso desse conectivo pode revelar uma ordem, pois são apresentados os outros nomes dos povos como se fossem inferiores, necessitando

de uma separação entre os adjetivos, englobando as outras etnias indígenas após o termo “carioca”.

O *Facebook*, de onde foi retirado tal SD, é um espaço onde surgem diversas lutas políticas[5], tais movimentações políticas podem passar do espaço virtual para o espaço empírico, atestando, conforme Grigoletto (2011), que no virtual há o entrelaçamento do empírico com o discursivo. Tal entrelaçamento dar-se-á através da discursivização. Dessa maneira, não foi diferente no caso dos indígenas, pois muitos usuários do *Facebook* adicionarem “Guarani-kaiowá” ao seu sobrenome[6], e outros foram também as ruas, como mostramos na SD acima. Além dessa rede social, também observamos no *twitter* um funcionamento parecido. Apresento na seguinte SD, um exemplo.

> **SD3** - C.B. Todos os Estados e entidades poderiam promover manifestações p **pressionar transparência a respeito dos indÍgenas**. **#SomosTodosGuaraniKaiowá**

Nesses discursos que utilizavam **a *hashtag* Somos Todos Gurani-Kaiowá, apareciam a seguinte contradição:** na utilização do verbo **somos,** declarando-se que “somos todos Guarani-Kaiowá”, em seus discursos, para se referirem aos indígenas, esses sujeitos utilizam a 3ª pessoa do singular, excluindo-se daquela etnia. Portanto, verificamos que, pelo efeito ideológico, produziu-se uma espécie de modismo, em que os sujeitos não-índios declaravam-se Guarani-Kaiowá, No entanto, ao produzirem seus discursos, esses sujeitos utilizaram outras pessoas verbais, que negavam a ideia do “nós”, não mais se incluindo como indígena. Os indígenas foram referidos como “eles”, como em “lutar e morrer com eles” e “respeito dos indígenas”.

---

[5] Cito, como exemplo, o que aconteceu recente no F*acebook*, quando os seus usuários alteraram as fotos seus perfis, deixando-as estampadas com as cores da bandeira LGBT, como forma de protesto em pró dessa causa. Posteriormente outras discursividades sobre esses movimento surgiram, de forma muita rápida, como as demais lutas políticas virtuais.

[6] Posteriormente o *Facebook* proibiu a utilização desse nome no perfil da rede social, justificando que seus usuários só podem utilizar nomes reais na rede. Através dessa interdição pode-se “desconfiar” da aparente liberdade em se dizer tudo na internet. (**http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/01/facebook-impede-que-usuarios-mudem-nome-para-guarani-kaiowa.htm** acesso em 04/07/2015)

Esse funcionamento discursivo característico de lutas políticas nas redes sociais é cada vez mais comum, apresentando uma filiação à uma causa e não uma identificação “plena”, em que o sujeito do discurso estaria plenamente identificado com a forma-sujeito da FD. (Pêcheux, 1975, [2009]). Outros exemplos desses tipos de enunciado são “Somos todos Macacos”, “Somos todos Verônica”, “Je suis Charlie”, etc.

Observamos, portanto, que tal “fórmula” discursivas, “Somos todos Guarani-kaiowá”, gerou um grande número de identificação com a FD indígena em um curto espaço de tempo, enquanto o assunto também circulava na grande mídia. Ao se passar algum tempo, esses discursos sobre os Guarani-Kaiowá começaram a ser discursivizados junto a outros, também, de ordem indígena, porém grande parte foi novamente esquecido, assim como perfis que comentavam a situação desse povo deixaram de publicar notícias.

Em meio a tantos discursos, várias posições-sujeito foram observadas, seja na carta ou nos discursos de não-indígenas sobre ela, assim como desidentificações. Apresentaremos um dos exemplos significativos desses outros sentidos.

> **SD4 -** Se eles tivessem se matado não seria má ideia, afinal, menos dinheiro enviado a esses vagabundos desses índios que ficam o dia todo enchendo a cara e vivendo com o dinheiro do governo, ainda por cima, se acham donos do país, lol. [...]. Depois faltam apenas os petistas, os bolsa-esmolistas, os funcionários públicos, os comunistas e os jornalistas da GRobo.

Na SD4, há uma desidentificação com a causa indígena, pois o sujeito está mais identificado com os saberes capitalistas e da colonização e não compreende a relação dos indígenas com a terra, chamando-os de chantagistas, possivelmente, por quererem chamar a atenção em troca de terra. Portanto, para ele seria melhor que eles se matassem, pois seriam menos pessoas dependendo do governo. Para ratificar sua opinião em relação aos indígenas, esse sujeito ainda traz para o seu discurso o discurso da ciência, “o darwinismo impera”, para, assim, colocar os índios em uma posição inferior aos brancos. E, dessa maneira, preconceituosa e

contraditória, iguala os índios a pessoas que recebem auxílio, funcionários públicos, comunistas, jornalistas da globo.

Trouxemos para essas análises algumas SDs que marcavam as regularidades sobre os discursos sobre o genocídio Guarani-kaiowá, a resistência indígena, des/contra/identificações e contradições, e com isso, os sentidos sobre o índio/indígena e a resistência ao Estado e à unicidade de sentidos.

A resistência emerge, então, nas falhas do ritual, mas a ideologia não cessa de operar e é por isso que a Pêcheux (2011, p. 114) interessa a "luta de deslocamento ideológica", ou seja, essa possibilidade de pensar, a partir do funcionamento da ideologia, que ela é antes de tudo um local de "resistência múltipla" (*Idem*, p. 115). Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções.

Assim, essa "falha no ritual" é o espaço em que os sujeitos índios ousam pensar por si mesmos e se revoltam contra as determinações sócio-ideológicas do sistema social vigente. Portanto, é no/pelo discurso, tomado como ponto de encontro entre o real da língua e o real da história, com a contradição que lhe é inerente, que podemos pensar o sujeito-índio enquanto sujeito de resistência, considerando sua constituição e atualização (ou o seu possível esfacelamento), nas condições ideológicas de "reprodução-transformação das relações de produção" (Pêcheux, 1975 [2009]).

4 UMA TENTATIVA DE PREENCHER LACUNAS OU ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A carta de Genocídio dos Guarani-Kaiowá funcionou como um efeito-fundador para novos discursos. A partir dela, outras discursividades instauraram-se e diferentes maneiras de identificação dos não-índios com os índios/indígenas. Observamos que, ao escrever a carta, os indígenas assumiram uma posição de resistência em relação à forma-sujeito capitalista e aos sentidos dominantes sobre o índio/indígena. Porém, em alguns momentos, esses mesmos sujeitos assumiram uma posição de sujeitos de direito, reivindicando o direito à propriedade privada.

A partir da divulgação da carta nas redes sociais é que surgiram os discursos que ora se identificavam com a temática, ora se contra-identificavam ou se desidentificavam. A partir dessas relações dessas des/contra/identificação, os sujeitos passam a ocupar outras posições-sujeitos nos discursos acerca da temática Guarani-kaiowá. Observamos, nesses discursos, alguns sentidos estereotipados sobre os tais sujeitos: os verdadeiros donos das terras do Brasil, verdadeiros brasileiros, mas, também, canibais, preguiçosos...

REFERÊNCIAS

GRIGOLETTO, E. O discurso dos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C.R. (Orgs.) **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. da UFPE, 2011.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E.A. (Orgs). **Práticas Discursivas e Identitárias.** Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

ORLANDI, E. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In. _____. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012, p. 213-234.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 11ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. **Terra à vista** - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. (org.) **Discurso fundador**. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET & HAK (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. (1969). Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux. In: GADET & HAK (Orgs) **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____.**O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3 ed. Tradução: Eni P. Orlandi et al. Campinas: Pontes, 2002.

_____. (1975) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. (1982). Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. brasileira de José Horta Nunes. **Cad. Est. Ling**. , nº 19, Campinas, jul./dez, 1990, p. 7 - 24.

_____. A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R.L. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Paulo: Pedro & João Editores, 2007.

_____ . Ideologia – Aprisionamento ou Campo Paradoxal? **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi- 2ª Ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

http://racismoambiental.net.br/2012/10/justica-brasileira-ordena-expulsao-de-indigenas-guarani-kaiowa/ acesso em 04/07/2015.

UMA TEOLOGIA SOCIAL: o mundo encarnado na figura alegórica de *A paixão segundo G.H.*

Bianca Campello[1]

Sob a pele das palavras há cifras e códigos
(DRUMMOND, **A flor e a náusea**)

Para Benjamin Moser (2009, p. 227), biógrafo de Clarice Lispector, "o mundo da política, do 'novo homem', da revolução e da ideologia são totalmente alheios a ela". Essa impressão do biógrafo quanto à obra de Clarice ecoa muitas leituras da crítica especializada na autora — inclusive a de Benedito Nunes (1995, p. 82), para quem "a vida social como tema" ingressa de "maneira canhestra, abstrata e pedante" nos romances[2] de Clarice apenas a partir de *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres* (*LP*). Tal livro, de 1969, seria o inaugurador da fase "mais social" da escritora, correspondente a seus anos finais de vida e de produção.

No entanto, tais declarações são contraditas não só pelas análises de outros estudiosos do legado clariceano como por exegeses dos mesmos textos em que se enunciaram. Moser (2009, p. 165), por exemplo, vincula Clarice a uma tradição literária de escritores judeus que "transformavam seus traumas reais em complexas alegorias". Embora o autor caracterize essas alegorias como herméticas, se algo não pode ser dito das diferentes diásporas e da violência antissemita que atingiram o paroxismo em meados do século XX é que são experiências alienadas do mundo da política e da ideologia. Já Benedito Nunes (1995, p. 114 – 115) considera significativos os sentidos sociais dos espaços diegéticos de *A paixão segundo G.H.* (*PSGH*), livro que antecede em seis anos o *LP*.

A partir de uma definição de literatura como produto originário de uma organização comunitária de sentidos e de sensibilidades, fundador de uma reorganização dessas ideologias (RANCIÈRE, 1995), e potencialmente criador de sentidos e sensibilidades

---

[1] Doutoranda em Letras - UFPE.

[2] Ressalva importante, pois o crítico reconhece algum caráter social em certos contos de *Laços de Família* (**LF**, 1960) e *A legião estrangeira* (**LE**, 1964)

novos, entendemos que a obra de Lispector jamais está alheia do mundo da política e da ideologia. Consideramos, ainda que tanto as provocações da ordem comum dos sentidos que incita a criação artística, bem como as provocações devolvidas pela artista na obra que reorganiza essas ideias transcendem o contexto histórico, social e geográfico imediato vividos pela autora. O debate travado entre a escritora e a experiência humana se constrói simultaneamente por meio de uma reapresentação do Brasil das décadas de 1940 a 1970 e de uma reapresentação do mundo dessas décadas, reapresentações que, cumulativamente, também reorganizam o Brasil e o mundo anteriores e posteriores a esse período. Há na grande literatura, de que a obra de Clarice Lispector faz parte, essa vertigem do tempo, a capacidade de tornar de fazer coexistirem, tanto no ato da criação como no ato da leitura, aquilo que é, aquilo que foi e aquilo que será. É essa capacidade trans-histórica e trans-geográfica de a literatura "substantivamente proporcionar saber e prazer aos leitores de outras partes do mundo e de outras épocas da história" (SANTIAGO, 1989, p. 224), que faz viver a obra de Clarice em mais de dez idiomas[3] 71 anos após sua estreia em livro.

Apoiamos essa tese não apenas numa definição teórica do objeto literário. O caráter local e contextual, global e atemporal da provocação feita pela experiência humana à artista é um dado de sua própria biografia. Clarice viveu, de diferentes maneiras, a história do exílio: como a caçula da família de judeus que foge da derrocada da I Guerra, como menina do Nordeste que migra para a capital do país, como a esposa de diplomata em serviço na Itália no declínio da II Guerra e em serviço nos EUA em tempos de paz. Viveu, também, a pobreza e o fausto, a possibilidade de ser apenas artista e a necessidade de escrever também para ter sustento financeiro.

De todas essas provocações que a vida fez a Clarice, é essa última, a da atuação profissional na imprensa brasileira que nos interessa nesse recorte de estudo de sua obra. Particularmente nos interessa rever parte das provocações dessa vivência da escrita profissional, dessacralizada, e avaliar seus efeitos na escrita artística, aquela sacralizada pelo cânone. E considerando a biografia de Clarice e a fortuna crítica,

[3] Dados disponíveis no levantamento do Instituto Moreira Salles (Cf. http://claricelispectorims.com.br/files/Obras_de_Clarice_Lispector_traduzidas.pdf), cuja lista aponta transposições para línguas menos dominantes no mercado editorial internacional, como o finlandês, o tcheco e o norueguês.

focaremos a análise no período de 1959 a 1964, uma etapa considerada crítica na trajetória da escritora. Esse quinquênio é o momento em que Clarice Lispector venceu a desconfiança e a resistência dos editores brasileiros, passa a ser efetivamente publicada no Brasil e se desenha a escritora consagrada que conhecemos. Para isso, observaremos as relações entre escritos dessa atividade considerada menor e menos elevada e o escrito considerado de atividade maior, em gênero mais elevado, concebido e publicado no período: o romance *A paixão segundo G.H.* (*PSGH*).

Apesar do recorte aqui feito, é importante salientar que a escrita profissional para jornais e revistas foi um meio de sobrevivência para Lispector por toda vida. Entre 1940 e 1942, a jovem Clarice trabalhava como repórter e entrevistadora da Agência Nacional, publicando no *Diário do Povo*, e era colaboradora de diferentes revistas: a jurídico-acadêmica *Época*, da Faculdade Nacional de Direito, e as literárias *Vamos Ler!* e *Dom Casmurro*. Seu primeiro registro profissional, em março de 1942, foi como redatora do jornal *A Noite*, onde trabalhou até em 1944, quando deixa o Brasil para acompanhar o esposo diplomata. Oito anos depois, quando regressa ao país por alguns meses, voltou a escrever para a imprensa: assumiu uma página feminina no semanário antigetulista *Comício* (NUNES, 2008, p. 272) com. Foi quando surgiu Tereza Quadros, contratada para, através da coluna *Entre Mulheres*, “amenizar o debate político” (Ibid.) do tabloide. Entre 1967 e 1974 manteve uma coluna semanal de crônicas no *Jornal do Brasil*, que foram republicadas em certo período pelo jornal gaúcho *Correio do Povo*. Teve ainda breves incursões na revista *Manchete* (1968 e 1969), como entrevistadora, e no jornal *A Última Hora* (1977).

Assim, quando Clarice regressa ao Brasil em 1959, como uma mulher divorciada determinada a ter uma vida independente, voltar a escrever para a imprensa era um caminho natural. Para atingir esse objetivo, Lispector trabalhou simultaneamente para três publicações: a revista mensal *Senhor* e os jornais *Correio da Manhã* e *Diário da Noite* — veículos que objetivavam, na época a atingir os padrões da imprensa internacional.

A natureza desses três trabalhos era bastante distinta. Embora tanto no *Correio da Manhã* como no *Diário da Noite* o resultado fossem textos das chamadas “páginas

femininas de Clarice Lispector", o espaço de um de outro jornal era concebido com objetivos e estilos diversos. A *Feira de Utilidades* de Helen Palmer no *Correio Feminino* era uma coluna patrocinada por um fabricante de cosméticos e, por isso, o texto deveria seguir diretrizes para anunciar indiretamente os produtos e induzir o público a consumi-los. Já a *Só para mulheres* do *Diário da Noite* era um exercício de *ghost writer*, pois a coluna era creditada à atriz Ilka Soares. Num caso e noutro, os pseudônimos preservavam a imagem da escritora de uma exposição pública em uma atividade considerada intelectualmente ultrajante. Só na *Senhor* Clarice se assumiria como autora.

Estudando-se o resgate da memória dessa revista feita por Eliane Basso (2008), compreende-se facilmente o motivo da deferência. A *Senhor* foi uma prestigiada revista de alcance nacional, focada na difusão de cultura e na reflexão sobre as artes, com destaque à divulgação de literatura. É considerada um marco na imprensa brasileira pelo projeto gráfico e editorial ambicioso, que atingiu patamar qualitativo inédito no Brasil, principalmente devido aos nomes que rechearam suas páginas: Tolstoi, Kafka, Faulkner, Hemingway, Ray Bradbury, Aldous Huxley, Guimarães Rosa, Nelson Rodrigues e Graciliano Ramos. Clarice Lispector participou da revista já na primeira edição e manteve uma coluna fixa, a *Children's corner*. Graças à repercussão positiva dos quatro contos inéditos publicados pela *Senhor* em 1959 e de dois publicados no início de 1960, Clarice conseguiu desengavetar *Laços de Família* (julho de 1960) e *A maçã no escuro* (julho de 1961), publicações por que penava desde 1956.

Parece tentador considerar, então, a relevância apenas da atividade de Clarice na *Senhor*. Afinal, era esse o veículo de sua literatura, enquanto no *Diário da Noite* e no *Correio da Manhã*, a atividade era de uma escrita banal e envergonhada. No entanto, a realidade da criação artística é mais complexa.

Cecília Almeida Salles (1998 e 2008), em seus estudos sobre a criação artística, destaca que o processo de feitura de uma obra de arte envolve procedimentos os mais diversos, inclusive as atividades de pura interação prática entre o artista e o mundo. Não linear, a criação "é uma trama complexa de propósitos e buscas" (SALLES, 1998, p. 36), trama sujeita às mais diversas e imprevistas experiências,

como o encontrar um objeto ou ler ao acaso uma palavra. Se os imprevistos do cotidiano podem participar decisivamente na criação de uma obra, as atividades do cotidiano igualmente podem fazê-lo. Parte da crítica clariceana já está atenta a isso, como Edgar Cézar Nolasco e William Borges da Silva (2010, p. 5), para quem os estilos, temas e assuntos de Helen Palmer e Ilka Soares interferiram na ficção de Clarice Lispector, inovando-a e tornando-a “mais leve e acessível a um público ainda maior”.

Dividir completamente a escrita de Clarice em universos paralelos em um dos quais há uma artista da palavra e no outro uma operária da palavra, portanto, simplifica falsamente os processos pelos quais artista e mundo debatem. Os escritos de palavra operária exercidos por Clarice entre 1959 e 1964 requereram qualidades que tomamos como provocações ao hermetismo de sua literatura: a necessidade de uma comunicação eficiente, uma boa “conversa com um amigo” (SALLES, 2008, p. 26), uma competente “interatividade” (Ibid.) com o público. Para que suas páginas femininas tivessem sucesso, Clarice precisava exercitar o conhecimento e a empatia com o outro. Interesses, desejos, angústias, valores, preconceitos, linguagem: todos esses elementos e outros mais deviam ser manipulados para o êxito das colunas e a manutenção da fonte de renda. E, sendo exercício da vivência do outro, essa escritura para o outro serviu de espelhamento da escritura de si: escritura do outro e a escritura de si, imagens virtuais e invertidas uma da outra. Como constata Aparecida Nunes (2012, p. 71): “O outro lhe permite um olhar interior a partir das diferenças. Não se trata mais de um eu frente ao outro. Porém, de um outro continuamente frente a um eu.”

O exercício da alteridade é mais do que exercício de consciência de o que cabe à ordem da palavra artística, de o que cabe à ordem da palavra operária e de o que pode transitar em ambas. O exercício da alteridade é parte significativa da literatura claricena, que se debruça sobre o mistério do outro e sobre o desejo de desvendar esse mistério: desvendamento que dissipa a ilusão das diferenças. “eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro” (LISPECTOR, 1999b, p. 124) são palavras de Clarice em, *Mineirinho*, o texto que levou Aparecida Nunes a acertadamente visualizar o “eu frente ao outro” que se dissipa.

Como informam Eliane Basso (2008, p. 65 – 66) e Aparecida Nunes (2012, p. 66 – 72), essa crônica, publicada pela *Senhor* em junho de 1962 com o título *Um grama de radium*, foi um trabalho extra encomendado pelos editores da revista para solucionar um problema: como incluir a publicação no debate sobre justiça, então em evidência, sem contradizer seu perfil editorial. A *Senhor* não era uma revista de atualidades, não era voltada para a informação, mas para a formação cultural. Não conseguiu, no entanto, permanecer alheia àquele contexto imediato, o da comoção e polêmica gerados pelo fuzilamento de um bandido perigoso. Delegar o tema a Clarice foi a forma que os editores encontraram de dialogar com a efeméride, dando-lhe transcendência temporal pela palavra de Clarice.

Um grama de radium — Mineirinho é um texto provocado pelo acaso, pelo contigente. No entanto, parece pontuar ou mesmo encaminhar tendências do processo de criação de *PSGH*, juntamente com *Receita de um assassinato (de baratas)*, texto publicado em agosto de 1960, na *Só entre mulheres* de Ilka Soares, e *A quinta história*, conto publicado em abril de 1962, duas edições antes da publicação de Mineirinho, na coluna *Children's corner*.

A relação intertextual e palimpsestual entre *Receita de um assassinato*, *A quinta história* e o romance já foram apontados por Mariângela Alonso (2013), seguindo a trilha dos estudos de Aparecida Maria Nunes (2004). Ambas as pesquisadoras observaram que a rede desses textos tem seu primeiro índice em obra mais antiga: *Meio econômico mas eficaz,* um escrito de Tereza Quadros para o *Comício* em agosto de 1952. Tanto Nunes como Alonso relacionam os textos devido à persistência da imagem da dona de casa no combate à praga doméstica. Para Alonso (2013, p.9), essa persistência adquire ainda maior relevância por Clarice escolher inserir *A quinta história* na coletânea *A legião estrangeira*, apenas oito meses depois do lançamento de *PSGH*. Nenhuma das duas pesquisadoras mencionadas, no entanto, verifica as conexões que identificamos entre essa imagem da dona de casa que luta pela higienização do lar e a voz feminina que clama contra a injustiça social e a perversão do poder da justiça. Essa será a principal contribuição para os estudos de *PSGH* que pretendemos oferecer.

A despeito de a história da produção artística não ser um processo linear, como nos alertou Salles (2008, p. 37), e embora seja impossível localizar tanto o início do ato da criação como seu fim (já que publicar não encerrar a criação, a qual continua subrepticiamente até que outro texto manifeste esse gesto inacabado), cedamos à tentação de historiar essa rede para melhor analisá-la. Comecemos, por um *Meio econômico mas eficaz*, de agosto de 1952. O escrito parece um objeto absolutamente banal. É uma indicação de um método vantajoso para combater infestações de baratas. Sua banalidade, no entanto, era apenas aparente, já que a obra ressurge quase exatamente oito anos e oito dias depois, na página de Ilka Soares no *Diário da Noite*. *Meio econômico mas eficaz* reencarna em *Receita de assassinato (de baratas)*. Entre uma e outra versão, o conteúdo e a forma vão perdendo sua aparente banalidade, como apontam as análises de Nunes (2004) e de Alonso (2012). Às observações das autoras adicionamos uma: o título provocativo da versão de 1960 elimina o chamariz pragmático da primeira versão, instaurando uma camada de autoironia no texto e certo componente satírico na relação entre quem escreve e quem lê a coluna.

A ironia é ainda maior se considerado o contexto de ressurreição da obra: a seção *Laboratório de Feitiçaria*, em que receitas de iguarias culinárias e de cosméticos caseiros receberam tratamento retórico inédito nas participações jornalísticas clariceanas (NUNES, 2004, p. 11 – 12). A imagem que intitula a seção tem divertida ambiguidade: tanto acena para a mulher que executa as receitas a promessa de maravilhosos poderes sobre a natureza como caracteriza a própria escritora como uma Medeia que pode fazer a juventude reencanar naqueles a quem destina sua boa vontade e seu caldeirão.

A escolha da expressão reencarnar para denominar o processo palimpsestual de resgate de um texto em outro tem elevada importância na compreensão que propomos dos processos e do objetos artísticos desenvolvidos por Clarice Lispector. Verificamos no ato de criação e nas criaturas textuais clariceanas o procedimento linguístico-cognitivo que Rancière (1995, p. 48) chama de figura cristã. Segundo Rancière, os personagens dos textos fundamentais da religião cristã, diferentemente dos personagens dos textos que perservam o imaginário religioso pagão, são figuras de uma única e mesma verdade. Nos textos bíblicos, uma imagem encarna em si o

que se anunciou no passado e se anuncia encarnada no futuro: Noé que salva o povo escolhido escapando pela água que traga os infiéis, Moisés que salva o povo escolhido escapando pela água que traga os infiéis, Abraão que ascende e faz a Aliança com Deus, Cristo que ascende e refaz a Aliança com Deus. A figura cristã, por isso, pode ser considerada uma forma de, em *mise en abyme*, reiterar, infinitamente, a Palavra e sua Verdade. Já nos textos do imaginário religioso pagão, as figuras, para Rancière, são alegóricas: cada deus e cada herói representa uma qualidade ou defeito humanos, cada estória representa, metaforicamente, hábitos, eventos e valores sociais.

Se, como biógrafos e críticos especializados já apontaram, e como sugere a crítica de processos (SALLES, 2008 e 1998), a criação literária de Clarice Lispector é uma continuidade em que o novo achado, o novo texto, é simultaneamente o velho perdido, desmontado e ressucitado num caldeirão de arte mágica, de feitiçaria literária, essa criação é um processo de figuração cristã, uma representação em abismo mais ou menos disfaçarcado de uma palavra e de uma verdade. Como metalinguisticamente Clarice reflete em *A quinta história*:

> Esta história poderia chamar-se ‘As estátuas’. Outro nome possível é ‘O assassinato’. E também ‘Como matar baratas’. Farei então pelo menos três histórias, verdadeiras, porque nenhuma delas mente a outra. Embora uma única, seriam mil e uma, se mil e uma noites me dessem. (LISPECTOR, 1999a, p. 74)

Assim, a literatura de Clarice tem esse elemento de compreensão e de enuciação — esse *logos* — que dá diferentes carnes, faz mundana, o que é uma essência única intemporal — algo próximo ao que em latim se chamou *theos*. E esse objetivo é um objetivo clariceano: “O que eu quero é muito mais áspero e mais difícil: quero o terreno” (LISPECTOR, 1999b, p. 127). No entanto, esse logos, esse *theos* encarnado em palavra literária, não é mais Verdade, posto que sua criação é justamente a reorganização de uma verdade comunitária, com a qual se alterca. Sendo literatura, essa encarnação figurativa é também alegoria do mundo. Seu ato criativo é menos a transubstanciação de um objeto pronto que se ilumina numa epifania, do que uma odisseia reflexiva da alma rebelde, que desmantela as velhas leis e valores éticos e estéticos e que pode incitar a edificação de leis e de valores novos.

Que leis e valores poderiam estar encarnados e alegorizados em simples textos sobre a mortandade de baratas? A ironia identificada no título do texto de Ilka Soares de 1960 é o primeiro índice para a construção dessa resposta. Escrever uma receita para assassinato, ainda que de baratas, tem seu quê de banalização. Se a vítima do assassinato for uma barata, receitar, isto é, indicar e ensinar a matar é uma ação que não provoca espécie na comunidade, e pode ocupar o mesmo espaço do ensino e aprendizagem da sedução, do cuidado com a beleza, com a alimentação e com o lar.

Os índices seguintes foram averiguados em *A quinta história*, reencarnação da receita de matar agora na forma de conto. Dois anos depois, a receita de Ilka Soares foi integrada a uma narração em primeira pessoa enunciada pela dona de casa — quiça leitora daquela coluna — que executa a receita (e as baratas). O título é uma referência metalinguística: a narradora escreve cinco versões da mesma diegese, ou escreve cinco diegeses de uma mesma situação. Cada narrativa parece conter e ampliar as anteriores, acrescentando, nessa sobreposição palimpsestual, novas camadas de verdade — e uma reflexão metaficcional sobre a própria história dessa relação entre baratas, donas de casa e assassinato na trajetória escritural de Clarice.

A primeira narrativa revive a aparente inocência e pragmaticidade do texto de 1952, recebendo título de equivalente teor pragmático: *Como matar baratas*. A intervenção palimpsestual aqui é a mudança do gênero e do autor implícito. A segunda, tal qual o texto de Ilka Soares, ironiza a inocência superficial da primeira e denuncia sua perversidade. Novamente o título relaciona os textos, pois o segund relato do conto chama-se *Assassinato*. Porém, a ironia e a denúncia da perversão desse segundo movimento do conto são mais profundas e ácidas que aquelas feitas no escrito do *Laboratório de Feitiçaria*. A narradora de *Assassinato* denuncia a existência em si de um "mal secreto" (LISPECTOR, 1999a, p. 74) que a guia — mal que Yudith Rosenbaum (1999, p. 202) relaciona à própria figura da barata "mal secreto que roía a casa" na imagem do conto. Figurativamente, a barata encarna o mal secreto que é preciso extirpar: mal que, no entanto, reencarnará sempre no outro, visto que encarnado naquele que busca matá-lo.

A crueldade dessa figura que busca o assassinato amplia-se no texto seguinte, *Estátuas*, em que a narradora se concentra na observação e descrição do cadáver das vítimas. A quarta narração, sintomaticamente sem título, é também o relato da tomada de consciência da protagonista, que vislumbra na eterna repetição do ato de matar as baratas uma ameaça a si mesma. Percebendo-se tentada pelo prazer de matar, a narradora vê-se diante do dilema: continuar a matar baratas, disfarçando o que é uma satisfação perversa na alegação de que é um ato necessário para o bem estar da família, ou preservar a alma da perversão. O desfecho dessa narrativa tem sua carga de ambiguidade: a narradora anuncia que a casa fora dedetizada: um disfarce da satisfação do desejo que salva temporariamente a autoimagem da protagonista com a transferência do assassinato para outra mão. O dilema ficará em suspenso até que o mal secreto se insinue novamente, na casa e na alma da narradora.

A quinta narrativa do título do conto é a história sem história, a história esvaziada, a história sem meio nem fim. Constitui-se apenas do nome: *Leibnitz e a Transcendência do Amor na Polinésia*, surreal, à moda dos enigmáticos títulos dos quadros de René Magritte, e da abertura, comum a todas as diegeses anteriores “Começa assim: queixei-me de baratas” (LISPECTOR, 1999a, p. 76). História a ser completada em outra obra, ciente de ser produto de um processo eternamente inacabado? É possível, tanto que Clarice escolheu para compor o título a grafia história e não estória. Estórias terminam no fim; história é um processo existencial cuja delimitação só existe como artificialidade do raciocínio.

O leitor de *A quinta história*, presencia, então, quatro assassinatos em massa (de baratas) consecutivos. Por isso divide com a narradora, o prazer perverso de matar, prazer que culturaliza o ato. Na natureza, matar é uma ação sem sentido. Os seres matam porque faz parte de sua programação biológica matar, matar os mantém vivos. Na cultura, no entanto, matar é uma ação dotada de sentidos, que precisam ser legitimados pela comunidade. Se o ato de matar contraria a organização comunitária dos sentidos e das sensibilidades, ele torna-se crime. Matar uma barata é um dos atos legitimados, pois a vítima é considerada não humana, insignificante e perigosa. Quanto mais distante do que se reconhece como humano, mais inocente *a*

priori é o ato de matar. O problema da punibilidade ou não do ato, o problema do crime e do castigo, é que se torna necessário saber o que é um ser humano.

Em abril de 1962, portanto, Clarice Lispector criou uma assassina (de baratas) sádica, que mata repetidamente sua vítima, em gozo perverso simbólico e também consciente. Em junho de 1962, ao refletir sobre o fuzilamento de Mineirinho e sobre a justiça, Clarice constata esse mesmo sadismo naqueles que se livraram de Mineirinho. E eles não são apenas os indivíduos que dispararam contra o bandido os treze tiros que o alvejaram e que despejaram seu corpo numa ribanceira. É também toda a sociedade que se alivia e se felicita com sua morte, mas que hipocritamente se horriza apenas contra a brutalidade do fuzilamento. O primeiro e o segundo tiros, afirma Clarice (1999b, p. 124), se fazem ouvir com alívio: o facínora morreu e isso é bom. Mas a continuidade dos tiros sugere que aquela morte é mais que matar para ficar vivo, aquela morte é antinatural. Há alguma coisa que "no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada" (Ibid.). O quinto tiro, assim como o sexto "me cobrem de vergonha" (seria por isso que a quinta história não prosseguiu? Por vergonha?). Daí além, o caso é uma abominação: "o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina" (Ibid.).

Menos de um mês separou a sequência de assassinatos fictícios (de baratas) e *A quinta história* e o assassinato real (de Mineirinho), embora o intervalo entre uma e outra publicação sugira espaço maior. Em menos de um mês, Clarice se alterca com a sociedade em comoção com a morte de Mineirinho, mas que perversamente traçara-lhe o caminho do crime exercera o poder de puni-lo. Para Clarice, esse era o seio da questão: as leis são naturalmente perversas, pois que exercitam o poder de homens sobre outros homens. Essa constatação fundamenta-se nas próprias palavras da jovem Clarice estudante de Direito. Em 1941, Lispector redigiu suas *Observações sobre o fundamento do direito de punir*, colaboração para a revista acadêmica *Época*. Essas observações negavam a existência de um direito de punir, afirmando, em seu lugar, um poder de punir, poder emanado da hierarquia social. Em suas palavras "acima dum homem há os homens, acima dos homens nada mais há" (LISPECTOR *apud* MOSER, 2009, p. 163).

Entre 1962 e 1963, essas duas mortes, esses assassinos e essas vítimas, em algum momento, fundem-se tomam um o corpo do outro. A barata inocente e o homem culpado, ambos escória, ambos corpo a se marginalizar em nome da saúde da comunidade familiar e a da comunidade social. Barata-homem: figura velha na literatura, que em nova metamorfose alegórica e figurativa se reencarna. Homem reduzido a barata, nova velha tragédia histórica encarnada. O documentário de Peter Cohen *Arquitetura da destruição* reporta incisivamente: a ideologia nazista foi uma organização biológica, política e social dos sentidos do mundo baseada na sanidade e na estética, princípios correlativos e equivalentes. Segundo essa ideologia o limpo, o são, é evoluído e belo. O grotesco e o impuro são ameaças à saúde coletiva, ao corpo do povo, e devem ser exterminados em prol da sanidade social. O partido nazista promoveu em massa dedetizações nos espaços coletivos. Dedetizações com gás — o mesmo gás usado no extermínio dos grandes males secretos da sociedade alemã: os judeus, os deficientes, os doentes, os negros. Fatos nos quais verificamos a extensão perversa da constatação de Roberto Schwarz (1981, p. 65) sobre *A metamorfose* de Kafka: “uma barata é uma barata, o que dito de negros ou judeus, ganha sentido mais concreto”. Baratas, negros e judeus, três seres equalizados em impureza, três seres equalizados em insignificância, três seres igualmente reduzidos, pelos mesmos métodos, a lixo que se joga ribanceira a fora — como Mineirinho.

Um grama de radium — Mineirinho, portanto, é um pico na rede de criação de *PSGH*. Todavia, pouco mais de um ano separam a publicação da crônica do início da escritura do romance, o que nos leva a considerar que algum outro elemento catalisou o fim da gestação do processo e o início do parto do novo texto. Revisando a biografia de Clarice, esse catalisador talvez tenha sido sua viagem ao Texas em 1963, pois foi na ocasião do retorno dessa excursão que a escritora, em três meses, redigiu o romance, o primeiro em oito anos.

De que maneira essa viagem, uma participação em um congresso de literatura, poderia determinar a efetiva fusão das vítimas de Clarice? Aqui só podemos especular e inferir. Observando o contexto americano da segunda metade de 1963, deduzimos que a viagem promoveu a feliz coincidência da pessoa certa, a escritora

em reorganização de sentidos éticos e estéticos de suas imagens literárias, ao lugar certo, o país em reorganização de sentidos éticos e estéticos da imagem de sua população. Em 1963 a sociedade americana discutia sua Constituição, regida sobre princípios tão racistas quanto as leis proclamadas pelo partido nazista durante a II Guerra. Em 1963, as cidades americanas dispunham-se em guetos e bairros, um espaço urbano que reencarnava a organização das cidades europeias do fim dos anos 1930. Porém a lição do traumático conflito fora aprendida e no lugar das impotentes vítimas da higiene racial nazista, a história americana daquele fim de 1963 era protagonizada por afrodescendentes que exigiram a afirmação de seus direitos. Emblematicamente, o ano de publicação de *PSGH*, 1964, é o ano em que a Lei de Igualdade Civil americana foi assinada e o ano da concessão do Nobel da Paz a Martin Luther King. A vitória da coletividade não ocorreu, porém, sem derramamento de sangue, havendo muitas vítimas de crimes de ódio promovidos por organizações como a Ku Klux Klan (em cujo histórico também consta a perseguição a judeus e a católicos), muito atuante no Texas para onde Clarice viajara.

Se é improvável que no Brasil Clarice estivesse alheia ao que ocorria nos EUA, visitar o Texas possivelmente tenha sido uma provocação impactante e direta à sua experiência humana. E é assim que chegamos a *PSGH*, essa encarnação irônica de um movimento de paixão, um sofrimento que deveria ser dotado de sentido pela fé e pela esperança na promessa soteriológica do Cristo, (NUNES, 1995, p. 69), mas cuja redenção não pode ser feita senão na carne e na Terra. Porque “acima dum homem há os homens, acima dos homens nada mais há”. Porque “O que eu quero é muito mais áspero e mais difícil: quero o terreno”. E porque “não estou falando do futuro, estou falando de uma atualidade permanente. E isto quer dizer que a esperança não existe porque ela não é mais um futuro adiado, é hoje” (LISPECTOR, 2009, p. 147 – 148).

Por isso, a paixão escrita por Clarice não é de Cristo, mas de G.H., paixão terrena e não divina, dona de casa que continua eliminando baratas por seu medo, por seu nojo e para seu alívio, que continua dando-se conta do prazer obtido na liberação do instinto assassino. G.H. é a dona de casa de *A quinta história*, que continua a viver o dilema, sendo que este, agora, é outro, imensamente mais profundo: o de saber ser

sua vítima não uma barata, mas uma pessoa. Pois a barata é a figura encarnada do objeto de desejo destrutivo ausente: a empregada doméstica Janair.

Observe-se: Janair, a empregada negra, é, tanto quanto os ativistas do movimento americano, protagonista de seu destino. Antes de sua imagem física ser aludida no romance, conhecemo-la por suas ações: ela se despedira. Janair toma a iniciativa de não mais ser subalterna, empregada, liberta-se do vinculo empregatício. Ainda antes disso, era já ousada, pois foi uma "numa ousadia de proprietária" que a levou a intervir no sentido e na organização do quarto de empregada, reservado por G.H. a uma função de depósito. Quarto a que G.H., num movimento higienista que reencarna todas as dedetizações já mencionadas aqui, propõe-se limpar — e onde terá o encontro fatal com a barata. O primeiro choque contra os sentidos e sensibilidades de G.H. é justamente descobrir a limpeza imaculada do lugar, a destituição da "função de depósito" e elevação ao status de morada de gente. Depósito: eis a perfeita imagem do gueto, espaço de confinamento em que as pessoas são reduzidas a coisas, ou, como costumava comparar a propaganda nazista analisada por Peter Cohen, reduzidas a animais.

G.H. determina-se, desde o início do romance, a limpar o quarto de empregada, higienizá-lo. O imundo, que é proibido pelas leis e pelos regulamentos — "era preciso não esquecê-los e defendê-los para me defender" (p. 58) —, para G.H. é também o feio, aquilo que nunca reformou a própria imagem. Esse dado, aparentemente fortuito, é de grande importância na encarnação figurativa e alegórica que constrói G.H. Dessa mulher sabemos apenas, realmente, a profissão: é uma artista, uma esteta, para quem o valor da beleza era meio e fim. Artista e esteta como os grandes líderes do partido nazista.

A personagem, no entanto, não é a encarnação disso que se convencionou conceber como o mal em forma de gente. Se assim fosse, G.H. não viveria sua paixão, mas sim seu júbilo. G.H. não é uma encarnação do racismo autoconsciente e orgulhoso: é a encarnação do homem e da mulher que se horroriza ao tomar consciência de seu ódio racial e de sua capacidade de matar simbolicamente. É a encarnação da dona de casa de 1964 que não se atreve a assinar o que diz, que é Clarice operária e artista e é sua leitora e seu leitor, desde então encarnados no

mesmo corpo. Mais ainda: é a encarnação do homem e da mulher que desnaturaliza o discurso da superioridade do homem sobre homem, esse que não dá o direito, mas o poder de punir, pois se reconhece o outro. É a encarnação daquela voz que falava em primeira pessoa sobre a consciência do crime que foi a morte de Mineirinho; e por isso *PSGH* é o primeiro romance de Clarice em primeira pessoa.

Não sendo esse romance a história do júbilo de G.H., mas de sua paixão, é impossível para ela sair ilesa da experiência de encontro profundo com o outro. Experiência que lhe dá a revelação: “Toda mulher é a mulher de todas as mulheres, todo homem é o homem de todos os homens, e cada um deles poderia se apresentar onde quer que se julgue um homem” (p. 174), que torna reconhecível o que é o ser humano sob todos os disfarces.

Esse não sair ilesa representa-se, de maneira relevante, na perda dos parâmetros estéticos para o julgamento do mundo, parâmetros incapazes de avaliar o que não é contingente, o que é essencial. Essa perda vivida pela protagonista transforma a experiência antiestética do encontro entre G.H. e o objeto-figura da ideia de grotesco e de impureza, em uma experiência ética: “perdi o medo do feio. E essa perda é de uma tal bondade.” (Idem, p. 19). Sem medo, sem repulsa pelo feio, encarnado definitivamente na barata, e prefigurado no desenho feito por Janair na parede do quarto de empregada e nas próprias feições da empregada, G.H. vivencia a bondade e a solidariedade, base do amor cristão evocado em seu imaginário. Sua forma de organizar o mundo, através de valores estéticos superficiais, é substituída por uma forma de organizar o mundo através de valores metafísicos, aqueles que se voltam à essência das coisas.

Eis o miolo do romance, a transformação pessoal, fruto desse reconhecimento, figura reencarnada da denúncia da hipocrisia e omissão das classes ditas superiores, que protestaram a morte de Mineirinho, mas “Só depois que um homem é encontrado inerte no chão, sem o gorro e sem os sapatos” percebe que esquecera “de lhe ter dito: também eu” (1999b, p. 125).

Uma alteração importante nesse encontro do outro que ilumina a própria hipocrisia e que é uma novidade de *PSGH* é o contato direto com esse outro em seu momento

de agonia. A paixão não é apenas de G.H., mas também da vítima, que ela observa morrer. Nos textos anteriores, não se presencia a morte da barata. Também a narradora da crônica não vê a morte de Mineirinho, apenas ouve os tiros. Por sua vez, o olhar de G.H. encontra com o olhar da barata, quando a semelhança entre a barata e "uma mulata à morte" (p. 55) se fixa em sua consciência. É nesse exato instante que a fusão das figuras de todos os textos anteriores se efetiva. E é nesse momento que G.H. descobre que todas as três figuras: a barata, Janair e ela própria, G.H., são, debaixo do disfarce, a mesma matéria de vida. O encontro do olhar é o momento em que um homem morre com o décimo terceiro tiro, aquele que também "me assassina — porque eu sou o outro" (1999b, p. 124). Abaixo das aparências e das contingências: "tudo está vivo e é feito do mesmo" (p. 71). A massa branca que irrompe das entranhas da barata em agonia é a matéria da vida, assim como era matéria da vida o que se perde da carne aberta de Mineirinho em *Um grama de radium*. Nessa descoberta da matéria neutra da vida feita por G.H., reencarna-se o desejo de uma comunhão irônica, às avessas, não com o sublime, mas com o imundo. A hóstia é, ao fim e ao cabo, uma massa branca, símbolo do sacrifício do corpo. Mas essa hóstia é também símbolo do sacrifício do espírito de G.H.. Pois, para fazer essa comunhão com o baixo, que na essência é também o elevado, G.H., como a flor drummondiana, precisa furar a dureza das suas estruturas cognitivas e ideológicas, precisa atravessar a náusea e o ódio.

No entanto, como "acima dos homens nada mais há" e o que Clarice deseja é o terreno (e por isso o apartamento de G.H. é figurativa e alegoricamente reduzido, em sua percepção, a ruínas), a comunhão com o divino da matéria viva é impossível para a personagem, que não supera a náusea e desmaia. Ela não pode recorrer nem à experiência de purificação dos pecados, nem à experiência da contaminação do seu ser, pela inversão perversa dos signos, o corpo de Cristo substituído pelo corpo da barata. A decisão aqui, novamente, é ética: tornar G.H. uma com o outro, unificar, cessaria o conflito cognitivo e a responsabilidade de se repensar frente a ele. É uma utopia que não se pode vislumbrar no mundo para o qual Clarice escreve. O difícil aprendizado de G.H. precisa se perpetuar numa eterna vigilância que esquadrinha as aparências. Lembra-nos Foucault (2007, p. 99 – 100) que a filosofia estoica já alertava seus discípulos a permanecerem vigilantes ao fato de que "um cavaleiro romano, um liberto, um escravo" eram simples "nomes oriundos

do orgulho e da injustiça". Essa doutrina filosófica talvez tenha sido uma das primeiras correntes de pensamento a fazer o movimento de equalização do *logos* do *theos* ao *logos* do corpo do povo: os estoicos igualavam os homens por serem dotados de razão, capacidade compreendida como um deus "hóspede de um corpo mortal" (Id.). Reconhecer a igualdade divina dos seres implica abdicar da noção da própria superioridade, e abandonar o significado dado a todos os acessórios: a riqueza, o status, a beleza e os pareamentos e apartamentos sociais de todas as ordens.

Malograr a comunhão de G.H., além de responsabilizar a personagem por si, realizando o terreno que Clarice declara desejar no desfecho de Mineirinho, também responsabiliza o leitor. E não só porque G.H., como figura, é também esse que lê, que ajuda a personagem nascer das palavras. É também porque toda a experiência de G.H. é uma fala lançada por ela, personagem, e por Clarice, autora, em um debate. G.H. afirma estar "Tentando dar a alguém" (2009, p. 9), o que viveu, imagina interlocutores para dar direção ao discurso e, com isso, certo sentido ao que viveu. É um ato de combate à solidão (evocação do homem amado) e de pedido de perdão (evocação de entidades católicas, como que em prece). Sua diegese, uma confissão da lama viva e da escuridão que há em todos nós (LISPECTOR, 1999b, p. 126), como confissão, volta-se ao divino e ao terreno[4]. E essa diegese é uma fala lançada em busca de um diálogo, pois o romance é aberto e encerrado por uma sequência de seis travessões e espaços em branco antes da palavra inicial e após a palavra final. A ausência de uma voz extradiegética que conceda a G.H. sua fala e os espaços em branco, representação do silêncio, realizam no signo a ideia de que "acima dos homens nada mais há" e que aquele que fala é o responsável pela construção da própria história. O encerramento do romance com a mesma notação figurativa lança a palavra para a continuidade: o travessão é a figura operacionalizadora do diálogo, que permanece em espera.

Assim, *PSGH* é uma provocação: o que tem a dizer, após isso, sobre isso o leitor? O que ele fará depois de para ele se ter revelado a universalidade do homem e o vazio dos acessórios? Clarice Lispector provoca a responsabilidade do leitor, cúmplice de

[4] Remete à "espécie de pequena encenação judiciária" de que nos fala Foucault (2007, p. 66) como uma estratégia de meditação estoica sobre o fracasso para o desenvolvimento da conduta sábia.

seus assassinatos desde 1952, cúmplice da violência que esquece que a unidade divina dos homens e que os organiza no corpo social com base nos disfarces das imagens corpóreas encarnadas no mundo. Provocação que a feitiçaria artística de Clarice mantém, há cinquenta anos, reencarnando-se no corpo da literatura. Afinal, o que Clarice escreve, continua. E estamos todos enfeitiçados.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Mariângela. Mulheres e baratas: Clarice Lispector na imprensa feminina. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade - Dilemas e desafios na contemporaneidade**, 2012. ISSN 978-85-62641-06-0. Disponível em: <http://www.iel. unicamp.br/sidis/anais/pdf/ALONSO_MARIANGELA.pdf>. Acesso em: 20 out 2014.

_____. Da receita ao romance: a barata no imaginário clariceano. **Cadernos de Pós-Graduação**, 2013. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_ Graduacao/Doutorado/Letras/Cadernos/1sem13/Mariangela_Alonso.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2014.

ARQUITETURA da destruição. Direção: Peter COHEN. [S.l.]: [s.n.]. 1989.

BASSO, Eliane Fátima Corti. **Revista Senhor:** modernidade e cultura na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

FITZ, Earl E. O lugar de Clarice Lispector na história da Literatura Ocidental. **Remate de Males**, Campinas, n. 9, p. 31 - 37, 1989.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 9ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 3, 2007. 43 - 72 p.

GENETTE, Gerard. **Palimpsestos:** a literatura de segunda mão. Belo Horizonte: Edições Viva Voz, 2010.

GOMES, Renata Gonçalves. A revista Senhor e seus desdobramentos literário-culturais. **Boletim de Pesquisa NELIC**, v. 9, n. 14, p. 261 - 271, 2009.2.

GOTLIB, Nadia Batella. Olhos nos olhos (Fernando Pessoa e Clarice Lispector). **Remate de Males**, Campinas, n. 9, 1989. 139 - 145.

_____. Clarice Lispector. **Instituto Moreira Salles**, 2010. Disponível em: <http://claricelispectorims.com.br/Facts>. Acesso em: 17 jul. 2014.

HELENA, Lúcia. Opiniões fortes, seres em solidão e ficções em desassossego. **Verbo de Minas: letras**, Juiz de Fora, v. 9, n. 17, jan./jun. 2010. 65 - 74.

HOMEM, Maria Lúcia. **No limiar do silêncio e da letra:** traços de autoria em Clarice Lispector. São Paulo: Boitempo: Edusp, 2012.

LAFETÁ, João Luiz. **1930:** a crítica e o modernismo. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2000.

LISPECTOR, Clarice. A quinta história. In: LISPECTOR, C. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999a. p. 74 - 76.

_____. Mineirinho. In: LISPECTOR, C. **Para não esquecer**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999b. p. 123 - 127.

_____. **A paixão segundo G.H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MACHADO, Regina Helena de Oliveira. Crime e desistência nos textos de Clarice Lispector. **Remate de Males**, Campinas, n. 9, 1989. 119 - 130.

MATOS, Anderson. O sensacionismo de Fernando Pessoa em Água Viva de Clarice Lispector. **Nau Literária - Revista eletrônica de crítica e teoria de literatura**, Porto Alegre, v. 3, n.2, p. 1 - 12, jul/dez 2007. ISSN 1981-4526. Disponível em http://www.seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/download/5070/2925.

MOISÉS, Carlos Felipe. Clarice Lispector: ficção em crise. **Remate de Males**, Campinas, v. 9, p. 153 - 160, 1989.

MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia**. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Cosac-Naify, 2009.

NOLASCO, Edgar Cézar.; SILVA, William Borges da. Clarice Lispector midiática. **Anais do I Encontro do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Literatura e Teoria Literária – MÖEBIUS**, p. 1 - 10, 2010. ISSN ISSN 2178-5597. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/site/moebius/files/2011/04/Edgar-Cesar-Nolasco-e-Willian-Rol%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 28 out 2014.

NUNES, Aparecida Maria. Clarice Lispector jornalista: primeiros textos, páginas femininas e entrevistas. In: _____ **Anais do 3º Congresso ABRALIC - Limites**. São Paulo; Niterói: EDUSP; ABRALIC, 1995. p. 167 - 172. ISBN 85-314-0290-5.

_____. Receitas de Sedução nas Páginas Femininas de Clarice Lispector para O Diário da Noite. **Portcom - Portal de Livre Acesso à Produção em Ciências da Comunicação**, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/153014491157157231103193922632876115749.pdf>. Acesso em: 12 out 2014. Trabalho apresentado no IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

_____. Uma aprendizagem ou as páginas femininas de Clarice Lispector. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 25, p. 267 - 290, 2008.

_____. Sem botar banca, Clarice escreve e aguenta o Brasil. **Revista da ANPOLL**, v. 1, n. 33, p. 60 - 73, 2012.

NUNES, Benedito. **O drama da linguagem:** uma leitura de Clarice Lispector. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. A escrita da paixão. In: NUNES, B. **A clave do poético - ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 217 - 229. organização e apresentação Victor Sales Pinheiro.

_____. A paixão de Clarice Lispector. In: NUNES, B. **A clave do poético - ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 199 - 216. organização e apresentação Victor Sales Pinheiro.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução de Raquel Ramalhete [et al]. 1ª ed. Rio de Janeiro: 34, 1995.

ROSENBAUM, Yudith. A ética na literatura: leitura de "Mineirinho", de Clarice Lispector. **Estudos avançados**. 2010, v. 24, n. 69, p. 169 - 182. ISSN 0103-4014.

_____. As metamorfoses do mal em Clarice Lispector. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 41, março/maio 1999. p. 198 - 206.

SALLES, Cecília Almeida. **Gesto inacabado**. 1ª ed. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.

_____. **Redes de criação:** construção da obra de arte. 2ª ed. São Paulo: Editora Horizonte, 2008.

SANTIAGO, Silviano. Para além da história social. In: SANTIAGO, S. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 215 - 232.

SCHWARZ, Roberto. Perto do coração selvagem. In: SCHWARZ, R. **A Sereia e o desconfiado**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 53 - 57.

_____. Uma barata é uma barata é uma barata. In: SCHWARZ, R. **A Sereia e o desconfiado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 59 - 72.

SILVA FILHO, Jairo Justino da. A consciência em crise na narrativa de Clarice Lispector: leitura de A paixão segundo G.H. , 2010. Disponível em: <http://www.pgletras.com.br/2010/teses/Tese_Jairo-Justino.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2014. Tese de Doutorado.

SILVA, Carlos Augusto Moraes. Um charlatão ou um negador? Questões sobre o narrador e a representação do outro de classe em A hora da estrela de Clarice Lispector. **Entreletra**, Araguaína, v. 3, p. 13 - 25, jan./jul 2012.

SPINELLI, Daniela. A posição do narrador, Rodrigo S. M., em A Hora da Estrela, de Clarice Lispector. **Fronteiraz - Revista Digital do Grupo de Pesquisa O Narrador e as Fonteiras do Relato**, mar. 2008. ISSN 1983-4373. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/revistafronteiraz/numeros_anteriores/n1/download/Artigo_de_Daniela_Spinelli.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

VIEGAS, Ana Cristina. Clarice Lispector e a profissão de escritora no Brasil. **Anais do XIV Seminário Nacional Mulher e Literatura / V Seminário Internacional Mulher e Literatura**, 2012. Disponível em: <http://www.telunb.com.br/mulhereliteratura/ anais/wp-content/uploads/2012/01/ana_cristina_viegas.pdf>. Acesso em: 02 nov 2014.

WALDMAN, Berta. “Não matarás”: um esboço da figuração do crime em Clarice Lispector. **Remate de Males**, Campinas, n. 12, 1992. 95 - 100.

ENTRE O HEROI E O VILÃO: representações da mídia sobre Hugo Chávez

Camila da Silva Lucena[1]

1 INTRODUÇÃO[2]

No dia 5 de março de 2013, o então presidente da Venezuela, Hugo Chávez, morre e entra para a história como um mito latino-americano contemporâneo. Porém os sentidos para o ser "mito" vão ser distintos considerando-se os lugares discursivos a partir dos quais se produz um recorte na memória. Entendemos que um dos espaços privilegiados para se observar essas distintas representações é aquele da mídia, considerando a força que possui na formação de opinião e difusão de imaginários, poder reconhecido e utilizado pelo próprio Hugo Chávez, que teve uma atuação marcada pela sua onipresença midiática[3].

Isso acontece no ano de 1992, quando na tentativa de um golpe prematuramente fracassado, Chávez entra em rede nacional para anunciar sua rendição, porém deixa no ar um *"por enquanto",* que provoca uma onda de curiosidade em toda a Venezuela, situação da qual tirou vantagem. (BARRERA & MARCANO, p. 98). Após essa declaração, vai preso e, a partir daí, começa a peregrinação de diferentes esferas da sociedade para conhecer o militar que queria derrubar o sistema que o formou. Nessa época, a mídia foi a principal responsável pela disseminação da imagem de Chávez, isto é, pela propagação de uma imagem inicialmente classificada como positiva, assim como afirma Krause (2013, p. 88), atitude da qual claramente mais tarde vem a se arrepender. Esta posição da mídia pode ser explicada pela situação da Venezuela naquele momento do pós-golpe. O país, ao

---

[1] Graduanda em Letras-Licenciatura em Espanhol pela UFPE, bolsista do CNPq (**camila.lucena@live.com**).

[2] Este trabalho faz parte do projeto de iniciação científica "Representações da mídia sobre Hugo Chávez: os processos de designação na trama do discurso", orientado por Fabiele Stockmans De Nardi.

[3] O termo onipresença midiática aparece com muita frequência na obra de Barrera e Marcano (2006) e Krause (2013) para referir à presença constante de Hugo Chávez na mídia. O maior exemplo disso talvez tenha sido o seu programa dominical *Aló, presidente*, no qual, ao vivo, discursava, falava com o povo, despedia funcionários, decretava leis e projetos. Após sua morte, seu sucessor e atual presidente da Venezuela Nicolás Maduro renomeou o programa de *"Aló, comandante",* cujo objetivo foi reprisar todos os programas realizados por Hugo Chávez. Em seguida, inaugurou seu próprio programa intitulado de *"diálogo bolivariano".*

contrário de outras nações latino-americanas, era uma democracia durante o período de 1959 a 1989, mas vivia uma profunda crise interna que ajuda a compreender o ambiente em que Hugo Chávez surgiu, usando a seu favor a insatisfação do povo com o atual estado do país e com o regime em vigência. O que fez Chávez foi "levar a guerra até a mídia e alcançar, por intermédio dela, a consciência do país." (KRAUSE, 2013, p. 149).

Desde então, Chávez não mais saiu do meio midiático. O que se percebe, entretanto, após esse momento de efervescência inicial, é a desconstrução de sua imagem. A mídia trabalhou, então, na construção de uma representação, contrária a que vinha sendo discursivizada, recortada do imaginário que ainda estava se construindo acerca dessa figura, convidando o leitor a compartilhar do seu ponto de vista frente a esta realidade.

Sem a pretensão de descobrir "a verdade" sobre Hugo Chávez, o que buscamos com esse trabalho é observar as representações sobre Chávez veiculadas pela imprensa nacional e internacional no período que compreende a campanha para as últimas eleições presidenciais na Venezuela, em agosto de 2012, até às novas eleições presidenciais para sua sucessão de Chávez, em abril de 2013, com vistas a que possamos analisar os lugares que ocupa, nesse discurso midiático, a figura de Chávez. Por meio da análise, procuraremos observar como se articula o discurso midiático para a construção das representações sobre o ex-presidente venezuelano diante do imaginário criado sobre ele, partindo da consideração de que não há neutralidade em tal discurso, uma vez que "todo o dizer é ideologicamente marcado." (ORLANDI, 2007, página 36). Nossa análise se centrará, inicialmente, nos processos de designação por meio dos quais se constrói/reproduz, no *corpus* em análise, a imagem de Chávez.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

A mídia exerce uma grande influência na relação do homem com o mundo. Trabalha interpretando e analisando a realidade, de maneira que, ao agir assim, acaba por estabelecer um juízo de valor sobre ela. Concordamos com Gregolin (2003, p. 97) quando afirma que "o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da

sua relação com a realidade concreta.” (GREGOLIN, 2003, P. 97). Dessa forma, essa construção simbólica se porta como um “saber comum”, com o qual o sujeito se identifica ou é induzido a se identificar. Esse “saber comum” está composto por diferentes discursos, que, a partir do modo como são articulados pelo meio midiático, inauguram determinadas linhas de sentidos sobre as quais se constrói um imaginário social, resultando no modo como a opinião pública se posiciona em relação a alguém ou a algum acontecimento.

A mídia trabalha, portanto, (des)construindo e reiterando imaginários, conceito que para Pêcheux (1975) remete ao conjunto de teias discursivas que provocam sentidos sobre si e sobre os outros. O imaginário é um sentido recortado da memória que passa a ser planificado devido a sua repetição incessante em uma conjuntura social dada. É no interior deste imaginário que um sujeito se identifica e/ou percebe o outro como diferente, devido ao compartilhamento de determinada orientação discursiva ou a percepção de que o outro está inserido em outra. A partir dessa percepção, segundo Gregolin (2003, p 98), “vem a visualização do sujeito como parte de uma coletividade” e, assim, sua atuação sobre ela.

Na construção do discurso midiático há também a influência do que Pêcheux (1997) vai chamar de formações imaginárias. Estas se referem ao quadro de projeções criado pelos interlocutores nos processos discursivos. Isto é, em um acontecimento discursivo, os sujeitos projetam imagens “que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (idem). Ao estabelecer essas projeções o modo como o discurso vai ser proferido sofre modificações diante da imagem que se tenha da recepção do outro, pois “todo processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre o qual se funda a estratégia do discurso” (PÊCHEUX, p. 1997).

Essa antecipação imaginária do lugar que o outro ocupa é inerente ao funcionamento discursivo e revela-se um processo complexo, não linearizado, da ordem do inconsciente, o que implica dizer que não está relacionado à intencionalidade do sujeito, visto que, para a AD o sujeito está tomado por um assujeitamento ideológico agindo, desse modo, pelo esquecimento. Sobre essa

noção de sujeito cabe aqui fazer uma pequena explanação, já que o que está em análise são os imaginários construídos nos discursos por/sobre sujeitos.

O sujeito para AD é constituído pela história e pela ideologia, fatores que vão determinar seu discurso. O sujeito, porém, não se dá conta que o que diz sofre essas determinações. Diante disso, seu discurso pode conter espaços de previsibilidade, pois ele tende a repetir os sentidos que se produzem a partir da formação ideológica em que se insere. Esses sentidos repetidos transformam-se em regularidades discursivas que podem contribuir para a sedimentação de um imaginário acerca de algo que circula como um saber consolidado nessa Formação ideológica. Algo que devido a essa sedimentação tem seu sentido maximizado.

Esses funcionamentos, no entanto, se dão sem que deles o sujeito tenha controle, ou seja, são funcionamentos próprios do discurso, que não são arquitetados pelo sujeito. Pêcheux (1997) vai dizer que isso ocorre porque o sujeito é duplamente afetado, pelo inconsciente e pela ideologia. Desta forma, afirma Indursky (2008, p. 11) , “é a partir deste laço entre inconsciente e ideologia que o sujeito da Análise do Discurso se constitui. É sob o efeito desta articulação que o sujeito da AD produz seu discurso”. Aproveitamos para acrescentar aqui que essa articulação é a condição para que haja as formações imaginárias, isto é, a interpelação do sujeito pela ideologia e o inconsciente é o que torna possível as projeções sobre o outro, realizadas pelos sujeitos em um funcionamento discursivo dado.

Também a relação da mídia com o seu público está determinada pelas formações imaginárias. Sendo assim, a partir da antecipação das projeções que o leitor produzirá, vai-se criando uma realidade que é da ordem do imaginário. Isso, claro, sempre levando em consideração as condições de produção de um acontecimento que vão ser determinantes neste processo, assim como as relações de força e poder que vão definir a posição midiática.

Representar o outro é, portanto, situá-lo no interior de um imaginário específico, a partir do qual se produz o seu reconhecimento. Esse imaginário, no funcionamento dos discursos, vai se marcando na materialidade da língua a fim de construir uma estabilização de sentidos sobre aquele de quem se fala. O processo de designação,

uma das possíveis realizações dessa materialidade, mostra-se um lugar privilegiado para observar como isso se produz.

Quanto à designação, faz-se relevante defini-la em relação a outro fenômeno, o da nomeação, tendo em vista o equívoco recorrente de tomar esses dois processos como sinônimos. De acordo com Guimarães (2005, p. 5), a nomeação é “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”, isto é, pode-se dizer que a nomeação está mais para classificar, ao determinar um nome para dado objeto. Já a designação estaria mais voltada para significar, uma vez que, enquanto funcionamento simbólico, expressa a significação de um nome remetida à história, ou seja, designar seria estabelecer sentidos considerando os discursos pelos quais eles são historicamente formados.

Ao estudar a designação, entendemos que sua teorização passa pelas formulações de Pêcheux (1997) acerca da noção de pré-construído. Ao retomar os estudos de Frege, Pêcheux recusa a ideia de que os nomes tenham sempre uma denotação e vai reafirmar a sua posição de que há sempre algo que pode ser dito e que se refere não a algo recuperável na estrutura de uma formulação, mas que remete a um dizer outro que se constrói antes e independentemente do enunciado proferido. Isto é, algo remetido à história, ao percurso do funcionamento discursivo de determinada designação.

Interessa-nos, então, a trajetória pela qual os sentidos vão sendo construídos, refletindo sobre o porquê desse caminho, e a partir disso propor uma compreensão fundamentada. Sendo assim, a análise dos efeitos de sentido de uma designação passa inevitavelmente pela relação entre língua, ideologia e sujeito. Partindo dessas noções e pensando principalmente no processo que tem como resultado uma designação e no sujeito que realiza essa ação, que é interpelado ideologicamente, Guimarães (2005, p.11) defende que:

> Não se trata aqui do contexto, da situação, tal como pensada na pragmática, por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico.

Como dito anteriormente, este sujeito que enuncia é interpelado ideologicamente o que por sua vez traz o político (GUIMARÃES, 2005) como constituinte dessa ideologia. Sendo assim, isso leva Rajagopalan (2003) definir a designação como um ato eminentemente político e ainda defende que a mídia ao usar este recurso não só sugere interpretações, como também expõe sua posição frente a determinado acontecimento. “É no uso político de nomes e de apelidos que consiste o primeiro passo que a mídia dá no sentido de influenciar a opinião pública a favor ou contra personalidades e acontecimentos noticiados”. (RAJAGOPALAN, 2003, p.82)

Veremos adiante, o funcionamento dessas questões. Com a análise de dois veículos de comunicação, a revista *Veja online* e o periódico cubano *Gramna*, definimos que há duas grandes linhas de representações sobre a figura do Hugo Chávez. E que neste caso são bem opostas devido à posição idológica de cada meio, o que representa a polaridade dos discursos acerca desta personagem latino-americana. Essas duas grandes orientações de sentido mostram a realização daquilo que esperávamos encontrar, uma série de discursos sobre Chávez que se entrecruzam, colocando-o ora no lugar de herói, em sua luta pela nação venezuelana, ora no lugar de vilão, trazendo como foco dos discursos suas manobras para se perpetuar no poder.

3 A CONSTRUÇÃO DO HERÓI “HUGO CHÁVEZ” NO PERÍODICO GRAMNA

Considerando que representar o outro é inseri-lo em um determinado imaginário, identificamos, a partir da análise do periódico cubano Gramna, a representação do Hugo Chávez como herói. Para cristalizar esse imaginário, a mídia fortalece determinada imagem através da repetição de designações, por exemplo, e de regularidades argumentativas (CORACINI, 2007) que acabam por constituir o que chamamos neste trabalho de “saber comum” com o qual o sujeito é levado a se identificar.

Dentre as regularidades observadas, podemos destacar que o periódico cubano Gramna reforça um imaginário de herói sobre aquele que designa ser o *“mejor amigo de Cuba”*. Com essa designação já é possível recuperar uma memória que revela uma antiga relação amistosa entre esses dois países, o que vai determinar fortemente, no discurso desse periódico, o teor de heroicidade sobre o qual Chávez

é referenciado. Como resultado, é recorrente o uso de designações como *"líder de la revolución bolivariana, comandante y revolución bolivariana",* que expressam a realização deste imaginário na materialidade da língua.

Essa simpatia pelo ex-presidente da Venezuela, demonstrada por este periódico cubano, se justifica por ser um jornal de caráter estatal, isto é, controlado pelo governo cujas raízes ideológicas são as mesmas compartilhadas por Chávez. Cuba e Venezuela, sob o comando de Fidel Castro e Chávez, respectivamente, se uniram em favor do desejo de unidade latino-americana. Ideal que no passado tiveram os revolucionários Simón Bolívar e Che Guevara, por exemplo, como representantes, aliás, é sobre estas figuras que Chávez assenta seu discurso buscando causar um sentimento de identificação no povo e, em seguida, sua legitimação.

Abaixo seguem algumas sequencias discursivas (SDs) retiradas do periódico Gramna, no qual observamos a construção de um imaginário positivo acerca dessa figura.

SD1 - "Apenas despuntó en día, las calles de Caracas empezaron a colmarse de mujeres, hombres y niños provenientes de todo el país, para acompañar al **líder venezolano**."

SD2 - "Al fin y al cabo, **Chávez no se fue**, anda por ahí, por los llanos o por los Andes, **reforzando a Bolívar**, porque a los dos les queda mucho por hacer en América Latina."

SD3 - "El vicepresidente pidió a los adversarios **del líder de la Revolución Bolivariana** que respeten este difícil momento."

SD4 - "El Presidente Encargado de Venezuela, Nicolás Maduro, destacó este viernes el legado del **líder de la Revolución Bolivariana, Hugo Chávez**, y afirmó que sus ideales y **ejemplo** siempre estarán presentes en el rumbo de la región latinoamaricana por su propia independencia."

SD5 - "El presidente del Parlamento, Diosdado Cabello, instó al pueblo venezolano a defender cada día más la obra y el legado del **líder bolivariano**, convirtiendo cada lágrima en fortaleza."

SD6 - "Respecto a la elección de este lugar para acoger el féretro **del líder revolucionario,** dijo que allí, en el Cuartel donde se inició la rebelión cívico-militar del 4 de febrero de 1992 […]"

SD7 - "Al referirse al legado dejado a nuestros pueblos por el **líder bolivariano**, el General de Ejército destacó la importancia de que nuestro pueblo no retroceda en todo lo que logramos avanzar con su influencia en

> estos pocos años. Resulta vital —valoró— continuar luchando por la unidad del pueblo cubano y el venezolano, pero también de todos los pueblos latinoamericanos y caribeños."
> **SD8 - "**En el seno de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR) al **líder de la Revolución Bolivariana,** Hugo Chávez, 'se le va a recordar como el gran impulsor de esta idea, como el gran recuperador del proyecto original de Bolívar, impulsor permanente de Bolívar, de Sucre'."

Para cristalizar a imagem de herói, primeiramente, percebemos a ênfase que se dá na reação da população diante do falecimento de Chávez, SD1: *"[...] las calles de Caracas empezaron a colmarse de mujeres, hombres y niños provenientes de todo el país."* E Já que o povo saiu e lotou as ruas para acompanhar o desfile fúnebre de Chávez, se faz de imediato uma associação indicando que só alguém que tivesse a aceitação do seu povo poderia ter tamanha repercussão em sua morte. Desde a exaltação dessa possível aceitação, se investe no uso de designações tais como, *líder de la revolución bolivariana, líder bolivariano, e comandante*, que retomam uma memória que não é recuperável apenas pela estrutura, mas sim, e principalmente, por remeter a um outro dizer construído anteriormente. (PÊCHEUX, 1997).

Como já apontamos anteriormente, devido ao uso da designação *bolivariana* ocorre uma identificação com esse discurso que não nasce com Chávez, mas com Simón Bolívar. Desse modo, podemos dizer que o imaginário de herói dessa personagem está fundamentado no imaginário popular acerca de outros heróis, tendo Bolívar como principal referência seguida, por exemplo, por outras figuras como a de Che Guevara. Tanto o primeiro, como o segundo carregam consigo a designação de *Libertador,* devido ao envolvimento destes em revoluções em prol do ideal de unidade latino-americana. É a partir dessas figuras heroicas do passado que Chávez buscou se legitimar frente ao povo venezuelano.

Essas três designações as quais destacamos como as mais comuns nos discursos sobre Chávez, nesse periódico, enfatizam o caráter de liderança desta figura política. Porém, não uma liderança qualquer, uma vez que estava à frente da *Revolução Bolivariana*, que ainda estava em curso, apesar dos 14 anos que esteve no poder, revolução esta com promessas de continuidade, como declarou o atual presidente da Venezuela, Nicolás Maduro.

Quando Chávez é designado especificamente de "*líder de la Revolución Bolivariana*" está destacando-se a chamada "revolução" o que basicamente seria toda a trajetória de seu governo. Autodesignando seu mandato de "revolução", o que foi e é aceito pelo os seus aliados, como chefes de estado de outros países, inaugura-se uma rede discursiva de sentidos possíveis para esta acepção. E com a insistente veiculação tendo como resultado a cristalização dos sentidos (GREGOLIN, 2003), forma-se assim, o que chamamos de "saber comum", isto é, um discurso tomado como verdade e aceito sem questionamentos. Com isso, os sentidos que derivam desta designação legitimam certas atitudes do agora ex-presidente, como o número de mandatos à frente da Venezuela, e exaltam alguns dos seus feitos que seriam *"el legado de la Revolución Bolivariana".*

SD9 - "Calificó al **Comandante** de extraordinario ser humano e insistió en que 200 años después, con la figura de Chávez, **reaparecieron el mismo raciocinio e ideales del Libertador[…]**."

SD10 - "Alrededor de las dos de la tarde del jueves llegó a esta capital el Presidente Raúl Castro para dar el último adiós al **Comandante Hugo Chávez Frías**, el hermano de luchas, el hombre inmenso que Cuba acogió como a un hijo. Se une así Raúl a los mandatarios que continúan llegando para al **líder** invicto de esta Patria rescatada."

SD11 - […] el mayor general del Ejército Nacional Bolivariano, de la Fuerza Armada Nacional Bolivariana, Jacinto Pérez Arcay, destacó que era inevitable enlazar la figura de Bolívar con la del **Comandante Chávez**, "a quien lo vimos buscar su destino en la razón de ser de los sueños del Libertador."

SD12 - "Desde que se conoció la noticia de su desaparición física, el mundo ha sido testigo de las impresionantes muestras de amor de millones de venezolanos: el memorable acompañamiento del **comandante** a su Academia Militar; los honores de más de cuatro millones de personas que lo lloraron, le juraron, lo saludaron, le cantaron y lo despidieron..."

SD13 - "Cuando caía la noche, el General de Ejército acudió a la Academia Militar ubicada en Fuerte Tiuna donde se encuentra el féretro del **Comandante bolivariano**. Allí saludó a los familiares, fue especialmente afectuoso con la madre del mandatario venezolano, la señora Elena Frías, a quien abrazó y consoló durante varios minutos. Luego se dirigió al ataúd que guarda el cuerpo de Chávez**, lo saludó militarmente** y los aplausos invadieron el lugar."

SD14 - 'Ni siquiera él mismo sospechaba cuán grande era', escribió Fidel en su despedida al **mejor amigo de Cuba.** En verdad, sus contemporáneos

> sabíamos de la grandeza, realizaciones y vida revolucionaria ejemplar **del Comandante Chávez**, pero la avalancha de acontecimientos que rodearon sus 14 años en la presidencia de Venezuela, impedían aquilatar, en toda su virtud, la magnitud del líder, su legado y reencarnación en el pueblo que tanto amó. Ese pueblo sabio, que en gratitud, lo eleva hoy a la estatura de **El Libertador.**

Já a designação "Comandante" é usada na maioria das vezes sem nenhum complemento ou acompanhada pelo seu nome. O funcionamento discursivo deste termo faz referência a sua posição de militar, a qual ocupava muito antes de ser presidente. Aliás, estas designações são muito mais usadas do que a de presidente em si, o que indica que ser "Líder de la Rebolución Bolivariana" ou "Comandante" é muito mais importante do que ser apenas "o presidente", visto que, estas designações carregam consigo uma memória que são constantemente atualizadas quando postas em uso pelo discurso. (GUIMARÃES, 2005).

Sobre "Comandante" podemos começar a rastrear os sentidos possíveis para esta designação partindo, por exemplo, do meio militar. Contudo, apesar de ser um título representativo desse grupo, também indica uma posição de liderança popular. E, aqui, mais uma vez, voltamos a pensar em figuras como Fidel Castro e Che Guevara, os quais também foram designados dessa forma. Portanto, o sentido de ser "Comandante" está para além da força militar, é o líder, que tem como aspecto legitimador a massa representativa de seguidores que lhe atribui esta posição. Ainda que, a relação com o meio militar seja mais evidente como veremos mais adiante.

Verificamos a partir das regularidades observadas nas sequências discursivas acima que a designação "Comandante" é mais usual entre os integrantes do próprio governo, o que pode nos permitir dizer que se trata de um governo que se representa como revolucionário e o faz por meio também do discurso sobre si mesmo e sobre os seus. Como indica a SD10: *"[...] llegó a esta capital el Presidente Raúl Castro para dar el último adiós al Comandante Hugo Chávez Frías, el hermano de luchas, el hombre inmenso que Cuba acogió como a un hijo."*. Os efeitos de sentidos derivados a partir deste uso mostram o valor da força militar na Venezuela. Em outros lugares ser um governo militar e exaltar isso implicaria uma repulsa

devido à carga histórica que carrega esse termo, como a alusão aos regimes militares, por exemplo, sistemas baseados na censura e na repressão.

Porém, isso parece não se realizar no contexto venezuelano, pelo menos é o que conseguimos perceber partindo do discurso de periódicos como o Gramna, que apoiam o governo de Chávez. Considerando a Venezuela e como esta designação é discursivamente utilizada, ser "Comandante" e presidir o país militarmente está diretamente vinculada à ideia de "Revolução Bolivariana", que seria uma revolução de caráter social e econômico que Chávez iniciou em 1992, ano em ocorreu a tentativa de golpe prematuramente fracassada, porém dando a Chávez uma notoriedade da qual soube fazer proveito. Então, de certa forma, o caráter militar do "Comandante" é relativizado pela sua função de "líder de la Revolución Bolivariana", fato que é construído para tentar unir o povo segundo o mesmo ideal, así como presenta la SD13, na qual a união entre o termo "Comandante" e "bolivariano": *"Cuando caía la noche, el General de Ejército acudió a la Academia Militar ubicada en Fuerte Tiuna donde se encuentra el féretro del* ***Comandante bolivariano****".*

A partir dessas designações destacamos ainda o termo *"bolivariano",* que exerce a função de adjunto nominal, e que faz referência direta a um discurso predominante nessas notícias que exaltam Chávez: *a recuperação da memória do Simón Bolívar e de sua revolução*. Fazendo um movimento inverso do predominante na época, Chávez não procurou ter como referência ideológica um nome universal como o de Karl Marx, por exemplo. Buscou sua referência no nacionalismo latino-americano, no local, no mito venezuelano do libertador Bolívar. (MARCANO; BARRERA, 2006). Com isso tentava justificar e legitimar suas ações, dizia*: "O verdadeiro autor desta libertação, líder autêntico desta rebelião, é o Símon Bolívar"*[4]*.* Desta forma, falar de Chávez é recuperar em algum momento a memória de Bolívar, SD9: *"Calificó al* ***Comandante*** *de extraordinario ser humano e insistió en que 200 años después, con la figura de Chávez,* ***reaparecieron el mismo raciocinio e ideales del Libertador[…]****".* E essa relação simbólica criada por ele é sustentada até hoje por

[4] SÁNCHES, L., "Já se começam a ouvir as caçarolas." (Jornal *El Nacional*, 2 de março de 1992) in MARCANO, CRISTINA; BARRERA, ALBERTO. Hugo Chávez sem uniforme - uma história pessoal. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

seus admiradores e manifesta-se através do uso insistente da designação *bolivariano*, assim como encontramos neste jornal.

Outra questão importante de se destacar ao analisar o lugar que Chávez ocupa nesses discursos que constroem um imaginário de herói, é a referência que se faz à América Latina, como na SD7: *"[...] sus ideales y ejemplo siempre estarán presentes en el rumbo de la región Latinoamericana por su propia independencia".* Tal referência ao ideal de união dessa região também tem como origem Bolívar e seu projeto de unir a América latina, inicialmente pensada a partir da *Gran Colombia*. Equiparar Chávez e Bolívar é mais uma estratégia que o discurso midiático mobiliza para colocá-lo no lugar de herói. Mais que herói venezuelano, Chávez seria assim mais um no rol dos Libertadores latino americanos, SD14: *"[...] Ese pueblo sabio, que en gratitud, lo eleva hoy a la estatura de* ***El Libertador****".*

Analisando esse periódico é importante observar que ao observar que ao idealizar a figura de Chávez, suas contradições são apagadas. Essa personagem ao ser construída enquanto exemplo tem seus feitos positivos amplificados, enquanto atos negativos ou polêmicos são pormenorizados. Dentre o corpus deste jornal que foi analisado por este trabalho não encontramos referencias a essas questões o que se marca como diferente da análise seguinte, que apesar de produzir a imagem de vilão, reconhece alguns pontos positivos ainda que os diminuindo. Por fim, concordamos com De Nardi e Grigoletto (2013, p.3) quando afirmam que "alçar um ator social à posição de herói é colocá-lo no centro de um processo discursivo como aquele que cristaliza em sua própria constituição, uma forma-conteúdo que é modelar, ainda que possa sofrer deslocamentos e atualizações ao longo do tempo."

4 A CONSTRUÇÃO DO VILÃO "HUGO CHÁVEZ" NA REVISTA VEJA

O entrecruzamento entre memória e imaginário, assim como estava presente nos discursos que representam Hugo Chávez como herói, também se manifesta nas construções que o representam como anti-herói. Ao contrario daqueles, como veremos adiante, recupera-se aqui certos dizeres que foram apagados, justamente por fazer uma ruptura com a imagem do herói exaltada. Estes discursos pretendem cristalizar certos sentidos e para isto estão o tempo todo recuperando já-ditos,

procurando, com isso, fundamentação para legitimar o que se diz[5]. Assim como define Gregolin (2003, p. 96): "Se analisarmos o funcionamento discursivo da mídia, poderemos entrever esses movimentos de resgate da memória e de estabelecimento de uma identidade social". Vejamos adiante:

> **SD1 -** Ao longo de seus 14 anos no poder, Hugo Chávez se esforçou para ampliar o alcance de sua 'revolução bolivariana' para outros países da América Latina. O processo de convencimento foi financiado pelos petrodólares e barris de petróleo distribuídos pela Venezuela a países aliados. Alguns dos que se alinharam à cartilha do ***caudilho*** se apresentam como herdeiros de seu legado, mas não têm as características que tornaram Chávez a tradução do movimento. (Veja, 21/01/2013).
>
> **SD2 -** Catorze anos de ***chavismo*** deixam a economia da Venezuela em frangalhos. Morte de Hugo Chávez pode representar um novo começo para a economia venezuelana, que foi dilacerada por mais de uma década de sucateamento da indústria, deterioração fiscal, inflação e corrupção. (Veja, 05/03/2013).

Em oposição à representação de Chávez como herói, como visto acima, a revista Veja preocupa-se em representá-lo como vilão. Com as SD1 e SD2, podemos entender como se dá essa construção. Há, primeiramente, um discurso com um forte teor crítico que avalia negativamente o governo de Chávez: *"Catorze anos de chavismo deixam economia da Venezuela em frangalhos"*, seguido por uma listagem de causas - *"foi dilacerada por mais de uma década de sucateamento da indústria, deterioração fiscal, inflação e corrupção"*- que fundamenta a assertiva que se faz anteriormente, dando, assim, um caráter de "veracidade" ao discurso. Ao usar essa sequência de fatores negativos do governo venezuelano, espera-se convencer o leitor, provocando prontamente sua identificação com esse imaginário de vilão que constrói.

Ainda nessas sequências a designação "chavista" chamou nossa atenção. Uma vez que, diferentemente dos discursos de Chávez e de seus aliados políticos que se auto-designam de "bolivarianos", fazendo uma menção clara ao Simón Bolívar, o termo "chavismo" derruba o resgate dessa memória. Sendo assim, sugere que este

[5] Para fins de análise, a *revista Veja online* foi o meio midiático escolhido para servir de amostra de como a grande mídia nacional apresenta essa personagem à opinião pública do país.

governo não está se baseando a partir do Bolívar, mas a partir do próprio Chávez. A própria formação da palavra constituída pelo sufixo "ismo" sugere essa compreensão, indicando uma ideologia baseada na "ideia de Chávez". Com isto, apaga para o público a vinculação do Chávez com este personagem tão idealizado na América Latina e que poderia causar um efeito de identificação. A designação "chavismo" introduz também outro sentido, o qual a mídia e os opositores de Chávez usam constantemente para produzir ainda mais a não-identificação dos brasileiros com esse governo. Estamos falando da semelhança que a mídia acaba por forjar, do governo de Chávez com regimes autoritários, como nas seguintes SDs apresentadas abaixo:

> **SD3 -** Como ocorre nas ***tiranias***, o povo venezuelano passou meses a fio sem ter uma única informação minimamente confiável e verossímil sobre a saúde *do* ***coronel Hugo Chávez,*** sendo desrespeitado no direito fundamental de inteirar-se do que se passa com quem o governa. (Veja, 05/03/2013).
>
> **SD4 -** O constante desprezo pela liberdade de imprensa e o cerceamento aos meios de comunicação privados pelo ***ditador Hugo Chávez*** tem resultado em autocensura da imprensa e escassa cobertura de temas cruciais para a população. (Veja, 29/01/2013).
>
> **SD5 -** [...] Esse aumento não compromete a solidez fiscal do país no curto prazo, mas representa mais um desafio para o governante que assumir o poder na ausência do ***caudilho***. (Veja, 06/03/2013).

Diante das SDs 3 a 5, destacamos como recorrente o uso de designações como *"coronel", "ditador" e "caudilho"*. Para dá sentido ao uso desses nomes no discurso Guimarães (2005) chama nossa a atenção para a necessidade de remetê-los a história, e ao fazer isso, recuperamos a memória dos governos autoritários, que assim como Chávez permaneciam muito tempo no poder, discurso este usado para legitimar a comparação feita com o uso constante desses termos. A designação *"coronel"*, SD3, nos leva ao Brasil colônia, quando os coronéis eram a "política" de uma cidade e mantinham o povo sob o seu poder, interferindo em diferentes esferas sociais como na igreja e na polícia. Com *"ditador",* SD4, recuperamos a memória da ditadura militar, onde de igual modo, o povo se encontrava subjugado pelo poder inquestionável, desta vez dos militares.

Quanto ao termo *"caudilho",* SD1 e SD5, nos parece um pouco longe da realidade brasileira. Remete a um tipo de organização vigente no pós-independência na América hispânica, onde o caudilho destacou-se por representar uma figura contraditória. Ao mesmo tempo em que exercia seu poder autoritário era o líder carismático de grande proximidade com o povo. O que se percebe com o uso desta designação como sinônimo de *"ditador"* e *"coronel"* é a atribuição de um sentido totalmente pejorativo, criando-se assim um imaginário particular para "caudilho" no cenário brasileiro[6].

Sendo assim, a figura do Chávez representada pela revista Veja está constantemente vinculada com aspectos negativos da memória do seu governo, que a mídia insiste em recuperar e atualizar, atuando, desse modo, na não-identificação do público com relação a esta personagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos com este trabalho refletir um pouco sobre o modo como a mídia representa o outro. Entendemos que a espetacularização (GREGOLIM, 2003) midiática é um processo que mobiliza distintas estratégias e é no discurso que podemos perceber como funciona esse jogo midiático, já que é a materialidade linguística com a qual temos contato. Porém, mais do que está dito, os sentidos são construídos também pelo o que não se diz, mas que de alguma forma está interferindo na (des)consstrução de determinadas redes discursivas. Fala-se em (des)construção, porque do mesmo modo que a mídia dedica-se a construir um sentido, de igual modo, percebemos o movimento contrário, o de desconstrução, de tornar algo negativo o que talvez a sociedade tivesse interpretando de outra forma. Desse modo, constrói um discurso produzindo um imaginário mostrando o quão tóxico isso pode ser para a sociedade. Analisar as representações sobre Chávez na mídia nos exemplifica bem esse jogo do construir e desconstruir.

---

[6] Para pensarmos um pouco mais essa questão dos sentidos para *caudilho,* poderíamos rastrear outros discursos que trazem esse nome como tema. Por exemplo, em um editorial de 2007, do jornal espanhol "El país" intitulado *"Caudillo Guevara"*, o termo caudilho é construído de modo depreciativo. Já na música "*Herdeiro da pampa pobre"* da banda Engenheiros do Hawaii, caudilho tem um imagem positiva e de certa forma é exaltado. Isso serve para ratificar que a designação não se trata apenas do termo em si, mas do modo como ele é recuperado, construindo-se para ele uma direção de sentido.

Desse modo, nos concentramos em verificar o funcionamento das representações midiáticas, sobre Hugo Chávez, na cristalização de dois imaginários sobre essa personagem e o que a cerca, analisando como estes imaginários se manifestam através das designações que carregam toda uma memória sobre esta figura. Com isso, verificamos nos discursos midiáticos analisados, que há um trabalho de (des)construção da imagem de Hugo Chávez, o colocando ora no lugar de herói, ora no lugar de vilão. Com a análise, foi possível verificar que isto está marcado na materialidade da língua através do uso recorrente de designações específicas. Estas se dividem em dois grupos opostos que representam o ex-presidente da Venezuela segundo os imaginários antes identificados. De modo que, para o primero encontramos *Líder de la revolución Bolivariana, comandante* e *Revolución Bolivariana*. Já para o segundo temos: *coronel, ditador, caudilho e movimento bolivariano.*

Concluímos, portanto, que o recurso da designação, representa um lugar privilegiado onde se pode observar como ocorre a estabilização dos sentidos de um imaginário na materialidade da língua. Entendemos que a designação funciona como um lugar, primeiramente, de construção, onde ocorre a filiação a um imaginário, e em seguida, de estabilização dos sentidos. Nos discursos sobre o Hugo Chávez, a designação surge como um recurso linguístico de grande produtividade, já que através desta notamos o entrecruzamento entre memória e imaginário, como nos mostram as figuras que são apresentadas nas SDs analisadas, que cristalizam um imaginário positivo ou negativo, recuperando a memória que carrega esses nomes. A partir daí entendemos como estes pressupostos vão influenciar a construção de determinados sentidos, que definem não só Chávez, mas também a posição a qual este meio de comunicação pertence.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. 2004. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. EDIPUCRS. Porto Alegre.

CHAUÍ, M. 2006. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. Editora Fundação Perseu Abram. São Paulo.

CORACINI, M. J. 2007. A celebração do outro na constituição da identidade do brasileiro. In.: _____ (Org.). **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade. Mercado das Letras. Campinas.

COURTINE, J.(1981). 2009. **Análise do discurso político**. Edufscar. São Carlos.

_____.1999. O chapéu de Clémentis. In. INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M.C.; (Org.). **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Editora Sagra Luzzatto. Porto Alegre. Coleção Ensaios, n.12, p. 15-22.

DE NARDI, F. S.; GRIGOLETTO, E.. 2013 **O julgamento nas redes: a (des)construção do "herói" nos discursos sobre o mensalão**. In: XXI Congresso da Associação dos linguísticas. Natal.

GREGOLIN, M. R. V. 2003. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história no tempo. In: _____ (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. Editora Claraluz. São Carlos.

GUIMARÃES, Eduardo. 2005. Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2 ed. Editora Pontes. São Paulo.**

KRAUSE, Henrique. 2013. **O poder e o delírio**. Benvirá. São Paulo.

MARCANO, CRISTINA; BARRERA, ALBERTO. 2006. **Hugo Chávez sem uniforme** - uma história pessoal. Editora Gryphus. Rio de Janeiro.

ORLANDI, Eni Puccinelli. 2007**. Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Editora Pontes. Campinas.

PÊCHEUX, M. (1969). 1997. "Análise automática do discurso (AAD-69)". In: GADET & HAK (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3ª ed., Ed. da Unicamp. Campinas.

_____. (1983). 1990. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Pontes. São Paulo

_____.(1975). 1997. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Ed. da Unicamp. Campinas.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. 2003. **Por uma linguística crítica**: identidade e a questão ética. Parábola Editorail. São Paulo.

ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. (Orgs.). 2008. **Discurso midiático**: sentidos de memória e arquivo. Pedro & João Editores. São Carlos.

A (DES)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO SUJEITO-HERÓI PELOS VEÍCULOS MIDIÁTICOS: o caso Joaquim Barbosa e a sua ressignificação social

Carlos Eduardo de Freitas Barbosa[1]

1 INTRODUÇÃO[2]

Vivemos em um mundo em que há a necessidade de nos apoiarmos em alguma figura que nos "complete" social e psicologicamente. Somos sujeitos incompletos, por isso, buscamos uma identificação no outro, almejando desse outro algo que nos complete, que não conseguimos alcançar. Nessa busca por completude, podem surgir sujeitos que se tornam heróis a nosso ver. Pessoas normais, mas quando comparadas a outras, apresentam alguma característica que as torna especiais. E, muitas vezes, quem as torna especiais, alçando-as à figura de herói, é a mídia. Tendo como ponto de partida essa problematização, este trabalho busca analisar a criação, a identificação e a propagação de determinados indivíduos que atuam na sociedade e são tidos como "heróis" sociais. Mais especificamente, estudamos aqui a figura de Joaquim Barbosa.

Os heróis são construídos e propagados através dos processos discursivos nos quais os sujeitos criam uma identificação e identificam o outro. Um herói comumente pode ser um sujeito "normal" que, após algum feito, é elevado a essa categoria. No caso de Joaquim Benedito Barbosa Gomes, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), temos seu destaque junto a mídia, a partir dos julgamentos e punições dos participantes do caso de corrupção nacional – o mensalão. Além de um enorme reconhecimento do caso citado, o juiz emerge na mídia como o primeiro negro de origem modesta a ocupar um cargo de tamanha importância e poder.

A partir disso, surgem as seguintes perguntas: como Joaquim Barbosa é representado e se representa nos discursos da mídia? Ou seja, como, discursivamente, Joaquim Barbosa é alçado à posição de herói nacional? Qual o

---

[1] Estudante do Curso de Letras/Bacharelado – CAC – UFPE; bolsista do CNPq (**carlos_cadueduardo@hotmail.com**).

[2] Este trabalho é parte do projeto de iniciação científica "Identificação, memória e atualidade nos modos de constituição do 'herói'", orientado por Evandra Grigoletto.

papel da memória e da mídia nessa construção? O que faz com que brasileiros comuns se identifiquem, ou não, com esse personagem?

Sendo ele uma figura pública, a mídia produziu e continua produzindo e fazendo circular muitos discursos acerca de Joaquim Barbosa. Embora, em sua maioria, esses discursos projetam uma imagem de JB como um herói que luta pelo bem do Brasil, em alguns, ele nada mais é do que um corrupto fascista.

Para buscar responder a tais questionamentos e observar o funcionamento desses discursos acerca de JB, serve como referencial teórico a Análise do Discurso, para a qual o sujeito é determinado sócio-historicamente e mantém uma relação intrínseca com o discurso e a produção de sentidos. Desta forma, as análises focam em como se dá esse processo de heroicização acerca da figura de Joaquim Barbosa.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

Para iniciar as reflexões acerca do sujeito, devemos saber que o sujeito aqui tratado é o sujeito do discurso, o qual é interpelado pela ideologia e determinado pelo histórico-social.

Em seu estudo, Pêcheux (1969) diz que o sujeito é um lugar determinado na estrutura social. Por isso, este sujeito não está na origem do dizer, pois ele é duplamente afetado: dotado de inconsciente e interpelado pela ideologia. No entanto, o sujeito que é interpelado ideologicamente não sabe disso, já que suas práticas discursivas se apoiam na ilusão de que ele é a origem do dizer e domina com perfeição o que tem a dizer.

Em 1975, Pêcheux introduz a questão dos esquecimentos, abordando-os a partir dos estudos Freudianos. Afirma que “a necessária referência do que *eu* digo àquilo que *um outro* pode pensar, na medida em que aquilo que eu digo *não está fora do campo daquilo que eu estou determinado a não dizer”* (Pêcheux, 1997b, p. 161). Para refletir sobre os esquecimentos ele utiliza uma oposição entre o “sistema pré-consciente-consciente” e o “sistema inconsciente”. (Idem)

Tais esquecimentos são divididos em dois: o nº 2 se dá no interior da FD que o sujeito-falante domina, encontrando nela uma relação de paráfrase; o nº 1 consiste no fato de que o sujeito-falante não pode se encontrar no exterior da FD que o domina. “Nesse sentido, o *esquecimento nº1* remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que – como vimos – esse exterior determina a formação discursiva em questão”. (Pêcheux, 1997b, p. 162)

Refletindo também sobre os esquecimentos, temos o que a autora brasileira, Eni Orlandi, argumenta sobre o assunto, da qual destacamos, para complementação do que foi dito por Pêcheux, que:

> O esquecimento nº 2 é o “esquecimento enunciativo”, da ordem do pré-consciente, consciente, e que determina se dizemos algo de uma maneira e não de outra; já, o esquecimento nº 1 é da ordem do inconsciente, é o chamado “esquecimento ideológico”, que resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. (ORLANDI. 2012. P. 35)

No início de sua teoria, Pêcheux busca criar um maquinário para a Análise do Discurso que vai de encontro a outras teorias da linguística, uma vez que partilha da ideia da língua como um sistema sujeito a falhas, pensando a construção do sujeito e sentido através da ideologia. Tal construção se dá pelo discurso, o qual é definido por Pêcheux (1997, p. 82) como “efeito de sentidos” entre locutores. As condições de produção, outra noção introduzida por Pêcheux em sua primeira obra, apontam para o fato de que “A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos”. Desta maneira, os lugares ocupados pelos sujeitos definem suas inserções no processo discursivo, visto que nem o sujeito, nem o sentido estão completos, feitos e constituídos definitivamente.

Conseguinte ao seu trabalho inicial, Pêcheux, juntamente com Fuchs, apresenta o quadro epistemológico da Análise do Discurso (AD), havendo uma atualização dos conceitos previamente definidos por Pêcheux. Assim, são debatidas as regiões que ultrapassam o conhecimento científico do campo teórico proposto, que seriam o materialismo histórico de Althusser, a linguística e a teoria do discurso propriamente dita, sendo todas essas três regiões perpassadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica. As *condições de produção* e sua relação com as *formações ideológicas* são expostas: “toda formação discursiva deriva de condições de

produção" (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 167). As formações ideológicas determinam o conjunto de saberes do Sujeito Universal – forma-sujeito histórica – o qual, por sua vez, regula o que pode e deve ser dito na Formação Discursiva. O resultado dessa relação entre o sujeito enunciador e a forma-sujeito da FD são as tomadas de posição e/ou as formas de identificação do sujeito com a FD na qual inscreve o seu discurso.

Na AD, a relação que se estabelece entre as FD's (formações discursivas) e os processos que corroboram para a identificação para/com o sujeito resulta nas formas de identificação – posições-sujeito (Pêcheux 1975).

Segundo Pêcheux, a noção de formação discursiva (FD) "corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos, que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando "o que deve ser dito" (PÊCHEUX, 1997b, p. 161). Assim, é que a forma-sujeito histórica relaciona-se com o sujeito do saber de uma FD (Cf. Pêcheux, 1997b, p. 198) e, por sua vez, com o sujeito enunciador, o que vai resultar nas relações de des/contra/identificação, tratadas pelo autor como "três" modalidades que caracterizam as tomadas de posição do sujeito no discurso. Quais sejam:

- A primeira é a da superposição que ocorre entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da FD, relevando uma identificação plena do sujeito enunciador com a forma-sujeito da FD que o afeta, revelando o discurso daquele que Pêcheux chamou de o *bom sujeito*;
- A segunda modalidade reflete o discurso daquele que Pêcheux chamou o *mau sujeito,* ocorrendo uma separação, um distanciamento em relação aos saberes da forma-sujeito, conduzindo o sujeito do discurso a contra-identificar-se com a forma-sujeito da formação discursiva que o afeta;
- A terceira modalidade consiste no processo de desidentificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que o afeta, o que produz o processo de ruptura com essa FD e consequente identificação com outra FD. (Cf. PÊCHEUX, 1975)

Também nos apropriamos do que diz a autora Freda Indursky, quando esta atenta para a necessidade de reflexão sobre a noção de sujeito. A autora retoma a ideia de que o sujeito da AD "é dotado de inconsciente. E em sua constituição social ele é

interpelado pela ideologia" (INDURSKY, 2008, p. 11). A partir disso, relaciona, em sua reflexão, à noção de sujeito, as noções de forma-sujeito, a fragmentação da forma-sujeito – o bom sujeito e o mau sujeito –, a formação discursiva e a tomada de posição, ou seja "o ponto de vista do sujeito" (Idem, ibidem).

Indursky afirma que "se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido." (INDURSKY, 2011, p. 71). A repetição pode levar o sujeito do discurso a uma (res)significação. E isso ocorre porque o sujeito do discurso pode (des)identificar-se com alguns saberes e se identificar com outros. A memória, no âmbito de uma FD, permite a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento dos elementos do saber que são usados no discurso do sujeito.

A (res)significação do sujeito que se assujeita a uma nova imagem e/ou a novos saberes/sentidos, inscrevendo seu discurso em uma também nova FD, se dá pelo fato de que o mesmo é afetado pelo histórico, pelo ideológico e pelo inconsciente, sem ter consciência de que é interpelado por tais aspectos. Esse é o processo do efeito ideológico que comparece no discurso da mídia para (re)criar uma nova imagem de Joaquim Barbosa, deixando para trás sua imagem de "apenas" humano, para se tornar o defensor dos brasileiros. Um herói que vem representar um ideal com o qual as pessoas podem se (des)identificar. A exemplo de grande parte dos heróis, Barbosa tem uma origem humilde, porém grandes atos e feitos são destinados a ele.

3 A (RES)SIGNIFICAÇÃO DO SUJEITO-HERÓI: JOAQUIM BARBOSA

Existe uma exposição muito grande na mídia da imagem de Joaquim como um grande herói. Para tal, é usada uma grande variedade de truques e "manipulações" em sua figura física, como as modificações que são vistas nas sequências discursivas abaixo selecionadas:

SD 1 -

Disponível em: **https://goo.gl/mXqNps**

Constitui nossa primeira SD essa imagem de capa do ministro, publicada na revista *Isto é,* em setembro de 2013. Na imagem, visualizamos a seguinte legenda: "A NOVA BATALHA DE JOAQUIM. Derrotado, o presidente do STF enfrenta agora a missão de conduzir o julgamento dos mensaleiros sem atropelar direitos nem permitir a impunidade".

A imagem remete à época da Monarquia, lembrando a vestimenta dos nossos imperadores, possivelmente Dom Pedro II, que é tido como um dos heróis da nossa história e possui uma trajetória semelhante à de Joaquim. Vejamos um breve resumo da trajetória de Dom Pedro II:

> Pedro II cresceu para se tornar um homem com forte senso de dever e devoção ao seu país e seu povo. Herdando um Império no limiar da desintegração, Pedro II transformou o Brasil numa potência emergente na arena internacional. A nação cresceu para distinguir-se de seus vizinhos hispano-americanos devido a sua estabilidade política, a liberdade de expressão zelosamente mantida, respeito aos direitos civis [...] Apesar de não haver desejo por uma mudança na forma de governo da maior parte dos brasileiros, o Imperador foi retirado do poder num súbito golpe de Estado que não tinha maior apoio fora de um pequeno grupo de líderes

> militares que desejam uma república governada por um ditador. Pedro II havia se cansado da posição de Imperador e se tornado desiludido quanto às perspectivas do futuro da monarquia, apesar de seu grande apoio popular. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_II_do_Brasil)

Olhando especificamente para a imagem da capa, a pose de Joaquim, suas roupas e a espada que ele segura constroem uma linha de significação que remete à identificação de Joaquim com Dom Pedro II e, consequentemente, à identificação de Joaquim Barbosa a um lutador, um herói que trabalha pela nação para vencer a corrupção. Joaquim, assim como Pedro II, foi derrotado, mas, ao contrário do imperador, ele permanece no poder e continua sua *batalha*, em busca de um país mais justo. E é a essa imagem de justiceiro, de herói nacional que luta, ultrapassando barreiras, para colocar políticos corruptos na cadeia que os brasileiros buscam se identificar. Ambos, apesar do triste fim de Pedro II, seguem o mesmo caminho ideológico, já que buscam um Brasil mais justo e competente.

Como sabemos, para construir esse sentido, existe uma retomada de sentidos que vêm à tona pelo viés da memória. Entretanto, essa repetição pode levar à ressignificação, assim, é possível que a identificação não seja necessariamente com Pedro II, mas, por exemplo, com Dom Pedro I, fazendo uma inferência à independência do Brasil. De todo modo, o efeito de sentido que se produz, a partir dessa imagem, da postura e do contraste construído pelo reflexo da cor dourada da roupa no rosto de Joaquim, é o de estarmos diante de um herói que enfrenta uma *nova batalha*, *sem atropelar direitos nem permitir a impunidade*. Ou seja, um homem exemplo de retidão, a quem todos os brasileiros devem respeito e admiração. Joaquim Barbosa é o nome do responsável em tornar o Brasil independente dos corruptos. Joaquim, assim, é construído como um lutador, um soldado ou justiceiro que batalha pelo Brasil. E isso é o que nos permite, enquanto brasileiros, criar um vínculo com a sua imagem, identificar-se com ele.

Na matéria da revista *Isto É*, além da capa usada anteriormente, podemos destacar um breve trecho que acompanha a formação do discurso do herói:

> **SD2 -** “Treze meses depois, o juiz que muitos brasileiros passaram a considerar como **símbolo da luta contra a corrupção**...”.

Nesse fragmento, observamos que o sentido se constrói na relação com a ideologia heroica. Aqui, temos a ideia de Barbosa como símbolo de defesa, de luta contra os corruptos, uma das associações que o constrói como herói. Como *bom sujeito*, que se identifica plenamente com a forma-sujeito heroica, o discurso é construído pela mídia para que Joaquim ocupe a posição de justiceiro; e nós, os brasileiros, somos projetados como indivíduos a serem por ele defendidos. Pela língua e pela memória discursiva, recupera-se a história do escândalo do mensalão que ocupa(ou) o cenário nacional. Assim, pelo discurso da mídia, Joaquim Barbosa é (des)caracterizado como menino negro e pobre que ascende na sociedade para ocupar um cargo de prestígio e poder.

SD3 -

Disponível em: **http://goo.gl/7W8zZd**

Nesta imagem, Joaquim é representado como integrante do grupo de super-heróis, ao lado de Hulk, Capitão América, Thor e Homem de Ferro. Diferente das revistas, na internet, de onde o *cartoon* foi retirado e também circulou, há uma maior liberdade para criação. Nesse caso, a diferença entre Joaquim e os outros super-heróis é que ele não possui poderes sobre-humanos, sendo um humano que se torna conhecido pelo seu trabalho, alçado à condição de herói pelo discurso midiático. É como juiz do STF que ele é aí apresentado como herói. Não um juiz qualquer, mas aquele que é responsável por levar políticos corruptos a severos julgamentos e, por isso, faz os brasileiros acreditarem que há sim justiça neste país,

contrariando um sentido dominante e cristalizado socialmente de que, no Brasil, só são julgados e presos os pobres. Mobiliza-se aqui uma memória nacional acerca da justiça brasileira e o sentido é desestabilizado pela caricatura que apresenta a imagem de Joaquim Barbosa. Assim, a ideologia vai ao encontro de uma caracterização de JB como herói, ainda que de forma caricata, apresentando-o como um baixinho cabeçudo de martelo e capa.

O *cartoon* ainda apresenta o seguinte discurso, **“Agora o time está completo. O Joaquim Barbosa chegou!”.** Este discurso corrobora para sua (res)significação heroica de forma que o time só estaria completo com sua participação, um herói sem poderes sobre-humanos. Ainda que não haja um domínio de saber em relação a quem são Os Vingadores (super heróis que lutam contra monstros e salvam abertamente o mundo), toda a sua caracterização cristaliza essa ideia, as roupas, os acessórios e o gigante verde desproporcional aos outros (Hulk) levam ao ideal de defensores. Outro aspecto se dá em relação ao tamanho de Joaquim, se comparado aos outros. Sendo o menor do grupo e aparentemente indefeso, ele seria a peça chave do grupo, levando o leitor a se identificar com uma formação de bom sujeito, ou sujeito herói.

Assim, buscamos uma identificação dos heróis para com Barbosa, pois ele assume a posição de herói-humano, buscando vingança, assim como os super-heróis, os quais lutam contra as forças do mal. No caso de Joaquim Barbosa, a vingança deve acontecer pela justiça contra os corruptos. Nessa relação de identificação com o outro, a mídia constrói, mais uma vez, Joaquim Barbosa como um herói nacional, com o qual devemos nos identificar, já que, pelo exemplo de homem justiceiro, buscamos nessa imagem o ideal de completude.

SD4 -

Disponível em: **http://goo.gl/kHB1hl**

Na SD4, temos uma referência a Dom Pedro I, o qual às margens do Ipiranga deu o famoso grito de **"Independência ou Morte".** Através da ideologia, Joaquim é (re)significado de juiz a Imperador. O efeito de sentido produzido, pelo viés do funcionamento ideológico, é que Joaquim Barbosa fará a "independência do Brasil", promovendo a libertação do povo brasileiro dos políticos corruptos. Os elementos que corroboram para a significação de Joaquim como herói são: a) sua feição de ira, que grita parodicamente **"Justiça ou Morte";** b) a espada que segura na sua mão direita, e nesta, uma cueca, recriando, assim, o momento dos escândalos do mensalão (onde Joaquim é figura de importante presença) e o curioso caso do político flagrado com dinheiro escondido em sua cueca. Observamos, então, que não é somente a memória do grito de Independência, proclamado por Dom Pedro I, que comparece aí nessa imagem. Esses sentidos que são retomados pelo viés da memória discursiva res(significam) na atualidade e contribuem para o processo de identificação do povo brasileiro com o herói "Joaquim Barbosa".

Aqui, novamente, Joaquim ocupa uma posição de prestígio, já que sua pose imponente em um cavalo remete à construção de sua figura como herói. Ainda que possa haver um esquecimento da figura de Dom Pedro I, esse afastamento do ideal do imperador faz com que a situação se torne mais cômica, porém dotada de um discurso que caracteriza Joaquim como um defensor, um cavaleiro, montado num cavalo com sua espada em busca de justiça; seu grito se dirige a todos os corruptos como um aviso de chegada que marcaria o fim do *reinado* da corrupção.

SD5 -

Disponível em:

http://2.bp.blogspot.com/JRimeF9WWf8/Up9cXYxFCUI/AAAAAAAAIdk/22sLv38b D2s/s1600/joaquim+bargosa.png

Na SD5, temos uma comparação na identificação de Joaquim: na primeira parte da imagem, ele é descrito com a frase **"para os leigos, trata-se de um herói**"; já, na outra parte, ele é representado como um anti-herói pela frase **"no meio jurídico, trata-se de alguém que está desmoralizando a justiça"**. Nesse caso, encontramos duas Formações Discursivas antagônicas: uma apresenta JB como herói, como é conhecido pela grande maioria dos brasileiros (FD1); e a outra apresenta o lado dos seus colegas do meio jurídico que o enfrentam (FD2). Assim, o sujeito-leitor poderá se identificar com os sentidos de qualquer uma dessas

formações discursivas (FDs), na qual se inscrevem sentidos antagônicos sobre JB. Embora a posição defendida pelo autor do *cartoon* é que Joaquim Barbosa não é um herói, já que quem o julga assim são os *leigos*, e sim um juiz que está *desmoralizando a justiça*. Por isso, *ele divide opiniões.*

No entanto, esse sentido de JB como anti-herói não é recorrente no material analisado, sendo dominante os elementos que corroboram para a sua (re)criação como herói. Todos os aspectos já vistos nas SD's anteriores servem para que tal imagético heroico seja cristalizado nesta FD1. Desta forma, o uso de roupas antigas, a aproximação a heróis "de verdade" e toda a exposição na mídia, que o retrata como um lutador que subiu na vida ainda que contra todas as adversidades, ressoam aqui, fazendo com que os ditos "leigos" se identifiquem com o "herói" Joaquim Barbosa. Podemos compreender a jornada de Joaquim através das palavras de Campbell, em *O Herói de Mil Faces*, no qual ele explica o processo pelo qual o herói passa:

> Esse primeiro estágio da jornada mitológica — que denominamos aqui "o chamado da aventura" — significa que o destino convocou o herói e transferiu-lhe o centro de gravidade do seio da sociedade para uma região desconhecida. Essa fatídica região dos tesouros e dos perigos pode ser representada sob várias formas: como uma terra distante, uma floresta, um reino subterrâneo, a parte inferior das ondas, a parte superior do céu, uma ilha secreta, o topo de uma elevada montanha ou um profundo estado onírico. Mas sempre é um lugar habitado por seres estranhamente fluidos e polimorfos, tormentos inimagináveis, façanhas sobre-humanas e delícias impossíveis. O herói pode agir por vontade própria na realização da aventura, como fez Teseu ao chegar à cidade do seu pai, Atenas, e ouvir a horrível história do Minotauro; da mesma forma, pode ser levado ou enviado para longe por algum agente benigno ou maligno, como ocorreu com Ulisses, levado Mediterrâneo afora pelos ventos de um deus enfurecido, Posêidon. A aventura pode começar como um mero erro, como ocorreu com a aventura da princesa do conto de fadas; igualmente, o herói pode estar simplesmente caminhando a esmo, quando algum fenômeno passageiro atrai seu olhar errante e leva o herói para longe dos caminhos comuns do homem. Os exemplos podem ser multiplicados, ad infinitum, vindos de todos os cantos do planeta. (CAMPBELL, 1949, p. 66)

Já na FD2 temos o lado dos que identificam JB como um anti-herói, sendo usada a frase "no meio jurídico, trata-se de alguém que está desmoralizando a justiça". Para reforçar tal sentido, trazemos a opinião do colunista da revista *Carta Capital*, Luis Nassif, na qual ele compara Joaquim a um bêbado e aponta seus erros.

> O consenso no meio jurídico é que trata-se de um desequilibrado que está desmoralizando a Justiça e, principalmente, o mais alto órgão do sistema: o STF [...]O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakai, lembrou a

> cena da semana passada, na qual Barbosa acusou todo o tribunal de fazer "chicana" – na linguagem jurídica, malandragem para atrasar julgamentos. A única voz que se levantou protestando foi a do calado Teori Zavascki. Os demais recuaram, com receio da baixaria – o mesmo receio que acomete um cidadão comum no bar, quando entra um bêbado ou um alucinado distribuindo desaforos. [...] O Código da Magistratura proíbe que juízes sejam proprietários de empresas ou mantenham endereço comercial em imóveis funcionais. O órgão incumbido de zelar por essa proibição é o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Barbosa é a única exceção de magistrado que desobedeceu a essa obrigação. Ao mesmo tempo, é o presidente do STF e do CNJ. Como se pode tolerar essa exceção? Se algum juiz federal abrir uma representação junto ao CNJ para saber se liberou geral, qual será a resposta do órgão? E se não abriu, como tolerar a exceção? (NASSIF, 2013).

Percebemos que a imagem, presente em FD2, busca fazer com que os sujeitos se contra/desidentifiquem com a figura heroica antes imposta. Para haver a identificação com a imagem do herói, é preciso estabelecer relações com a memória discursiva, a qual possibilita que o sujeito recrie os momentos do mensalão e toda a sua repercussão, acarretando numa imagem de Joaquim como herói, já que ele julgou e condenou os culpados e demais envolvidos em tal acontecimento.

Já para a significação de anti-herói, os indivíduos buscarão conhecimentos e opiniões como a de Nassif, onde ele produz um efeito de esquecimento da figura de JB como herói. Sendo assim, sob a luz da imagem do herói, ele é visto por alguns (sobretudo pelos seus próprios colegas do *meio jurídico*) como alguém que deturpa seu ambiente de conforto e segurança, um baderneiro que destrói a justiça implantada. O contexto histórico e ideológico de Joaquim é exposto para degradação de sua imagem: um menino negro e pobre, que buscava poder e fez por onde obtê-lo, corrompendo o ambiente de "justiça" dos políticos.

Podemos então perceber, através desta pesquisa, que Joaquim Barbosa não se (re)significa, ele é (re)significado, neste caso pela mídia. Sua construção envolve os mais diversos artifícios, que vão de manipulações com sua imagem física, até as roupas diversas e discursos encorajadores. O discurso acerca de Joaquim Barbosa cristaliza um sentido: sua imagem como herói, representando um ideal de esperança na luta da justiça contra a corrupção. Sua história de vida é usada como um exemplo de perseverança e luta em busca de uma vida melhor: um menino negro e pobre que chega a ocupar um dos cargos de maior poder da justiça brasileira. Tamanha exposição de sua figura na mídia teve como consequência despertar o

posicionamento crítico do povo brasileiro, já que JB tornou-se uma das figuras mais comentadas e populares do Brasil, um exemplo de retidão a ser seguido. Assim, podemos dizer que Joaquim serviu como símbolo de luta para os diversos protestos que se espalharam pelo país a partir de junho de 2013.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a constituição do herói pela mídia nos fez observar que o discurso midiático produz sentido pelo viés da memória discursiva e, pela repetição, faz funcionar o efeito ideológico de um sentido único. Neste caso, a representação de Joaquim Barbosa como um herói nacional.

No entanto, os sentidos deslizam e, mesmo sendo retratado como herói por uma maioria, ainda há uma relutância por parte de alguns para se identificar com essa imagem. A imagem de um menino pobre e negro que ascende perante a sociedade e busca retribuir de alguma forma é algo com que muitos se identificam, mesmo que inconscientemente. Num país onde a desigualdade é explícita, o surgimento de um herói nacional, vindo de um lugar de pobreza, se cristaliza como a imagem de um defensor, sendo esse o sentido dominante.

Essa construção se assemelha ao que Indursky (2011) explica sobre (res)significação identitária, em que a repetição pode levar o sujeito do discurso a uma (res)significação social. E isso ocorre porque o sujeito do discurso pode (des)identificar-se com alguns saberes e se identificar com outros, produzindo, assim, uma nova identidade mesmo para uma figura já cristalizada socialmente.

Assim chegamos à conclusão de que a ascensão do herói se constitui por ordem da (re)produção de um imagético que outros fazem em relação a um determinado sujeito, seja este um bom ou mau sujeito. Joaquim se consagra quase que completamente como um herói aos olhos dos brasileiros pelos quais ele se propôs a lutar. Quase todas as suas representações fantásticas que observamos durante esta pesquisa se constroem sobre as suas ações em defesa dos cidadãos. Ainda que o próprio não se considere um herói propriamente dito, ele certamente agiu como um.

REFERÊNCIAS

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E.A. (Orgs). **Práticas Discursivas e Identitárias.** Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9 - 33.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; MTTMAN, S.; FERREIRA, M.C.L. (Orgs.) **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas–SP: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 10ª Ed., 2012.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET & HAK (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. (1969). Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de **Michel Pêcheux. In: GADET & HAK (Orgs) Por** uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

PÊCHEUX, M. (1975) **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1997b.

CAMPBELL, J. (1949) **O Herói de mil faces**. 11ª Ed. São Paulo: Cultrix/Pensamento, 1995.

BERTO, Luiz. CLAYTON – O POVO. Jornal da Besta Fubana. Disponível em: <http://www.luizberto.com/fuleiragem/duke-%E2%80%93-super-noticia-77>. Acesso em: 12 fev. 2014.

CARDOSO, Paulino. **Multiculturalismo, afrodescendentes e pensamentos dispersos**. Disponivel em: http://multiculturalismoepopulacoesafricanas.blogspot.com.br/2014/05/reforma-politica-ou-reforma-politica.html acessado em: 20/02/2014

ABE, Narumi**. Stoa**. Disponível em: < http://stoa.usp.br/narumi/weblog/113777.html**>** acessado em: 20/02/2014

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_II_do_Brasil acessado em: 15/12/2013

http://www.cartacapital.com.br/politica/uma-encrenca-chamada-joaquim-barbosa-9008.html acessado em: 04/08/2014.

REVISTA ISTO É. São Paulo. Edição 2288, Ano 37, Nº2288, 25 set. 2013.

LEITURA E TECNOLOGIA: os sentidos e a contradição na "consolidação" de políticas públicas

Cidarley Grecco Fernandes Coelho[1]

1 DISCURSOS SOBRE A LEITURA

Na esteira dos discursos que reproduzem o imaginário de que o Brasil é um país que não lê, são instituídas cada vez mais iniciativas de promoção e incentivo à leitura, com políticas governamentais e programas, tanto através de iniciativa privada, de ONGs e empresas quanto do Estado.

Pelo funcionamento desse imaginário, (cf. PÊCHEUX, 1969 [GADET; HAK, 1990]), de que brasileiro não lê, a ordem imediata é que, por meio de políticas públicas de incentivo à leitura, se cubra essa falta, com a produção de mais e mais leitores, a fim de formar cidadãos conscientes de que só a leitura pode produzir progresso, sendo esta uma ferramenta indispensável para o processo de civilização; e, além disso, nesse funcionamento constrói-se a evidência de que só através da democratização do acesso ao livro e às bibliotecas é que se pode ter uma sociedade mais justa e igualitária.

Desde tempos remotos a escrita e a leitura estiveram associadas ao prestígio social, a melhores condições financeiras e culturais. É pelo acesso à escrita e a leitura que se dá a ascensão social, reservada para poucos, e por essa via se pensa em justiça e igualdade, na qual todos podem ter acesso às mesmas condições de vida. Democratização e elitização dos chamados bens culturais, contradição (cf. PÊCHEUX, 1988) constitutiva da sociedade em que vivemos. E desse processo de produção contraditório, fazem parte o sistema livreiro e editorial, cujo fomento é uma prática necessária e constante para a manutenção do *status quo,* e o desenvolvimento das chamadas novas tecnologias, cujo acesso a tudo e por todos é promessa de elevação na escalada social.

[1] Mestranda em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a orientação da Profa. Dra. Claudia C. Pfeiffer, bolsista pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e professora da Secretaria Estadual de Educação do Paraná (**profacidagrecco@gmail.com**).

Com a inserção da evolução tecnológica na sociedade, a ampliação do consumo, a elevação do poder de compra da sociedade brasileira, através de políticas de incentivo e promoção da igualdade com programas de aquisição de bens financiados e incentivos fiscais para aquisição de bens de capital, o acesso à Internet, aos computadores e à leitura é garantido e em sua transparência é esse ingresso no mundo tecnológico atual que garantirá o acesso ao conhecimento. Na opacidade dos sentidos nos perguntamos pela apropriação ao conhecimento, à leitura e não apenas pelo acesso às redes, aos bens, às políticas. Perguntamos pelo político, ou seja, pelos sentidos que podem ser outros (cf. ORLANDI, 2012 [1999]). Perguntamos como se dá a política de promoção do livro e incentivo à leitura. Consideram-se as condições de produção dessa transição de materialidade – do impresso ao digital – e das tecnologias de leitura e escrita? E qual é a relação que se estabelece entre leitura, tecnologia e escola?

Vale lembrar que na sociedade contemporânea, na qual a tecnologia digital é parte das condições de produção do conhecimento (cf. DIAS, 2012, 2014), dos saberes e da própria escola, nos perguntamos pelos sentidos dessas relações que aparecem nos discursos sobre a leitura no Brasil marcados por uma falta.

Pesquisas recentes, como o “Retratos da Leitura no Brasil”[2], alertam para o fato de que as políticas públicas de distribuição gratuita de livros não são suficientes para impactar a relação entre classe social e leitores, e ainda confirma a inexorável ligação entre leitura e escola, sendo esta a maior e principal fonte de formação de leitores, bem como atesta a inevitável queda nos índices de leitura dos sujeitos ao fim do ciclo escolar.

Levando em conta essas relações e para refletir sobre alguns dos sentidos para leitura que alguns discursos de políticas públicas trazem, na relação com a sociedade e a ciência, e também as condições de produção destes sentidos frente às mudanças tecnológicas, propomos uma análise de um recorte do “DOCUMENTO FINAL do XV Encontro Nacional do Programa Nacional de Incentivo à Leitura –

[2] Pesquisa disponível em: **http://www.imprensaoficial.com.br/retratosdaleitura/RetratosDaLeituraNoBrasil3-2012.pdf**

PROLER", sob a luz das perspectivas teóricas da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas.

2 POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA – O PROLER

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER, criado em 1992, é um instrumento de "promoção da valorização social da leitura"[3] no Brasil, vinculado à Fundação Biblioteca Nacional – FBN, com sede na Casa da Leitura, no Rio de Janeiro. Organizado por 70 comitês conveniados e ações autônomas em prol da leitura e da escrita, atua hoje em 350 municípios como política pública de formação de leitores. Dentre suas ações estão: formações continuadas de gestores dos comitês e formação de mediadores de leitura, em diversas cidades do Brasil e na Casa da Leitura.

O documento, objeto de análise deste trabalho, é resultado de um encontro entre os gestores e especialistas vinculados ao PROLER que traçou diretrizes de atuação para os anos de 2010 a 2014, e sua escolha para essa análise se dá com o objetivo de compreender como as políticas públicas de leitura têm sido construídas na constituição de sentidos estabilizados na evidência de um discurso sobre uma falta, que mostram como o conhecimento entra numa rede construída histórica e politicamente na sociedade.

Veremos ao longo desse trabalho como o documento traz em sua discursividade formulações que colocam na transparência uma falta de leitura e de leitores; e apontam para as políticas públicas de incentivo à leitura como elemento necessário à continuidade de uma tradição, constituindo assim uma série, uma rede de memória de formação de leitores, "considerando a história já constituída de incentivo à leitura, objetivando a continuidade do Programa." (PROLER, 2010), conforme aponta o texto em questão.

Cabe ressaltar que para a Análise de Discurso, filiação teórica deste trabalho, a produção de conhecimento não está separada da condição material de existência dos sujeitos, antes, ela é pensada através das condições de produção das relações

[3] Documento final do XV Encontro Nacional do Programa Nacional de incentivo à leitura – Proler. Publicado em 2010 e acessado em março de 2014 no site: **http://www.bn.br/proler/**.

econômico-sociais e das filiações às formações ideológicas (cf. Pêcheux, 1988). Assim, os discursos analisados aqui não são tomados na evidência de que o homem – enquanto ser consciente e universal - produz conhecimentos ao longo da história, não se podendo dizer que as formulações de um determinado autor sejam mais ou menos adequadas ou tomadas como verdadeiras. Assim sendo, os discursos aqui analisados são considerados como fatos de linguagem, resultantes da inscrição dos sujeitos na língua e na história.

Como apontado em Guimarães e Orlandi (2001), a construção de um saber, da história da constituição de uma língua nacional, traz em si uma relação necessária entre língua, ciência e política, entre língua, conhecimento e Estado, numa tripla injunção entre o papel legislador do Estado, papel regulador da instituição, tradição gramatical. No caso mais especificamente relacionado à leitura, e à formação de leitores temos um dizer do Estado, em seu papel legislador, sobre o que é leitura, como e onde ler, que durante muito tempo determinou a escola como o lugar do ensino da leitura, pela alfabetização, e delegou a ela a reprodução de uma tradição de leitura elitizada, de uma leitura do cânone, a leitura literária.

Essa formação de leitores delegada à escola e pela leitura literária evidencia o Brasil como um país que não lê significado por um sentido de falta, na contraposição com países ditos leitores, na medida em que, ideologicamente, desconsidera a constituição histórica do Brasil, e consequentemente da história da leitura no Brasil, tomando as práticas leitoras de países europeus como parâmetro. Assim, se produz uma outra evidência: pelos discursos da fragilidade da escola, em sua obsolescência, em seu fracasso, há a produção transparente de sociedade não-leitora.

Na leitura do primeiro parágrafo do documento que traça as diretrizes para os quatro anos seguintes a 2010, os autores afirmam que há uma história já constituída de incentivo à leitura e objetiva a continuidade do programa e para tanto, o texto enfoca “três parâmetros de sustentação para a consolidação de uma política de reconhecimento e valorização da leitura e da escrita no Brasil” (PROLER, 2010) e essa formulação produz um efeito de sentido para “consolidação” que nos remete à ideia de continuidade. Sendo o documento um relatório de um programa que já se

instituiu e vem trabalhando para a promoção da leitura no país, a consolidação seria tornar sólido algo que já existe: o programa.

Pelo funcionamento do pré-construído “brasileiro não lê” – lembrando que o termo “pré-construído” foi proposto por Henry e que Pêcheux, (2014 [1988], p. 89) define como o que “[...] que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado.” – a instituição das políticas públicas de promoção à leitura busca sanar, remediar, suprir, a falta de leitores no país. Objetivo nunca alcançado uma vez que as políticas públicas se “consolidam”, tornam-se sólidas, mas não suprem totalmente a falta e a “consolidação” coloca o programa nesse sentido de continuidade eterna de uma falta que nunca se supre.

Ao mesmo tempo em que se busca prover a falta com formação de novos leitores e projetos de constituição de novas bibliotecas, também que se busca fortalecer, “consolidar”, tornar sólido algo que já existe, ou seja, os programas de incentivo à leitura, fazendo funcionar assim a manutenção dos discursos das políticas de promoção do livro e da leitura alicerçado por esse círculo vicioso onde sempre faltam leitores, leitura e livros.

É por meio de políticas públicas que os sujeitos poderão ter acesso ao livro e ao conhecimento através da leitura. Não apenas acesso, mas também democratização, haja vista o fato de que por muito tempo apenas as classes sociais privilegiadas teriam acesso à leitura, e não é a qualquer leitura, é um acesso à leitura literária, à erudição.

3 O ESCRIBA E O LEITOR

As condições de produção da leitura e da escrita produzem um efeito de coincidência que funciona no espaço escolar. Nessa ordem do imaginário, o sujeito que vai à escola vai para aprender a ler e escrever, e é este aprender necessário e fundamental para sua inserção no contexto do mundo do trabalho e para ascensão social, através da aquisição de uma língua nacional (e literária) por oposição a uma língua materna (PFEIFFER, 2005), a língua deficitária.

Ao se falar em leitura, também se está falando em escrita, em uma relação que coloca o dizer da escrita com a leitura sempre na transparência desta relação como uma colagem inevitável e na evidência de que se se aprende a escrever, automaticamente, se aprende a ler, restando apenas classificar, catalogar, disciplinar a leitura com a autorização daqueles que detêm o poder sobre a língua. Pensar assim a leitura colocada em lugar de poder, de relações de força, com memória e historicidade, como afirma Pêcheux (2010, p. 54), é pensar

> [...] a ambigüidade fundamental da palavra de ordem mais que centenária ‘aprender a ler e a escrever’, que visa ao mesmo tempo à apreensão de um sentido unívoco inscrito nas regras escolares de uma assepsia do pensamento (as famosas ‘leis’ semântico-pragmáticas da comunicação) e o trabalho sobre a plurivocidade do sentido como condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento.

Uma plurivocidade necessária de ser pensada na relação com os sujeitos, uma vez que sujeitos, discursos e sentidos não estão prontos e acabados, estão sempre se (re)construindo no movimento constante do simbólico e da história. Por esse motivo, o sujeito, ao produzir um discurso, relaciona-o sempre com o interdiscurso ou memória discursiva, assim conceituada por Pêcheux (1999, p. 52):

> A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Assim, os sentidos são condicionados, haja vista os modos como os discursos se inscrevem na língua e na história, como afirma Orlandi (2012 [1999], p. 31), “[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.”.

Deste modo, a formulação “consolidação de um país de leitores” rememora uma falta. Uma falta que também está descrita como falta na língua, já anunciada nos primeiros séculos da história da constituição da língua portuguesa:

> A língua de que [os índios] usam, toda pela costa, é uma: ainda que em certos vocábulos difere em algumas partes; mas não de maneira que se deixem de entender. (...) **Carece de três letras**, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, coisa digna de espanto, porque assim não tem Fé, nem Lei, nem Rei, e desta maneira vivem desordenadamente (...) (grifo nosso) (GÂNDAVO, 1576)

E se a língua apresenta uma falta na escrita, apresentará na leitura. A relação que se estabelece está na evidência dos discursos, na transparência da necessidade de se melhorar, complementar a escrita de uma língua deficitária, desde os primórdios da colonização, como bem nos mostra Mariani (2004), e esta memória deficitária está na constituição do sujeito que enuncia “brasileiros não têm o hábito de ler”, determinado pela evidência de uma língua portuguesa que falta para a organização de uma sociedade civilizada, e a transparência de uma leitura literária, efeito de evidência de uma língua regulada e normalizada desde sempre já lá, de uma leitura determinada pela literatura dos clássicos, validada pela escola, pela sociedade e pelas políticas de incentivo à leitura e promoção do livro. Todos sabem, ou deveriam saber, qual é e como é a língua. Todos sabem, ou deveriam saber, o que e como ler.

Lembremos aqui o que nos traz Orlandi (2012 [1988]), em sua definição do “inteligível, o interpretável e o compreensível”, na qual a autora tem por objetivos problematizar os processos de produção da leitura junto aos que trabalham com o seu ensino e apreender o funcionamento da compressão. Assim, um primeiro princípio que deve-se entender é que não é só quem escreve que significa, quem lê também produz sentidos, e estes sentidos são determinados historicamente por processos de significação, portanto, quando se lê, participa-se do processo sócio-histórico de produção dos sentidos e o fazemos de um lugar e com uma direção histórica determinada.

A autora afirma que “o cerne da produção de sentidos está no modo de relação (leitura) entre o dito e o compreendido.” (Orlandi, 2012 [1988], p. 135), destarte, a naturalidade dos sentidos é constituída pela ideologia trazendo uma transparência aparente aos textos e tanto quem ensina quanto quem aprende a ler deve procurar conhecer os sentidos que estão em jogo neste mecanismo, pois são eles (os sentidos) criados, construídos e permeados pelas relações de poder.

E é neste embate das relações que temos efeitos de sentidos entre locutores, dados pelos modos de leitura e o sujeito-leitor, decorrendo assim o que se chama efeito-leitor.

> A noção de efeito supõe, entre outras coisas, a relação de interlocução na construção de sentidos. Sem esquecer que os sentidos não são propriedades privadas: nem do autor, nem do leitor. Tampouco derivam da

> intensão e consciência dos interlocutores. São efeitos da troca de linguagem. (ORLANDI, 2012 [1988], p. 137)

Os sentidos realizam-se em determinadas condições de produção, mas não são determinados por elas, eles têm um passado, historicidade, e apontam para um futuro. Ao se refletir sobre a relação da leitura com a escrita, nas condições atuais, faz-se necessário confrontarmo-nos com questões ligadas ao controle e regulação da leitura e do sentido. Pêcheux (2010), ao estabelecer que há historicamente uma divisão social do trabalho de leitura de arquivo, nos diz que enquanto aos cientistas é outorgada a tarefa secundária de tratamento literal dos documentos, aos literários é reservado o direito a fazer leituras e interpretações originais.

Diante dessa divisão, a leitura, através dos aparelhos de poder da sociedade, está relacionada ao trabalho do escriba, do sujeito escrevente, sujeito-autor, e há aí um apagamento do sujeito-leitor. Para falar deste apagamento, nas condições de produção contemporâneas da leitura, abordamos a questão das chamadas novas tecnologias para leitura e escrita.

Pois, a língua como falta, a leitura como falta, transparece nos discursos sobre a leitura de modo recorrente, ou seja, “o brasileiro não tem o hábito de ler”, e, na relação com a tecnologia contemporânea, o que já é precário torna-se ameaçado pela substituição do analógico pelas tecnologias digitais.

4 O LEITOR HÍBRIDO

A discussão sobre a substituição do livro impresso, a chamada morte do livro, é antiga. Apollinaire, poeta francês, já no início do século XX, empolgado com a invenção do gramofone, acreditava que os poetas não mais escreveriam seus poemas em livro, mas gravariam em discos. Outros escritores também profetizaram a morte do livro com o advento da informática. Contudo, tal tese perde a validade quando observados os números de publicações anuais e em constante crescimento com os chamados “best-sellers”, e há quem diga que o fim não está na substituição do livro, mas na morte dos leitores, considerando-se leitores de literatura.

No documento resultado do encontro do Proler há manifestada a necessidade de “Institucionalizar a política de livro, leitura e literatura nas instâncias cabíveis”

(PROLER, 2010), colocando ao lado da leitura, a literatura. Deixando à margem da transparência dos sentidos que literatura é essa. Assim, o sentido de leitura que se coloca diante destas discussões é de um tipo específico: o da leitura literária, validado pela escola, valorizado pela sociedade e reforçado pelas políticas de incentivo à leitura e valorização do livro. E este sentido de leitura é privilegiado e aparece na transparência e repetição de muitos textos que apresentam o discurso da falta de leitores no Brasil, da escassez de leitura, da desvalorização e ameaça constantes ao livro impresso, em geral, por mudanças nas tecnologias de escrita e leitura.

Atentamos para a formulação do documento em análise “Os conceitos apreendidos pelas expressões *sociedade da informação*, *sociedade do conhecimento*, *sociedade de aprendizagem* configuram-se como sinalizações, como anúncios de novos e imprevisíveis desafios, (...) Os avanços das tecnologias de informação e comunicação imprimem novos gestos e modos de ler e escrever.” (PROLER, 2010), na qual os sentidos de tecnologia se dão pela inscrição de um “novo” paradigma para o que seja o tecnológico e, portanto, para a necessidade de mudanças.

A palavra “tecnologia”, no grego τεχνη com sentidos para técnica, arte, ofício, estudo, é uma palavra que relaciona conhecimento técnico e científico através do uso de ferramentas, processos ou materiais criados a partir de tal conhecimento.

As tecnologias de escrita e leitura são desenvolvidas no percurso da própria história, no tempo e no espaço, se relacionando com as sociedades em que surgiram alterando-se modos e sistemas de viver. Lembremos, aqui, a respeito da escrita, a consideração que faz Auroux (1992) sobre seu aparecimento como uma revolução tecnológica, fator fundamental para o surgimento das discussões linguísticas.

Ao analisarmos os sentidos dados para a relação escrita e tecnologia, consideramos o sujeito afetado pelo simbólico que fala de modo transparente, e a materialidade histórica do real. Esse sujeito, ao enunciar “tecnologia”, é tomado pela temporalidade do acontecimento. Como afirma Guimarães (2005, p. 12), “O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença.” A enunciação que considera a tecnologia presente, enquanto acontecimento de

linguagem, projeta em si mesma um futuro, no qual todo acontecimento de linguagem significa porque traz em si mesmo uma projeção de futuro. O presente e o futuro próprios do acontecimento, tecnologia, funcionam por um passado que os faz significar como ferramentas substituíveis para o livro, portanto, para a leitura.

Os sentidos de tecnologia no passado, sendo desconsiderados, produzem um efeito de apagamento da própria história dos materiais, ferramentas e processos de escrita e leitura, do mesmo modo a própria história da escrita proposta por Manguel (1997), nos relata um apagamento de sentido para leitor.

> Escrever foi rapidamente reconhecido como uma habilidade poderosa, e através das classes da sociedade mesopotâmica emergiu o escriba. Sem dúvida, a habilidade de ler também lhe era essencial, mas nem o nome dado à sua ocupação, nem a percepção social de suas atividades reconheciam o ato de ler, concentrando-se quase exclusivamente em sua capacidade de registrar. (p. 208)

Segundo Manguel (1997), a importância do escriba - e não a do leitor - se dá para o bem público, pois é ele alguém que simplesmente registra informações, não um sujeito capaz de produzir sentidos ao reconstituí-las. A recomposição das informações demandaria uma interpretação, atribuição de significados, e este é um poder político que não poderia ser exibido pelo sujeito que era os olhos e a língua de um rei ou de um general. Por isso, a deusa suméria dos grãos e da escrita, Nidaba, traz em sua representação o estilete, ferramenta de escrita, e não a tabuleta de argila que representaria a leitura. Da agricultura para a contabilidade (a escrita) até a tradição literária, “a leitura é a apoteose da escrita.” (idem).

Assim, a (r)evolução tecnológica traz em si a substituição frequente de ferramentas e materiais de escrita, e há que se considerar o fato de que a tecnologia na contemporaneidade é utilizada por muitos como uma ferramenta de consumo com seu caráter constantemente inovador e aprimorado para suprir as necessidades de uma sociedade cada vez mais imersa neste universo tecnológico.

Retomando a formulação do documento “*sociedade da informação*, *sociedade do conhecimento*, *sociedade de aprendizagem*” (PROLER, 2010) que aponta para o desenvolvimento de novas técnicas para a formação do ser humano de modo integral, considerando-se assim a totalidade, a unicidade do ser, e, na medida em

que “informação” e “conhecimento” são tomados como sinônimos, e não inscritos na mesma formação discursiva que seria o da “globalização”, transforma-se, assim, o sujeito-leitor em sujeito-consumidor, propondo assim a “Oferta intensiva de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias” (PROLER, 2010).

Nestas condições de produção, nas relações de consumo entre o livro, tecnologia e leitura, os efeitos de sentido na sociedade apaga o leitor como aquele que se assume como tal na prática de leitura, numa ordem social data, em um lugar específico, constituindo-se como sujeito afetado pela sua inscrição no social, caracterizado sócio, histórica e politicamente.

A instalação da leitura via programas e projetos de incentivo, enquanto produto para se alcançar a erudição e galgar posições socialmente desejadas, é um meio e não um fim, no Brasil. Não é construção de conhecimento sobre ela mesma, mas instrumento de mediação para se alcançar sujeitos-consumidores, com um argumento civilizatório, com vistas à “disseminação e apropriação da cultura e à inclusão social.” (PROLER, 2010).

5 CONCLUSÃO

Esse recorte procurou refletir na relação entre ciência, estado e sociedade na constituição do PROLER, pensando sobre parte dos processos de constituição das políticas de leitura no Brasil, na sua relação com o sujeito-leitor, com as instituições, e com os efeitos de sentido de leitura e de tecnologia que circulam nos discursos, bem como as causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos.

Pensando nos sentidos (e os apagamentos) dados à tecnologia: havendo um discurso sobre a tecnologia como substituta do livro impresso, há também o esquecimento de que o livro impresso também é uma tecnologia - assim como a tabuleta de argila e o estilete - que já foi ameaçada em diferentes tempos desde seu surgimento, com a invenção da impressa, seja pelo gramofone, como citado anteriormente, seja pelo surgimento da informática.

A questão que se coloca no significado de tecnologia nesta relação é também uma questão de temporalidade. Se hoje livros digitais, celulares e tablets ameaçam o

estatuto do livro e do leitor, em outros tempos outras formas tecnológicas também já estiveram em relação de concorrência.

Neste sentido, as formulações do documento analisado materializam a contradição inerente aos processos discursivos. Se por um lado temos a assunção da leitura privilegiada como leitura literária, na relação com o acesso a tecnologias cada vez mais avançadas e atraentes, precisamos nos perguntar o que esta repetição do discurso da falta de leitores no Brasil produz. Paradoxalmente, produz mais políticas de incentivo ao livro e à leitura, produz um apagamento do político, de outros sentidos para leitura e também produz um sistema de retroalimentação do mercado consumidor, tanto de livros quanto de ferramentas tecnológicas.

Assim, os sentidos de leitura literária apontados no texto remetem à tradição, a um passado e um legado que se faz necessário preservar. Do mesmo modo, os sentidos de tecnologia no texto apresentam o paradigma de futuro, sempre algo porvir que nunca está pronto e acabado, mas traz em si inovação e renovação constantes, assim sendo se faz necessário entender, permitir o acesso, não impedir. Neste jogo de divergência-convergência dos sentidos para leitura e tecnologia, se constitui todo um sistema, mas que não é infalível. E onde a língua falha, é que o sentido emerge.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

DIAS, Cristiane. **Sujeito, Sociedade e Tecnologia**: a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

DIAS, Cristiane. O ensino, a leitura e a escrita: sobre conectividade e mobilidade. In. **Entremeios**, Univas, vol. 9, jul/2014. Disponível em: www.crisdiasdigital.com.

GADET, F.; HAK, T. (orgs.) **Por uma análise automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani ... [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Lisboa: Officina de Antonio Gonsaluez, 1576. Disponível em: http://purl.pt/121/3/#/90

GUIMARÃES, E. R. J. e ORLANDI, E. P . (Org.). **História das Ideias Linguísticas**: construção do saber metalinguístico. Campinas, 2001.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento:** um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005.

MANGUEL, A. **Uma História da Leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012 [1999].

ORLANDI, E. **Discurso e Leitura**. 9. ed. Campinas, SP: Cortez Editora, 2012 [1988].

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] Campinas: Editora da Unicamp, 2014 [1988].

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Tradução Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. **Gestos de Leitura**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. (ORg.) **Papel da memória**. Trad. e Introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PFEIFFER. Cláudia C. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: **Sentido e Memória**. GUIMARÃES, Eduardo; BRUM-DE-PAULA, Miriam Rose (Org.). Campinas: Pontes Editores, 2005.

PROLER. **Documento final do XV Encontro Nacional do Programa Nacional de Incentivo à Leitura**. Rio de Janeiro: Casa da Leitura-Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <http://www.bn.br/proler/>.

O DISCURSO DO ALUNO SOBRE A LÍNGUA INGLESA E SEU ENSINO EM ESCOLAS REGULARES: um percurso teórico

Elaine Pereira Daróz[1]

1 PALAVRAS INICIAIS

A partir do trabalho iniciado em meio à pesquisa de doutoramento em Estudos de Linguagem na Universidade Federal Fluminense, centrado na compreensão dos modos de subjetivação do aluno à língua inglesa, procuramos apresentar neste trabalho uma reflexão teórica acerca do movimento simbólico na passagem da língua materna para a língua estrangeira, bem como suas implicações para o ensino de língua inglesa na contemporaneidade, buscando compreender os modos de subjetivação que envolvem a relação do sujeito com a língua em aprendizagem, tendo em vista o movimento simbólico na passagem entre língua materna e língua estrangeira, assim como analisar os efeitos sentidos que reverberam no discurso do aluno acerca da língua inglesa e seu ensino em situações formais de aprendizagem, expresso no discurso do aluno.

Diversos são os discursos que circulam na sociedade acerca da língua inglesa na contemporaneidade que, em geral, é significada sob a perspectiva de uma língua comercial, a qual temos de adquiri-la a fim de inserirmo-nos em uma dita “aldeia global”. Na consideração de que é a ideologia que subjaz a essas diferentes formas de dizer, fornecendo ao sujeito um efeito de realidade via inconsciente, buscamos apresentar algumas considerações a partir de uma abordagem discursiva que, acreditamos, nos possibilitam pensar a língua e seu ensino, tendo em vista um sujeito concebido como efeito de linguagem (LACAN, 1999) e a opacidade da língua que, ao mesmo tempo em que se mostra, oculta determinados sentidos.

Para tanto, o diálogo entre Análise de Discurso e Psicanálise, já iniciado por Pêcheux na França, e desenvolvido por alguns estudiosos no Brasil, torna-se

[1] Doutoranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Profa Dra. Silmara Dela Silva (**lainedaroz@gmail**).

indispensável para a nossa questão**,** em especial no que tange à relação do sujeito com a língua, tendo em vista a imbricação cultura/ideologia/inconsciente, compreendidos como elementos constitutivos do sujeito.

Nessa perspectiva, discorreremos sobre a discursividade acerca da língua inglesa na contemporaneidade, na consideração da cultura enquanto espaço de identificação do sujeito com a língua que o constitui, e concebida como espaço de representatividade no mundo "globalizado". Procuraremos, ainda, discutir o papel do ensino da língua inglesa em escolas regulares, levando em consideração o movimento simbólico na passagem da língua materna para a língua estrangeira. Por fim, apresentaremos algumas conclusões, ainda que provisórias, acerca do objeto em estudo.

2 A LÍNGUA INGLESA E A SOCIEDADE TECNOLÓGICA

Concomitante à profusão dos recursos digitais decorrentes do avanço tecnológico, em especial com o advento da internet no século XX, o fenômeno da mundialização[2] (ORLANDI, 2011) foi difundido em meados do século XX, e compreendido como um conjunto de transformações de ordem política/econômica na esfera mundial a partir da criação de pontos em comum no âmbito cultural, social, econômico e político entre os países (CASTELLS, 2003). Como um dos efeitos da mundialização, podemos observar a convergência de informações afinada com a produção industrial e aplicações comerciais, diretamente relacionadas ao espaço geográfico.

Na contemporaneidade, diversas são as discursividades em circulação acerca das chamadas novas tecnologias, e inúmeras são as interpelações ao uso dos aparatos digitais, cujos sentidos nos remetem à instituição de novas formas de pensar, novos comportamentos. Contudo, compreendemos que esse é um efeito ideológico, conferindo ao sujeito uma ilusão de transparência e obviedade desses sentidos.

A partir da tese altusseriana sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado (1970), compreendemos que a ideologia subjaz a essas diferentes formas de dizer.

[2] Uma vez filiados à abordagem discursiva de linha pecheutiana, tomamos aqui o termo mundialização, cunhado por Eni Orlandi (2011), uma vez que, a nosso pensar, o termo globalização, naturalizado atualmente, traz em si sentidos inerentes a uma homogeneização de povos e culturas, concepção da qual buscamos certo distanciamento.

Responsável por designar, através do hábito e do uso, o que é e o que deve ser, a ideologia fornece ao sujeito, via inconsciente, um efeito de realidade a partir da ilusão tanto da evidência dos sentidos – num imaginário de transparência da linguagem – assim como de origem do dizer.

Segundo Althusser (1970), leitor atento de Lacan (MARIANI, 2010), a ideologia, enquanto representação imaginária da realidade – concebida a partir das imagens, mitos, ideias ou conceitos regularizados na organização social – opera como estruturas, impondo-se à maioria dos homens sem passar pela consciência. Compreendida como o "cimento da sociedade", a ideologia tem como função ordenar, a partir de regras, os lugares dos sujeitos, suas posições, na formação social.

Atualmente vivemos a instituição do sujeito-de-direito – constituído a partir de uma forma-sujeito histórica capitalista (PÊCHEUX, 1975) – imaginariamente livre, determinador do que diz e responsável por suas ações, com seus direitos e deveres atribuídos, mas que é também determinado pela exterioridade (ORLANDI, 2011).

Para tanto, segundo Lagazzi (1987), o Estado atua como articulador tanto no nível simbólico – na interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia que o constitui em sua forma-sujeito histórica – quanto no nível político – pelo processo de individuação do sujeito pelo Estado e suas instituições, a partir dos discursos circulantes que, numa relação hierárquica de autoridade, visa assujeitá-lo a esse poder, buscando eliminar as contradições pela instituição do senso comum.

O sujeito-de-direito, inserido no cotidiano das relações sociais orientadas pelo senso comum, é marcado pela passividade e intercambialidade, em oposição ao sujeito que resiste (LAGAZZI, 1987). Nessa perspectiva, sujeitos e discursos não estão dissociados de uma concretude histórica, determinada pelas relações de produção/dominação da sociedade capitalista, intrinsecamente ligadas às formações ideológicas vigentes condizentes condições sócio-histórica-ideológicas de produção condizentes com o seu tempo.

Nesse ponto, vale ressaltar o caráter ideológico da mundialização, bem como da profusão dos recursos tecnológicos, visto que não estão dissociados de questões políticas e sociais, e vão ao encontro dos interesses e "demandas" das formações ideológicas vigentes, cujas bases estão firmadas nos princípios capitalistas. Compreendemos que o avanço das tecnologias seja propício para o desenvolvimento e integração das nações, contudo o discurso acerca da exacerbação das tecnologias não só estimula o consumismo exacerbado, lucrativo para o mundo mercadológico, como cria no sujeito o imaginário da necessidade de acompanhar a evolução dos aparatos digitais com vistas à sua uma inclusão na sociedade tecnológica.

Tomando como alguns dos pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso a concepção althusseriana de interpelação ideológica (ALTHUSSER, 1970), de acordo com Pêcheux (2010, p.161), "os indivíduos são interpelados em sujeitos de seus discursos, pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes". A ideologia, sempre-lá, se materializa no discurso, incitando o sujeito a significar-se[3], a subjetivar-se, identificando-se a sentidos inscritos historicamente por meio de processos de interpelação/dissimulação/incorporação. Assim, a ideologia não é abstrata nem tampouco neutra, mas se materializa na linguagem – no registro simbólico, portanto – operando uma reprodução de sentidos pela transmissão de valores, crenças, hábitos que, relativamente estabilizados ao longo dos tempos, constituem os traços característicos de uma determinada sociedade, de uma determinada cultura.

A partir do efeito de naturalização dos recursos tecnológicos, emerge nos efeitos de sentidos acerca da necessidade de inserirmo-nos numa dita "aldeia global". Compreendemos que tais sentidos nos remetem ao senso comum de um imaginário de uma sociedade homogênea, uníssona, contribuindo para o apagamento das heterogeneidades constitutivas, tendo em vista à homogeneização do sujeito, bem como da cultura de cada povo, num movimento de sujeição à ideologia dominante

[3] A partir de uma releitura de Saussure, Pêcheux (1990) considera que a significação está diretamente ligada à relação que se estabelece entre trabalho simbólico da língua e a posição que o sujeito ocupa no discurso. Assim, o sentido não é dado *a priori*, inerente a uma palavra ou uma expressão, mas é resultante das relações que se estabelecem no interior de uma formação discursiva, diretamente relacionada a formação ideológica que a determina.

pela via da alienação/assujeitamento às convenções culturais, geralmente relacionadas a um ideal de civilização e progresso[4].

De acordo com Tylor (1920)[5], a representação da realidade social pela via do assujeitamento na cultura – vivenciada pelos sujeitos a partir de costumes, padrões, moral, direito – é o que torna possível que a dominação. Dessa forma, uma vez transmitida por uma reprodução de sentidos, a cultura é portadora de ideologias, diretamente relacionada a uma forma-sujeito dominante que, no e pelo discurso, veicula sentidos regularizados, sejam eles valores e crenças acerca de padrões de comportamento historicamente herdados, geralmente associados à elite de uma sociedade. Tais sentidos ecoam no discurso do sujeito pelo viés da reprodução/reiteração – por meio de pré-construídos – dizeres cristalizados pelas práticas discursivas (COURTINE, 1999) – fazendo circular na memória social, se materializam na prática dos sujeitos em determinada formação social. Nesse ponto, há uma íntima relação entre cultura e ideologia que, via inconsciente, regulariza os sentidos que se apresentam ao sujeito como evidentes.

Para De Nardi (2007), ideologia e cultura são estruturas-funcionamentos semelhantes, compreendidas como lugar de produção/interpretação de sentidos, interpelando os sujeitos discursivos a partir de um efeito de evidência e verdade. Para a autora (DE NARDI, 2007, p. 63) “por esse funcionamento mascaram as condições de produção que estão na base dos processos discursivos e culturais, fazendo com que alguns sentidos sejam legitimados, e outros sufocados”. Compreendemos que os discursos circulantes concernentes ao imaginário de língua inglesa numa perspectiva utilitarista é regularizada na memória social e, muitas vezes, legitimada pela instituição escolar.

Segundo Althusser (1970), dentre os aparelhos ideológicos do Estado, a escola é o que assumiu posição dominante, encarregando-se da criança desde a tenra idade, de todas as classes sociais, legitimando e reproduzindo saberes contidos na ideologia dominante. A escola, tendo como uma de suas principais atribuições transmitir os saberes pré-determinados a partir de condições de produção

[5] Antropólogo da vertente evolucionista, um dos pioneiros da Antropologia enquanto ciência.

específicas, é (re)produtora de sentidos por ela legitimados e regularizados na formação social, ocupando papel fundamental na relação entre sujeito e sentido.

Na sociedade tecnológica, como portadora das formações ideológicas vigentes (ALTHUSSER, 1970), a escola não ficou alheia à interpelação do uso das tecnologias. A instituição de laboratórios de informática, assim como distribuição de *tablets* aos professores, e notebooks aos alunos são marcas dessa discursividade sobre as tecnologias no ambiente escolar, ressignificando os processos ensino-aprendizagem, com implicações diretas nas posições do aluno e professor, bem como a forma de lidar com o ensino das diferentes habilidades.

O aluno chega à sala de aula com um currículo pré-estabelecido a cumprir, um conjunto de coisas-a-saber, sob formas de disciplinas, pré-determinadas histórica e ideologicamente, as quais seu "sucesso", compreendido muitas vezes pela aprovação, é condição natural para prosseguir em sua vida profissional.

A língua inglesa não foge à regra, tornando-se a única possibilidade de aprendizagem de uma língua estrangeira moderna em muitos estabelecimentos de ensino regular. No entanto, qual o imaginário de língua inglesa no ambiente escolar? Quais os efeitos desses sentidos regularizados sobre a língua inglesa e seu ensino à aprendizagem do aluno?

Considerando que a organização do espaço – concebido como uma forma que se constitui historicamente – ocupa papel determinante na formulação dos sentidos, contribuindo para o imaginário de língua (FEDATTO, 2013), compreendemos que os modos de dizer a e sobre a língua no ambiente escolar contribuem para um imaginário de língua inglesa que, diretamente relacionado à relação do sujeito com a língua, interferem em sua aprendizagem.

Dessa forma, apresentaremos a seguir algumas considerações acerca da língua inglesa e seu ensino em escolares regulares.

3 ENTRE A LÍNGUA DO DESEJO E O DESEJO DA LÍNGUA: ELEMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE DISCURSO

A língua inglesa, difundida mundialmente para atender a fins militares, consolidou-se com a emergência dos Estados Unidos da América como superpotência (CASTELLS, 2003).

A partir do século XX, com o surgimento da internet e a expansão das fronteiras em virtude do fenômeno da mundialização, O idioma anglo-saxão é considerado "língua franca" na contemporaneidade, largamente utilizada em convenções mundiais e, segundo Lévy (LÉVY, 1999), a língua-padrão da internet. Em decorrência dos avanços tecnológicos e do fenômeno da mundialização (ORLANDI, 2001), inúmeras são as interpelações ao aprendizado do idioma, a fim de atender às necessidades de um mundo imaginariamente unívoco.

Imersos numa verdadeira "torre de babel" em meio à diversidade cultural e linguística proveniente da sociedade tecnológica, segundo Lévy (1999), a língua inglesa é a língua-padrão no ciberespaço, utilizado em grande escala pelos nativos digitais[6] (PRENSKY, 2004) que podem encontrar uma variedade de tradutores (Google Translate, Babylon, dentre outros), além de cursos (Verbling, Englishtown dentre outros) gratuitos, inclusive, disponíveis na rede mundial de computadores para aquisição do idioma por meio de aplicativos de computador – *online* ou *off-line*, na concepção de uma língua transparente, e um "sujeito vazio, oco" que se pode/deve preencher com o que "for útil no momento".

A escola não está alheia a essa discursividade que circula na sociedade e, por sua vez, legitima-a, reproduzindo no ambiente escolar tais sentidos. Nos bancos escolares, a língua inglesa é frequentemente vista sob a perspectiva de uma língua comercial, a qual temos que apreendê-la, adquiri-la, a fim de alcançarmos inserirmo-nos no mundo dito globalizado. A exacerbação da utilização dos aparatos digitais e os diversos recursos para o aprendizado do idioma via internet – a velocidade com que as informações são veiculadas e o ritmo acelerado de mudanças possibilitou o

[6] De acordo com Prensky (2004), são nativos digitais os sujeitos nascidos na era digital, mais especificamente as gerações Y e Z, possuindo como uma das características a utilização, em larga escala, de recursos tecnológicos.

imaginário do aprendizado de uma língua totalmente acessível e pretensamente acessável a distância de um clique de computador. Nessa perspectiva, seu ensino é, de um modo geral, concebido a partir de um automatismo de atividades com vistas tão somente aos elementos estruturais da língua, desconsiderando o sujeito que nela e por ela se constitui. Compreendemos que essa exclusão – ou negação – do sujeito, produz efeitos relevantes no processo de subjetivação do aluno à língua, uma vez que fazem ressoar sentidos tidos como evidentes, que, a nosso pensar, afetam diretamente os modos de subjetivação do aluno à língua em aprendizagem.

De acordo com Althusser (1970), a interpelação ideológica é a condição para ser sujeito, que se realiza a partir de processos de identificação do sujeito a determinados sentidos, e não outros. A identificação, assim, é indissociável ao processo de subjetivação, isto é, se realiza na forma como o sujeito lida com os saberes/sentidos inerentes à forma-sujeito universal que o constitui (PÊCHEUX, 2010), que são atualizados ao longo dos tempos, ressignificando tanto sentidos quanto sujeitos em seus lugares sociais, compreendidos como posições-sujeito.

No ambiente escolar, compreendemos que nem sempre o aluno se encontra identificado com os saberes/sentidos ali pré-determinados, sendo essa uma das responsabilidades daqueles que se encontram legitimados pela institucionalização do saber (AUROUX, 1992.) em suas posições de professor, da equipe pedagógica e demais agentes do conhecimento (BRASIL, 1996). No entanto, no que tange ao ensino aprendizagem da língua inglesa, observamos um cenário diverso.

Na contemporaneidade, diante da profusão de recursos voltados para o aprendizado da língua inglesa na rede virtual, de um modo geral os alunos chegam ao universo escolar naturalizados com o idioma, ainda que por um vocabulário limitado decorrente da presença do idioma em seu cotidiano – quer via celulares, mídia, computadores. Nesse cenário, firmados na concepção de língua transparente veiculada pela mídia e demais setores da sociedade, são seduzidos pela aprendizagem do idioma sob uma ilusão de deslizar por ele de forma rápida e sem qualquer obstáculo. Sob esse imaginário de língua, o aluno tem como oferta para o aprendizado da língua inglesa um ensino pautado numa abordagem skinneriana por

meio de métodos e técnicas (SKINNER, 1993), com vistas a atividades que primam por repetições de vocabulário e compreensão dos elementos estruturais da língua.

Todavia, como nos afirma Pêcheux (2010), “não há ritual sem falhas”, na medida em que todo enunciado é passível de se tornar outro. Concomitante ao caráter dominador da língua(gem), por ela o sujeito também tem a possibilidade de contraidentificar-se, ou até mesmo desidentificando-se com sentidos estabilizados, numa relação tensa entre dominação/resistência (LAGAZZI, 1987). Assim, como uma das consequências de uma perspectiva de ensino comportamentalista está a alta taxa de insucesso ao aprendizado da língua inglesa (REVUZ, 2006), uma vez que a sedução e o encantamento de deslizar pelo idioma de forma rápida e segura dão lugar à frustração do aluno para com o aprendizado da língua.

De acordo com Revuz (2006), isso ocorre porque nem todos estão preparados para a experiência com a língua estrangeira e os alunos, frequentemente marcados pelo medo, criam estratégias ainda que inconscientes para evitá-la. Para a autora (REVUZ, 2006, p. 17), “toda tentativa de tentar aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua”, afetando nossa ilusão de ponto de vista único, de uma tradução para tudo e de completude da nossa língua, culminando no imaginário de que a tomada de distância em relação à língua materna, que resulta de falar “corretamente” uma língua estrangeira, fosse impossível, na medida em que está relacionada à ruptura e ao exílio. Nesse ponto, a aprendizagem de uma língua estrangeira não é um processo simples, uma vez que a passagem da língua materna para a língua estrangeira não se processa sem marcas para o sujeito.

Discursivamente compreende-se que o sujeito, ao produzir seu discurso, é antes tomado pela língua “como se fosse recebido por essa outra língua, passa a falar dela, a encontrá-la como um lugar a partir do qual se pode dizer” (DE NARDI, 2007, p. 90), numa relação de identificação com os sentidos/saberes a ela inerentes. Compreendemos que o sujeito, ao produzir seu discurso, é assujeitado à ordem própria da língua e, assim, a compreensão dos elementos linguísticos que estruturam a língua são necessários à comunicação. No entanto, consideramos que o ensino-aprendizado focalizado tão somente na compreensão de tais elementos

não são suficientes para o processo de identificação/subjetivação à língua em aprendizagem, nem tampouco possibilita que a autonomia relativa do aluno para que seja autor de seu discurso (ORLANDI, 2003), condição necessária para atender às demandas da sociedade contemporânea (BRASIL, 1998).

A partir de uma abordagem discursiva, compreende-se que, havendo a ordem própria inerente a toda língua, o sujeito é também afetado pelo real da língua que, inacessível ao sujeito, o assujeita (MILNER, 1987). Uma vez assujeitado pelo real da língua, o sujeito é afetado ainda pelo real da história, compreendido pela historicidade intrínseca à formação de cada língua, que o atravessa na produção do dizer, fazendo os e o sujeito não tenha o total controle dos sentidos que ecoam em suas palavras (ibid).

De acordo com Orlandi (2003), não basta falar para ser autor, uma vez que a autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no cenário histórico-social. Para a autora (op. cit., p. 25), “o estudo da linguagem não pode estar apartado da sociedade que a produz [...] os processos que entram em jogo na constituição da linguagem são processos histórico-sociais”. Sendo assim, é na consideração de um sujeito sócio-histórico que podemos compreender a relação do sujeito com sujeito com a língua estrangeira, tendo como ponto de partida a língua materna que o constitui.

Em uma relação entre língua materna e língua estrangeira, Melman (1992) nos afirma que a língua materna nos introduziu na linguagem, o processo pelo qual o vivo é chamado à subjetividade a partir da interdição – realizada na castração simbólica representada por Lacan (1999) pela metáfora do “Nome-do-Pai” – a falta que advém o desejo de completude do sujeito. Segundo Melman (ibid), toda relação com a língua materna, com o saber que ela possibilita, é uma experiência inaugural e definitiva, visto que a língua materna é a língua do desejo, tecida a partir de uma falta, de uma privação. Para o autor, enquanto a língua materna teceu nosso inconsciente, na medida em que somos falados por ela desde o nascimento, ou até mesmo anteriormente a ele, a língua estrangeira aparece como resultado de estudos e, por isso, exige esforço e flexibilidade dos aprendizes. Nesse sentido, falar uma língua estrangeira implica em uma despersonificação, pois se quer leal diante da

língua de adaptação, dar-se à outra mãe, e um outro pai, na medida em que requer do sujeito que sofra uma nova castração (MELMAN, 1992).

Tal consideração nos introduz nas categorias do real e do simbólico – elementos estruturantes do sujeito (LACAN, 1999) – e, embora o ensino de língua estrangeira permaneça pautado na ilusão de transparência da língua(gem) – discurso disseminado pelas publicidades acerca do ensino da língua inglesa como "fórmula para o sucesso", a aprendizagem de uma língua estrangeira é uma experiência (des)estruturante que exige que o sujeito se desterritorialize de sua língua materna para se reterritorializar numa língua outra.

De um modo geral afinados com a velocidade das informações e a exacerbação da utilização dos aparatos tecnológicos na sociedade capitalista, atualmente enfrentamos a língua como um conjunto de coisas-a-saber, objeto do conhecimento, com vistas à necessidade de aprender a língua inglesa para atender às necessidade do mercado, tendo a mídia como sua principal aliada na projeção de demandas de consumo.

Nesse ponto, a Imprensa como instituição, concebida como aparelho ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1970) – responsável por naturalizar os sentidos inerentes ao saber universal que o constitui, por meio de reprodução de sentidos, via propagação dos valores e hábitos a serem regularizados na memória social – adquire relevância no espaço de circulação e estabilização de sentidos na atualidade, a partir de uma seleção valorativa com base nos processos ideológicos específicos ao momento histórico vigente, regulando e determinando o que (não) pode ou (não) deve ser veiculado nos meios de comunicação. E, assim, fomentado pelo desejo de consumo em decorrência da demanda criada pelo mundo mercadológico e propagado pelas mídias, institui-se uma nova posição-sujeito, o sujeito consumidor (DELA-SILVA, 2011) tanto dos recursos digitais quanto da língua concebida como passaporte de ascensão na sociedade; sentidos esses muitas vezes reiterados pela instituição escolar, produzindo seus efeitos.

Na escola se constitui um saber sobre a língua, legitimado pela institucionalização desse saber e construído a partir de uma base histórico-ideológica específica,

proporcionando ao aluno conhecer a língua. Todavia, de acordo com Melman (1992), saber a língua não é o mesmo que conhecê-la. Para o autor (op.cit, p. 17), "saber uma língua quer dizer ser falado por ela, o que ela fala em você se enuncia em sua boca. Conhecer uma língua quer dizer ser capaz de traduzir mentalmente, a partir da língua que se sabe, a língua que se conhece". Dessa forma, não se deve ignorar que a entrada do sujeito numa língua estrangeira está diretamente ligada à sua relação com a língua materna e os sentidos que advém dessa língua. Na concepção de língua como captura, em consideração ao trabalho simbólico da língua, compreendemos que o aprendizado de uma língua, em especial uma língua estrangeira, não é um processo simples, uma vez que envolve fatores extralinguísticos e se realiza por processos de interpelação/identificação do sujeito com a língua em aquisição. Para tanto, faz-se necessário que o sujeito experimente esse contato com a língua, tome parte nela, lançando-se num vazio para reinscrever-se na e pela língua(gem) do outro; despir-se de si e transvestir-se do outro, motivado pelo desejo da língua do outro – discursivamente compreendido como a interdiscursividade[7] intrinsecamente ligada à relação língua-sujeito-sociedade (PÊCHEUX, 2010) – e do Outro da língua – compreendido por Lacan (1999) como elemento-guia na estruturação dos significantes, o tesouro dos significantes[8].

A língua(gem), um dos elementos fundamentais na constituição do sujeito, é concebida como a forma na e pela qual ele se significa na sociedade (BENVENISTE, 1995 [1963]). Sendo assim, compreendemos que para que o aluno seja tomado pela língua inglesa é, assim, possa se (re)significar, é preciso que ele tenha – ou seja levado a – uma experiência com a língua, pressupondo também com ela a presença de um sujeito constitutivamente faltoso que, afetado pelo real da língua e pelo real da história, possui também um real que habita o inconsciente – elemento estrutural do sujeito – deixando suas marcas no dizer.

---

[7] De acordo com Pêcheux (1995), ao dizer o sujeito é atravessado pelo interdiscurso, já-ditos, compreendido como elemento constituinte do discurso. O dito significa, pois, em relação a um já-dito, histórico e inconsciente, anteriormente, em outro lugar e independentemente.

[8] Para Lacan (1999), a linguagem é condição do inconsciente, linguagem articulada em algo que está estruturado, havendo o que não há sentido (o significante) e o que há sentido, o significado. O processo de identificação do sujeito se dá, assim, no fato de que um significante represente um sujeito para outro significante, sendo o sujeito compreendido como um processo, a partir de pontos de deriva.

O ensino de uma língua estrangeira em situações formais de aprendizagem assemelha-se “a passagem do bastão” (PIERRON, 2010) que, ao fazê-lo, transmite-se, na e pela linguagem – e, portanto, no registro simbólico – o desejo e a falta constitutiva que se marca na língua, uma vez que não se pode abarcá-la como um todo (SAUSSURE, 2002); da história, pela qual os sentidos re(significados) ao longo dos tempos, fazendo com que não haja um sentido literal e o sujeito não tenha o completo acesso aos sentidos que dela emanam; e do sujeito, errante em sua busca (in)consciente na ilusão de completude.

Na abordagem psicanalítica, tal qual o pensamento lacaniano (LACAN, 1999), o sujeito na Análise de Discurso é compreendido como representação imaginária, em que estão implícitas tanto a imagem que o sujeito faz de si quanto do objeto e do interlocutor, implicando diretamente na sua posição no discurso (PÊCHEUX, 1969). Diretamente relacionado aos processos de identificação do sujeito ao saber universal que o constitui (PÊCHEUX, 2010), compreende-se que não somente a metodologia de ensino, mas, sobretudo, o professor ocupa papel relevante na construção do imaginário de língua e, por conseguinte, no processo de identificação/subjetivação do aluno à língua em aprendizagem, uma vez que ao ensinar a língua, transmite também o desejo de um sujeito constitutivamente faltoso que busca se significar na e pela linguagem e, portanto, no discurso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas discursividades/interpelações ao aprendizado da língua inglesa na contemporaneidade, constituindo diferentes discursividades sobre a língua, conferindo-lhe um lugar para ela na contemporaneidade.

Na consideração de que a partir da compreensão do funcionamento ideológico no fio do discurso (PÊCHEUX, 2010) é que podemos perceber os efeitos de sentidos regularizados na sociedade acerca da língua inglesa e seu ensino nas escolas regulares – que constituem o imaginário de língua totalmente acessível, conferindo um lugar para ela na contemporaneidade – buscamos apresentar algumas considerações que nos possibilitam pensar discursivamente a língua e seu ensino, tendo em vista um sujeito efeito de linguagem e a opacidade da língua.

Através dos estudos empreendidos por Fedatto (2013) acerca do espaço citadino e seu papel central na identificação do sujeito que se significa na e pela linguagem, podemos compreender a íntima relação entre o espaço urbano – como uma forma que se constitui historicamente – aos modos de subjetivação do sujeito à língua, ocupando papel determinante na formulação dos sentidos, uma vez que contribui para a construção de um imaginário de língua que, a nosso pensar, interfere no processo de interpelação/identificação do aluno à língua em aprendizagem e, por conseguinte, sua aprendizagem.

A partir da profusão das tecnologias digitais de informação e comunicação e a exacerbação no uso desses recursos, temos uma relação tensa entre um “eu” volatizado, onipresente e senhor de todas as coisas, e um imaginário de língua (pré)fixada pelo discurso legitimado da instituição escolar.

A Escola, aparelho ideológico do Estado (1970), se filia a determinados sentidos que concernentes às formações ideológicas vigentes, são reproduzidos, por isso são estabilizados, no seio da formação social, e legitimados na medida em que estão amparados pela institucionalização do saber, sob a forma de leis da educação, de livros didáticos, orientações curriculares e até mesmo pela posição do professor, identificado à esse saber institucionalizado via escola, reproduzido em sala de aula. Firmados na evidência dos sentidos, a língua é concebida no discurso pedagógico – seja pela formulação e representação das leis, seja pela prática docente - como ferramenta de comunicação, transparente, a que todos podem ter o livro acesso a partir de métodos e técnicas de ensino.

Compreendemos que tal perspectiva de ensino, voltada tão somente para a compreensão da estrutura da língua com vistas ao automatismo, tem-se mostrado equivocada, polarizando apenas um aspecto da língua e, assim, está de encontro à necessidade do cenário mundial que prima pela autonomia do sujeito em relação ao conhecimento adquirido (BRASIL, 1998).

Na consideração de que uma das funções da escola é despertar o pensamento crítico e liberdade de expressão (BRASIL, 1996), acreditamos que se faz necessário

um repensar das tecnologias com vistas à desnaturalização desses sentidos regularizados na sociedade, e propagado pelas mídias, acerca dos aparatos digitais frequentemente compreendidos como fórmula mágica para os problemas de aprendizagem.

No que tange ao ensino de língua estrangeira no país, dentre outros autores, De Nardi (2007), nos aponta um caminho possível para a ressignificação do ensino de línguas, levando em conta a língua na dimensão simbólica, com vistas às relações imaginárias e sociais inerentes a todo discurso, em contrapartida ao privilégio das estruturas mentais, sem ignorar o assujeitamento do sujeito à estrutura da língua e sua ordem própria.

Mais do que dispor de máquinas e dominar as tecnologias, o que seria difícil, uma vez que se aperfeiçoam de forma acelerada, é preciso um olhar em direção ao sujeito efeito de linguagem que produz seu discurso a partir de condições sócio-histórico-ideológicas condizentes com seu tempo, para que possamos trilhar um caminho rumo ao ensino-aprendizado da língua inglesa de forma significativa.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BENVENISTE, E. Natureza do signo linguístico. In: **Problemas da linguística geral**. Campinas: Pontes, 1995 [1963].

BRASIL. **LDB**: Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

COURTINE, J. J. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.(Orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

DELA-SILVA, S.C. Em tempos de televisão digital: o discurso sobre as novas tecnologias e o sujeito na atualidade. In: **Discursos em rede**: práticas de

(re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: EDUFPE, 2011.

DE NARDI, F.S. de. **Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade**: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

FEDATTO, M.C. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LACAN, J. **O seminário livro 5**: As formações do inconsciente (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAGAZZI, S. M. **O Juridismo marcando as palavras**: uma análise do discurso cotidiano. Dissertação de Mestrado. Editora da Unicamp, 1987.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MELMAN, C. **Imigrantes**: incidências subjetivas das mudanças de língua e país. SãoPaulo: Escuta, 1992

MILNER, J.C.L. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1987.

ORLANDI, E. P. Língua, comunidade e relações sociais no espaço digital. In: DIAS, C. (Org.). **E-urbano:** sentidos do espaço urbano/digital. 2011.. Acesso em: 28 jan.2015.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2010.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.;HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PIERRON, J.J. **Transmissão** - uma filosofia do testemunho. São Paulo: Loyola, 2010.

PRENSKY, M. **The emerging online life of the digital native**. 2004. Disponível em: http://www.marcprensky.com/writing/Prensky-The_Emerging_Online_Life_of_the_Digital_Native-03.pdf. Acesso em 28 jan. 2015.

REVUZ, C. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I.(Org). **Linguagem e Identidade:** elementos para uma discussão no campo aplicado. São Paulo: Mercado das Letras, 2006.

SAUSSURE, F. de. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1993.

SOBRINHO, H.F.S. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a internet na interface do discurso. In: **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: EDUFPE, 2011.

TYLOR, E. B. **Primitive Culture**: researches into the development of the mythology, philosophy, religion. London: John Murray, 1920.

UMA VISÃO DA METALINGUAGEM SEGUNDO AUTHIER-REVUZ

Ezequiel Bezerra Izaias de Macedo[1]

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No decorrer de sua teoria discursiva, Authier-Revuz (2014a) relembra a diferença entre os dois planos da linguagem, trazendo numa primeira instância aquela que seria a dos aspectos linguísticos, na qual o sujeito vai simplesmente reconhecer o signo. Continuando, apresenta um segundo nível, que o designa como o plano do dizer, da língua. É também conhecido como o da instância do discurso, na qual o sujeito vai poder compreender e interpretar os signos, atribuindo-lhes significados, a depender da situação de uso.

Nessa instância a linguista se vale de teóricos como Bakhtin e Lacan. Partimos, assim, da noção de que cada enunciação é particular, uma vez que as condições estabelecidas no determinado momento da comunicação são únicas. Em vista disso, pode-se dizer que a troca que se efetua na compreensão é sempre inédita.

Nesse ponto, concordamos com Authier-Revuz (2014a), quando afirma que não poderemos jamais compreender o significado pleno de uma enunciação, por mais que nos esforcemos. Ele estará sempre posto no entremeio balizado pelo dito e pelo não dito. É por isso que se imagina a enunciação como componente de uma instância, na qual habita uma inevitável heterogeneidade. A autora cita um pensamento de Benveniste (1966, apud AUTHIER-REVUZ, 2014a), ao afirmar que os animais (no caso abordado são as abelhas) não conseguem construir uma mensagem a partir de outra mensagem.

A seguir faremos considerações sobre a enunciação para depois nos aprofundarmos nos tipos de sujeito, que são conceitos trabalhados por Authier-Revuz na sua busca pela metaenunciação. Esperamos, dessa forma, apresentar algumas das principais ideias da autora francesa, a respeito do dito e do não-dito no discurso.

---

[1] Mestrando em Letras - UFPE.

2 CARACTERIZAÇÕES DO SUJEITO SEGUNDO AUTHIER-REVUZ

No transcurso da produção discursiva, seja na visão do *um* seja pelo viés do *outro,* Authier-Revuz (2004) explica que, no decorrer do discurso, um locutor único produz certa quantidade de formas, as quais são linguísticamente detectáveis. Constituem-se de expressões reais e materiais que podem ser percebidas no nível da frase ou do discurso. Inscrevem, por seu turno, de uma maneira linear, o *outro* na instância da enunciação. Esse *outro* perfaz o *um* no trajeto discursivo, reverberando, de modo indelével, a sua palavra.

Essas maneiras de produzir linguagem são as formas explícitas da heterogeneidade:

> É o *outro* do discurso relatado: as formas sintáticas do discurso indireto e do discurso direto designam, de maneira unívoca, no plano da frase, um outro ato de enunciação. No discurso indireto, o locutor se comporta como tradutor: fazendo uso de suas próprias palavras, ele remete a um outro como fonte do "sentido" dos propósitos que ele relata. No discurso direto, são as próprias palavras do outro que ocupam o tempo – ou o espaço – claramente recortado da citação da frase; o locutor se apresenta como simples "porta-voz" (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 12).

Assim, percebe-se que, por meio desses dois modos discursivos, o locutor abre espaço, de forma clara, para o discurso do outro em seu discurso particular. No discurso indireto o locutor traduz o pensamento do outro através do uso de seus próprios termos, tentando interpretar as ideias do outro. Procura, então, a inspiração no "sentido" dos objetivos da fala sobre a qual está relatando. Já no discurso direto, a citação surge como um recorte, no qual são claramente mostrados o tempo e o espaço do outro. Nesse viés, o locutor se limita a repetir as palavras do outro, tal e qual elas se apresentam. Ele desempenha, portanto, o papel de um mensageiro puro e simples.

Authier-Revuz (2014a) postula uma separação didática entre os dois planos da linguagem, apresentando uma primeira instância que seria a dos aspectos linguísticos, na qual o sujeito vai reconhecer o signo simplesmente. É o chamado plano semiótico, por meio do qual se procura a natureza do signo, num primeiro despertar, sendo, nesse quadro, influenciada por Benveniste. Apresenta um segundo nível, que o designa como o plano do dizer, da língua. É também conhecido como o da instância do discurso, na qual o sujeito vai poder compreender

e interpretar os signos, atribuindo-lhes significados, a depender da situação de uso. Nessa instância a linguista se vale de teóricos como Bakhtin e Lacan. É como se o sujeito enveredasse um pouco mais além no percurso da comunicação, atingindo um canal compreensivo mais profundo, que requer a utilização de aspectos externos à linguagem, buscando a via interpretativa.

Quando nos lançamos a traçar alguns parâmetros sobre a enunciação, devemos ter em mente que toda palavra é polissêmica. Traz vários significados e arrola diversos pensares, a depender dos fatores envolvidos no momento em que se busca a interpretação do que foi dito.

Assim, partimos da noção de que cada enunciação é particular, uma vez que as condições estabelecidas no determinado momento da comunicação são únicas. Em vista disso, pode-se dizer que a troca que se efetua na compreensão é sempre inédita. Seja no processo de escuta ou de leitura, o sentido não se apresenta de forma alguma alinhado ou imanente. É, sim, o produto de um processo de interpretação própria do leitor, o qual toma posse do texto, trazendo-o para o quintal da sua experiência singular.

Nesse ponto, concordamos com Authier-Revuz (2014a, p. 1) , quando afirma que "[…] la communication se refère seulement à une certaine donnée objective […] le langage permet des étagements compliqués, puisqu'on peut toujours l'utiliser por parler sur le langage […]"[2]. Dessa forma, não poderemos jamais compreender o significado pleno de uma enunciação, por mais que nos esforcemos. Ele está sempre situado na praça balizada pelo dito e pelo não dito. É por isso que se imagina a enunciação como componente de uma instância na qual habita uma inevitável heterogeneidade.

Aliás, a autora cita Benveniste (1966, apud AUTHIER-REVUZ, 2014a), ao postular que os animais não são capazes de concretizar uma mensagem que seja realizada a partir de outra mensagem. Simplesmente fazem uso de formas verbais, partindo

[2] "[…] A comunicação se refere somente a uma certa quantidade de dados objetivos […] A linguagem permite estágios complicados, os quais nós os podemos utilizar para falar da própria linguagem. (Tradução nossa).

de uma base de dados longe de ser complicada, com o único fito de se comunicar entre si. Portanto, insistimos no fato de que a linguagem humana é uma atividade complexa e a enunciação é um evento particular a cada sujeito, durante a produção do discurso.

Lembramos que Benveniste foi um dos primeiros que aludiu ao processo linguístico-enunciativo. Para ele, a enunciação é o lugar onde se coloca em funcionamento a língua, através de um acontecimento particularizado. É a língua em ação, em uso, em utilização. Aquela possibilidade de o ser humano poder construir estruturas complexas, que se revelam no dizer do *um* e do *outro*. Essas conformações incluem a alteridade no discurso. É a partir e através dela que circula e começa a tomar corpo a metalinguagem.

Como um dos pioneiros da enunciação, Benveniste vai além do pensamento de Saussure. A propósito, Authier-Revuz (2014a, p. 1) valoriza o papel do primeiro, afirmando ser ele um continuador deste último. Escreve que: “Après Saussure, le grand clivage (c’est de) «continuer Saussure pour aller plus loin» (Benveniste) vers le sens, le dire, le discours, tourner la page saussurienne pour passer à «autre chose» le sens, l’interaction”[3].

Portanto, percebemos que, do percurso que liga o signo liguístico de Saussure até a proposta de enunciação de Benveniste, muito se caminhou. Sobretudo deve-se destacar que o fato enunciativo já se fazia latente nas ideias do mestre suíço.

Authier-Revuz ressalta, ainda, a importância de Benveniste pela sua fidelidade a Saussure. Destaca a similaridade de pensamento entre ambos, quando aquele propõe na sua obra *Problèmes de linguistique générale II* (1974), o que chamou de «double signifiance», a dupla significação. É um modelo que combina dois modos distintos: o modelo semiótico de uma parte e o semântico de outra. Ou seja, uma primeira instância que seria a da significação dos signos e outro degrau como representante da enunciação.

---

[3] “[…] Após Saussure, a grande clivagem (é a de) «continuar Saussure para ir mais longe» (Benveniste), em direção ao senso, ao dizer, ao discurso, virar a página saussureana e passar a uma «outra coisa» o significado, a interação (Tradução nossa).

Assim, no desenvolvimento dos estudos linguísticos, pode-se constatar uma mudança na maneira de se abordar o sujeito. Além dos conceitos de dispersão e subjetividade, pelos quais o mesmo passa de protagonista a integrante do espaço discursivo, o sujeito também perde a centralidade das primeiras pesquisas nesse campo. Nesse sentido, cresce de importância a enunciação:

> Não há mensagem pronta, "remetida por A a B". Ela se forma no processo de comunicação entre A e B. Além disso, não é transmitida de um para outro, mas construída *entre eles* como uma ponte ideológica (MEDVEDEV, 1928, apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 42).

Essa afirmação nos conduz ao fio da metaenunciação. Ou seja, o interlocutor não apenas compreende o discurso por intermédio do seu próprio discurso, como também reflete sobre o mesmo. O significado da mensagem não pode ser definido "a priori". Ele vai se construir ao longo do processo de interação. A mensagem vai se formar na comunicação entre os sujeitos. Observamos, assim, que os estudos sobre a concepção do sujeito progrediram sobremaneira, como veremos adiante.

Authier-Revuz trabalha nos campos da enunciação e da metalinguagem. Parte das formas da língua, baseando-se, como já mencionado, em nomes como os de Saussure e Benveniste. Para a caracterização do sujeito, a linguista convoca duas vertentes que se poderiam supor bem distintas, as quais bebem nas fontes de teóricos como Lacan e Bakhtin. Tudo isso sem se esquecer do devido trato linguístico, referente ao processo da heterogeneidade.

Explorando o trabalho psicanalítico, verifica-se que:

> O inconsciente é esta parte do discurso concreto enquanto transindividual, que não está à disposição do sujeito para restabelecer a continuidade do seu discurso consciente […]. O inconsciente é o capítulo de minha história que é marcado por um vazio ou ocupado por uma mentira: é o capítulo censurado (LACAN, 1953, p. 136, apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 50).

A partir disso, compreende-se que o inconsciente pode trazer ao discurso algumas questões que aparecem sem que o indivíduo as tenha realmente requisitado, voltando assim a um assunto pretérito. Linguagem e inconsciente apresentam-se, então, diretamente ligados. Sobre o retorno ao passado, a autora continua, afirmando que o sujeito não retorna ao passado, referindo-se ao tempo presente do caminho analítico, mas é "o passado da linguagem que retorna" (CLÉMENT, 1973b,

apud AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 51). Ou seja, são as experiências passadas que ressurgem através da linguagem. Assim, pode-se postular como quer a autora, que não existe verdadeiramente um "*discurso do inconsciente*" que lhe seja próprio. É o inconsciente que atua, a todo o momento, no discurso dito normal.

Ainda nesse sentido, Authier-Revuz (2004, p. 54), citando Lacan, afirma que o inconsciente é uma sucessão de significantes que se repetem em outras cenas, insistindo em interferir no momento do discurso efetivo. A linguista ensina que, através da palavra resgatam-se o tempo e o momento do sujeito.

Authier-Rrevuz se utiliza de conceitos bakhtinianos, sobretudo do dialogismo. Nesse sentido, citamos o próprio Bakhtin (2003, p. 33) que nos afirma que "[…] pode-se dizer que o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, do seu ativismo que vê, lembra-se, reúne e unifica que é o único capaz de criar para ele uma personalidade externamente acabada; tal personalidade não existe se o outro não a cria […]". Associando assim, indelevelmente, o outro a si mesmo, o sujeito tem a capacidade de ser proativo, vindo a enxergar-se e podendo refletir-se nessa alteridade. É o dialogismo bakhtiniano que possibilita ao sujeito realizar-se por meio da sua palavra e da dos outros. Os postulados de Bakhtin valorizam a cena enunciativa através da interação entre as vozes componentes do discurso do sujeito.

O *outro* é aquele cuja palavra pode anteceder ou até mesmo suceder o enunciado do *eu.* É necessário, assim, divisar a importância do outro na constituição do sujeito. Dessa forma, Authier-Revuz (2014c, p.1) apresenta a questão da representatividade do sujeito como sendo crucial no trajeto da metaenunciação. Expõe seu pensamento categorizando o sujeito em três tipos: o sujeito clássico, o não-sujeito e o sujeito clivado, sobre os quais passaremos a discorrer.

Como a linguística não possui uma teoria do sujeito, no que concerne à sua ligação com a linguagem, Authier-Revuz (2001) nos encaminha ao campo específico da enunciação. Isso implica colocar em jogo escolhas teóricas sobre pontos que significam, por exemplo, noções de distância e desdobramento do sujeito. Essas teorias trazem materiais exteriores à linguística e conduzem a descrições profundamente variadas dos fatos discursivos.

Nesse sentido, a autora francesa nos apresenta o primeiro tipo:

> La conception d'un sujet, individu bio-psycho-social qui *utilise le langage* pour communiquer, dans un rapport de maîtrise relativement à celui-ci et au sens qu'il produit - maîtrise ne voulant pas dire ici que ces approches ignorent naïvement les résistances que lui opposent, entre autres, la différence des autres auxquels il s'adresse et le caractère limité de son outil face à l'infinie singularité des expériences à transmettre, ni qu'il contrôle souverainement, sans tâtonnements ni ratés, tous les aspects d'une machinerie communicationnelle souvent posée avec une extrême sophistication (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 4).[4]

Esse tipo é também conhecido como sujeito clássico, ou transparente. Diz-se que seja um sujeito que alimenta a ilusão de reconhecer a si mesmo no discurso. Utiliza a linguagem para se comunicar, produzindo um sentido que se mostra transparente e imediatamente acessível. Pensa que tem o controle do que é produzido, e que pode ser senhor daquilo que diz.

O enunciado é, assim, um resultado direto do processo enunciativo. Esse sujeito baliza seu discurso em razão de determinados propósitos. Ou seja, o sujeito clássico acredita que controla soberanamente e sem nenhuma falha a complexidade de um ato comunicativo. A linguista, continuando a explorar o plano metalinguageiro, traz um segundo tipo, por meio da noção de um não-sujeito, que seria aquele "[…] sujet «produit» par le langage comme structurellement clivé par un inconscient, sujet débouté de toute position d'extériorité, sinon imaginaire, par rapport au langage et à son dire […]" (AUTHIER-REVUZ, 2001, p. 5)[5]. Diz-se desse tipo um não-sujeito, tendo em vista que ele não produz linguagem, mas, senso contrário é produzido pela própria linguagem.

É o caso da criança na mais tenra idade que entra na linguagem por meio da mãe ou através de uma pessoa que venha a criá-la ou que cuide dela nos primeiros

---

[4] "A concepção de um sujeito, indivíduo bio-psicossocial que utiliza a linguagem para se comunicar, numa relação de domínio relativamente a ele e ao que produz - domínio que não quer dizer que essas abordagens ignoram ingenuamente as resistências que se apresentam, entre outras, a diferenças em relação aos outros e aos quais ele se dirige, e o modo limitado de sua vivência, face às imensas singularidades das experiências a transmitir, nem tampouco que ele controla de maneira soberana, sem tentativas nem erros, todos os aspectos de um mecanismo comunicativo na maioria das vezes posto com extrema sofisticação. (Tradução nossa).

[5] "[…] sujeito «produzido» pela linguagem e estruturalmente clivado por um inconsciente, sujeito que parte de uma posição exterior, imaginária à linguagem e ao seu dizer […]". (Tradução nossa).

meses de vida. Nessa primeira fase da vida, o bebê não fala, sendo, portanto, falado por esse outro, o qual é também conhecido como grande Outro, de acordo com a visão de Lacan. O Outro, portanto, é a mãe que interpreta os desejos da criança, vindo a enunciar os mesmos, falando por ela.

Dessa forma, num primeiro momento, o bebê se vê totalmente assujeitado, pois não produz linguagem. Encontra-se, então, ligado a esse Outro. Preso aos desejos e às atenções da mãe que refrata a sua linguagem. Em seguida, numa fase posterior, ao tempo em que a mãe favorece a inserção da criança na linguagem, o bebê deixa a posição de não-sujeito, passando a se constituir em sujeito do seu próprio discurso. A partir desse instante, o grande Outro, que até então era a mãe, vai cair e será submetido à questão da linguagem.

É importante destacar que, na visão lacaniana, o Outro é condição primeira e necessária para que o *eu* e o *outro* interajam. Todos os falantes estão regidos por esse Outro que se interpõe na fala dos outros. Pode-se compreendê-lo melhor, a partir do momento em que concebemos o Outro como a própria linguagem, a cultura de uma civilização, ou mesmo a ordenação do mundo.

Finalizando seu caminho em busca das definições dos tipos de sujeitos, segundo sua visão, a linguista francesa caracteriza um último tipo, o qual ela o define como sujeito clivado. Authier-Revuz nos conduz, então, ao campo do inconsciente, o qual teima em se manifestar nos diversos processos comunicativos:

> Le sujet divisé comme sortie d'une impasse pour la prise en compte des faits métaénonciatifs […] la situation du sujet au niveau de l'inconscient […] le langage apparaît donc comme cette activité subjective par laquelle on dit tout autre chose que ce que l'on croit dire dans ce que l'on dit (AUTHIER-REVUZ, 2014c, p. 1).[6]

A autora trata de um sujeito representado por um significante dividido. Aqui é o inconsciente que se revela. É um sujeito descentrado daquela posição de imaginar que tudo pode. Ele é obstruído pelo desejo, pela expressão mesma desta divisão. A

[6] "O sujeito clivado, como que tendo saído de um impasse por meio da tomada de consciência dos fatos metaenunciativos […] a situação do sujeito em nível de inconsciente tal como Freud articula […] a linguagem aparece assim como essa atividade subjetiva *através da qual se diz outra coisa que aquilo que se crê dizer no que se diz*. (Tradução nossa).

linguista nos explica que ele é dividido, no entanto ele não desaparece. Ele fala e continua iluminando a cena discursiva como um fantasma da forma do *eu.*

No intuito de melhor compreender o terceiro tipo proposto pela linguista francesa, vale a pena verificar a seguinte afirmação:

> O sujeito de que falo é aquele que fugidiamente se enuncia na língua, protegendo-se na estrutura da língua da sutura que lhe é constitutiva. O sujeito é o momentâneo que, ao emergir sob a forma de regular, denuncia-se como uma falha, que está para além da estrutura da língua, mas que nela se marca negativamente (FLORES, 1999, p. 17).

Portanto, o sujeito clivado insere-se a todo tempo no processo de enunciação. Remete à divisão do sujeito em múltiplas "personagens" que emanam do inconsciente. Ele aparece dividido, manifestando-se nas estruturas esburacadas do dizer. Valdir Flores nos clareia a definição desse sujeito, como sendo algo que se situa para além da estrutura da língua. Um processo que se concretiza nas diversas falhas de comunicação.

Esse tipo de sujeito desestabiliza, portanto, a noção de sujeito pleno, transparente. É como se o enunciador expressasse aquilo que não pensou verdadeiramente em dizer. Como se exprimisse algo que emergiu do inconsciente. Ou seja, por meio desse sujeito descentrado, barrado, clivado reconhece-se que o sujeito não é a origem do seu dizer, uma vez que o mesmo é determinado pelo inconsciente.

Na seara do discurso, verificamos que toda enunciação é una. Nasce segundo condições próprias, uma vez que as horas, os minutos e os segundos não se repetem. O tempo não recua para reconstruir uma cena discursiva com as mesmas características. Nesse ponto é que se diferencia o ser humano dos animais. A linguagem desses últimos é simples, pouco complexa e visa somente à comunicação.

O homem, por seu turno, consegue construir uma mensagem baseando-se numa outra anteriormente emitida, Benveniste já o disse. Aliás, como quer Authier-Revuz, os postulados benvenistianos são uma espécie de fio condutor das propostas de Saussure, a partir do momento em que dão início à formulação das ideias enunciativas, sem se despregar totalmente da forma da língua. Remetem a

conceitos que possibilitariam uma incursão no universo externo à linguística, em busca de uma melhor compreensão do sujeito do discurso.

Além dos fundamentos propostos por Saussure e Benveniste, Authier-Revuz se utiliza do dialogismo desenvolvido no Círculo de Bakhtin e da psicanálise proposta por Lacan, indo buscar teorias exteriores ao campo da linguística para compor seus postulados e propor uma teoria da enunciação bem particular.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso realizado pelas alcunhas do sujeito, caracterizadas pelo viés de Authier-Revuz ajuda a compreender a dimensão da metaenunciação. Revela o espaço da alteridade e da heterogeneidade discursiva, uma vez que a fala do *um* está repleta da fala do *outro*. É a heterogeneidade mostrada que se apresenta no percurso linguageiro. Essas instâncias do dizer, quando exploradas, descortinam uma tomada de consciência progressiva dos eventos enunciativos-discursivos que acontecem ao redor do sujeito.

Procuramos, assim, neste texto, caracterizar o percurso metaenunciativo na visão de Authier-Revuz. Mostramos que a língua não se presta somente à comunicação. Aporta noções de pensar, comparar e chegar a um entendimento. Num primeiro plano, a linguagem é um lugar no qual se faz apelo às ferramentas linguísticas disponíveis no interior dela mesma. Numa segunda instância, a linguagem possibilita chegarmos a conclusões extralinguísticas, trazendo instrumentos que vão além do simples discurso.

Os sujeitos apresentados por Authier-revuz são o pleno, o não-sujeito e o clivado. O primeiro é direto. Atua por meio da linguagem, dentro de um senso cotidiano. Para apresentar o segundo tipo, a linguista passa a ideia de um pensamento que volta ao cenário. Uma espécie de “déjà vu”, algo que já se fazia lá, já era latente, meio apagado. O último sujeito é o clivado. Como se fosse um fundamento partido, cortado. Sua importância no discurso é diminuída e ele passa de papel principal a coadjuvante, num nítido espetáculo metaenunciativo.

REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, J. L'étage métalangagier du dire: clivages théoriques dans son approche descriptive. **Séquence I**: Réperages dans le champ du métalangage. Anais do Curso realizado na UFPE: Recife, 2014.

_____ **Entre a Transparência e a Opacidade:** um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____ Psychanalyse et champ linguistique de l'énonciation :parcours dans la méta-énonciation in **Linguistique et Psychanalyse**, sous la dir. de M. Arriuvé & C. Normand. Paris: Ed. In Press, 2001.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENVENISTE, E. **Problèmes de Linguistique Générale II**. Paris: Gallimard, 1974.

A MEMÓRIA DISCURSIVA E EMERGÊNCIA DO KINISMO (CINISMO) SOBRE O DISCURSO DO MORADOR DE RUA: os efeitos de sentidos nos textos do Jornal "Aurora da Rua"

José Gomes Filho[1]

Iracema Luiza de Souza[2]

1 INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa é a publicação de um jornal de rua ("street paper"), chamado "Aurora da Rua", produzido e publicado por uma comunidade de moradores de rua, conhecida como comunidade da Santíssima Trindade, situada à Av. Jequitaia, 165, casa 6, em Água de Meninos, na cidade de Salvador (BA). É uma publicação diferente, pois os seus textos e imagens representam uma prática discursiva, que o qualificam como um fenômeno singular em relação a mais de 100 jornais deste tipo publicados em todos os continentes.

Para isso, fez-se um confronto com outro jornal de rua de Porto Alegre, conhecido por **Boca de Rua** que possui semelhanças e diferenças de estrutura, de linguagem e de conteúdo. A comunidade utiliza este veículo para três funções primordiais: a) construir um resgate da dignidade destes homens que vivem em extrema pobreza através dos textos em que podem significar-se como sujeitos; b) construir um *ethos* positivo de si mesmo através da venda do jornal, pois, como morador de rua não tem renda, cada morador vendedor fica com 0,75 centavos de cada jornal vendido a R$1,00 passa a ter renda, por isso pode sentir-se como cidadão; c) divulgar e vender o jornal em praças públicas, em portas de igreja, em escolas ou faculdades ou em eventos culturais com o objetivo de mostrar à sociedade uma representação sócio- discursiva oposta àquela representação que ela tem sobre eles.

---

[1] Doutorando do programa de Pós-graduação Letras/UFBA na linha "Língua e Cultura" e professor de ensino médio e superior há mais de 40 anos, ensinando Redação, Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, nos principais cursinhos e colégios de Salvador, e agora professor EBTT do Instituto Federal da Bahia (IFBA).

[2] Professora orientadora do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, especialista em Análise do Discurso pecheutiana e Linguística Aplicada.

As condições de produção podem explicar também as diferenças entre os dois veículos de comunicação. Há uma profunda relação de identidade entre o jornal "Aurora da Rua" e a Comunidade da Trindade onde é produzido, pois, na convivência dos moradores de rua, ocupando uma igreja abandonada, é que eclodem os valores que norteiam o espírito do jornal. Mais importante do que aquilo que é dito nos textos do jornal ou nas entrevistas com o povo da comunidade é analisar o não dito na maneira de viver o dia a dia. A comunidade não busca ou recolhe moradores de rua, apenas acolhe aqueles que buscam ajuda para uma possível transformação humana e social. Não usa as páginas do jornal para fazer proselitismo religioso ou político, por isso não faz denúncias sociais, nem assume uma crítica direta a programas públicos de inserção social. Não é uma organização não governamental (OGN), porque prima pela independência: não quer ingerência do Estado na administração do projeto ou da Igreja, mesmo ocupando um terreno pertencente à Arquidiocese de Salvador.

O jornal **Boca de Rua**, ao contrário, não se associa a moradores de rua vivendo em comunidade, mas a um grupo de moradores de rua que perambulam pelas avenidas e dormem debaixo dos viadutos de Porto Alegre. Não há um lugar fixo para as reuniões e a produção do jornal. No início, os encontros eram ao ar livre como a Praça Farroupilha, depois em uma sala num restaurante popular e, atualmente, nas dependências do grupo GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção à Aids). A venda do jornal também tem objetivo de geração de renda, a entrega é semanal ou quinzenal, o preço da edição custa R$1,00 (um real), mas a renda integral pertence ao vendedor. Quem organiza a produção e a circulação do jornal é uma organização não governamental, chamada de Alice (Agência livre de Informação, Cidadania e

Educação) que possui vários projetos. Os moradores de rua participam da produção desde a seleção de temas da pauta, redação dos textos, realização das fotos até a escolha de títulos das matérias, ficando a redação final fica a cargo de jornalistas profissioanais e voluntários.

2 OBJETIVOS

O objetivo básico, na pesquisa, foi identificar a formação discursiva predominante que legitima os sentidos e os sujeitos na materialidade dos textos e das imagens do jornal: **Aurora da Rua** como forma de descrever a identidade ou a representação social de uma comunidade de moradores de rua em Salvador, em oposição à formação discursiva que legaliza os estereótipos plantados na mídia, nos órgãos públicos.

É evidente que não existe uma homogeneidade discursiva, por isso fez-se necessário identificar e descrever outras formações discursivas que determinam o que deve ser dito ou não nas páginas do jornal baiano. De maneira inconsciente, o sujeito do discurso do jornal não é senhor do seu dizer, pois, por efeito da ideologia, obedece a cânones de natureza jornalística, científica, filosófica ou mesmo linguística, provando que a heterogeneidade discursiva determina os efeitos de sentidos nos textos do jornal.

Outro objetivo foi descrever, na materialidade dos textos e da linguagem, os traços do discurso de poder do morador de rua nas diversas representações culturais: moda, moradia, diversão, religião, gastronomia, música, ou categorias culturais: noite na rua, arte na rua no sentido de afirmar uma identidade cristalizada, mas em movimento em oposição à “comunidades guarda-roupa” (BAUMANN, 2005) do homem pós-moderno em que tudo é volátil e efêmero, logo um admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis.

Em meio a três representações, considerando as diferentes condições de produção, como a representação negativa que a sociedade tem sobre o morador de rua, chamando-o de vagabundo, doente mental, mendigos, enfim, um refugo social que deve ser expurgado; a representação que o morador de rua tem de si mesmo, muitas vezes, negativa, achando-se um estigma social, um ser derrotado,

esquecendo que, debaixo daquelas roupas sujas ou de um corpo maltrapilha, existe um ser humano que merece cuidados; a representação que o jornal “Aurora da Rua” tem sobre o morador de rua sempre realçando os seus aspectos positivos, reconstruindo seus laços afetivos e sociais.

O foco da pesquisa foi sempre a última representação porque não haveria tempo e condições para aprofundar as outras formações imaginárias. Desta posição discursiva é que se procederam a análise e a compreensão dos sentidos do jornal.

Tem-se o intuito de verificar como a memória discursiva interfere e atualiza as construções semânticas do intradiscurso, materializado nos textos do jornal, e, assim, descrever como se constrói a produção de sentidos e a subjetividade do morador de rua na Bahia. “O interdiscurso sob a forma de “pré-construídos” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece e impõe a realidade e o seu sentido sob a forma de universalidade” (PECHEUX, 2009 [1975], p.151), o que implica compreender como se processam a repetição ou a transformação de sentidos de sentenças que são realizadas no nível da enunciação como acontecimentos discursivos. Neste sentido, houve momentos de silêncio constitutivo, próprio da linguagem, mas também de silenciamentos por força da interpelação ideológica, porque nem tudo pode ser dito pelos moradores de rua no jornal ou nas interações cotidianas devido à presença de uma formação discursiva predominante.

O desejo de efetuar esta pesquisa não foi querer dar voz a quem não tem voz, porém dar visibilidade a quem já tem voz, seja sob a forma de um jornal de rua como o **Aurora da Rua**, seja sob a forma de vida em comunidade, apresentando à academia e ao mundo uma maneira de existir que, apesar da pobreza extrema, não depende de assistencialismo oficial ou privado, nem de compaixão cínica do poder que os humilha. Ante a mídia hegemônica, o jornal significa resistência ao modelo de se fazer comunicação popular e uma ironia às políticas públicas porque, em todas elas, não há soerguimento psicossocial do ser humano que existe em cada morador de rua.

3 CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Da Análise do Discurso francesa, na linha de Michel Pêcheux, trabalhou-se-com as noções de “formação discursiva”, “condições de produção”, sobretudo o “interdiscurso” na forma de “pré-construído” como aquilo que diz em algum lugar interfere na própria formulação do intradiscurso, portanto na produção dos sentidos e na construção da subjetividade do sujeito. Como a leitura tão só dos jornais foi insuficiente para a consecução dos objetivos, foi necessário acompanhar, através da observação participante, o cotidiano das pessoas em situação de rua que vivem na Comunidade da Trindade. A maneira de se relacionar, de assumir as tarefas de trabalho, de resolver os problemas, de serem ouvidos nas reuniões envolve um processo de aprendizagem, de uma educação informal, lenta, gradual como propunha Paulo Freire em seu livro: “Pedagogia do Oprimido” (1987). A noção de comunidade remete- nos à comunidade do cristianismo dos primeiros séculos da nossa era, às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da década de 70/80, à Teologia da Libertação que fazia a opção preferencial pelos pobres na América Latina.

A disciplina “Estudos Culturais” hoje se torna uma ferramenta, ao lado da Análise do Discurso, para compreender movimentos sociais, os conflitos de gênero ou de classes sociais, sobretudo num programa de pós-graduação que segue a linha: “Língua e Cultura”. Nesta pesquisa, além do trabalho de Hall (2012) estabelecendo os parâmetros da identidade e da diferença, de Raymond Williams (2011) mostrando a cultura como vivência e um modo de ser de um grupo social, de Foucault (1971), discutindo as novas formas de poder, pulverizadas na sociedade, de Nelson Maca (2010), desconstruindo a escritura dogmática vigente através de uma literatura divergente cujas raízes se encontram na cultura negra do Pelourinho, tem o objetivo de evidenciar a projeção da cultura nos fenômenos discursivos atuais, importa ressaltar, neste presente artigo, a importância do cinismo grego (“Kynismo”), corrente filosófica muito popular em Atenas que satirizava as convenções sociais, valorizava o despojamento material como uma sabedoria, vai influenciar o Mundo Ocidental, sobretudo, o cristianismo na fase inicial de onde nasce o conceito de “comunidade” e a opção pelos pobres. Esta visão revolucionária vai aparecer, de forma inconsciente, na maneira de ser da Comunidade da Trindade onde é feito o jornal “Aurora da Rua”.

Esta pesquisa, pela sua natureza interdisciplinar, inscreve-se no terreno da Linguística Aplicada, porque envolve o estudo da linguagem, como uma prática social, envolvendo a enunciação e o contexto sócio- histórico dos atores sociais, do pesquisador. Em termos teóricos, não se filia aos estudos da língua na sua ordem interna, mas no nível da historicidade, da sua exterioridade, porque a língua(gem), por ser um constructo social, é determinada por injunções históricas e ideológicas, logo não é apenas um instrumento de comunicação, mas uma construção discursiva em que os sujeitos se significam, ocorrendo um efeito de sentidos entre locutores. Em termos metodológicos, a LA, ao valorizar o contexto da aplicação, se alinha aos objetivos da pesquisa qualitativa, pois o contato com o *corpus* da pesquisa, a convivência com as pessoas, objeto da pesquisa podem modificar as próprias questões norteadoras iniciais.

3 CINISMO (KYNISMO)

Foi uma escola filosófica grega criada por Antístenes, seguidor de Sócrates, aproximadamente no ano 400 a.C., mas seu nome de maior destaque foi Diógenes de Sínope. Estes filósofos menosprezavam os pactos sociais, defendiam o desprendimento dos bens materiais e a existência nômade que levavam. Um cínico não tinha nenhuma propriedade e rejeitava todos os valores convencionais de dinheiro, fama, poder ou reputação. Uma vida vivida de acordo com a natureza requer apenas as necessidades básicas necessárias para a existência, e qualquer um pode tornar-se livre ao libertar-se de todas as necessidades que são o resultado da convenção. Os cínicos adotaram **Hercules** como seu herói e epítome do cínico ideal. Hercules. Foi ele quem trouxe **Cérbero**, o cão de Hades, do submundo, um ponto de apelo especial para o homem-cão, Diógenes.

Figura 1 - Diógenes com a lâmpada

Figura 2 - Diógenes dentro de um barril de vinho

O comportamento cínico afrontava os valores convencionais da época, por isso urinavam, faziam amor em lugares públicos como faziam os animais na natureza. Detestavam as construções lógicas, logo não suportavam Platão e Aristóteles. Usavam a ironia ou o sarcasmo para convencer o outro da estupidez de vida, feita de hipocrisia. A argumentação cínica se baseava em alguns princípios como a ***farresia***, falar a verdade, mesmo que, para isso, venha até a morte como fez Sócrates; **vida não dissimulada**, porque não tem preocupação de viver de aparências, assumem a vida simples e pobre ("*vida da qual não se envergonha porque não tem de se envergonhar" ou "Não há intimidade, não há segredo, não há publicidade na vida do cínico")*; **vida se mistura,** o que significa liberdade para efetivas ações apesar das dificuldades de sobrevivência ("*A verdadeira vida é sem vínculo, sem dependência, o que significa pobreza." "A pobreza cínica é um despojamento que se priva de elementos materiais. Ela não é a aceitação da pobreza, ela é uma conduta efetiva de pobreza*"); **vida reta** que significa viver se inspirando na ordem natural e não na ordem convencional e impositiva da sociedade

("*Só o que é da ordem da natureza é que pode ser um princípio para definir a vida reta para os cínicos*"), por isso comiam alimentos crus, adotavam o incesto e a autofagia (comer carne humana). Há várias lendas, como aquela em que Diógenes, com sede, pegou sua caneca para beber água junto a um poço, quando viu uma criança fechando as mãos para também beber água. Ele, então, jogou a caneca fora e bebeu a água como fez a criança. E, finalmente, **vida soberana** que significa independência, i.e. enfrentar as dificuldades como um treinamento para fortalecer o espírito e obter a felicidade como um cuidar de si ("*É o mesmo ato fundador de tomada de si que vai dar o gozo de mim mesmo e, por outro lado, permitir ser útil aos outros quando eles estão em dificuldades ou na desgraça*") segundo a visão de Foucault (2011 [1975], p. 221- 236).

A influência do kynismo (*kion* em grego significa "cão") na evolução da cultura ocidental é muito grande, considerando três aspectos: posteridades religiosas, posterioridades políticas e posterioridades estéticas. Quanto ao primeiro, sobressai o ascetismo cristão dos primeiros séculos, porquanto o cinismo e o judaísmo foram elementos culturais na formação intelectual e humana do Jesus histórico que habitava a região da Galileia na Palestina. Perto de Nazaré, existia a cidade de Séforis em que predominava a cultura helenística, trazida pelos romanos, por isso o cinismo era uma filosofia muito conhecida. Em Roma, os estoicos como Epiteto foram os herdeiros do cinismo grego, mas souberam, com uso da razão, retirar as irracionalidades como o incesto, a autofagia, o tom agressivo e valorizaram a natureza, a capacidade de enfrentar a dor. A ascese cristã que valoriza a opção pelos pobres, a peregrinação, tinham raízes cínicas. As ordens religiosas como os franciscanos, os beneditinos ou dominicanos surgiram na Idade Média vivendo os ideais da pobreza, do despojamento material, inclusive a denominação "dominicano" advém da junção de duas palavras latinas: "*canes domini*" (Os cães do senhor). Ao ideal de "um outra vida" (felicidade) a partir da capacidade de enfrentar as dificuldades, os cristãos falavam do "reino de Deus" como um devir.

Quanto ao segundo, fica explícita a revolução como estilo de existência em que se configura a ruptura com as convenções, os valores e os hábitos como faziam os cínicos diante da elite em Atenas. Neste sentido, o "militantismo" como vida revolucionária se materializa na construção de partidos políticos, de sindicatos que

lutavam por ideias, direitos ou poder durante os séculos XIX e XX. Até hoje, os vestígios do cinismo se encontram nas passeatas urbanas, reivindicando direitos como gratuidade de transporte público para estudantes, casa própria ou segurança pública. O testemunho de vida também outra forma de mostrar esta realidade, a exemplo de José Mujica ou Pepe Mujica que adotava uma vida simples, morando no seu sítio e usando um “fusquinha” como transporte mesmo sendo Presidente do Uruguai.

Quanto ao terceiro, as posteridades estéticas, a contribuição do cinismo para a arte moderna é significativa, porque implica a ordem do desnudamento de formas fixas, do desmascaramento das aparências e do formalismo estéril, da decapagem de modelos estereotipados, da escavação da redução violenta ao elementar da existência como reação aos essencialismos metafísicos. No século XIX, os respingos atingem a poesia satânica de Baudelaire, o realismo social de Flaubert, a sátira, o riso, o baixo ventre no conceito de carnavalização de Bahktin quando analisa as obras: “Pantagruel” e “Gargântua” de François Rabelais. No século XX, as experiências dos movimentos modernistas: “Pau-Brasil” e “Antropofagia” de Osvald de Andrade valorizam o primitivo, a piada em contraponto à hegemonia da cultura europeia, o que caracteriza o kynismo na cultura. A Literatura Divergente de Nelson Maca, ao buscar inspiração no movimento negro, sem estar preso a modelos estereotipados, mas retratando a força deste étnico na Bahia, sobretudo, no Centro Histórico de Salvador resgata esta memória discursiva. O jornal **Aurora da Rua**, como uma mídia alternativa, reflete este espírito de resistência, de ironia e de autoafirmação mesmo tratando de questão social muito séria: a exclusão do homem de rua.

4 ASCESE CÍNICO-CRISTÃ

Muitos autores defendem, de forma ampla, sistemática e equilibrada, a influência cínica em Jesus e na tradição cristã, o que era possível naquela na região da Galileia, devido à influência da cultura helenística trazida pelos romanos e que era muito comum às pessoas do povo, sobretudo nas zonas rurais. Neste período, predominavam, na figura do Jesus histórico, o cinismo, o estoicismo e o judaísmo. “... alguns de seus representantes passaram para o lado do estoicismo mais sério, produziram-se aí transições cintilantes para o cristianismo, mas essas transições

sucumbiram na medida em que a teologia cristã negou essa herança... (SLOTERDIJK[3], 2012, P.294). No livro: "**O Evangelho perdido: o livro de Q e as origens cristãs**", Jesus era um judeu cínico, por isso ele fez opção pelos pobres, vivia como peregrino, nasceu numa gruta em Belém, não aceitava a hierarquia religiosa judaica (MACK[4] 1994, p. 15).

Havia várias semelhanças entre a ascese cínica e a ascese cristã, como, por exemplo, a forma de pregar. Não estabeleciam um lugar (templo) onde recebessem os seguidores e os profetas que falavam em nome de Deus como faziam os rabinos na cultura judaica. Jesus, assim como os cínicos, era itinerante, falava com sua própria autoridade e não dissimulava as dificuldades para quem quer segui-lo. Quando diz esta frase aos discípulos: "*Ide; eis que vos envio como cordeiros entre lobos. Não leveis bolsa, nem mochila, nem calçado e a ninguém saudeis pelo caminho... Permanecei na mesma casa, comei e bebei do que eles tiverem... Não andeis de casa em casa." (Lucas, 10, 3-7),* as pessoas desconhecem que este pensamento foi dito por Diógenes muito antes quando expunha as condições para segui-lo.

Na ascese cínica, além da opção pelos pobres, os filósofos cínicos não tinham vergonha de serem pobres, da mendicância em que viviam (*anaideia*), pois desprezavam as convenções sociais em busca da vida plena, de tanta liberdade que agrediam os outros, urinando ou defecando nas ruas como fazia Diógenes (*adiaphoria*)*,* o que incomodava a elite de Atenas, porque falavam a verdade, mesmo que isto lhes custasse a vida (*parresia*). Não usavam a túnica e o manto, apenas uma única peça de tecido rústico que se dobrava para proteger-se do frio durante o dia e à noite servia de cobertor. Andavam descalços, portavam barba e cabelos longos e desordenados. Carregavam consigo ainda a bolsa para guardar alimentos que lhes eram dados nas peregrinações e um bastão bastante duro que servia como arma para se defenderem dos inimigos. Jesus peregrinava com seus discípulos mais pelas áreas rurais, indo a pé pelas comunidades, sem ter nem uma pedra onde repousar a cabeça, sem levar nada para o caminho, nem pão, nem

[3] SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

[4] MACK, Burton L. **O evangelho perdido**: o livro de Q & as origens cristãs. Rio de Janeiro: Imago, 1994

dinheiro, sem bastão ou bolsa. Nestas caminhadas, interagia com os pecadores (os leprosos, doentes, cobradores de impostos, prostitutas), o que irritava os fariseus. Quem não se lembra do episódio da samaritana: "*A mulher samaritana lhe perguntou: "Como o senhor, sendo judeu, pede a mim, uma samaritana, água para beber?" (*Jo, 4-9). Esta atitude não é característica da sua formação judaica, mas da influência cínica (DOWNING[5], 1988, p.72).

Como judeu, teve várias influências, na sua formação cultural, de diversas correntes judaicas como os essênios que viviam reclusos no deserto, não participavam de levantes políticos; os zelotes que não aceitavam a subjugação do povo judeu ao poder romano, por isso sempre estavam armando insurreições contra os invasores. Jesus assume um comportamento de resistência, pois, assim como Diógenes de Sínope foi acusado de cunhar e mudar a moeda ao ajudar o seu pai, por isso foi exilado para a Europa, tenta também mudar não uma moeda, mas o conceito de palavras como poder, água, mulher, amor, vida, ressignificando os sentidos, por isso expulsou os vendilhões do templo sagrado, disse que o poder não era oprimir, mas servir ("Eu **vim não para ser servido**, **mas para servir** e dar a vida por resgate de muitos", Jo 10-10).

Em comum entre os dois pensamentos, havia a oralidade, porque nem Diógenes, nem Jesus deixaram nada escrito. Os evangelhos foram escritos muito tempo depois, por isso as narrativas não coincidem às vezes, porque a necessidade da divinização ("reino dos céus") suplantou o Jesus histórico. Os livros da Fonte Q[6] revelam pequenas anedotas centradas numa sentença brilhante, em formas de reflexão, o que levar Jesus sempre a usar as parábolas como forma de ensinamento, como faziam os cínicos na Grécia antiga.

5 ANÁLISE DE TEXTO I

Como forma de comprovar as observações e reflexões da pesquisa, vamos ler e analisar o texto abaixo, retirado do jornal **Aurora da Rua** que trata de um dos temas

[5] DOWNING, F. G. Christ and Cynics.

[6] Fonte Q significa fonte em alemão " Quelle".

mais discutidos entre os moradores de rua que é a comida. Por ser muito longo, preferimos colocar o essencial da matéria.

Que tal comermos fora?

Moradores de rua exibem a suas habilidades culinárias e revelam os segredos de cozinhar nas ruas.

A imagem de pessoas reunidas à mesa para partilhar o alimento sempre foi símbolo de comunhão. Para grande parte das famílias, a refeição é o lugar de encontro que nutre o corpo e aquece os laços afetivos. Nas ruas, alimentar-se também pode receber um significado que ultrapassa a satisfação do apetite. Muitos moradores de rua assumem a liderança da culinária e conseguem proporcionar momentos de união através de uma comida peculiar feita de improviso e reciclagens. São tantos caprichos que dá até para brincar dizendo: "Que tal jantarmos fora hoje?".

O fogão é o fogo a lenha. A panela pode ser um latão. A água natural se consegue em qualquer posto de gasolina. Os alimentos são arrecadados com a partilha em grupo. Cada um fica responsável em conseguir um ingrediente. Eles inovam a arte de cozinhar e mostram que para um bom prato de comida nas ruas, o importante mesmo é a cooperação. "A minha equipe da Baixa dos Sapateiros tinha umas 28 pessoas. Todos faziam correria. No final, dava um a panelona de comida", lembra Jailton.

Toda culinária representa parte da cultura do seu povo. O modo de cozinhar criado pelo povo de rua revela características do seu próprio estilo de vida. Nem sempre há os utensílios e os espaços necessários para se fazer boas receitas. Mas como a precariedade não é maior do que o engenho dos moradores de rua, eles sempre reaproveitam o que encontram para substituir aquilo que precisam. "Transformamos garrafas Pet em vasilhas, latas em panelas, recuperamos verduras caídas das barracas de feira. Nada se perde em nossas mãos", explica Robson.

Portanto, há muitos motivos para a preferência de os moradores de rua continuar fazendo a comidinha feita por eles. O preparo é simples, genuíno e digno. O fogo, além de dar um sabor especial, aconchega e ainda aquece do frio da noite. "É melhor do que comida de restaurante porque rende, você se serve à vontade e sai mais barato", diz Elias com a experiência de quem já provou muitas comidas de rua.

(**Aurora da Rua, fev./mar 2009, Ano 3, nº 12, p. 4-5)**

5.1 Kynismo no texto e na comida de rua

A expressão: "Vamos comer fora"? contém um conteúdo de ironia e de sarcasmo por seu caráter ambíguo, pois, para o morador de rua, ela significa literalmente comer nas ruas em oposição ao sentido conotativo da classe dominante que entende isto: comer em restaurantes da moda ou de famoso *glamour*. Esta visão antitética de pobreza absoluta diante da riqueza e do desperdício nos remete ao tom de zombaria e de escárnio dos kynistas (cínicos) às convenções e aos modos de vida da elite em Atenas, mostrando-lhe a estupidez de existência. Diógenes, o filósofo-cão não tinha interesse em convencê-la pela razão, dizendo-lhe o que ela queria ouvir para obter dela a adesão; ao contrário, ele agride, atingindo-a pelo mal-estar ("*páthos*"). O jornal **Aurora da Rua** não agride o seu leitor, porém, ao mostrar a precariedade de se cozinhar nas ruas e, mesmo assim, o povo da rua se sente feliz, não deixa de fazer, de uma maneira sutil, uma ironia à forma atual de se alimentar das pessoas, usando o "*fast-food*" (comida rápida), ao sistema consumista da sociedade moderna em que não há mais tempo para a refeição em família. Na Comunidade da Trindade, ninguém come sozinho: todos, quando vão almoçar ou jantar na "Oca", sala arredondada onde ocorrem as refeições, alimentam-se conjuntamente. Após as refeições, cada um lava seu prato e talheres, deixando-os limpos no escorredor.

O morador de rua não tem vergonha de cozinhar, substituindo a panela por um latão, tendo como base dois ou três tijolos ao invés do fogão, queimando pedaços de madeiras, recolhidos do material reciclável, pois não tem dinheiro para comprar gás liquefeito. O alimento não é comprado em supermercados, mas recolhidos nas feiras populares, seja porque não têm valor comercial, porque estão machucados, seja porque estão imprestáveis porque caíram no chão. Tudo é aproveitado, usando um ingrediente especial: a cooperação. Cada um contribui do seu jeito, trazendo um tipo de alimento. É evidente que a vida assim experienciada não contém dissimulação, não se preocupa com as aparências. Pode ser sofrida, mas esta comunhão ameniza a fragilidade social em que se encontra o morador de rua. Muitos não recebem comida pronta; ao contrário, têm que cozinhar o pouco alimento debaixo dos viadutos, nas calçadas das ruas. Este comportamento é influenciado por este cinismo judaico-cristão.

> Portanto, eu lhes digo: Não se preocupem com sua própria vida, quanto ao que comer ou beber; nem com seu próprio corpo, quanto ao que vestir. Não é a vida mais importante que a comida, e o corpo mais importante que a roupa? Observem as aves do céu: não semeiam nem colhem nem armazenam em celeiros; contudo, o Pai celestial as alimenta. Não têm vocês muito mais valor do que elas? (MATEUS, 6 26-30).

A forma de construir o texto tem vestígios cínicos. Precede sempre uma reflexão de um narrador-enunciador: "*Toda culinária representa parte da cultura do seu povo. O modo de cozinhar criado pelo povo de rua revela características do seu próprio estilo de vida."(l.14).* Em seguida, aparecem os relatos orais como forma de confirmação das sentenças argumentativas e explicativas: "*Transformamos garrafas Pet em vasilhas, latas em panelas, recuperamos verduras caídas das barracas de feira. Nada se perde em nossas mãos" (*l.18-20), explica Robson. Segundo relata o Diógenes Laércio na sua obra: "Vidas e doutrinas de filósofos ilustres" (1977), o Diógenes, o filósofo cão, quando expunha suas reflexões filosóficas, contextualizava-as com relatos ou aforismos. Falando uma vez sobre a importância da natureza como fonte de inspiração de conduta moral, ele relatou uma história: "Estava diante de uma fonte, buscou uma caneca na sua mochila para beber água. De repente, uma criança apareceu e, com duas mãos, fez uma concha e bebeu a água. Imediatamente, ele jogou a caneca fora e fez a mesma concha e também bebeu a água".

Além da criatividade, a comida de rua tem um sabor diferente, não só porque é simples e gostosa, mas também porque é feita com solidariedade, criatividade e engenho numa época em que predomina o individualismo, a competição e a destruição do outro. O tempero não é feito somente com cebolas, alhos e coentro, mas, sobretudo, com o espírito de comunhão, de repartição, o que não se verifica nos esquemas hegemônicos da sociedade. Na Comunidade da Trindade, o cozinhar é sempre em forma de rodízio, outro limpa as verduras, corta os legumes. Só não participam os velhos ou os doentes. Todos, de alguma forma, participam de todas as atividades. Não há desperdício, come-se o suficiente para sobreviver. Quando há sobras, a comida é dividida entre todos os animais que vivem na comunidade.

5.2 Pedagogia do banquete: a Comunidade da Trindade em ação

Para se compreender o jornal "Aurora da Rua", há a necessidade de se conhecer a Comunidade da Trindade, pois o jornal reflete a prática discursiva desta forma específica de viver. Os sujeitos que nela vivem não têm consciência, por efeitos do esquecimento ideológico, das implicações que legitimam aquilo que é dito nas páginas do jornal. A singularidade do jornal não está só no formato de tabloide, no estilo de escrever as matérias, mas, sobretudo, nas concepções do homem em situação de rua, de sua fragilidade social e nas vivências psicopedagógicas do dia a dia.

A leitura exclusiva dos jornais não foi suficiente para detectar a verdadeira identidade do "Aurora da Rua"; foi preciso adotar a observação participante durante quatro anos para perceber que algumas hipóteses não se comprovavam. Muitos visitantes consideram esta experiência muito estranha, porque os moradores de rua não pedem esmolas, não recebem ajuda oficial, não têm registro de pessoa jurídica, não é um movimento social. Não é filantropia assistencialista, porque não cria passividade naquele que é acolhido pela comunidade. Só permanece quando o morador que ser ajudado, por isso assume um compromisso: participar das atividades, construir-se como pessoa, respeitar os outros. A comunidade, quando acolhe, não o faz por piedade ("coitadinho"), por higienismo[7] como forma de limpar a cidade, mas com respeito, acreditando na reconstrução de laços afetivos e sociais perdidos.

Alguns visitantes, quando conhecem a Comunidade da Igreja, julgam-na por sua aparência física, pois os moradores de rua ocupam uma igreja abandonada que serve de dormitório e de abrigo: está cheia de material reciclável, papelão, cobertores e formas de arte de rua. Os corpos refletem anos de sofrimento, mas não estão tristes. Não percebem aquilo que não é dito, o implícito como elemento importante na construção dos sentidos. E depois eles vão às redes emitir falsos juízos de valor devido à falta de convivência, afirmando existir assistencialismo, messianismo, manipulação de pessoas.

[7] Higienismo significa adotar políticas públicas com o objetivo de eliminar os moradores de rua da paisagem urbana, seja recolhendo-os para albergues, seja matando-os.

À semelhança da “Pedagogia do Oprimido”[8] de Paulo Freire que defende a dialogia, a comunicação horizontal como forma de aprendizagem, evitando a disciplina do medo, da submissão, da educação bancária e acumulativa, mas a educação em que o oprimido seja sujeito de suas escolhas, a pedagogia do banquete consiste em cinco passos que ajudarão o morador de rua a se reconciliar consigo mesmo e com a sociedade. Esta trajetória não está escrita em nenhum lugar e não se sabe em que estágio se encontra cada membro da comunidade.

O primeiro passo é do alimento: saciar a fome, alimentar, mas, para isso, olhando a comunidade, é preciso participar do preparo do alimento, de servi-lo e de comer junto, porque isto significa não mendigar por comida, não comer as sobras dos outros. A fome animaliza o homem, não repercute só no corpo, mas na construção de sua subjetividade, porque a busca pelo alimento, segundo relatos de moradores de rua, é penosa, distante e humilhante. Quando não encontra, tem que buscar no lixo.

O segundo passo se refere ao acolhimento dos recém-chegados, independente de como estão chegando, de fazê-los sentirem bem-vindos e aceitos. Sentir-se acolhido representa uma esperança de inclusão afetiva, de ligação emocional com o outro. Ninguém obriga a fazer nada. O objetivo é que, vendo o outro, o morador de rua não vai querer ficar como estava: imundo, perigoso, imprestável e, daí, nasça o desejo de mudar e de reconstruir a sua vida.

O terceiro passo é o cuidar que não significa assistencialismo filantrópico, ocasional; ao contrário, significa disponibilizar tempo acompanhando-o na regularização de sua documentação civil, cuidar das condições de saúde, providenciando a carteira do Sistema Único de Saúde (SUS), dar os remédios prescritos pelos médicos na hora certa, providenciar retirar documentos como Carteira de Identidade, Contribuinte Pessoa Física (CPF). Enfim, o sujeito deve sentir-se que não está sozinho, porque sua vida foi feita sempre de abandono, de descaso e de anulação de sua subjetividade.

[8] FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

O quarto passo significa a capacidade de conquistar o próprio sustento via geração de renda. Na comunidade, os moradores podem reciclar material descartável, criar diferentes formas de artesanato como pequenos quadros, objetos de decoração, camisetas, etc. além de vender o próprio jornal que é gerador de renda. Há outras formas de inserção social como trabalhar em empresas, como aconteceu na construção da Arena Fonte Nova. O significado de ter um trabalho tem repercussões profundas na vida dessas pessoas para a conquista da dignidade.

O quinto passo é o da moradia que representa a ruptura com a situação de rua. Desaparece aquele sentimento de insegurança, passa a dar mais valor às pequenas coisas. Se os moradores de rua estão inscritos no programa: “Minha Casa, Minha Vida” do governo federal, são preparados para assumir as novas obrigações. Caso haja disponibilidade, pode alugar uma das casinhas que ficam na Comunidade da Trindade.

O jornal “Aurora da Rua” é parte integrante da vida da comunidade, o que lhe confere uma identidade que não existe no jornal “Boca de Rua” ou no jornal “O Trecheiro”, por isso o povo de rua e o da comunidade participam ativamente das atividades do jornal desde a produção até a venda e a circulação das edições pela sociedade.

6 ANÁLISE DO TEXTO II

No intuito de identificar os traços distintos do jornal **Aurora da Rua**, foi importante elaborar um estudo comparativo com outro jornal de rua, publicado em Porto Alegre, chamado de **Boca de Rua**, fundado no ano de 2000 pela ALICE (Agência livre para informação, cidadania e educação), uma organização não governamental sem fim lucrativo que tem como objetivos desenvolver projetos alternativos e autogeridos de comunicação para discutir comportamento, ética e tendências da imprensa, formar leitores críticos e contribuir para democratizar e qualificar a informação no Brasil.

Vozes de uma gente invisível

O povo da rua passa fome, não tem onde morar, dorme na beira das calçadas, debaixo da ponte, dentro dos esgotos, em cima dos banheiros públicos, nos carrinhos de papelão ou em casarões abandonados. Mas o povo da rua fala. O povo da rua tem boca.

Tem famílias inteiras morando na rua, mas tem gente também que veio para a rua porque fugiu da família. Não queriam ficar com a família porque eram esculachados, apanhavam. Os mais fracos morrem. Os outros passam tudo que é tipo de dificuldade. No inverno, por exemplo, morre muita gente porque não tem cobertas, a roupa é pouca e o atendimento médico não existe. O que mais dá é Aids, tuberculose, dor de dente e bala de revólver.

A fome é o pior. Aí o primeiro recurso é roubar, mas também pedem nas casas, pedem emprego. Tem gente que xinga, mas tem os que ajudam. Dão comida, dão roupa. Tem uns que até ensinam a ler. Também tem a violência da polícia e até da população. Mesmo entre o povo das ruas existe violência.

Hoje em dia as pessoas têm medo de dormir dentro de caixas de papelão no inverno porque acontece bastante de tocarem fogo nas caixas. As vezes, são os boyzinhos, mas, outras vezes, é a gurizada da rua mesmo, que está de marcação ou uma criança pequena que cheirou loló e "viajou" Para eles, tudo é festa. Quem mais sofre são as pessoas velhinhas. Mas também na rua se aprende a respeitar as coisas dos outros, a mulher dos outros.

Tem muita droga flama. Tem droga dia e noite. E um passatempo para fugir dos problemas e da fome Tem de tudo: loló, maconha, cocaína. Cada vez mais a cocaína. Injetam, cheiram, fumam pedra de crack. Para conseguir dinheiro para droga assaltam, fazem arrombamento. Alguns são

usados como "aviãozinho" pelos traficantes. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas vivem na rua. Tem gente que se esconde em uns buracos que ninguém sabe que existe.

Mas o povo da rua não é invisível. Quem faz o povo da rua invisível é a sociedade que passa e nem olha. Enquanto o cara não trabalha, é como se não existisse. Está marginalizado. Mas é difícil conseguir trabalho porque a maioria tem só a quarta série. Muitos são analfabetos e não têm documento.

Por tudo isso, este jornal vem para transmitir o que se passa com o pessoal que convive nas ruas. Nós, da equipe do jornal, fazemos questão de usar esta palavra "convive" e não "vive" nas ruas. Para nós, não existe guri de rua. Porque da rua todo mundo é. Todo mundo sai para a rua para trabalhar, para passear.

Acreditamos que o Boca de Rua vai ser importante para os que convivem nas ruas, porque será a sua voz. Também para a sociedade vai ser importante, porque vai botar na cabeça das pessoas o pensamento do pessoal que convive nas ruas. O jornal vai mostrar que nunca ninguém está completamente certo. Tem pessoa que se acha "o cara", mas não é. Ninguém é. Se viesse para a rua não seria ninguém.

Como disse o Jim Morrison (líder do grupo de rock The Doors): "Mesmo o relógio parado está certo duas vezes por dia"

(**BOCA DE RUA**, Ano I, número 0, dezembro 2000).

6.1 VOZES DA RUA: ANÁLISE DO TEXTO

Este texto abre o primeiro número do jornal "Boca de Rua (2000) cujo título contém uma sugestão cínica: "**Vozes de uma gente invisível**". A descrição do povo de rua que não tem onde morar, dorme na beira das calçadas ou debaixo dos viadutos, se parece com os cínicos que viviam nas ruas de Atenas, pedindo esmolas, mas que não aceitavam as convenções sociais que os qualificavam de imundos, ignorantes. Só que eles pensavam, filosofavam e rosnavam como cães à semelhança de Diógenes ("*Mas o povo da rua fala. O povo da rua tem boca"),* para mostrar aos atenienses a estupidez de suas vidas.

No segundo parágrafo, usando o estilo indireto livre, coexistem duas vozes: a do próprio morador de rua gaúcho e a do narrador- enunciador que descrevem a sua triste realidade sem qualquer forma de dissimulação ("*veio pra rua porque fugiu da família... Os mais fracos morrem... O que mais dá é Aids, tuberculose, dor de dente e balas de revólver").* É visível a preocupação com a verdade *(parresia),* o que lhe dá ânimo para enfrentar as adversidades.

No terceiro parágrafo, verifica-se a liberdade no registro popular da linguagem quando usam o verbo "ter" no lugar de "existir" ("*Tem gente que xinga ... Tem uns que até ensinam a ler*") como o tom crítico e irônica quando fala de violência da polícia, do próprio povo de rua. Há uma preocupação de denunciar o abandono social, o que não se faz no jornal "Aurora da Rua".

No quarto parágrafo, o morador de rua explicita duas formações discursivas antagônicas através da sua formação imaginária. Quando diz que ninguém mais quer dormir em caixa de papelão, porque podem tocar fogo nela, é uma alusão ao higienismo social: matar as pessoas de rua como forma de resolver o problema da exclusão. Simultaneamente, é condescendente com as crianças que cheiram "loló", com a fragilidade dos velhinhos como revela um lado positivo: aprende-se a respeitar as coisas dos outros, a mulher dos outros. Tudo isto está sendo revelado e analisado devido à existência do jornal "Boca de Rua", que lhes dá visibilidade.

As condições de produção do jornal "Boca de Rua" se diferem daquelas do jornal "Aurora da Rua", porque os moradores de rua não dispõem de um lugar fixo para as reuniões. Não existe uma comunidade como suporte. Nas reuniões, os mediadores discutem com eles a realidade cotidiana como está descrita: "*Tem muita droga flama. Tem droga dia e noite. E um passatempo para fugir dos problemas e da fome Tem de tudo: loló, maconha, cocaína*" (5º §). É um relacionamento difícil que exige muito controle e paciência.

A consciência crítica aflora (" *o povo da rua não é invisível*") a partir dos textos e das leituras, dos relatos compartilhados, por isso o jornal "Boca de Rua" passa a dar oportunidade de os moradores de rua expressarem seus pensamentos e sofrimentos. Na produção textual, pela opção pelo estilo indireto livre, a realidade é

vista pelo olhar do morador de rua, por isso os nomes dos colaboradores são mencionados no final de cada matéria. Os dois se assemelham muito, mas são diferentes na forma de encarar o mundo da exclusão e na forma de escrever os textos.

No jornal "Aurora da Rua", predomina o estilo indireto em que o narrador diz o que acontece com os personagens, mesclado com o estilo direto em que se reproduz a fala do morador de rua. Veja este fragmento falando sobre "Rua, minha Casa":

> "Nós andamos em becos, ruazinhas, lugares esquecidos, antigos. Quem conhece mais Salvador do que os próprios moradores de suas ruas? O nome já diz morador de rua, moramos aqui, vivemos aqui, todos os dias".

A reflexão de Edmarcus faz sentido. Diferente da maioria dos outros países que conceituam essa população pela falta de um teto, o Brasil a define como moradores de rua - um termo que não remete à carência e ainda revela a potencialidade daquilo que são: sujeitos que vivem e experimentam a cidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é apenas a influência do discurso religioso que determina a produção de sentidos do jornal **Aurora da Rua**, pois existem diversas outras formações discursivas (cinismo, declaração dos direitos humanos, Constituição Federal, Movimento População de Rua) que, ideologicamente, controlam o que pode ser dito ou não tanto nas páginas do jornal como nas interlocuções na Comunidade da Trindade. Na maneira de construir os textos, de diagramar as páginas ou selecionar as fotos, as charges ou tirinhas, sente-se a influência do discurso jornalístico anti-hegemônico, pois as matérias publicadas jamais sairiam na mídia massiva da cidade. A correção da linguagem, no padrão culto é mais rígida no jornal “Aurora da Rua” do que no jornal “Boca de Rua”, manifesta-se não como exclusão da maneira simples do povo, mas como uma forma de proteção, porque o jornal é lido não só pelos próprios moradores, mas também pela sociedade. Assim, esta heterogeneidade discursiva revela uma polifonia de vozes, construindo a identidade e a subjetividade do “Aurora da Rua”.

A dimensão do morador de rua no jornal de rua de Salvador não é positivista, baseada em razões externas como desemprego, estrutura econômico-social de natureza sociológica ou antropológica em que se constroem as políticas públicas, mas essencialmente nas razões internas, como depressão, traumas na infância, abusos sexuais, numa visão humanista e fenomenológica, pois, a partir da consciência, busca-se compreender a essência do homem como um "ser-aí" com suas potencialidades, inseridos na história e na construção de um futuro. Não ajuda quem não quer ser ajudado, por isso não é assistencialista, não catequiza para nenhuma religião, não promete a vida eterna ou o "reino de deus", apenas evidencia que, com trabalho, disciplina e solidariedade, se pode conquistar a autoestima e ser um ser produtivo.

Segundo Trindade[9] (2014), este trabalho tem um caráter profético, pois pretende, com esta dimensão humana, sem ser necessariamente religiosa e ao lado do jornal **Aurora da Rua** "poder operar esta transformação cultural, esta humanização deste olhar para que da humanização deste olhar nasçam mínimas... pequenas experiências que um dia possam se tornar paradigmas por toda a sociedade", como a semente de mostarda " é a menor de todas as sementes da terra. Mas, quando é semeada, a mostarda cresce e torna-se maior que todas as plantas; ela dá ramos grandes, de modo que os pássaros do céu podem fazer ninhos em sua sombra."(MARCOS 4,26-30.)

Quanto às formas de silêncio no discurso, o que mais predominou são os silenciamentos externos por causa da representação negativa que a sociedade ainda tem sobre os moradores de rua, como os silenciamentos internos que, por efeito da ideologia, funcionam como controle daquilo que é dito no jornal "Aurora da Rua". A interdição ocorre muitas vezes de forma dissimulada, aludindo-se a questão de estética e de ética quando, na verdade, a interpelação do sujeito à formação discursiva que o domina é tão natural por sua total identificação (bom sujeito), não ocorrendo a contraidentificação na forma de crítica (mau sujeito), nem a desidentificação na forma de confronto conforme o pensamento de Pêcheux (1975).

[9] TRINDADE, Henrique Peregrino é um religioso francês que idealizou a Comunidade da Trindade e a criação do jornal "Aurora da Rua" que me deu uma entrevista em 20 de novembro de 2014.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 2013.

BAUMAN, Z**. Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. BURSZTYN, Marcel (Org.) **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

CAZÉ, M. Odile Goulet e BRANHAN, B (Orgs.) **Os cínicos**. São Paulo: edições Loyola, 2007

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Arte de Fazer. 17.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DOWNING, F. G. **Christ and the cynics**. Londres: Sheffied, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II- curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. – São Paulo: Graal, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed.- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LAÉRCIO, Diógenes. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Brasília: UnB, 1977.

MACK, Burton L. **O evangelho perdido**: o livro de Q & as origens cristãs. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

ONFRAY, Michel. **Cynismes**: portrait du philosophe em chien. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel (1969). Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK,T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Pêcheux. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Unicamp, [1975],1988.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

VAMOS COMER FORA. Aurora da Rua, Salvador (BA), fev./mar. 2009, Ano 3, nº 12, p. 4-5.

O GÊNERO LINGUÍSTICO NOS ESPAÇOS VIRTUAIS DE MILITÂNCIA FEMINISTA: uma análise de alianças e oposições

Laís Virginia Alves Medeiros[1]

1 INTRODUÇÃO

O feminismo, movimento que teve suas primeiras manifestações no Brasil durante o século XIX e que, desde então, mantém-se como um movimento fragmentado quanto às aspirações, objetivos e estratégias (PINTO, 2003), conheceu uma nova e eficaz forma de propagar suas ideias com a popularização da Internet. O surgimento de blogs e sites dedicados ao debate sobre questões de gênero trouxe também questionamentos sobre a forma como as discutimos: que língua é esta que possibilita questionar? Não seria ela mesma um reflexo e uma forma de manutenção dos combatidos papéis de gênero? E, se fosse, haveria modos de intervir sobre ela?

Numa tentativa de tornar feminista a língua em que se debate o feminismo, foram publicados textos e manuais a respeito da (não) marcação de gênero, dividindo opiniões sobre a pertinência desses recursos. O movimento feminista é conhecido por sua pluralidade, e, sob o guarda-chuva do feminismo, repousam vertentes bastante divergentes entre si. Não se poderia esperar, então, que houvesse consenso quanto à questão da língua.

Nesse sentido, este artigo analisa, sob a perspectiva da Análise de Discurso pêcheutiana, os embates dentro da Formação Discursiva Feminista no que diz respeito à língua, considerando as posições-sujeito em aliança e divergência e os pré-construídos sobre língua que sustentam essas posições. Como corpus de análise, trago os textos *Deixando o X para trás na linguagem neutra de gênero*, publicado em 2013 no blog *Batatinhas*; *Minimanual dx guerrilheirx linguísticx*, publicado em 2013 na revista digital Geni, e *Manual para uso não sexista da linguagem*, publicado em 2006, resultante de uma parceria entre o Fundo de

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação da Profa. Dra Solange Mittmann. Bolsista CAPES/FAPERGS (**lais.medeiros@ufrgs.br**).

Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e a Rede de Educação Popular Entre Mulheres da América Latina.

2 DE QUE FEMINISMO ESTAMOS FALANDO? UMA DELIMITAÇÃO

Tendo em mente a existência de diferentes vertentes dentro do movimento feminista, cabe, neste primeiro momento, delimitar de qual feminismo este artigo tratará. Não intento fazer uma revisão histórica do movimento feminista, tampouco descrever as principais vertentes, mas, sim, contextualizar e caracterizar a vertente que mais dialoga com as questões linguísticas de que tratarei: o transfeminismo, movimento que pode ser enquadrado na terceira onda do feminismo e que se encontra em processo de construção no Brasil.

Falar em feminismo implica falar em gênero. Quanto a ele, se suas definições são variadas de acordo com a abordagem de cada ciência, para o movimento feminista haveria certo consenso:

> Apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que "não se nasce mulher" e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais "homens" e "mulheres" são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004, p. 211).

Foi nessa tentativa de transformação que o transfeminismo encontrou espaço para voltar seu olhar às pessoas trans, definidas como:

> pessoas que vivenciam papeis de gênero fora dos modelos normativos predominantes na sociedade, as quais se pode denominar genericamente como integrantes da população "transgênero", composta predominantemente por travestis e transexuais, mas também por quaisquer outras pessoas que não se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente (JESUS, 2013, p. 1)

Entre os princípios do transfeminismo, são citadas a "desconstrução das identidades binárias (respeitar as pessoas, transgênero ou cisgênero, que se enquadram no binarismo homem x mulher, sem excluir aquelas que não se enquadram nesse modelo)" (JESUS, 2013, p. 6) e a "terminologia (evitar termos que essencializem ou invisibilizem as identidades trans)" (JESUS, 2013, p. 6).

Assim, tanto a língua quanto o não binarismo se revelam questões caras e fundamentais para o transfeminismo. Como “a internet tem sido o campo principal dos debates transfeministas” (JESUS, 2013, p. 6), e boa parte desses debates ocorre através de textos escritos, a necessidade de estratégias linguísticas de inclusão ficou bastante evidente para as[2] ciberativistas, que se percebiam excluídas da língua ao falarem sobre si mesmas. Ora, como uma língua que enquadra as palavras em dois gêneros, masculino e feminino, poderia abarcar as necessidades de expressão de um movimento que prega o não binarismo?

Assim, ainda que algumas iniciativas de neutralização da linguagem não se identifiquem como transfeministas, é nesse movimento que se desenvolve o maior debate sobre o tema. Como seria equivocado relacionar a preocupação com a linguagem ao feminismo de modo geral (com suas tantas e tão diferentes vertentes), optei por relacioná-la ao transfeminismo, baseada na constante recorrência dessa inquietação dentro dessa vertente.

3 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LÍNGUA

Ao trabalhar com os textos que serviram de inspiração a esta análise, muitos questionamentos surgiram: a língua é machista? É possível mudar a língua? A língua faria mesmo diferença na militância? Qual é a importância da língua? E uma questão reverberava acima de todas: que língua?

A língua de que falo aqui, filiada à Análise do Discurso pechêutiana (doravante AD), é aberta aos deslizamentos, ao equívoco e à contradição, de tal forma que estes a constituem. Diferentemente da concepção sistêmica consagrada por algumas correntes da linguística, para a AD a língua é lacunar e movente, sendo uma base comum para diferentes processos discursivos (PÊCHEUX, 2009). É observada em sua materialidade, em sua opacidade, pensada por meio do atravessamento ideológico (DE NARDI, 2007). Entrelaçada à exterioridade, é concebida como uma materialidade que constrói e produz sentidos na relação do sujeito com o ideológico

[2] Minha escolha pela forma feminina para generalizações se deve não apenas ao fato de que boa parte das pessoas aqui citadas têm identidade de gênero feminina, mas também pela aderência à forma de escrita não binária, que recomenda que se use a palavra “pessoas” para se referir a qualquer coletivo.

e o histórico (LORENSET, 2013). Essa relação pode ser mais bem esclarecida através do conceito de Formação Discursiva, postulado por Pêcheux como:

> aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Assim confirmamos a não univocidade da língua, que permite que os sentidos sejam diferentes de acordo com a Formação Discursiva em que o sujeito se inscreve. Longe de ser um instrumento de comunicação que possa ser utilizado por um locutor estrategista e consciente de suas escolhas, a língua é a materialidade do discurso, que, através do imaginário, media a relação do sujeito com a realidade (DE NARDI, 2011).

Dentro dessa complexa relação entre língua e sujeito se encontra um conceito fundamental para a análise aqui proposta; trata-se do imaginário de língua, considerado em oposição ao real da língua. Sobre este, trago as definições de De Nardi: “a possibilidade de se trabalhar o equívoco como elemento constitutivo da língua” (2011, p. 121) e de Gadet e Pêcheux: “o impossível que lhe é próprio” (2004, p. 52, apud De Nardi, 2011), que evidenciam uma filiação a Milner (1987), para o qual o real da língua remetia ao impossível por ela comportado. Quanto ao imaginário de língua, este é definido como “um conjunto de dizeres que, sedimentados, apresentam-se para o sujeito como ‘a verdade’ sobre a língua” (DE NARDI, 2011, p. 123). Cabe atentar para a pluralidade desse imaginário: para formações discursivas diferentes, imaginários diferentes.

Igualmente importantes são os conceitos de língua imaginária e língua fluida propostos por Orlandi (2009). Para a autora, temos em nosso imaginário a impressão de uma língua “estável, com unidade, regrada, sobre a qual, através do conhecimento de especialistas, podemos aprender, termos controle” (p.18), fixada em regras, fórmulas e sistematizações. Seria esta a língua imaginária. Já a língua fluida é a língua em movimento, em mudanças contínuas, sem limites, “que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história de constituição das formas e sentidos, nas condições de sua produção, na

sociedade e na história, afetada pela ideologia e pelo inconsciente" (p. 18). Assim, para trabalhar com a língua em funcionamento, é preciso considerar a tensão constante existente entre a língua fluida e a língua imaginária.

4 O SUJEITO E SUA INTERPELAÇÃO

Se admitimos a relação constitutiva entre língua e sujeito, cabem algumas considerações sobre este último para melhor embasar nossa análise.

O sujeito convocado pela AD é afetado pelo inconsciente, na constituição de sua psique, e pela ideologia, na constituição social (INDURSKY, 2008, p. 11):

> o sujeito, assim constituído, é histórico, ideológico, mas ignora que o é, pois é igualmente afetado, em sua constituição, pelo inconsciente. Ou seja: o sujeito é interpelado ideologicamente, mas não sabe disso e suas práticas discursivas se instauram sob a ilusão de que ele é a origem de seu dizer e domina perfeitamente o que tem a dizer.

Dessa forma, a noção de sujeito se relaciona diretamente à noção de Formação Discursiva anteriormente referida: "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)" (PÊCHEUX, 2009, p. 150). Essa identificação não se dá sempre de forma uniforme e sem conflitos, o que nos leva a considerar a forma-sujeito e seus desdobramentos.

O sujeito se identificaria com uma Formação Discursiva pelo viés da forma-sujeito, descrita nas primeiras formulações como dotada de bastante unicidade, repercutindo na concepção de Formação Discursiva (INDURSKY, 2008), cuja heterogeneidade não foi reconhecida desde o princípio. O conceito de forma-sujeito introduz também o de tomada de posição, "compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da 'exterioridade' do real ideológico-discursivo, na medida em que ela 'se volta sobre si mesma' para se atravessar" (PÊCHEUX, 2009, p. 160).

Essas formulações iniciais foram revistas a ponto de ser possível falar em modalidades da tomada de posição, ou diferentes modos de se identificar com os saberes de dada Formação Discursiva: a identificação plena, a contra-identificação e a desidentificação (INDURSKY, 2008).

Assim, a identificação plena caracteriza o discurso do bom sujeito, numa superposição do sujeito do discurso ao sujeito universal da formação discursiva, reduplicando os saberes da Formação Discursiva sem questioná-los. A contra-identificação caracteriza o discurso do mau sujeito, que contesta, duvida e se afasta dos saberes da Formação Discursiva com a qual está identificado – sem chegar a desidentificar-se, no entanto. A desidentificação acontece quando o sujeito se desloca de uma Formação Discursiva a outra, deixando de se identificar com os saberes da antiga para se identificar com os da nova (INDURSKY, 2008).

Uma consequência do desdobramento da forma-sujeito é a percepção da heterogeneidade e da porosidade da Formação Discursiva, que permitem que outros saberes ali adentrem e reverberem, repercutindo no modo como os sujeitos com ela se identificam. Outra, diretamente relacionada com a primeira, é a possibilidade de se estabelecerem diferentes posições-sujeito dentro de uma Formação Discursiva, mais ou menos identificadas com seus saberes; dada a heterogeneidade da Formação Discursiva, é compreensível que os saberes que a atravessam repercutam diferentemente entre os sujeitos com ela identificados.

Essa diversidade, aliada aos conceitos sobre língua anteriormente referidos, norteará a análise aqui proposta, buscando compreender como diferentes saberes e posições-sujeito coexistem no debate sobre uma língua feminista ou não binária.

5 DEIXANDO O X PARA TRÁS NA LINGUAGEM NEUTRA DE GÊNERO E MINIMANUAL DX GUERRILHEIRX LINGUÍSTICX: DIFERENTES POSIÇÕES-SUJEITO NA MESMA FD

O primeiro texto aqui analisado foi escrito em resposta a uma das formas utilizadas por militantes na Internet para questionar o gênero das palavras: a substituição das vogais de desinência de gênero “a”, “e” e “o” pela consoante “x”. Um exemplo de uma oração construída com essa substituição seria “todxs xs professorxs devem acompanhar xs alunxs até a sala”. O texto pretende ensinar modos de falar de forma neutra sem recorrer à consoante “x”.

Assim, nas considerações iniciais do texto, encontramos:

> **SD1** - é importante perceber que construções neutras de gênero são importantes para tornar o mundo mais visível às pessoas trans* não-binárias, e que ocupamos um local importante nesta discussão sobre neutralidade e sobre o uso da linguagem demarcada. Em nossos cotidianos, as marcações de gênero e as tentativas de torná-las neutras ou melhores frequentemente nos esquecem, como nos famosos "todas e todos", "homens e mulheres", "senhoras e senhores", "masculino e feminino", "todos/as", "srs(as)" etc (DEIXANDO).

A autora se inclui no grupo de "pessoas trans* não-binárias"[3] ao utilizar a primeira pessoa do plural ("ocupamos", "nossos cotidianos") e demonstra levar em conta a importância da língua para a visibilidade trans*, o que revela sua concordância com os princípios do transfeminismo anteriormente mencionados. Com base nisso, vejo aí a identificação desse sujeito com uma Formação Discursiva que chamarei de Transfeminista. As características dessa FD que serão levadas em conta na análise são a consideração da pertinência das formas linguísticas para a militância e a concepção de gênero como não binário.

Em seguida são elencados os motivos pelos quais a utilização do "x" não é considerada uma estratégia válida:

> **SD2 -** O X não torna as coisas mais fáceis de entender. Quanto mais simples e direta for a nossa linguagem, melhor poderemos nos fazer entender. Quando a intenção é fazer textos fáceis e didáticos, o X pode ser um constante entrave para quem está lendo (DEIXANDO).

Um interessante imaginário sobre língua pode ser percebido nessa sequência discursiva: o de que a língua teria a função de fazer as pessoas se entenderem. Além disso, trabalha-se com a possibilidade de a língua possuir diferentes níveis de inteligibilidade: haveria uma língua mais simples e direta (a que não considera a inserção do "x") e outra mais complexa e indireta (a que, considerando a inserção do

[3] O termo "trans" frequentemente aparece com um asterisco ao lado: "trans*". Uma publicação no blog Transfeminismo explica o motivo da grafia: "O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes, o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [umbrella term] – um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans 'embaixo do guarda-chuva'" (TRANS*).

"x", dificulta a compreensão). Assim, se o "x" não facilita o entendimento e pode ser considerado um entrave, dentro desse imaginário de uma língua funcional, não haveria por que utilizá-lo. No entanto, outro texto (VISNADI, 2013), discutindo a mesma temática, traz uma análise interessante sobre esse entrave:

> **SD3** - o xis é praticamente uma rasura, uma negação explícita desse binarismo machista. Ele causa um baita estranhamento, dificulta, trava a leitura. E é justamente essa a intenção! Interromper o automatismo do nosso olhar, mexer na zona de conforto é um jeito de chamar a atenção para relações de violência que passam despercebidas, que são legitimadas sob a carapuça da naturalidade – ou da neutralidade.

Aqui, outro imaginário de língua sustenta uma diferente tomada de posição em relação ao "x". A língua deixa de ser um dos modos de fazer as pessoas se compreenderem para se tornar um modo de sair da zona de conforto, de causar estranhamento. Diferentemente do texto anterior, que busca explicar formas de neutralizar a língua, neste a neutralidade é vista como algo negativo que deve ser rasurado.

Baseada nesses diferentes imaginários sobre língua, estabeleço duas posições-sujeito dentro da FD transfeminista: a PS1, contrária à utilização do "x" e favorável à neutralidade, e a PS2, favorável à utilização do "x" e contrária à neutralidade.

Voltando ao texto no qual identifiquei a PS1, trago outra sequência discursiva igualmente pertinente quanto ao imaginário de língua:

> **SD4 -** O X não transformará a linguagem. Se o X é restrito à língua escrita, então ele não irá alterar a forma como falamos! Isso significa que ele não influenciará como, no dia-a-dia, nos referimos às pessoas, e que no fim das contas nós continuaremos a nos tratar de forma generificada (DEIXANDO).

Considerando as diferenças entre língua escrita e língua falada e identificando a utilização de "x" como pertencente somente à escrita, esse sujeito nega que a estratégia tenha validade, pois, em seu imaginário de língua, as alterações só são influentes quando incorporadas à língua falada.

Uma tomada de posição diferente acontece no texto em que foi identificada a PS2, como podemos observar na sequência discursiva:

> **SD5 -** Obviamente, trocar uma letra de algumas palavras não vai, por si só, fazer ruir o patriarcado. E, mesmo no âmbito da linguagem, essa é uma decisão que se restringe à escrita, ficando inviável na fala. Mas, de todo modo, é uma estratégia pontual que temos usado na Geni – e que este texto abre pra debate (VISNADI, 2013).

Para PS2, os limites da utilização do "x" são igualmente reconhecidos, porém, não são suficientes para descartar a estratégia. Nesse imaginário de língua, que a vê como objeto e instrumento de debate e desacomodação, não é preciso que a forma linguística tenha um grande potencial transformador para ser levada em conta – basta que transgrida.

Assim, foi possível identificar duas posições-sujeito dentro da FD transfeminista, as quais se diferem por imaginários de língua distintos e, por consequência, pela forma que consideram ser a mais adequada para tratar das questões linguísticas no que se refere a gênero.

6 MANUAL PARA USO NÃO SEXISTA DA LINGUAGEM: MESMOS SABERES, DIFERENTES FDS

O *Manual para uso não sexista da linguagem* é uma leitura indicada ao final do primeiro texto aqui analisado, *Deixando o X para trás na linguagem neutra de gênero*. Nesse sentido, imagina-se ser possível encontrar entre ambos os textos mais semelhanças do que diferenças – se não nas materialidades discursivas, pelo menos nas Formações Discursivas. No entanto, a relação que se estabelece entre eles é marcada por distanciamentos e silenciamentos.

Na sequência discursiva abaixo, retirada das primeiras páginas do Manual, é possível identificar um imaginário de língua semelhante ao da PS1 da FD transfeminista:

> **SD 6 -** a linguagem é um dos agentes de socialização de gênero mais importantes ao moldar nosso pensamento e transmitir uma discriminação por motivo de sexo. A língua tem um valor simbólico enorme, o que não se nomeia não existe, e durante muito tempo, ao utilizar uma linguagem

> androcêntrica e sexista, as mulheres não existiram e foram discriminadas (MANUAL, p. 13).

As questões linguísticas aparecem, mais uma vez, como fundamentais para a visibilidade e para o término da discriminação. Uma diferença, porém, chama atenção desde o princípio: as alterações linguísticas propostas pelo Manual pretendem incluir as mulheres numa língua que é sempre marcada pelos e para os homens, sem, no entanto, considerar que o gênero pode ser não binário – como se prega na FD transfeminista.

O silenciamento sobre o não binarismo é evidenciado em todo o decorrer do texto e pode ser exemplificado pelas seguintes sequências discursivas:

> **SD7 -** Tudo isso torna patente a necessidade e a urgência de fomentar o uso de uma linguagem inclusiva para **ambos os sexos** nas instituições públicas, evitar a confusão, negação ou ambigüidade; é isso que iremos aprofundando ao longo destas páginas (MANUAL, p. 4, grifo meu).
>
> **SD8 -** É necessário nomear as mulheres, torná-las visíveis como protagonistas de suas vidas e não vê-las apenas no papel de subordinadas ou humilhadas. É necessária uma mudança no uso atual da linguagem de forma que apresente equitativamente **as mulheres e os homens** (MANUAL, p. 14, grifo meu).

Para analisar os efeitos de sentido desse silenciamento, recorro a Orlandi (1997, p. 55), segundo a qual “dizer e silenciar andam juntos”. Assim, o silêncio não é visto como um vazio, mas como constituinte dos sentidos tanto quanto as palavras: “a hipótese de que partimos é que o silêncio é a própria condição da produção do sentido” (ORLANDI, 1997, p. 70), e, para compreendê-lo, é preciso “considerar a historicidade do texto, os processos de construção dos efeitos de sentidos” (ORLANDI, 1997, p. 47).

Na tentativa de compreender esse silenciamento, levanto algumas hipóteses considerando as condições de produção desses textos que se aliam e se distanciam. Para Pêcheux (2010, p. 81), o efeito de sentidos não circula entre sujeitos que designam “organismos humanos individuais”,mas entre “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, os quais “estão representados

nos processos discursivos em que são colocados em jogo". Em todo processo discursivo, portanto, funcionam formações imaginárias quanto a esses lugares, isto é, imagens que os participantes projetam de si mesmos e dos outros.

No caso da aliança estabelecida entre os sujeitos quanto à linguagem neutra, esse jogo de formações imaginárias pode justificar o silenciamento de ambas as partes. De um lado, a FD transfeminista, ao indicar o *Manual para uso não sexista da linguagem*, silencia que esse manual não concerne à inclusão de pessoas trans* na linguagem, mas sim de mulheres – apenas. É relevante o fato de que o texto inscrito na FD transfeminista foi publicado em um blog, um meio informal de divulgação de materiais e com pouca legitimação institucional; o Manual, por sua vez, foi elaborado por uma instituição com apoio governamental e com o objetivo de ser traduzido e reproduzido em toda a América do Sul. Assim, por ocuparem diferentes lugares na estrutura da formação social, um dispondo de mais legitimidade do que o outro, frente à pergunta "quem sou eu para lhe falar assim?" (PÊCHEUX, 2010, p. 82), é compreensível que o lugar que dispõe de menos legitimidade (já que se trata de um suporte informal) silencie sua discordância diante daquele que dispõe de mais. Do outro lado, o Manual, representando uma posição que objetiva "fomentar o uso de uma linguagem inclusiva para ambos os sexos nas instituições públicas" (MANUAL, p. 4), e frente à pergunta "quem é ele para que eu lhe fale assim?" (PÊCHEUX, 2010, p. 82), assume uma postura didática que trabalha com pré-construídos: existem homens e mulheres, e ambos devem ser incluídos na língua. Ora, se o modo de se referir às pessoas trans* não representa um consenso nem mesmo dentro da FD transfeminista, como demonstram as posições-sujeito identificadas nesta análise, é esperado que não se queira levar esse debate para o grande público a quem o Manual é didaticamente destinado.

Estabelecidas as hipóteses, retorno a Orlandi e as suas considerações sobre o silêncio:

> se diz "x" para não (deixar) dizer "y", este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma "outra" formação discursiva, uma "outra" região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer (ORLANDI, 1997, p. 76).

Pautada nessa definição do silêncio como delineador das formações discursivas, consoante com a definição destas como aquilo que determina o que pode e deve ser dito, enxergo o Manual inscrito numa Formação Discursiva diferente, que nomearei como FD feminista generificada. Ela se distancia da FD transfeminista devido à manutenção da binaridade de gênero e ao silenciamento sobre as pessoas trans*, mas se alia devido ao imaginário de língua como agente significativo contra a discriminação e às estratégias linguísticas propostas para tanto. Diferentemente do observado na FD transfeminista, não foram encontradas diferentes posições-sujeito na FD feminista generificada.

Tendo delineado as Formações Discursivas e as posições-sujeito, e considerando que elas não se constituem isoladamente, mas articulando seus saberes internos e externos, sintetizarei na próxima seção as relações identificáveis entre as FDs e suas posições-sujeito.

7 FORMAÇÕES DISCURSIVAS: ALIANÇAS E DISTANCIAMENTOS

Já explanamos a respeito da heterogeneidade da Formação Discursiva, diretamente relacionada com as modalidades de identificação do sujeito. Sobre essa heterogeneidade, Mittmann aponta que:

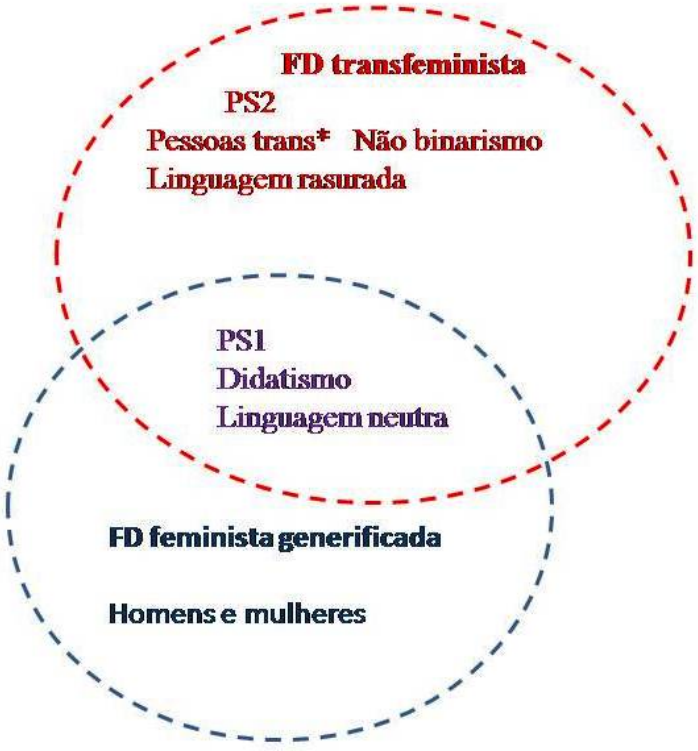
> O contato entre formações discursivas e, portanto, a intervenção do interdiscurso furam suas fronteiras e impõe novos sentidos e novas posições-sujeito (os dois se constituem juntos) a uma formação discursiva particular à qual o sujeito se identifica. A rebeldia não surge da repetição do mesmo, surge do contato com outro (MITTMANN, 2010, p.90).

Podemos conceituar a FD, então, como um espaço de fronteiras porosas, permitindo que diferentes saberes nela adentrem e instaurem novos sentidos. Fica mais uma vez evidente como os conceitos de Formação Discursiva e de sujeito caminham juntos, visto que só é possível pensar em novas posições-sujeito quando se admite a heterogeneidade da FD.

No caso das FDs aqui delineadas, foi possível identificar tanto alianças quanto distanciamentos. A FD transfeminista e a FD feminista generificada se aliam quando discorrem sobre a função da língua enquanto ferramenta de combate à discriminação e à invisibilidade. Porém, quando são explicados os mecanismos da linguagem inclusiva, a PS1 da FD transfeminista se alia à FD feminista generificada,

enquanto a PS2 se afasta. Poderíamos enxergar aí o que Pêcheux classificou como mau e bom sujeitos, respectivamente. A PS1 se alia ao tom didático da FD feminista generificada, concordando com seus saberes e propondo formas linguísticas que facilitem a compreensão e incluam todas as pessoas; a PS2, por sua vez, afasta-se dos saberes da FD feminista generificada ao recusar seu didatismo e vê na rasura uma forma válida de chamar atenção para o debate. É fundamental observar que as FDs se distanciam na proposta de inclusão: para a FD transfeminista, todas as pessoas devem ser incluídas na linguagem, principalmente aquelas que não se encaixam num padrão binário de gênero (e isso é perceptível tanto na PS1 quanto na PS2); para a FD feminista generificada, as mulheres devem ser incluídas numa linguagem que tradicionalmente as exclui, mas somente elas. Essa FD silencia a existência de pessoas que não sejam nem homens nem mulheres e que, portanto, não se encaixem na inclusão ali proposta.

Proponho o seguinte esquema para representar essas alianças e distanciamentos:



Um funcionamento que se evidencia em ambas FDs é o da tensão entre língua fluida e língua imaginária. Por um lado, ao convocar novas regras de escrita e de fala que permitam a inclusão desejada, é a língua imaginária que é convocada, com

sua sistematização e suas regras, sobre as quais os sujeitos intentam intervir. Por outro, ao propor essas mudanças, convoca-se a língua fluida, pois é esta que está aberta a mudanças, a inovações, a movimentos contínuos que acompanhem as movimentações dos sujeitos. Assim, de modo quase contraditório, as duas categorias da língua embasam os embates entre as FDs em seus diferentes modos de representar a inclusão por meio da linguagem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para cumprir da melhor forma possível o desafio de encerrar (ao menos provisoriamente) a análise aqui efetuada, recorro a Mittmann (2007) e à sua descrição do processo teórico-metodológico de uma analista do discurso:

> efetuamos nosso gesto de recorrer sequências discursivas, isto é, nosso gesto arqueológico de relacionar sequências linguísticas, formando matrizes parafrásticas, definindo a Formação Discursiva dominante, delimitando suas fronteiras, ainda que estas fronteiras nos pareçam evidentes depois da análise "tão inconscientemente ciente" [...] Analisamos as relações entre as FD dominante e as demais FDs que a circundam (como aliadas ou opositoras), e assim relacionamos uma sequência discursiva a uma rede de memória (p. 157)

Nesta análise, originada pela curiosidade sobre os modos como o movimento feminista vem relacionando gênero e linguagem e baseada em sequências linguísticas que pareceram significativas para tratar do assunto, foi possível identificar duas Formações Discursivas que não estão completamente opostas nem completamente aliadas: elas se sobrepõem em alguns saberes e se distanciam em outros. Dentro desse jogo de aliança e distanciamento, as modalidades de identificação dos sujeitos permitiram enxergar duas posições-sujeito mais ou menos identificadas com os saberes de cada uma.

Se houvessem sido adotados para a análise outros critérios que não o gênero e as estratégias linguísticas a ele relacionadas, talvez as relações entre essas FDs se revelassem bastante diversas; talvez as próprias FDs deixassem de ser duas para se tornar uma – ou três, ou quinze –, visto que não é a partir do corpus que se desenvolve a análise, mas, sim, a partir do caminho que o analista define diante das direções que se expõem à sua frente (MITTMANN, 2007).

Assim, se, “a partir de uma questão que busca respostas” (MITTMANN, 2007, p. 153), tracei um caminho que relacionou língua, Formações Discursivas e posições-sujeito, não deixo de reconhecer a possibilidade de que outros conceitos pudessem ser relacionados de forma igualmente proveitosa. Considero, portanto, que esta análise possibilitou, quanto à temática aqui abordada, atar alguns nós. Ainda existem muitos outros a ser atados – o que reafirma a provisoriedade deste fechamento.

REFERÊNCIAS

DE NARDI, Fabiana Stockmans; GRIGOLETTO, Evandra. Entre o desejo da unicidade e o real da língua: o imaginário sobre línguas no processo de ensino-aprendizagem In: SCHONS, Carme Regina; CAZARIN, Ercília Ana (Orgs.). **Língua, escola e mídia**: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias.1ª ed. Passo Fundo: UPF Editora, 2011, p. 119-143.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista**: a política sexual de uma palavra. Cad. Pagu [online]. 2004, n.22, p. 201-246

INDURSKY, Freda. Unicidade, Desdobramento, Fragmentação: Trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange Mittmann; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (Orgs.). **Práticas Discursivas e Identitárias**: Sujeito e Língua. 1ª ed. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 9-33.

JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismo e identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013

LORENSET, Rossaly Beatriz Chioquetta. A noção de língua para a Análise do Discurso. In: **Unoesc & Ciência** – ACHS. v.4 n.2, 2013.

MILNER, Jean-Claude. **O Amor da Língua**. Tradução de Ângela Cristina Jesuíno. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. (Org.). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007, p. 153-162.

_____. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. In: **Desenredo** (PPGL/UPF), v. 6, p. 85-101, 2010

ORLANDI, Eni. **As Formas do Silêncio**: no movimento dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Língua brasileira e outras histórias**. Discurso sobre a língua e a escola no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In : GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) ; tradução Bethania S. Mariani... [et al]. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

TRANS* – Termo guarda-chuva. Disponível em : <**http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/**>. Acesso em 10 ago 2014.

CORPUS

DEIXANDO o X para trás na linguagem neutra de gênero. Disponível em: <**http://naobinario.wordpress.com/2013/08/01/deixando-o-x-para-tras-na-linguagem-neutra-de-genero**/>. Acesso em : 10 ago 2014.

MANUAL para o uso não sexista da linguagem. Disponível em: <**http://www.portaldegenero.com.br/sites/default/files/downloads/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem.pdf**>. Acesso em : 10 ago 2014.

VISNADI, Marcos. Minimanual dx guerrilheirx linguísticx. In: **Revista Geni**, n. 3, set. 2013. Disponível em: <**http://revistageni.org/09/minimanual-dx-guerrilheirx-linguisticx**>. Acesso em 10 ago 2014.

CONTROLE-REGULAGEM DA FORMAÇÃO ÉTICA NOS PCN-TEMAS TRANVERSAIS

Louise Medeiros Pereira[1]

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde o final da década de 1990, diversas instâncias responsáveis pela educação no Brasil vêm sendo orientadas pela proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que, a despeito de seu caráter não obrigatório, vêm funcionando como uma espécie de currículo nacional (SANTIAGO, 2002), "um referencial comum para a educação escolar no Brasil" (BRASIL, 1997). Nessa perspectiva, ao situarem-se como uma orientação oficial que busca padrões gerais de qualidade para a educação básica em todo o país, consideramos os PCN como uma "prática política de regulação social" (SANTIAGO, *idem*), investida da pretensão de produzir o domínio do governo sobre as práticas educativas e que busca o controle e a regulagem das formas de (se)significar dos sujeitos brasileiros.

Os PCN tiveram sua primeira versão publicada em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e conforme o documento, foram criados a partir de estudos de propostas curriculares de estados e municípios brasileiros realizados pela Fundação Carlos Chagas e do contato com informações relativas a experiências de outros países. O Plano Decenal de Educação, à luz da Constituição de 1988, reafirmou a necessidade de orientar o currículo do ensino fundamental, na esperança de obter uma "transformação positiva" no sistema educativo brasileiro.

Além de orientar a elaboração do currículo, os PCN pretendem orientar a produção de material didático, a ação do professor e profissionais da educação, o que incide diretamente sobre o aluno, que recebe, a partir da leitura, interpretação e prática do professor, um conjunto mínimo de valores. Inicialmente, foi formulada uma versão preliminar dos PCN que passou por um processo de discussão de âmbito nacional durante os anos de 95 e 96, a qual contava com a participação de professores do

[1] Mestre em Linguagem e Ensino pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (**louise_mp@hotmail.com**).

ensino fundamental, técnicos de secretarias municipais e estaduais, membros de conselhos estaduais da educação, representantes de sindicatos e entidades ligadas ao magistério. Todavia, militantes de movimentos em prol da educação não concordam que houve essa efetiva discussão no âmbito nacional com a sociedade, com os professores.

A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, então, se inscreve no contexto do advento da globalização, em que reformas de ensino vinham sendo implantadas em diversos países, assumindo o caráter de práticas políticas de regulação social, representando o controle-regulagem do governo sobre as práticas educativas. Conforme o documento, os parâmetros deveriam ser capazes de "orientar o ensino fundamental de forma a **adequá-lo** aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras." (BRASIL, 1998, p. 49, grifo nosso) Sendo assim, constituem uma política curricular que visa adequar/encaixar o ensino fundamental segundo os moldes do Estado.

Os PCN-Temas Transversais, nosso objeto de investigação, também nascem como produtos de uma política curricular e foram criados pela constatação de uma lacuna nas disciplinas regulares no tocante às temáticas sociais, isto é, constatou-se que o saber escolar não estava integrado aos saberes do cotidiano social, o que caracterizava um descompasso entre os objetivos anunciados para uma educação comprometida com a formação do cidadão crítico, autônomo e atuante e o que era proposto para alcança-los no currículo tradicional. Dessa forma, foram criados sob a justificativa de tratar de questões urgentes, de abrangência nacional, que não vinham sendo contempladas nas áreas já existentes, mas que pela importância, deveriam ser partes integrantes das áreas e não externos e/ou acoplados a elas. Em sua justificativa, afirma-se que questões como a violência, a saúde, o uso de recursos naturais, os preconceitos, são temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania e que devem necessariamente ser inseridos no currículo escolar. (BRASIL, 1997, p. 23)

Dentre as "temáticas sociais urgentes" destacamos, na presente pesquisa, a *ética*, que, no terreno da educação, surge como exigência legal, passando a ser um tema obrigatório para a educação nacional. Em se tratando de formação ética, podemos

constatar que esta sempre esteve presente na escola (ainda que mais como moral do que como ética), fazendo parte daquilo que se conhece como o “currículo oculto”, isto é, um saber que se transmite por meio das práticas, mas que não se declara como conteúdo de ensino. A partir da elaboração dos PCN-Temas Transversais, no entanto, a ética, que integra o documento geral acima mencionado, se materializa como política explícita do Estado. Nesse sentido, a aparição oficial da ética como objeto a ser ensinado na escola instaura um interessante debate, à medida que obriga a tematizar algo que há algumas décadas era dado simplesmente por suposto.

Em virtude dessas constatações, e na tentativa de entender a produção de efeitos de sentidos do discurso oficial do Estado brasileiro sobre a ética e seu ensino, estabelecemos o seguinte questionamento: De que maneira os PCN-Ética, enquanto instrumento da política educacional do Estado brasileiro, busca controlar/regular os sentidos da ética tendo em vista sua abordagem no âmbito da formação escolar?

Para responder tal questionamento, objetivamos de modo geral, investigar os processos discursivos de constituição de sentidos de formação ética que sustentam o discurso dos PCN-Ética. De modo específico, objetivamos investigar como se define a formação ética tendo em vista a questão da transmissão empírica e formal de conteúdo e da experimentação histórica de valores/sentidos.

Adotamos, portanto, princípios e procedimentos do campo da Análise do Discurso de linha francesa, uma vez que, a nosso ver, as questões da ética e da formação ética podem ser pensadas além do caminho trilhado pela filosofia, em que se apregoa substancialmente a tarefa de cuidado de si, de autogoverno como um elemento (trans)formador de identidades e de direcionamento de conduta e comportamento. Defendemos, pois, que uma abordagem discursiva da questão da ética, do sujeito ético e da formação ética pode favorecer outras possibilidades de leitura, com ênfase agora na constituição dos sentidos e dos sujeitos. Por isso, se faz necessário entender qual a perspectiva da Análise do discurso sobre a condição dos sujeitos e dos sentidos, conforme veremos no tópico seguinte.

2 ÉTICA, DISCURSO E ENSINO

Embora a ética diga respeito às ações, ao comportamento humano – distinguindo o que convém fazer ou obter para um indivíduo, um grupo ou para todos os homens – pensá-la somente nesse aspecto seria reduzi-la a uma interpretação imediatista e estritamente pragmática. É nesse aporte que Orlandi (2002) situa a ética numa perspectiva discursiva e a coloca num lugar de destaque nos processos de significação.

Sendo assim, a questão ética, para esta autora, é uma questão de interpretação, de produção da significação e não meramente uma questão da conduta (individual). Incide sobre a relação da língua (sujeita a equívocos) com a história na constituição dos sentidos e dos sujeitos, inscrevendo-se no confronto do simbólico com o político.

> Nos processos de subjetivação a ética se individualiza em cada sujeito, produzindo a ilusão de que ela é uma questão pessoal, da conduta individual. A ética que aí se aparece como uma ética individual é parte de uma ideologia, a neoliberal. Para o analista de discurso, essa é uma representação da ética, produzida pela ilusão conteudista de uma consciência – ela também individual, mero mecanismo de internalização. [...] Se há princípio ético, em relação à linguagem, à significação, este não pode ignorar o fundamento da alteridade constitutivo de toda sociedade, na história. Ele não pode, então, ignorar a interpretação. (ORLANDI, 2002, p. 61)

A representação da ética individual constrói uma imagem de sujeito dono de sua vontade, origem de suas intenções, responsável pelo que diz. Todavia, o sujeito carrega consigo marcas do social, do ideológico e do histórico. Além disso, ele “não tem como não estar já-sempre afetado pela ética, como parte de sua constituição”, conforme Orlandi (2002).

E nesse sentido, ética se relaciona com a questão da interpretação, já que todo gesto de interpretação implica tomada de posição frente a uma escolha que não é aleatória; sendo assim, implica inclusão e exclusão de sentidos, de opiniões. O sujeito da linguagem é afetado, interpelado por questões éticas e políticas, inevitavelmente. Utilizando das palavras da autora, “cada gesto de interpretação é feito de uma posição em que a ética já trabalha.” (ORLANDI, 2002, p. 51) É, portanto, uma questão da própria constituição do sentido.

Ao pensar a ética de maneira mais extensa, incluindo a questão da responsabilidade, Orlandi (2002) afirma que ela deve ser pensada na história e na sociedade; no processo de significação e na relação com o público. A questão da responsabilidade, portanto, não é compreendida como uma questão individual – como pretende a perspectiva tradicional - e sim como da ordem da história e do social e da maneira como o sujeito se individualiza, em seus processos de identificação, significando e significado pelo Estado, pela ordem do político.

Considerando os gestos de interpretação do sujeito, a autora aponta o antagonismo ao qual este sujeito está amarrado:

> O Estado capitalista, regendo-se pelo jurídico, individualiza o sujeito, responsabilizando-o, fazendo funcionar a relação entre direitos e deveres. Ele se apresenta assim como uma "liberdade sem limites (democracia) e "uma submissão sem falhas" (todo sujeito é igual perante a lei). (ORLANDI, 2002, p. 48)

Segundo a autora, é por este viés que devemos observar a questão da "responsabilidade" do sujeito e pensar a relação dele com a língua, uma vez que essa liberdade e essa submissão é uma forma de contradição pela qual para dizer o que "quer" o sujeito precisa se submeter à língua. Desse modo, a liberdade sem limites, que é direito do sujeito, se confronta com sua submissão sem falhas (dever) promovida pela individuação do Estado.

Entretanto, é através de um gesto, sócio-historicamente situado, que o sujeito se submete à lingua(gem), mergulhando em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. (ORLANDI, 2012a), Pelo gesto, a interpelação do sujeito pela ideologia é elucidada e o efeito dessa interpelação resulta em um sujeito que se submete ao efeito de literalidade, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. Trata-se, neste caso, da evidência do sujeito e dos sentidos – "evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem'," aquilo que Pêcheux (2009, p. 146) denomina *o caráter material do sentido*.

Rejeitando o sujeito como origem, como essência, Pêcheux (2009) assume a questão da equivocidade da língua e considera o sujeito como posição, enquanto

efeito ideológico: “é enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção”. (*Idem*, p. 30) De acordo com o mesmo autor, a ideologia atravessa as relações de produção, através da interpelação, apresentando-se como estrutura-funcionamento pela qual se criam a aparência de naturalidade e continuidade que damos aos processos, entre eles aqueles nos quais/pelos quais se constituem sujeitos e sentidos.

Essa propriedade material dos sentidos é explicada a partir de dois conceitos fundamentais na teoria: formação discursiva e formação ideológica. Tendo natureza histórica e sendo inscrito na memória, o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são (re)produzidas. Dessa forma, as palavras recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes”. (PÊCHEUX, 2009, p. 147)

Neste âmbito, ao falar, o sujeito tem a ilusão (necessária) de ser dono do seu dizer, mas, na verdade, seu dizer está sempre envolvido pelo tecido sócio-histórico que se articula ao linguístico. Nesse sentido, alinha-se o pensamento de Grigoleto (2008), para quem

> [...] o sujeito não é a fonte do sentido, e sim se forma por um trabalho de rede de memória, acionado pelas diferentes formações discursivas, que vão representar, no interior do discurso, diferentes posições-sujeito, resultado das contradições, dispersões, descontinuidades, lacunas, pré-construídos, presentes nesse discurso.

Essa rede de memória pela qual o sujeito é guiado ao se filiar a uma formação discursiva faz movimentar sentidos que ele não consegue controlar e, mesmo sem saber, o sujeito, ao falar, está aprisionado à *teatralização da consciência*, “uma ficção que sustenta com efeitos de sentidos seus ideais, aquilo que ele imagina ser e o que ele imagina querer.” (MARIANI, MAGALHÃES, 2011, p. 130)

Isso acontece porque uma formação discursiva embora apresente uma regularidade característica e represente o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito (PÊCHEUX, 2009), não pode ser considerada homogênea, pois possui

fronteiras frágeis que permitem a penetração de discursos oriundos de outras formações discursivas, com os quais se relacionam harmônica ou conflituosamente, embora seja nela que “o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros” (ORLANDI, 2012a, p.103). Por possuírem fronteiras fluidas, as formações discursivas são instáveis, heterogêneas e esta heterogeneidade é marcada pela possibilidade de falha nos processos de interpelação-identificação, nunca perfeitos em sua realização. Ou seja, os processos de interpelação-identificação não são totais ou completos, uma vez que cada sujeito identifica-se de forma diferenciada com a forma-sujeito de uma FD, o que acarreta diferentes posições (de) sujeito dentro de uma mesma FD.

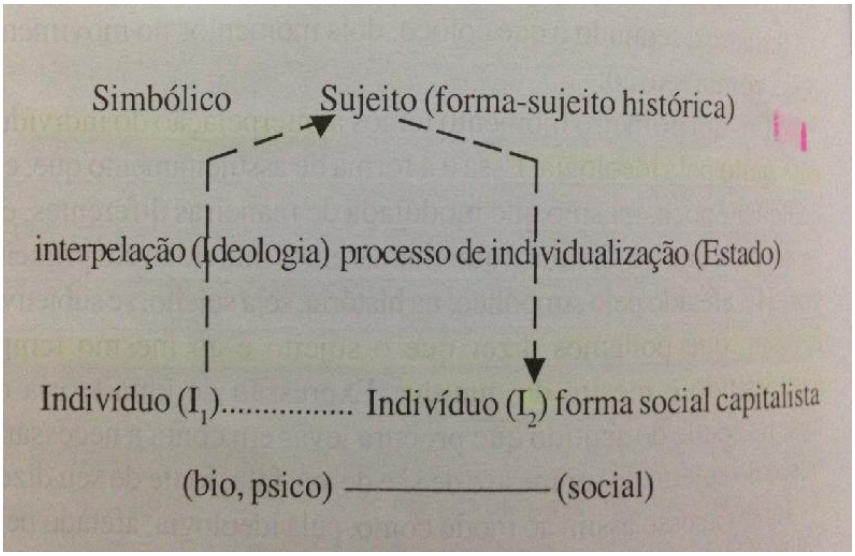
O sujeito representado pela perspectiva da ética como transmissão de valores se produz pelo efeito da evidência dos sentidos produzidos pelo imaginário, pela ideologia. Esta produz sentidos evidentes e o sujeito ao se relacionar com a realidade é afetado pelos sentidos já-lá, reproduzindo-os sem os questionar, ignorando o processo histórico-ideológico de constituição dos mesmos. De acordo com Orlandi (2001), não há como não ligar ideologia e interpretação, isso porque, segundo a autora, há uma injunção à interpretação e a ideologia está justamente em que, ao interpretar, o sujeito considera evidente o sentido que é constituído por uma certa materialidade em determinadas condições de produção. Esta abordagem da ética, representada por Durkheim no início do século XX (WAKSMAN, 2002), apregoa que a moralidade é uma regra determinante da conduta humana e a escola, portanto, é o lugar onde esta moralidade tem que atuar intensamente para que o comportamento e a disciplina dos alunos sejam formatados, conforme parâmetros socialmente admitidos como bons.

Por outro lado, a ética discursivamente representada como processo de significação, leva em conta necessariamente o sentido, o sujeito e a interpretação, atravessando, dessa maneira, a evidência dos sentidos. Nesse sentido, o sujeito ético para se constituir deve-se submeter ao jogo da língua na história, ao simbólico, na produção de sentidos e de valores. Diferentemente do sujeito produzido pela representação de ética enquanto um valor fixo a ser transmitido, que o tomando como evidente, não

leva em conta a historicidade, não promove a reflexão dos sujeitos de ensino para a construção de valores.

De acordo com Orlandi (2012a), a subjetividade é constituída de um duplo movimento: a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia e a individuação do sujeito pelo Estado, tratando-se mais especificamente do sujeito moderno capitalista. No primeiro momento, a interpelação produz assujeitamento, resultando uma forma-sujeito histórica, com sua materialidade, de modo que o sujeito, afetado pelo simbólico, é ao mesmo tempo despossuído e mestre do que diz. (ORLANDI, 2012a, p. 105) Por outro lado, em um segundo momento, ocorre o estabelecimento (e o deslocamento) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. Utilizaremos da figura elaborada pela autora para refletir sobre esses processos, em seguida relacionando-os a questão da ética.

Figura 2: Processo de individualização do sujeito.



(ORLANDI, 2012b)

O processo discursivo pelo qual o sujeito se constitui enquanto tal - processo realizado pela interpelação ideológica, ao mesmo tempo em que o constitui, apaga esse fato, criando no sujeito a ilusão de autonomia e de origem/fonte de seu dizer, de suas intenções, de sua vontade. Uma vez interpelado pela ideologia, o sujeito determina-se pelo Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde. Tem-se assim o sujeito individualizado, isto é,

o sujeito jurídico, sujeito de direito e deveres, que está submetido ao Estado, caracterizando o sujeito moderno capitalista.

Diante do movimento de passagem de 1 para 2 da imagem acima, Orlandi (*idem*) afirma é preciso levar em conta essa relação complexa quando se pensa o sujeito, a ideologia, a história, a linguagem, o discurso, a resistência, e, no nosso caso também a ética, pois para ela se há o caráter irrecorrível do assujeitamento do indivíduo pela ideologia, há também o possível deslocamento do sujeito, ou seja, a resistência aos modos pelos quais o Estado o individualiza, uma vez que:

> Se, face à interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, não há como resistir, caso contrário não nos constituiríamos em sujeitos, entretanto, no modo de individuação do sujeito pelo Estado há rupturas e, na falha da ideologia, o indivíduo pode resistir. E, muitas vezes resiste. (ORLANDI, 2011, p. 42)

A resistência, portanto, se dá à medida que o Estado falha como lugar de articulação simbólica (idem, 2009), sendo assim, o Estado funciona pela falta, produzindo o "sem-sentido", que não é um vazio, mas um modo de estar na relação do político com a significação, estagnando-a no já significado. (idem, p.20) A partir desses processos a ética (e a moral) podem ser compreendidas pensando no caráter irrecorrível do assujeitamento do indivíduo pela ideologia ao conjunto de valores e regras morais pré-definidas, mas também pelo seu pelo possível deslocamento e resistência aos processos de indiviualização do Estado, tornando-se o dono de seu universo valorativo e direcionador de sua práxis.

Nesse sentido, apoiamo-nos numa definição de ética e de moral que leva em consideração que "[...] o sentido de uma palavra [...] não existe 'em si mesmo' mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras são produzidas (isto é, reproduzidas)." (PÊCHEUX, 2009, p. 146) Assim, compreendemos que o sentido de ética bem como de moral é regrado pelas questões de tempo e de espaço das práticas humanas, o que descentraliza tais conceitos, afastando-se da definição destes conceitos enquanto conjunto de regras a serem assimilados para que se tenha uma boa conduta (individual).

Pensar a ética discursivamente é relacioná-la aos processos de significação, de interpretação, uma vez que ela é um elemento constitutivo da significação e do

modo como o sujeito se produz. (ORLANDI, 2012b) Ao contrário do que preconiza a perspectiva tradicional que relaciona a moral a um conjunto de valores social e historicamente constituído e a ética a maneira pela qual o indivíduo se comporta frente a estes valores, consideramos este conjunto de valores tal qual a noção de *enunciado* de Pêcheux (2008, p, 53), que é "intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro." Ou seja, o conjunto de valores apresentam "pontos de deriva" que oferecem lugar à interpretação, sendo assim, ganham significado em referência as posições nas quais o sujeito se inscreve, afinal o sentido sempre pode ser outro.

Pensar o sujeito ético é na verdade pensar o processo de subjetivação do sujeito frente ao Estado, às instituições, que resultam em um indivíduo ao mesmo tempo responsável e dono de sua vontade. De acordo com Orlandi (2012b), faz parte ainda dessa reflexão reconhecer que há em todo sujeito uma necessidade de laço social que sempre estará presente ainda que ele viva em situação sócio-histórica completamente desfavorável. É nesse processo de individu(aliz)ação que, segundo a autora, os sujeitos são pegos em cheio pelos modos como as instituições os individu(aliz)am, principalmente, através da educação. Todavia é também através da educação que podemos pensar tanto liberdade (democracia) como a submissão do sujeito; tanto a reprodução como a resistência, a ruptura e os movimentos (dos sujeitos, dos sentidos, da sociedade, da história etc.). Devemos pensar questão da ética nessa estrutura/funcionamento.

Quanto à formação ético-moral, entendemos como Orlandi (2012b) que através da educação, podem-se criar condições para evitar que os sujeitos sejam presos de evidências que os impedem de colocar-se de modo crítico à realidade que os cercam. A esse propósito, a mesma autora critica o ensino que preconiza a repetição formal, isto é, a técnica de reproduzir frases, exercícios gramaticais que não historicizam, que não fazem trabalhar a ligação do sujeito com a memória discursiva (ORLANDI, 1998). O ensino que preconiza a "repetição formal", assim, em se tratando de formação ética, tende a inscrever o aluno em uma memória ética já dada, em uma rede de filiação ético-moral já definida pela escola, isto é, assume a estabilização de valores ético-morais. Desse modo, impede-se que haja espaço para

alunos e professor constituírem sentidos para si mesmos, interditando o deslize, negando o lugar do equívoco, recusando que os sentidos podem ser outros, isto é, não aceitando que a escola é o lugar de interpretação.

Desse ponto de vista, a autora assume que é preciso atravessar o imaginário e trabalhar a "repetição histórica", que promove a inscrição dos sujeitos na historicidade dos sentidos. Acessar os discursos para refletir e não apenas para reproduzir. Aí não se trabalharia o erro, mas o equívoco constitutivo da relação língua/história, em seus processos de significação.

Relacionando esse viés com os sentidos-valores éticos e morais no contexto da educação, podemos afirmar que a partir da pedagogia de ensino tradicional está imbuída uma relação de imposição-submissão aos valores, já a partir da pedagogia da transformação, evidencia-se a autonomia do sujeito face aos imperativos estabelecidos. Feitas essas considerações, vejamos, em nossa análise, como se define a formação ético-moral no discurso político dos PCN.

3 SENTIDOS DA FORMAÇÃO ÉTICA: DISCIPLINA X QUESTÃO

Extraímos da segunda parte do documento (PCN-Ética) os recortes que caracterizam o gesto de interpretação do documento sobre a formação ética, uma vez que nesta encontram-se os conteúdos de ética eleitos pelo documento, além disso, expõe os critérios de avaliação e por fim as orientações didáticas, propondo diretrizes gerais no que tange ao trabalho a ser realizado na escola. Observaremos, portanto, como se dá o processo de produção de sentidos tendo em vista a questão da transmissão e da experimentação de valores, uma vez que a formação ética pode enfatizar uma perspectiva de transmissão de conteúdo, portanto, tomar a ética enquanto um valor fixo, fechado; por outro lado, pode levar em conta a perspectiva da experimentação de valores, tomando a ética enquanto valor passível de ser construído levando em conta a realidade sócio histórica brasileira.

Antes de adentrar nesta segunda parte do PCN-Ética, porém, vejamos o documento geral dos PCN-Temas Transversais, o qual constatamos o caráter de "nova" disciplina já apontado por Souza (2003). Neste afirma-se que foram estabelecidos os seguintes critérios para definição e escolha dos temas transversais: "urgência social,

abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem na escola, favorecer a compreensão da realidade e participação social". (BRASIL, 1997).

A própria estrutura do documento o sugere como uma disciplina, uma vez que o documento específico para cada tema é constituído fundamentalmente de "conteúdos", "critérios de avaliação" e "orientações didáticas", a fim de subsidiar o professor em sua prática educativa, o que reitera o que foi afirmado por Souza (2003). O funcionamento do discurso aponta o caráter disciplinar dos PCN-TT, representado nos seguintes recortes:

> **SD1 -** Foram organizados blocos de conteúdos, os quais correspondem a grandes eixos que estabelecem as bases de diversos conceitos, atitudes e valores complementares. Os blocos de conteúdos, assim como toda a proposta de Ética, referem-se a todo o ensino fundamental. Os conteúdos de cada bloco serão detalhados para os dois primeiros ciclos e já se encontram expressos nas áreas, transversalizados. Por impregnarem toda a prática cotidiana da escola, os conteúdos de Ética priorizam o convívio escolar. (p.69)
>
> **SD2 -** A inclusão dos temas implica a necessidade de um trabalho sistemático e contínuo no decorrer de toda a escolaridade, o que possibilitará um tratamento cada vez mais aprofundado das questões eleitas. (p.69)

Os termos "conteúdos", "blocos", "trabalho sistemático e contínuo" utilizados em referência aos temas transversais, remetem para o pressuposto paradigmático de que o conhecimento se organiza em disciplinas e essa "organização" traz consequências para a prática pedagógica.

Nos termos de Foucault (1999), a disciplina trata de conjurar as aparições aleatórias dos discursos sociais, controlando-os e cerceando-os. É um princípio "que permite construir, mas conforme um jogo restrito." De fato, os PCN de temas transversais buscam controlar a produção do discurso, ditando uma série de requisitos para que certas proposições sobre os variados "temas" possam pertencer a ele. Além disso, apresentam todas as definições que caracterizam uma disciplina que "se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições

verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos [...] à disposição de quem quer ou pode servir-se dele". (FOUCAULT, idem)

Vejamos o recorte abaixo:

> **SD3** - Estamos certos de que os Parâmetros serão instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas em sua escola, na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático. E, esperamos por meio deles, estar contribuindo para a sua atualização profissional – um direito seu e, afinal, um dever do Estado. (p.9)

O documento em questão apresenta-se e afirma-se, portanto, como instrumento útil para a prática educativa, contribuindo, sobretudo, para a "atualização" do professor que pretende manter-se na ordem do discurso de sua profissão. Sobre isso Souza (2003) afirma que os PCN - enquanto práticas curriculares, definem e moldam, por meio de "regras", a maneira através da qual o conhecimento deve ser organizado, selecionado; o modo pelo qual o professor deve adequar, moldar sua prática, sua conduta no espaço da sala de aula, em sua relação com o material didático, sua relação com o aluno e com a própria instituição-escola. Dessa forma, os parâmetros se transformam em paradigmas, de modo que conteúdos e valores são apresentados de maneira prescritiva, pressupondo o professor e aluno enquanto sujeitos idealizados, sem história ou memória, na tentativa de eliminar as diferenças e as próprias subjetividades.

Outro efeito de sentido produzido no discurso do PCN-TT, ao elencar os critérios escolhidos para eleição dos temas transversais, diz respeito ao "efeito de urgência" com o qual a escola deve se relacionar a fim de abarcar os problemas sociais que o Estado não conseguiu até então. Vejamos o recorte:

> **SD4 -** Muitas questões sociais poderiam ser eleitas como temas transversais para o trabalho escolar, uma vez que o que os norteia, a construção da cidadania e a democracia, são questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. Foram então estabelecidos os seguintes critérios para defini-los e escolhê-los: "Urgência social" Esse critério indica a preocupação de eleger como Temas Transversais questões graves, que se apresentam como obstáculos para a

> concretização da plenitude da cidadania, afrontando a dignidade das pessoas e deteriorando sua qualidade de vida. (p.25)

O discurso que ecoa quando o documento elenca os critérios para eleição dos temas produz um “efeito de urgência”, que a nosso ver, funciona como um efeito de deslocamento das funções do Estado para a escola, de “desresponsabilização” deste. O Estado falha e tenta transferir suas responsabilidades para a escola através de um documento que aparece como solucionador das urgências sociais, políticas, econômicas do país, as quais ele se refere como “questões graves”; “obstáculos para a concretização da plenitude da cidadania” - (SD4).

Feitas essas observações a respeito do caráter de disciplina dos PCN-Temas Transversais, voltemos nossa atenção agora para o PCN-Ética, mais especificamente, para a segunda parte deste documento. Para investigar como é definida a formação ética, tendo em vista o confronto de relação de sentidos que relaciona a questão da transmissão e da experimentação histórica de valores/sentidos, selecionamos recortes desta segunda parte, pois é a partir desse momento que o documento se posiciona de forma mais autoral, uma vez que explicita suas opções - conteúdos de ética para o primeiro e segundo ciclos; os critérios de avaliação, bem como orientações didáticas - sem remeter-se diretamente à rede de memória de ética como fez na primeira parte.

Sobre os Critérios de avaliação, o documento afirma que o aluno deve ser capaz de atuar na escola, pautando-se por princípios da “ética democrática”. Isto significa, de acordo com o documento, perceber e respeitar diferentes pontos de vista nas situações de convívio, usar o diálogo como instrumento de comunicação na produção coletiva de ideias e na busca de solução de problemas, buscar a justiça no enfrentamento das situações de conflito, atuar de forma colaborativa nas relações pessoais, sensibilizar-se por questões sociais que demandam solidariedade e ainda participar da construção coletiva de regras que organizam a vida do grupo, participar de atividades em grupo com responsabilidade e colaboração, reconhecer diferentes formas de discriminação e injustiça.

> **SD5 -** [Os critérios de avaliação] Deverão balizar o trabalho do professor na criação de situações de aprendizagem que busquem garantir aos alunos o

> desenvolvimento das capacidades necessárias à construção progressiva de conhecimentos para um atuação pautada por princípios da ética democrática.
> **SD6 -** Usar o diálogo como instrumento de comunicação na produção coletiva de ideias e na busca de solução de problemas; Atuar de forma colaborativa nas relações pessoais, bem como sensibilizar-se por questões sociais que demandam solidariedade; Participar de atividades em grupo com responsabilidade e colaboração

A ética, assim, adjetivada "democrática" (SD5), também aqui é representada como objeto idealizado, aparecendo as relações e diferenças entre os indivíduos como questões de "comunicação", "colaboração", "sensibilização" (SD6) etc., o que atenua a tensão dos conflitos e das desigualdades reais.

Também em contraste com esses enunciados acerca da atuação ética democrática do aluno, ao afirmar que os critérios de avaliação propostos deverão ser entendidos como "índices de qualificação moral dos alunos", os recortes discursivos de SD7 a SD10, que abordam os critérios de avaliação do documento, revelam uma representação passiva do aprendiz da ética, incapaz de atuar na escola senão com a intervenção/ajuda/orientação do professor:

> **SD7 -** Buscar a justiça no enfrentamento das situações de conflito. Espera-se que o aluno seja capaz de acatar, dentre as possíveis soluções para os conflitos e disputas que vivencia, a mais justa do ponto de vista ético, como critério de decisão – ainda que mediante a intervenção do professor. (p. 77)
> **SD 8 -** Espera-se que o aluno saiba quais são os limites da escola, quem os determina e qual a sua finalidade, compreendendo que as regras devem ser instrumentos tanto para organizar a vida coletiva quanto para assegurar critérios de justiça e democracia. Da mesma forma, espera-se que, num processo de construção coletiva, e com a ajuda do professor, o aluno seja capaz de propor, avaliar e acatar regras para o convívio escolar da classe e da escola. (p. 77)
> **SD9** - Espera-se também que possa colocar seus pontos de vista e sugestões, argumentar em favor deles e acatar outros, tendo em vista o objetivo comum – ainda que com a ajuda do professor. (p. 78)
> **SD10 -** Reconhecer diferentes formas de discriminação e injustiça. Espera-se que o aluno seja capaz de analisar, orientado pelo professor, situações que vivenciam dentro e fora da escola e/ou divulgadas pela mídia,

> detectando discriminações de vários tipos, avaliando-as e contrapondo-as à ideia de justiça. (p. 78)

O que temos nestes recortes são imagens de um sujeito aluno incapaz de produzir sentidos sem a orientação do professor. O professor é o mediador entre o conhecimento ético e o aluno, é ele quem controla a interpretação do aluno, quem administra a direção dos sentidos, que já é administrada pela instituição escolar. Em outras palavras, sozinho o aluno não é capaz de "acatar" as soluções mais justas para os conflitos que vivencia, não é capaz de propor, avaliar e "acatar regras" para o convívio escolar, não é capaz de expor seus pontos de vista e argumentar em favor deles, etc. Ou seja, para agir segundo "princípios éticos", no discurso do documento, o aluno deve sempre seguir a orientação do professor, considerado aqui como o sujeito ético em potencial, o dono do saber, da verdade, da justiça, representante, nesse caso do discurso do Estado.

O processo discursivo pelo qual o sujeito ético se constitui enquanto tal - processo realizado pela interpelação ideológica, ao mesmo tempo em que o constitui, apaga esse fato, criando no sujeito a ilusão de autonomia e de origem/fonte de seu dizer, de suas intenções, de sua vontade. Dentre várias sequências discursivas possíveis para demonstrar essa constatação, selecionamos essas duas:

> Espera-se que o aluno seja capaz de acatar, dentre as possíveis soluções para os conflitos e disputas que vivencia, a mais justa do ponto de vista ético, como critério de decisão – ainda que mediante a intervenção do professor. (SD7)
>
> Espera-se que o aluno seja capaz de analisar (...), orientado pelo professor, situações que vivenciam dentro e fora da escola (SD10*)*

Uma vez interpelado pela ideologia, o sujeito determina-se pelo Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde. Observa-se assim o sujeito individualizado, isto é, o sujeito jurídico, sujeito de direito e deveres, que está submetido às Instituições, ao Estado. (ORLANDI, 2012a)

Essa observação nos faz lembrar o texto de Orlandi (1995) em que a autora observa como os saberes "dominantes" do professor, difundidos pelo sistema educativo

tradicional, torna a leitura como um quesito obrigatório e sem margens para múltiplas interpretações. Para a autora, que apresenta um ponto de vista com o qual concordamos, a adoção desse tipo de mediação entre professor e aluno não promove nenhum processo de transformação, já que não é oferecido ao aluno oportunidades para que o mesmo elabore sua relação própria com a leitura, o que impede que ele se torne um sujeito crítico. Nos PCN-Ética, o saber "dominante" do professor não abre margem para que o aluno se constitua como sujeito ético, não possibilita o aluno ser "dono" de seu universo valorativo e direcionador da prática ética, uma vez que as decisões finais devem ser mediadas pelo professor.

Em SD11 abaixo a afirmativa de que as normas referentes às condutas dos alunos devem ser claras a fim de que tenham "boa assimilação" por eles, revela uma posição discursiva diferente da posição inicialmente defendida no documento de que "a prática e a reflexão são essenciais" para a formação ética dos aprendizes. Isso confirma a dualidade presente no discurso do documento.

> **SD11 -** Em primeiro lugar, as normas referentes às condutas dos alunos e ao que deles se exigem em termos de aprendizagem devem ser claras e conhecidas dos alunos e devem apresentar os deveres e os direitos desses alunos. [...] É preciso lembrar que a simples exposição verbal (oral ou escrita) não é suficiente para que as normas sejam conhecidas e compreendidas: explica-las e discuti-las com os alunos é condição necessária à sua boa assimilação. (p.79)

Inicialmente, o discurso do documento sugere um ensino da ética pautando-se na autonomia moral do sujeito, isto é, tomando a ética como questionamento de valores, mas, pontos de equívocos do documento demonstram seu caráter disciplinar e sua vontade de repassar conteúdos fixos considerando-os conteúdos éticos, conforme demonstra o recorte. Observamos um jogo que delineia uma cadeia de transmissão da ética enquanto conteúdo, ou enquanto "normas a serem conhecidas e compreendidas", que consiste em "explicar" as "normas"; "discutir"; para que sejam "assimiladas".

Constata-se nesse recorte toda uma margem de não-ditos que também significa (ORLANDI, 2001), pela qual se projeta a imagem de sujeito ético que deve absorver as regras impostas pela escola. Em outras palavras: o que se percebe é que não é a

capacidade de reflexão do aluno que é considerada essencial para o Estado, mas a boa capacidade de “assimilar” as normas e regras que a escola elege como justas.

Vê-se que neste discurso a formação ético-moral contempla a ética como disciplina cujo conteúdo deve ser assimilado e não construído pelo aluno, o que evidencia que esta se constitui em função da manipulação de sistemas específicos de referência e de interpretação. Portanto, o aluno ético, no discurso oficial, não pode ser aquele que pensa, que reflete, que faz suas escolhas, e sim, aquele que conhece as “normas” estabelecidas pela escola, absorve-as e obedece.

Retomemos ao recorte SD8 já citado mais acima, tomando a sequência discursiva:

> Espera-se que o aluno saiba quais são os limites da escola, quem os determina e qual a sua finalidade, compreendendo que as regras devem ser instrumentos tanto para organizar a vida coletiva quanto para assegurar critérios de justiça e democracia. (p.77)

Entendemos que a formação ética é constituída e delimitada pela escola, que funde um “contrato social” (STOER *et al*, 2004), garantindo aos indivíduos e aos grupos um conjunto de deveres e proteções sociais em troca de sua subjetividade. Assim, a escola torna-se instrumento de poder, detentora da verdade absoluta, que “limita”, “determina”, em nome da organização da vida coletiva. Isto implica à sujeição dos indivíduos de forma dócil e cooperativa a esse dispositivo de poder, que visa à obtenção do consentimento ativo dos sujeitos objetivando estabilidade e produtividade ao sistema. “Assegurar critérios de justiça e democracia” (R8) significa ter o controle da razão, ser a instituição responsável pela capacidade de distinguir o verdadeiro do falso.

De acordo com Ruiz (2004), a verdade imposta de modo subliminar, indutiva, tem uma “força incontrolada e uma eficácia controladora”. Não se identificando com um dispositivo autoritário, o não dito da verdade oficial circula como um hábito natural que deve ser cumprido para que os mecanismos institucionais se articulem eficientemente. Dessa maneira, este modo de dizer tomando as “regras” como “instrumento de organização coletiva” não busca a submissão forçada do sujeito,

mas busca conseguir subjetividades flexíveis que se adaptem de modo cooperativo aos objetivos do sistema com o mínimo de resistência.

Nesse sentido, o discurso do documento sobre a formação ética que inicialmente parece querer contemplar a experimentação histórica de valores/sentidos, ao defender a reflexão, a argumentação, o diálogo, a justiça, o respeito mútuo, etc., mostra-se fortemente marcado por questões que tendem a estabilização e repetição dos valores/sentidos. O sentido da formação ética produzido no documento consiste na intervenção do professor nos sentidos do aluno e, consequentemente, na interferência na constituição de sua identidade. Desse modo, a ética é um conteúdo que deve ser assimilado pelos alunos e a formação ética um processo de "transporte" de sentidos (ORLANDI, 1998), resultado de uma repetição formal, que leva sentidos de um discurso para outro com pouca possibilidade de ressignificá-los.

Observamos, portanto, um jogo polêmico no tocante à representação da formação ética, tendo em vista que a questão da transmissão e da experimentação de valores. O discurso predominante nesta segunda parte não considera a ética como questão/valor a ser experienciado, levando em consideração a realidade sócio histórica brasileira, mas a concebe como disciplina, desse modo, consideram-na como um conteúdo a transmitir, portanto, um valor fixo, fechado; não contemplando a historicidade e desconsiderando a reflexão dos sujeitos de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de "concluir" esse texto reiterando que a incompletude, a metáfora, a divisão, o ideológico, o político, o histórico, o movimento, são questões constitutivas da ética, do sujeito ético e da formação ética. Portanto, tratar deste tema da via do discurso é saber que existe uma no discurso dos PCN, levar em consideração que o sentido pode ser outro, ou seja, levar em consideração a historicidade do sentido bem como a incompletude do sujeito, que embora seja interpelado pela ideologia, esta não é um ritual sem falhas, o que permite o seu deslocamento de uma posição discursiva para outra, através do gesto de interpretação.

As colocações feitas ao longo desse artigo trazem possibilidades pedagógicas práticas que ajudam a refletir sobre o modo como a formação ético-moral pode ser

tratada em uma perspectiva discursiva: entendemos que uma educação que pretende a formação ética, não deve buscar a construção de identidades e valores fixos, mas levar ao “deslocamento” da identidade, para que o sujeito não seja o lugar cego que resulta automaticamente dos processos de identificação e de sujeição a valores morais não refletidos. Isto é, “a Escola deve criar condições para que ele possa se movimentar nos mecanismos de subjetivação que o afetam”, afirma Orlandi (1998, p. 211). Dessa maneira, o aluno será colocado na posição de refletir sobre sua identidade linguística escolar, mas também social, política, moral e compreender que o equívoco, a incompletude, o sentido outro faz parte da relação língua/história, em seus processos de significação.

Assim, a formação ético-moral, na perspectiva discursiva a qual nos filiamos, tem de ser pensada como “capaz de produzir este espaço em que os sujeitos possam se significar politicamente de modo que tanto os sujeitos como os sentidos sejam não mera reprodução, mas transformação, resistência, ruptura.” (ORLANDI, 2012b, p. 165) Através dessa dimensão política da formação ético-moral, o sujeito tanto pode reproduzir a ideologia dominante, como pode elaborar e reelaborar um conhecimento de mundo que lhe permita, enquanto ser social, a crítica da própria sociedade em que está inserido, bem como da sua própria condição de existência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/SEF, 1997. 146p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 174p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GRIGOLETTO, E. (Org.); MITTMANN, S.(Org.) ; CAZARIN, E. A. (Org.) . **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

MARIANI, Bethania; MAGALHAES, Belmira. “Eu quero ser feliz”. O sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDUSRKY, F; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. **Memória na/da análise do discurso.** Campinas: Mercado de Letras, 2011.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Discurso e texto:** Formulação e circulação dos sentidos. 4. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2012a.

_____. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012b.

_____. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade. In: INDUSRKY, F; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. **Memória na/da análise do discurso***.* Campinas: Mercado de Letras, 2011.

_____. Sobre ética e significação. In: **Língua e conhecimento linguístico.** Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Ética e política das línguas. In: **Língua e conhecimento linguístico**. Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Identidade linguística escolar. In: **Lingua(gem) e identidade:** elementos para uma discussão no campo aplicado. Inês Signorini (org.) Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

_____. Leitura: de quem para quem? In: ABREU, M. **Leituras no Brasil:** antologia comemorativa pelo 10º Cole. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso.** 4. ed. Trad. Eni Orlandi et al, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 5. ed. Trad. Eni Orlandi, Campinas, SP: Pontes, 2008.

RUIZ, Castor. **Os labirintos do poder. O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação.** Porto Alegre: Escritos Editora, 2004.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. **Política educacional, diversidade e cultura:** a racionalidade dos PCN posta em questão. In: PIOVESAN, Américo. *et AL (Org.)* Filosofia e ensino em debate. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

SOUZA, Deusa Maria de Souza. Identidade transversal e política de verdades – Políticas curriculares e a construção da identidade do professor de línguas estrangeiras. In: (org.) CORACINI, M. J. **Identidade e discurso (des)construindo subjetividades**. Campinas: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003, p. 337-362.

STOER, Stephen R.; MAGALHÃES, Antônio M.; RODRIGUES, David. O lugar da cidadania. In: **Os lugares da exclusão social***:* um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.

CONTEXTO PÓS-COLONIAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE CULTURAL EM DIONNE BRAND E CONCEIÇÃO EVARISTO

Márcia Oliveira[1]

1 INTRODUÇÃO

De maneira geral a sociedade desenvolveu o hábito de internalizar o quadro de estereótipos que legitimam o discurso de fragilidade e inferioridade feminina. O sistema dominante é formado, essencialmente, por um cenário que atua na marginalização de inúmeras vozes, que são continuamente silenciadas (assim como suas histórias são silenciadas). No caso específico da mulher há uma dupla subalternização (SPIVAK, 2010), e, se pensarmos na mulher negra essa situação se agrava ainda mais. O estudo de textos que refletem sobre a condição de inferiorização do ser feminino apresenta um leque de possibilidades pertinente no intuito de desconstruir certos discursos e valores, promovendo uma reflexão sobre as relações pessoais e sociais.

As escritoras Dionne Brand (Canadá) e Conceição Evaristo (Brasil) criam em suas obras um ambiente de subversão de valores estabelecidos socialmente com o objetivo de viabilizar essa desconstrução a partir do uso da memória como ferramenta para o desenvolvimento da identidade cultural de indivíduos que vivenciam a experiência subalterna desde muito cedo. Nesse caso os textos literários de Brand e Evaristo apresentam em sua essência uma pós-colonialidade pulsante, responsável pela subversão de histórias e fronteiras, sendo, portanto, um campo rico para o aprofundamento de questões cruciais para o indivíduo oriundo de um contexto pós-colonial.

Este trabalho tem como objetivo principal analisar os romances *What we all long for* (2001), de Dionne Brand, e *Becos da memória* (2006), de Conceição Evaristo, com o intuito de identificar os discursos de memória presentes nas narrativas, traçando uma leitura comparativa sobre a função da memória para desenvolvimento da

[1] Doutoranda em Teoria da Literatura pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

identidade das personagens-protagonistas. Através dessa leitura acreditamos ser possível a compreensão de como as personagens Tuyen e Maria-Nova percebem a 'realidade periférica' na qual estão inseridas desde o nascimento (apesar de similar algumas experiências tornam-se únicas graças à episteme cultural de que fazem parte); vale ressaltar que o que chamamos de realidade periférica está entrelaçada pela 'experiência subalterna', que tem a ver diretamente com o sujeito resultado da historiografia colonial e o processo de inferiorização que lhe é inerente. Utilizando um suporte teórico de estudiosos como Aníbal Quijano, Roland Walter, Gayatri Spivak, entre outros, pretendemos identificar como a colonialidade do poder continua produzindo ciclos de vitimização entre homens e mulheres; para isso além das temáticas memória e identidade levantamos questões sobre outras problematizações relacionadas ao gênero, raça e poder no contexto pós-colonial, tendo em vista que elas podem auxiliar no entendimento da trajetória das protagonistas enquanto uma colcha de retalhos.

Dionne Brand e Conceição Evaristo se destacam pelo estabelecimento de um campo discursivo que dá voz e espaço para as minorias socialmente estabelecidas – em especial a mulher negra. Mais do que esse campo discursivo 'inclusivo' merece destaque o fato de que as trajetórias pessoal e acadêmica de Brand e Evaristo são parecidas. Brand nasceu em Trinitad e Tobago e vai para o Canadá para estudar, fixando residência em Toronto, onde é professora; tem vários trabalhos (inclusive documentários) que sempre focam o lugar ocupado pela mulher negra na sociedade 'multicultural' canadense. Já Evaristo nasce em Belo Horizonte, mas só consegue cursar o ensino superior e se tornar professora quando sai da favela mineira e se muda para o Rio de Janeiro; a escritora brasileira também tem uma produção literária diversificada, usando vários gêneros para explicitar a condição de invisibilidade da mulher negra no Brasil.

2 IDENTIDADE DIASPÓRICA E MEMÓRIA EM *WHAT WE ALL LONG FOR*

O romance *What we all long for*, publicado primeiramente em 2001, apresenta a história de um grupo de jovens amigos que vivem no Canadá (Tuyen, Carla, Oku e Jackie) e enfrentam inúmeros desafios e problemas nas esferas familiar e social. Apesar da personagem Tuyen ser a protagonista do romance, desde o início fica claro que a narrativa se estabelece enquanto uma 'colcha de retalhos', em que cada

personagem tem um papel fundamental para a compreensão da história, cada um sendo importante para a construção de um mosaico cultural. É interessante notar que os capítulos deste romance não são intitulados e neles temos um recorte sobre a vida das pessoas que se relacionam com Tuyen, no entanto há uma focalização profunda que apresenta cada um deles de maneira independente da trama principal, revelando seus conflitos e desejos. Dessa forma, os amigos de Tuyen participam ativamente do desenrolar dos acontecimentos, os capítulos focam em cada uma dessas pessoas revelando o quanto elas estão conectadas por uma realidade similar e como elas lidam com essa realidade enquanto lidam com as relações humanas que se estabelecem a partir de uma realidade periférica que lhes é comum.

A percepção acerca da natureza fragmentada de *What we all long for* fornece uma ideia clara de que a fragmentação que Brand propõe no romance está intimamente ligada à própria fragmentação da vida e da história desses indivíduos, todos eles sendo filhos da diáspora (seja de forma direta ou indireta), o romance explicita que o sujeito que viveu a experiência diaspórica está fadado a sofrer um sentimento de não pertencimento, e, mais que isso, de não inclusão. Isso acontece porque

> *Lives in the city are doubled, tripled, conjugated – women and men all trying to handle their own chain of events, trying to keep the story straight in their own heads (...). In this city, like everywhere, people work, they eat, they drink, they have sex, but it's hard no to wake up here without the certainty of misapprehension*[2]*.* (BRAND, 2005, p. 5)

Aqui vemos que a vida na cidade é complexa e contraditória, e é inevitável pensar que as pessoas trabalham, comem, fazem sexo, mas não pensam, buscam entorpecer a sensação de que algo está errado. Esse romance, assim como em outros textos de Dionne Brand, explora ao máximo o atual contexto diaspórico, através desse quadro é possível interpretar a vivência a partir da diáspora, analisando-a enquanto responsável por um processo contínuo de alienação identitária, de fragmentação dos indivíduos, que, aliás, também resulta na fragmentação das relações desses indivíduos com outras pessoas e de suas experiências (tanto no nível pessoal como no nível social/coletivo).

---

[2] As traduções contidas neste tradução são de minha responsabilidade: "As vidas na cidade são duplicadas, triplicadas, conjugadas – mulheres e homens todos tentando lidar com sua própria rede de acontecimentos, tentando manter a história em linha reta em suas próprias cabeças (…). Nesta cidade, como em todo lugar, as pessoas trabalham, elas comem, bebem, fazem sexo, mas é difícil não acordar aqui sem a certeza do equívoco."

Apesar do entendimento da natureza fragmentária do romance buscaremos focar com maior ênfase na protagonista Tuyen e em seu núcleo familiar, pensando a partir da maneira como a personagem age e reage em relação aos problemas familiares (que gira em torno do desaparecimento de seu irmão Quy), mas também as questões socioculturais (que dizem respeito, principalmente ao sentimento de não pertencer de fato à sociedade canadense, mesmo tendo nascido no país). A trajetória de Tuyen está pautada justamente por uma sensação que se caracteriza por uma dubiedade de sentimentos, além da impossibilidade de possuir uma identidade estável.

Para Stuart Hall (1996) as identidades de diáspora são aquelas que estão em constante reprodução, sempre se produzindo novas e quando essa realidade se choca com o não entendimento da situação temos conflitos que só aumentam. No caso de Tuyen, por exemplo, apesar de conhecer a história dos pais ela não se reconhece de fato nessa esfera, o trecho *"When she was a little, Tuyen rebelled against the language, refusing to speak it. At five she went through a phase calling herself Tracey because she didn't like anything Vietnamese"*[3] (BRAND, 2005, p. 21) refere-se ao fato de que a personagem não está na mesma conexão que os pais, que precisaram não só deixar seu país natal como mudar completamente de status social para sobreviver no país escolhido[4]. A realidade de Tuyen é a realidade canadense, tudo que diz respeito ao país natal dos pais é nebuloso e simplesmente irreconhecível para a personagem.

Nesse ponto a experiência de Tuyen é similar ao sentimento de seus amigos, uma vez que todos eles têm pais migrantes, mas todos nasceram no Canadá. Essa realidade gera uma sensação de inadequação frente à trajetória dos pais, e também gera conflito entre o passado e o presente: *"They all, Tuyen, Carla, Oku and Jackie,*

[3] "Quando ela era pequena, Tuyen rebelou-se contra a língua, recusando-se a falá-la. Aos cinco anos ela passou por uma fase em que ela chamava a si mesma de Tracey porque ela não gostava de nada Vietnamita"

[4] O pai de Tuyen era engenheiro e a mãe era médica. Quando chegam no Canadá, sem conseguir validar seus diplomas e com dificuldades com o idioma eles mudam de profissão, o pai passa a vender frutas e a mãe começa a trabalha como manicure. Só depois de algum tempo eles abrem um restaurante de comida Vietnamita.

felt as if they inhabited two countries – their parents' and their own"[5] (idem, p. 20), o distanciamento dos jovens em relação ao pais diz respeito, em primeiro plano, a essa esfera de incompreensão do passado dos genitores, e em segundo plano, ao desejo de se encaixar no seu país de nascimento, em encontrar um lugar para ocupar no presente.

O entendimento de *What we all long for* passa pelo conceito de diáspora. Walter afirma que "o conceito de diáspora, portanto, oferece uma crítica dos discursos de origens fixas enquanto leva em conta diversas formas de mobilidade pós-/transnacional" (2009, p. 34); já para Paul Gilroy *"diaspora, theorizing can problematize and complicate issues of belonging by providing alternatives to the tredational conceptions of race, nation, and bounded culture"*[6] (apud HUA, 2005, p. 196), em outras palavras podemos afirmar que a noção de diáspora sempre acarreta conflito e complexidade, nunca remetendo-se à homogeneidade. A multiplicidade de questionamentos e acontecimentos decorrentes da experiência diaspórica no romance brandiano remete à própria subjetividade que constitui a identidade diaspórica. É importante lembrar que todo deslocamento acaba gerando uma necessidade de afirmação identitária, no entanto *"It is crucial to remember that diasporic identities and communities are not fixed, rigid, or homogeneous, but are instead fluid, always changing, and heterogeneous."*[7] (idem, p. 193)

Além da problemática sobre a diáspora e a identidade diaspórica Brand reflete sobre outras questões que também fazem parte das variantes de subalternidade contemporânea. Os pontos relacionados à raça aparecem com bastante frequência na obra de Brand e demonstra o quanto a autora reflete sobre o lugar que ela mesma ocupa nessa sociedade que se intitula 'multicultural': *"They'd never been able to join in what their parentes called 'regular Canadian life'. The crucial piece, of*

[5] "Todos eles, Tuyen, Carla, Oku e Jackie, sentiam como se eles habitassem dois países – o dos pais deles e o deles"

[6] "a teorização sobre a diáspora pode problematizar e complicar questões de pertencimento por oferecer alternativas para as concepções tradicionais de raça, nação, e cultura limitada"

[7] "É crucial lembrar que identidades e comunidades diaspóricas não são fixas, rígidas, ou homogêneas, mas são sim fluidas, sempre mudando, e heterogêneas."

course, was that they weren't the required race."[8] (BRAND, 2005, p. 47) Esse trecho evidencia que a colonialidade do poder (QUIJANO, 1997) continua fazendo valer o discurso dominante, sendo responsável pela reprodução de um discurso que impõe uma classificação racial/étnica que transparece nas mais diversas esferas. A colonialidade do poder também se faz fortemente presente na internalização dos valores, como por exemplo, no lugar onde vivem os imigrantes canadenses:

> *Tuyen's Family is rich, newly rich. They have a gant house in Richmond Hill, where rich immigrants live in giant houses. Richmond Hill is a sprawling suburb outside of the city. It is one of those suburbs where immigrant go to get away from other immgrants, but of course they end up living with all the other immigrants*[9] (BRAND, 2005, p. 54-55)

Todas essas relações trabalhadas em *What we all long for* estão pautadas, também, no papel que a memória exerce num indivíduo – uma vez que este está conectado a um grupo social, como nos lembra Halbwachs "em realidade nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distinguam materialmente de nós; porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem" (1990, p. 26); pensando dessa forma podemos considerar que mesmo com a decisão de morar sozinha, promovendo assim um afastamento de sua família Tuyen continua fazendo parte daquele núcleo, e sua vida continua sendo influenciada pela memória desse grupo.

O grande trauma que aflige a família de Tuyen é maior que o fato de terem abandonado seu país e sua condição social. Durante a viagem para chegar ao Canadá, feita em vários barcos, um dos integrantes da família (que no momento contava, além dos pais Tuen e Cam, com duas filhas e um filho) se perde. Quy, o filho mais novo, acaba entrando em outro barco e quando os pais percebem já é tarde demais, mesmo depois de várias tentativas eles nunca conseguem encontrar o filho. Esse acontecimento marca profundamente a família e mesmo aqueles que nasceram depois do fato – Tuyen e Binh – viviam uma espécie de limbo familiar.

---

[8] "Eles nunca seriam capazes de aproveitar o que os pais deles chamavam 'vida normal canadense'. A parte crucial, claro, era que eles não eram a raça necessária."

[9] "A família de Tuyen é rica, novos ricos. Eles têm uma casa enorme em Richmond Hill, onde imigrantes ricos vivem em casas enormes. Richmond Hill é um subúrbio em expansão fora da cidade. É um daqueles subúrbios onde o imigrante vai para ficar longe de outros imigrantes, mas é claro que eles acabam vivendo com todos os outros imigrantes"

A verdade é que "À medida em que a criança cresce, e sobretudo quando se torna adulta, participa de maneira mais distinta e mais refletida da vida e do pensamento desses grupos dos quais fazia parte, inicialmente, sem disso aperceber-se." (HALBWACHS, 1990, p. 71) Por essa razão Tuyen prefere se afastar fisicamente do ambiente familiar, procurando assim libertar-se do trauma em que ela não participou:

> *Tuyen felt a surge of resentment for the boy, a familiar feeling. One that embaressed her now, but one that had become a reflex to any image of him. Not that she hated him, she didn't know him, he had simply been an impediment to ... to what? To things she no longer needed, had never needed, but observed as missing."*[10] (BRAND, 2005, p. 60)

O sofrimento dos pais e irmãs de Tuyen, ao contrário do que ela sente, diz respeito ao sentimento de perda e de culpa; as irmãs, por exemplo, culpam-se por terem sobrevivido: *"Lam and Ai had become shadows; two little girls forgotten in the wrecked love of their parentes. At times Lam had feltwrog for surviving, wrong for existing in the face of her parents' tragedy"*[11] (idem, p. 59).

O evento traumático agiu de forma diferente para os pais de Tuyen e mostra como "o esquecimento está associado à memória" e que "o esquecimento pode estar tão estreitamente confundido com a memória, que pode ser considerado uma de suas condições" (RICOUER, 2007, p. 435), ou seja, memória e esquecimento são níveis intermediários que estão presentes na experiência temporal humana. Enquanto *"Cam played the vision in her head, trying to regain the moment when she did not see, trying to alter the sequence of events so that she would arrive at herself in the presente with her Family and her mind intact"*[12] (BRAND, 2005, p. 113), o pai buscava 'esquecer' o evento: *"He did not like to think of that moment the way Cam did – if he did, he would have days of paralysis when he could not get out of his*

---

[10] Tuyen sentiu uma onda de ressentimento pelo menino, uma sensação familiar. Uma sensação que a envergonhava agora, mas que havia se tornado um reflexo de qualquer imagem dele. Não que ela o odiasse, ela não o conhecia, ele havia simplesmente sido um impedimento para... para quê? Para coisas que ela não precisava mais, nunca tinha precisado, mas observou como desaparecido."

[11] "Lam e Ai tinham se tornado sombras; duas garotas pequenas esquecidas no amor destruído de seus pais. As vezes Lam sentia-se culpada por sobreviver, culpada por existir em face da tragédia dos pais dela."

[12] "Cam jogava a visão em sua cabeça, tentando resgatar o momento que ela não viu, tentando alterar a sequência de eventos para que ela pudesse chegar a si mesma no presente com a sua família e sua mente intactas"

pyjamas, his limbs felt weak, and he could not work"[13] (idem, p. 114). Esses dois trechos exemplificam o sofrimento de ambos, mas através de duas maneiras diferentes de lidar com a situação.

3 EXCLUSÃO SOCIAL E MEMÓRIA EM *BECOS DA MEMÓRIA*

Apesar de ter escrito o romance *Becos da memória* há muito tempo ele só foi publicado em 2006, depois que Evaristo já tinha ganhado notoriedade com o romance *Ponciá Vicêncio* (2003). Sua narrativa apresenta a população de uma favela que vai deixar de existir para dar lugar a um processo de urbanização. É nesse ambiente de sofrimento e desespero que somos apresentados à protagonista Maria-Nova, menina inteligente que vive seus dias se alimentando da memória dos demais moradores da favela, conhecendo suas histórias e sentindo o gosto amargo de suas vidas, com a consciência de que "a vida passou e passou trazendo dores" (EVARISTO, 2013, p. 33). Nesse caso parece correto afirmar que memória surge neste romance como forma de resistência, traçando uma trajetória de desconstrução da História em favor de inúmeras histórias silenciadas ao longo de séculos.

Becos da memória contém o desejo de 'imprimir' a figura do negro na literatura brasileira através de uma ação afirmacionista e não subalternizada: "o afirmacionismo negro/indígena quer tornar visível sua presença, considerando que o discurso nacional único sempre 'esqueceu' sua existência em proveito de um discurso homogeneizante" (FIGUEIREDO, 2013, p. 150), discurso este que conta uma história recheada por estereótipos, onde os vencedores ditam as regras do sistema social. É neste ambiente aprisionante que Maria-Nova desenvolve sua identidade, aprendendo desde cedo como são tratados os 'vencidos', os miseráveis:

> Maria-Nova, talvez, tivesse o banzo no peito. Saudades de um tempo, de um lugar, de uma vida que ela nunca vivera. Entretanto o que doía mesmo em Maria-Nova era ver que tudo se repetia, um pouco diferente, mas, no fundo, a miséria era a mesma. O seu povo, os oprimidos, os miseráveis; em todas as histórias, quase nunca eram os vencedores, e sim, quase sempre, os vencidos. (EVARISTO, 2013, p. 91)

O romance evaristiano está dividido em 95 partes, fragmentos breves que vão mostrando a vida de vários moradores da favela desde o momento em que a notícia

[13] "Ele não gostava de pensar naquele momento do jeito que Cam fazia – se ele fizesse, ele teria dias de paralisia em que ele não conseguiria tirar os pijamas, seus membros sentindo-se fracos, e ele não poderia trabalhar"

do desfavelamento da região começa até quando os moradores começam a ser expulsos. Através desses fragmentos tomamos conhecimento das histórias de sofrimento e miséria de pessoas que iam se amontoando naquela realidade. Sodre lembra que “No Brasil, tem permanecido intacta, em suas linhas gerais, a organização social da cultura oriunda do sistema discriminatório da sociedade escravagista do passado” (2000, p. 86) e a vida na favela revela como o sistema social continua reproduzindo as desigualdades e opressões do sistema escravagista, embora tenha havido uma remodelação (mudanças significativas com o fim da escravidão), a população negra continua sendo a menos abastecida de direitos e a que tem menos oportunidades. Quando Evaristo usa o cenário da favela para suas narrativas, por exemplo, ela o faz aproximando-o da senzala, deixando claro que as divisões de classe são herança de um passado que não passou.

Mesmo com a compreensão de que a favela era o local que representava a exclusão social vivenciada pela população negra e pobre que vive na cidade, mesmo vendo “todos sofredores, todos os atormentados, toda a sua vida e a vida dos seus” a personagem Maria-Nova reza para que algo aconteça, para que todos pudessem continuar juntos, ela “sabia que a favela não era o paraíso” (EVARISTO, 2013, p. 67) mas a alternativa que lhes era dada, de receber um valor irrisório (uma miséria que não era capaz de comprar nada) ou receber umas tábuas para construir um barraco em outro lugar, era simplesmente outra ação de subalternização daquelas pessoas, que eram expulsas do lugar que aprenderam a chamar de seu para um futuro ainda mais incerto e tenebroso.

Para Mignolo o colonialismo não acabou porque “a colonialidade do poder mudou de mãos” (2003, p. 129), nesse caso a vida vivida na favela demonstra com bastante propriedade que as relações de poder e subordinação se repetem de maneira ininterrupta. As pessoas que vivem na favela – sendo a grande maioria negra – chegam ali vindos de vários lugares do Brasil (em especial a zona rural) com o desejo de criar uma vida nova, diferente, melhor. O que encontram quando chegam na ‘cidade grande’ é simplesmente uma apropriação da pobreza e da miséria, as pessoas não encontram outro lugar para viver que não seja a favela. A condição de vida neste lugar é de privação total, o poder público só aparece em tempos de

eleição (EVARISTO, 2013) com as mesmas promessas vazias que nunca se cumprem e as pessoas tem que sobreviver da maneira como é possível.

A exclusão social também aparece quando analisamos a fonte de renda dos moradores. De maneira geral eles trabalham em lugares perto da favela, os homens geralmente trabalham na construção civil, enquanto as mulheres trabalham como domésticas em casas de família (branca) ou como lavadeiras. Recebendo muito pouco o trabalho assalariado dessas pessoas não é suficiente para melhorar de vida, e eles não são vistos como pessoas, apenas como meios de trabalho (um exemplo claro disso é Ditinha, moradora da favela que trabalha como doméstica, sua patroa não se interessa por ela ou sua vida, mas gosta muito de seu trabalho). Ter que sair daquele lugar onde já tinham se estabelecido é extremamente traumático e muitas pessoas, como Tio Totó, perdem completamente a esperança, o medo de sofrer ainda mais fica impregnado na mente da maioria dos moradores: “Medo por começar outra nova-mesma vida. Medo de que o amanhã ainda fosse pior, muito pior do que hoje. Medo, consciência de nossa fraqueza, de nosso desamparo, de nossa desvalia” (idem, p. 233).

Esse medo também tem a ver com o fato de que aquelas pessoas iam se separar e as chances de se reencontrarem era quase nula. Segundo Roland Walter “Conceição Evaristo indica o amor, o carinho, a solidariedade coletiva, a memorização e a criatividade artística como possíveis meio de conscientização e cura da alienação e fragmentação identitária” (2009, p. 78-79), falando especificamente de *Becos da memória* percebe-se que a amizade é o que não permite que os moradores entrem num processo de animalização total, a união entre eles tornava a vida menos desesperadora. E era a esperança que não os fazia sucumbir totalmente:

> Negro Alírio, como Bondade e Vó Rita, eram incansáveis. Acreditavam e diziam que a vida de cada um e de todos podia ser diferente. Que tudo aquilo estava acontecendo, mas muita coisa poderia mudar. E quem mudaria? Quem mudaria seria quem estivesse no sofrimento. Quem arreda a pedra não é aquele que sufoca o outro, mas justo aquele que sufocado está. (EVARISTO, 2013, p. 190-191)

A certeza de que é possível mudar a situação se concretiza a partir do momento que se tem consciência da importância da memória para a história de um povo, para

reconhecer o passado e mudar o futuro. Nora acredita que “Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige a acomodação precisa sobre um objeto perdido.” (1981, p. 20) Esse objeto perdido é, aqui, a própria liberdade dos povos negros, liberdade aniquilada pela ‘soberania’ dos povos conquistadores brancos.

É importante analisarmos o fato de que a grande vontade de Maria-Nova era poder compartilhar as histórias dos seus, ela queria mostrar que “a ferida dos do lado de cá sempre ardia, doía e sangrava muito” (EVARISTO, 2013, p. 91) e a forma de começar a cicatrizar essas feridas era pelo resgate da memória e o resgate da voz perdida. Maria-Nova tinha a certeza de que “Um dia, não se sabia como, ela haveria de contar tudo aquilo ali. Contar as histórias dela e dos outros. Por isso ela ouvia tudo tão atentamente. Não perdia nada” (idem, p. 49). A postura de trazer a responsabilidade de contar a história do povo oprimido para uma menina, que logo se tornaria uma mulher, é bastante significativa para explicar a postura adotada por Evaristo em suas obras, Maria-Nova representa uma mudança de paradigmas para a realidade do ser subalterno, afinal

> Nos anais da história a fama nunca rima com mulher. Em todas as camadas sociais a mulher constitui o pano de fundo sobre o qual a fama masculina se ergue reluzente. Enquanto as condições para a inclusão na memória cultural forem a grandeza heroica e a canonização clássica, as mulheres serão sistematicamente vítimas do esquecimento cultural: trata-se de um caso clássico de amnésia estrutural. (ASSMANN, 2011, p. 67)

Maria-Nova representa, portanto, uma mudança conceitual para narrar a história de uma perspectiva diferente, de um ponto de vista que, como nos lembra Pollak (1982) tem a ver com as memórias subterrâneas, aquelas que são partes das culturas minoritárias e que são constantemente suplantadas pela Memória Oficial. Também tem a ver com uma ruptura da subalternização feminina:

> A questão é, na verdade, que como objeto da historiografia colonial e como sujeito da insurreição, a construção ideológica de gênero mantém o masculino no poder. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o subalterno como feminino está ainda mais envolto em sombras. (SPIVAK, 2010, p. 82)

O desejo de Maria-Nova consiste em romper o silêncio, a personagem sabia que “gerações inteiras nasciam e cumpriam tempo de vida acostumados à miséria, fazendo muitas da miséria razão de vida” (EVARISTO, 2013, p. 197), mas graças ao otimismo de Bondade, Vó Rita e Negro Alírio a protagonista sente que é possível

fazer alguma coisa. Este último é responsável por ensinar às pessoas a necessidade de aprender a ler e a escrever, para poder aprender a ler a ler o mundo e escrever uma nova história.

4 CONTEXTO PÓS-COLONIAL EM *WHAT WE ALL LONG FOR* E *BECOS DA MEMÓRIA*

Os romances analisados se inserem no âmbito literário enquanto construções discursivas que garantem uma desconstrução de preceitos e valores institucionalizados pelas práticas racistas que compõem as sociedades, mesmo aquelas que carregam o rótulo de multiculturais. *What we all long for* e *Becos da memória* demonstram de forma clara que a ideia de multiculturalidade e democracia racial difundida no Canadá e no Brasil, respectivamente, não passam de mitos promovidos com o objetivo de apagar as marcas da violência física e epistêmica da colonização não apenas do território, mas principalmente da colonização das pessoas.

Quijano assume o conceito de colonialidade do poder como um “império político-econômico e sociocultural do Ocidente sobre o resto do mundo” (WALTER, 2012, p. 138), representando uma influência nas relações sociais que não pode passar despercebida. Através dos romances analisados ficou claro o quanto a identidade do indivíduo está ligada à colonialidade do poder e seus efeitos. Entretanto cada caso revela nuances distintas no desenvolvimento da identidade das protagonistas. Enquanto no romance de Brand Tuyen exterioriza as tensões provenientes da experiência diaspórica e do trauma através do afastamento de seus familiares, buscando construir uma história própria que a leve a um futuro diferente, no romance de Evaristo encontramos Maria-Nova, ainda muito jovem, moldando sua identidade a partir do passado e do trauma vivido por seu povo (os moradores da favela) e buscando força para dar-lhes voz, aproximando-se ainda mais de suas feridas. De uma forma ou de outra acreditamos que os romances têm como objetivo promover em suas personagens uma descolonização que só é possível com uma ruptura, uma cisão do sujeito, sendo assim a descolonização “jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser (...). A descolonização é, em verdade, criação de homens novos” (FANON, 1975, p. 26).

Nessa busca por descolonização a memória tem papel fundamental porque ela é responsável por levantar os questionamentos ‘quem sou eu?’ e ‘quem somos nós?’ revisando o passado e não mais aceitando as composições homogêneas da história. Se é verdade que *“memories do not simply document the past but move us to the new ways of articulation, thus liberating us from the past as it has been known to the present and the future”*[14] (HUA, 2005, p. 205) entender o passado é uma forma de resistência:

> Uma das características da literatura pós-colonial é precisamente a evocação do passado pela memória. Isto é, na literatura pós-colonial a memória não se entrega a história, mas reconstrói a história mediante o futuro esquecido que segundo Walter Benjamin (1969), existe no passado e pode/deve ser recuperado” (WALTER, 2010, p. 10)

Os romances analisados refutam o modelo implantado pela colonialidade do poder e buscam contar a história a partir de outro ponto de vista, driblando a subalternidade e a impossibilidade de falar (e ser ouvido). Tuyen pergunta *“what do you long for?”*[15] (BRAND, 2005, p. 151), Quy pergunta *“Who the hell are you”*[16] (idem, p. 309), Tio Totó perguntava-se “Deus do céu, seria aquilo vida?” (EVARISTO, 2013, p. 31) e Maria-Nova se questionava se todos ali não eram mesmo indigentes (idem, p. 223). Todas essas perguntas funcionam como expressão da sensibilidade das autoras em pensar na realidade periférica enquanto lugar construído socialmente e historicamente fundamentado nas relações de desigualdade que tem se perpetuado nas sociedades como um todo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas apresentadas nos romances de Brand e Evaristo identificam o desejo das protagonistas em trilhar uma trajetória que tem como objetivo primeiro o autoconhecimento, e, em seguida, uma identidade pautada na liberdade. Refletindo a fragmentação presente nos romances podemos pensar neles como um mosaico, uma colcha de retalhos construída a partir dos fluxos vivenciados por diversos personagens, que têm em comum uma vida marcada por sofrimento e opressão, e

---

[14] “memórias não documentam simplesmente o passado mas nos movem para novos caminhos de articulação, liberando-nos assim do passado como tem sido conhecido para o presente e o futuro.”

[15] “o que você almeja?”

[16] “quem diabos você é?”

que revelam em suas relações sociais a verdadeira face das sociedades canadense e brasileira.

Neste mosaico complexo e contraditório muitas identidades se encontram, se chocam e muitas vezes se fundem. O processo de rememoração ganha destaque porque a memória acumula significados que explicam a maneira como a história e a cultura de um povo se estabelece, e resgata aquelas histórias 'perdidas' pela História Oficial. Os romances de Brand e Evaristo apresentam traços distintos da memória, no caso de *What we all long for* ela funciona como trauma e ruptura, já em *Becos da memória* ela é resgate e resistência. Em ambos os casos podemos entendê-la como sendo o "lugar onde são travadas batalhas sobre lembranças individuais e coletivas, bem como sobre seus significados" (WALTER, 2009, p. 67) e que resultam na reconstrução de um passado perdido, mas que pode ser recuperado.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural.** Trad. Paulo Soethe. Campinas: Editora UNICAMP, 2011.

BRAND, Dionne. ***What We All Long For.*** Toronto: Vintage Canada, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** 2ª edição. Florianópolis: Editora Mulheres, 2013.

_____. **Ponciá Vicêncio.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 2ª edição. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção, autoficção.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Trad. Laurent León Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, 1996, pp. 68-75.

HUA, Anh. ***Diaspora and Cultural Memory.*** IN: ***Diaspora, Memory and Identity.*** AGNEW, Vijay (org.). Toronto: University of Toronto Press, 2005.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** Trad. Yara Aun Khoury. São Paulo: Revista de História da PUC-SP, 1981.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento em América Latina.** Anuario Mariateguiano, vol. 9, n. 9, 1997, pp. 113-120.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais/ Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

POLLAK, Michael. **Memória de identidade social: estudos históricos.** Rio de Janeiro: APDOC, vol. 5, n. 10, 1982.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Trad. Alain François (et all). Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SODRE, Muniz. **Claros e Escuros: Identidade, Povo e mídia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida (et all). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WALTER, Roland. **Entre Gritos, Silêncios e Visões: Pós-colonialismo, Ecologia e Literatura Brasileira.** Revista de Literatura Comparada, n. 21, 2012, pp. 137-166.

_____. **Literatura, História e Memória no Contexto Pós-Colonial.** Recife: Revista **Eutomia** 3.1. 2010, 15 pp.

_____. **Afro-América: Diálogos literários na diáspora negra das Américas.** Org. Liv Sovik. Recife: Bagaço, 2009.

IDENTIDADES EM MOVIMENTO: TRAUMA E DIÁSPORA EM *MEAN SPIRIT*, DE LINDA HOGAN

Maria Luiza Vieira[1]

> *Words came, anchored to the earth, to matter, to the wholeness of nature. There was, in this, a fall, this time to a holy ground of a different order, a present magic, a light-bearing, soul-saving presence that illuminated my heart and mind and altered my destiny. Without it, who would guess what, as a human being, I might have become. (LINDA HOGAN)*

Como falar sobre uma ferida aberta? Como quebrar o silêncio de quem, diante de uma dor dilacerante, cala-se? Erguer as cortinas que isolam e condenam às sombras aqueles que sofreram um trauma tem sido uma atividade fértil para a literatura, como é demonstrado nas palavras da ameríndia Linda Hogan em seu livro autobiográfico "The Woman who Watches Over the World", no qual ela relata fatos da sua "unremembered, broken life" (HOGAN apud QUANTIC, 2002, p. 289).

Autora de poemas, romances, contos e ensaios e também ambientalista, Hogan, outrora silenciada por um trauam familiar e por uma dor partilhada por ela e por seus ancestrais da nação Chickasaw encontrou, na literatura, um meio de curar-se. Aparte das questões pessoais da autora, que cresceu com uma mãe com problemas mentais e que, como ela, sofria de uma mudez patológica, Hogan afirma carregar consigo o trauma histórico dos seus ancestrais. Em 1830, os Chickasaw foram uma das nações forçadas, através de um decreto do então presidente Andrew Jackson, a marchar das prolíficas margens do rio Mississipi até as improdutivas terras de Oklahoma (*Indian Territory*), evento que ficou conhecido historicamente como *The Trail of Tears* (A Trilha das Lágrimas), na qual "soldados matavam crianças a fim de acelerar a jornada, onde mulheres foram brutalizadas, homens assassinados, onde os corpos de pessoas vivas eram deixados à morte como marcadores de uma trilha

[1] Graduada em Letras pela UFPE e Mestranda em Teoria da Literatura na mesma instituição (**malufernandesvieira@gmail.com**).

da história, apontando para a direção da nossa terra natal"[2]. A autora relata, mais adiante: "quando eu comecei a escrever, eu escrevi em parte para colocar esta vida em ordem, e em parte porque eu era tímida demais para falar. Eu estava em silêncio e os poemas falaram primeiro"[3]. A autora recorre, assim, ao testemunho, movida por aquilo que Seligmann-Silva explica como sendo o desejo primário de renascer que subjaz o ato de narrar o trauma (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 66).

Em seu célebre ensaio "Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas", Seligmann-Silva concebe o trauma como "a memória de um passado que não passa" (ibidem, p. 69), ou seja, um *present past*, como sugere Huyssen (2001), o qual desencadeia no sobrevivente a uma situação extrema de violência a necessidade absoluta de narrar. Não obstante, superar a barreira do silêncio não é tarefa fácil, e requer um distanciamento – muitas vezes temporal, a partir da produção do testemunho *a posteriori* – que possibilite o sujeito de transcodificar em linguagem aquilo que, tal qual uma bala de chumbo alojada num corpo, é ao mesmo tempo interna e externa, como explana Assmann (2011) ao escrever sobre o trauma. Para a autora, a metáfora do projétil no corpo representa "a contradição paradoxal do trauma; embora uma parte inalienável do homem, o trauma não é assimilável na estrutura identitária da pessoa, é um corpo estranho que estoura as categorias da lógica tradicional: ao mesmo tempo interna e externamente, presente e ausente" (ASSMANN, 2011, p. 279). Destarte, como ensina Seligmann-Silva (2008), o indivíduo recorre à imaginação para enfrentar o dilema do testemunho – ao mesmo tempo inenarrável e vitalmente necessário. Nas palavras do autor, "a literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço" (SELLIGMANN-SILVA, 2008, p. 70), visto que é menos doloroso dar voz ao sofrimento de um personagem do que ao de si próprio. O autor defende, ainda, que no caso dos sobreviventes de catástrofes históricas, "a memória do trauma é sempre uma busca de *compromisso* entre o trabalho de memória individual e outro construído pela sociedade" (ibidem, p. 67).

[2] Em tradução livre, "that was the trail where soldiers killed children to make the journey quick, where women were brutalized, men murdered, where the bodies of living people were left to die as markers along a trail of history, pointing the direction to our homeland" (HOGAN, 1994, p. 438).

[3] Em tradução livre, "when I began to write, I wrote partly to put this life in order, partly because I was too shy to speak. I was silent and the poems spoke first" (HOGAN, 1994, p. 443)

Catástrofe histórica de forte expressão na literatura panamericana é o caso da diáspora indígena, sobre a qual escrevem diversos autores e autoras ameríndios como Linda Hogan, Jeannette Armstrong, Leslie Marmon Silko, Sherman Alexie, Graça Graúna, Daniel Munduruku, entre outros. Como postula o estudioso interamericanista Roland Walter, "mudanças de práticas materiais e meios de comunicação e um aumento significativo de migração e outras formas de mobilidade entre regiões, nações, continentes e culturas provocam transformações na consciência e imaginário de pessoas e povos do mundo inteiro" (WALTER, 2008, p. 37). Sendo assim, a experiência transnacional e diaspórica na qual se inserem os indígenas norte-americanos, mormente no século XX, quando houve um esforço sistemático dos governos canadense e estadunidense em destituir os povos nativos de suas terras originárias resultou, nesses povos, profundas transformações no seu imaginário, criando o que se considera, aqui, identidades em movimento. Tomemos, assim, a diáspora não apenas enquanto "dispersão de um grupo de pessoas de um centro para dois ou mais lugares periféricos", mas também como "a memória coletiva e o trauma envolvidos nessa dispersão".[4] Para Golubov (2011), a ressignificação do termo "diáspora" deve dar conta do estudo da literatura que é produzida e que circula pelas metrópoles ocidentais, a qual revela a dualidade do indivíduo diaspórico dentro dessas sociedades, que luta para resistir à assimilação e ao que Ahn Hua chama de "*social amnesia*" (HUA, 2005, p. 193). A autora chama atenção, ainda, para o fato de que as identidades individuais construídas na diáspora são costuradas umas às outras pelo fio da desigualdade de poder que sofrem os sujeitos e os povos sulbaternizados na relação dominador-dominado. Pensando no caso de *Mean Spirit*, primeiro romance de Linda Hogan, podemos interpretar a experiência dos Osage não de forma isolada, mas sim como metáfora para os demais ameríndios que sofreram e sofrem com a relação desigual de poder entre eles e o mundo ocidental. Nessa perspectiva, a diáspora como conceito viabiliza a discussão de vários temas:

> identificação e afiliação, desejo e nostalgia pela terra natal, exílio e deslocamento, a reinvenção de tradições culturais na Nova Ordem e a construção de comunidades híbridas e de fronteiras comunitárias, memória cultural e trauma, a política do retorno, e a possibilidade de imaginar um

[4] Em "Diaspora and cultural memory", a autora explica: "when I use the word diaspora, I am referring to the dispersion of a group of people from a centre to two or more peripheral places, as well as to the collective memory and trauma involved in such dispersion" (ibidem, p. 193).

> pertencimento geográfico e cultural além e dentro da formação dos Estados-nação.[5]

Em seu projeto literário, Linda Hogan reescreve e ficcionaliza a história dos ameríndios e da diáspora indígena a partir da visão do índio subalternizado, recorrendo, em seu romance inaugural, a elementos do testemunho, do romance histórico, e, ainda, de passagens com um forte acento de realismo mágico. A importância política da sua produção literária é inegável não só pelo seu já conquistado alcance em outros países, mas sobretudo por se tratar de uma autora indígena que relata acontecimentos pelos quais passaram as primeiras nações da América do Norte – violências sexuais, genocídios, perseguições, extorsões, roubo de terras – dentro de um país que propaga um discurso que suprime esses fatos e que até hoje realiza comemorações do Dia de Ação de Graças, no mês de Novembro, celebrando uma comunhão que supostamente houve entre os primeiros invasores europeus e os índios americanos, ignorando por completo as atrocidades que aqueles cometeram com estes na história. Dessa maneira, Hogan retifica, através da ficção, a história dos índios norte-americanos tal qual os estadunidenses a conhecem ou simulam acreditar, já que, segundo Edward Said, "na visão americana do passado, os Estados Unidos não eram uma potência imperial clássica, e sim justiceiros reparando males pelo mundo afora" (SAID, 2011, p. 36). Trata-se da memória como estratégia para a justiça social, na medida em que retoma o que foi esquecido ou suprimido, criando uma contramemória (*countermemory*), como sugere Ahn Hua (2005). E, como a história nefasta da colonização e dos seus efeitos na atualidade não se restringe ao caso dos ameríndios, Hogan declara que concebe o seu trabalho como parte da história do seu povo, mas também da colonização em todas as partes do mundo (HOGAN, 1994, p. 436). A autora se aproxima, desta forma, aos escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, que, como assinala o autor de *Cultura e Imperialismo*,

> trazem dentro de si o passado – como cicatrizes de feridas humilhantes, como uma instigação a práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para um futuro pós-colonial, como

[5] Em tradução livre, "identification and affiliation, homing desire and homeland nostalgia, exile and displacement, the reinvention of cultural traditions in the New World Order, and the construction of hybrid communities and communal boundaries, cultural memory and trauma, the politics of return, and the possibility of imagining geographical and cultural belonging beyond and within the nation-state formation" (ibidem, p. 191).

> experiências urgentemente interpretáveis e revivíveis, em que o nativo outrora silencioso fala e age […].[6]

Vale ressaltar, ainda, que muitos desses escritores optam por escrever na língua do colonizador, o que não pode ser ignorado – ainda que eles mesclem o texto com palavras ou frases na sua língua materna, como pode se notar nas literaturas africanas ou indígenas. Seja porque alguns têm o sangue do colonizador correndo nas veias e vivem nesse entre-lugar de culturas – como é o caso de Hogan, cuja família materna é de origem europeia – ou seja porque tiveram que assimilar a cultura dominante – assimilação essa que pode ter sido imposta ou por opção própria enquanto estratégia de sobrevivência –, o fato é que o alcance dessas obras é potencializado a depender do idioma nos quais elas são escritas.

> Algumas pessoas argumentam que isso significa que os povos indígenas sucumbiram a ou foram educados em um sistema linguístico diferente, e que eles esqueceram ou foram forçados a abandonar seus eu nativos. Isso simplesmente não é verdade. Juntamente às suas línguas nativas, mulheres e homens indígenas têm levado suas vidas e suas expressões através do uso de novas línguas, particularmente espanhol, francês e inglês, e eles as têm usado nos seus próprios termos. Isso é um item crucial que deve ser entendido, que é inteiramente possível para um povo reter e manter suas vidas através do uso de qualquer língua. Esta não é uma questão de autenticidade; ao invés disso, é a maneira com a qual os indígenas têm respondido criativamente à colonização forçada. E essa resposta tem sido de resistência; não há uma palavra mais clara para isso do que resistência.[7]

Com efeito, seria lamentável que os falantes de língua inglesa no mundo inteiro fossem privados da literatura de uma autora como a de *Mean Spirit*, e que os estadunidenses não tivessem a oportunidade de aprender sobre as culturas indígenas na sua forma mais bela, e sobre a sua própria história enquanto povo de origem ocidental na sua forma mais crua. O acontecimento histórico que inspirou a autora para a criação do seu primeiro romance foi a descoberta de petróleo em *Indian Territory* (Oklahoma), na década de 1920, o qual despertou mais uma vez a cobiça do governo estadunidense pelas terras indígenas, desencadeando diversos

---

[6] SAID, idem, p. 332

[7] Em tradução livre, “some would argue that this means that Indian peoples have succumbed or become educated into a different linguistic system and have forgotten or have been forced to forsake their native selves. This is simply not true. Along with their native languages, Indian women and men have carried on their lives and their expression through the use of the newer languages, particularly Spanish, French, and English, and they have used these on their own terms. This is the crucial item that has to be understood, that it is entirely possible for a people to retain and maintain their lives through the use of any language. There is not a question of authenticity here; rather it is the way that Indian people have creatively responded to forced colonization. And this response has been one of resistance; there is no clearer word for it than resistance” (ORTIZ, 2001, p. 122)

assassinatos e perseguições. Menos de um século depois da dolorosa e extenuante jornada pela Trilha das Lágrimas e a despeito de toda a violência física, emocional e psicológica sofrida por aqueles foram removidos, o governo dos Estados Unidos ataca mais uma vez os ameríndios. Amplamente ignorado nas aulas de história das escolas estadunidenses, os assassinatos dos Osage e outras atrocidades cometidas pelo Estado são vocalizados de maneira emocionante por Hogan e por outros autores e autoras indígenas nas Américas, sendo a leitura dessa literatura de suma importância para o conhecimento da história, das culturas e das literaturas ameríndias.

Em *Mean Spirit*, a autora narra os acontecimentos através da voz de um narrador onisciente, cujo enfoque é não apenas nos seres humanos, mas também na geografia[8] – recurso discursivo recorrente na literatura indígena, visto que a maioria dessas culturas são animistas, tal qual explana Paula Gunn Allen: "apesar de que as nossas tradições são tão diversas quanto as tribos que as praticam e as vivem, elas são todas centradas na terra e na vida selvagem"[9]. Com efeito, a geografia configura-se, na narrativa, como um dos personagens principais, sofrendo traumas severos por conta das brutalizações às quais é submetida pela mão imperdoável do homem ocidental em sua incessante busca por riquezas, como pode ser observado no trecho abaixo:

> a água extinguira-se daquela terra para sempre, as árvores mortas, e a grama, outrora alta e rica, estava negra. O carros passaram por essa visão disforme e, não muito longe dali, passaram por outro campo de petróleo onde bombas, abastecidas por diesel, trabalhavam dia e noite. Esses campos machucados eram barulhentos e escuros. A terra tornara-se preta como o óleo. Chamas azuis ergueram-se e rugiram como tochas de gás queimado. A terra sangrava óleo.[10]

A geografia não é retratada, todavia, de maneira passiva. Pelo contrário, ela é um agente ativo na sua relação com a atividade humana, e responde a ela como tal:

---

[8] Concebemos o termo "geografia", como "paisagem/ natureza/ lugar/ espaço/ terra" (WALTER, 2012, p. 139).

[9] Em tradução livre, "although our traditions are as diverse as the tribes who practice and live within them, they are all earth-based and wilderness centered […]" (ALLEN apud ANDERSON, 2000, p. 35).

[10] "The water was gone from that land forever, the trees dead, and the grass, once long and rich, was burned black. The cars passed by this ugly sight, and not far from there, they passed another oil field where pumps, fueled by diesel, worked day and night. These bruised fields were noisy and dark. The earth had turned oily black. Blue flames rose up and roared like torches of burning gas. The earth bled oil." (HOGAN, 1990, p. 53)

"era como assistir ao inferno se erguendo. Ela [Belle] compreendeu, então, que a terra tinha uma mente própria. Ela entendeu que os desejos e caprichos dos homens eram vontades superficiais, não eram nada diante dos desejos da terra"[11]. Como assinala a escritora Jeannette Armstrong (Okanagan) em seu romance *Slash*, há uma relação identitária deveras estreita – ou até simbiótica – entre os indígenas e a terra: "é difícil mostrar o quanto o nosso orgulho, nossa cultura e nossas vidas têm suas raízes na terra. Não é fácil explicar que proteger e tentar recuperar o controle sobre ela é, na verdade, a maneira de protegermos nossas próprias vidas como índios"[12].

Outrossim, a nação Osage é também um personagem central na trama. Já nas páginas iniciais do livro, eles são descritos como um grupo pacífico, cuja "sobrevivência dependia do retorno a um modo de viver mais simples"[13], ou de uma forte resistência cultural. Para o narrador, a interferência do mundo branco, mundo esse que "come a si próprio e superutiliza a terra"[14] na vida dos indígenas só poderia resultar na desgraça do povo Osage, dos indivíduos, dos animais, da geografia, enfim, da natureza como um todo. Os Osage, agindo como um personagem, compartilham uma memória coletiva, o que se traduz na passagem em que a personagem Lettie lamenta a misteriosa morte do seu namorado, Benoit:

> Enquanto lá sentava, na grama da água nascente, sentindo o cheiro do solo erodido, ela estudou as suas mãos. Sua pele estava seca e fina. Ela pensou sobre a história das suas mãos. *Elas eram como as da sua avó, era feita delas.* A mãe de Belle. A sua avó, que veio para Oklahoma através da Trilha das Lágrimas. Soldados haviam forçado as pessoas para o oeste, para longe da sua terra natal em Mississippi. Eles foram violentados e vencidos, forçados a desistir de tudo que havia sido suas vidas, até que eles não pensavam em nada além de como continuar a preservar a sua raça ferida, sua tribo devastada. Ao longo da trilha, quando mulheres caíam e choravam a morte de crianças assassinadas pelos soldados, os outros a levantavam, a traziam para junto deles e diziam: "temos que continuar. Dê um passo à

[11] Em tradução livre, "it was like watching hell rise up. She knew then, she knew that the earth had a mind of its own. She knew the wills and whims of men were empty desires, were nothing pitted up against the desires of the earth" (HOGAN, 1990, p. 186)

[12] Em tradução livre, "it's hard to show just how much our pride, our culture and our lives all have their roots in the land. It's not easy to explain that to protect and attempt to regain control over it is really the way to protect our own lives as Indian people." (ARMSTRONG, 1992, p. 147).

[13] Em tradução livre, "their survival depended on returning to a simpler way of life" (HOGAN, idem, p. 5)

[14] "A world that eats itself up and uses up the earth" (ibidem, p. 114)

> frente. Ande adiante conosco, irmã". *E então Lettie olhou para as suas mãos, e elas eram as mãos delas*.[15]

O fantasma do trauma da Trilha das Lágrimas assombra, assim, a consciência compartilhada (*shared consciousness*) dos Osage, a qual, segundo a Pueblo Indian Leslie Marmon Silko, é onde reside a força de uma cultura (SILKO, 1997, p. 90), e que pode ser explicada pelo conceito de memória coletiva desenvolvido por Maurice Halbwachs:

> nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.[16]

Hogan confessa sua identificação com a personagem Lettie, quando revela, em texto autobiográfico: "eu sou uma das crianças que viveram dentro da minha avó e fui carregada, célula, gene e espírito, dentro daqueles que estavam em luto ao longo da Trilha das Lágrimas"[17], utilizando-se desse "espaço de cura potencial" (WALTER, 2008, p. 45) que é a literatura para perlaborar o trauma que sua nação, tal qual a Osage, sofrera antes mesmo de ela nascer. De mais a mais, a memória coletiva em *Mean Spirit* se faz presente, ainda, na relação dos personagens humanos com a geografia: "inquietações da terra, ele os disse, ocasionam inquietações da vida e do sono"[18]. Segundo Walter (2011),

> essa relação fluida entre memória, lugar e consciência é da maior importância. Nesse sentido, a memória da diáspora negra pan-americana, por exemplo, com suas histórias nutridas pelo processo de esquecimento e lembrança na interface passado-presente, desenvolve dentro de nações específicas (e em conexão com outras memórias etnoraciais) e também entre essas nações e o continente africano. Ademais, memória e identidade

---

[15] Em tradução livre, "as she sat there, in the spring grass, smelling the turned soil, she studied her hands. Her skin was dry and thin. She thought of the history of her hands. They were like her grandmother's hands, were made up of them. Belle's mother. Her grandmother who had come to Oklahoma over the Trail of Tears. Soldiers had forced the line of people west, out from their Mississippi homeland. They were beaten and lost, forced to give up everything that had been their lives until they thought of nothing more than how to go on, to preserve their wounded race, their broken tribe. Along that trail, when women would fall and weep over a child who had been killed by the soldiers, the others lifted her up, took her along with them, saying "We have to continue. Step on. Walk farther along with us, sister." And so Lettie looked at her hands and they were their hands." (ibidem, p. 210, grifo nosso).

[16] HALBWACHS, 2006, p. 30

[17] "I am one of the children who lived inside my grandmother, and was carried, cell, gene, and spirit, within mourners along the Trail of Tears" (HOGAN apud MARTANOVSCHI, 2008, p. 54)

[18] Em tradução livre, "disturbances of earth, he told them, made for disturbances of life and sleep". (HOGAN, 1990, p. 39).

> não são apenas coletivas, mas primeiro e principalmente baseadas na imaginação individual.[19]

Ou seja, como não poderia deixar de ser, embora o sujeito pertença a um grupo que possui uma *shared consciousness*, a sua imaginação individual também entra em ação no exercício mnemônico. Portanto, devemos concordar com Walter (2011) que uma das questões centrais no que concerne a identidade transnacional/diaspórica nas Américas é precisamente

> o diálogo entre as diferentes memórias da experiência transnacional/diaspórica para a compreensão da identidade individual, coletiva e nacional. A memória, então, é um lugar e um espaço onde estão sendo travadas batalhas conflituosas entre recordações individuais e coletivas e seu significado.[20]

Se o ato da rememoração no âmbito da memória individual já é bastante intricado, como ensina Bergson (2006) ao formular que, às vezes, "a imagem retida ou rememorada não chega a cobrir todos os detalhes da imagem percebida", em cujo caso "um apelo é lançado às regiões mais profundas e afastadas da memória, até que outros detalhes conhecidos venham se projetar sobre aqueles que se ignoram" (BERGSON, 2006, p. 115), podemos afirmar, então, que a identidade diaspórica oferece, em sua densa complexidade, campo fértil para os estudos de memória. É mister levantar, nesse sentido, que por ser a memória "distorcida por necessidades, desejos, interesses e fantasias"[21], aquilo que é esquecido na rememoração tem um papel tão protagonista quanto aquilo que se lembra, especialmente nos casos de pessoas que sofreram algum tipo de trauma. Para Assmann (2011):

> as recordações estão entre as coisas menos confiáveis que um ser humano possui. As respectivas emoções e os motivos de agora são guardiães do recordar e do esquecer. Eles decidem que lembranças são acessíveis para o indivíduo em um momento presente e quais delas permanecem inacessíveis.[22]

---

[19] "This fluid relation between memory, place, and conscience is of the utmost importance. In this sense, the memory of the pan-American black diaspora, for instance, with its (hi)stories nourished by the process of forgetting and remembering in the past-present interface, develops within specific nations (and in connection with other etnoracial memories) as well as between these nations and the African continent. Furthermore, memory and identity are not only collective, but first and foremost based on individual imagination" (WALTER, 2011, p. 4).

[20] "Thus, one of the key issues with respect to transnational/diasporic identity in the Americas and elsewhere is the significance of the dialogue between different memories of the transnational/diasporic experience to the comprehension of individual, collective, and national identity. Memory, them, is a place and space where conflictive battles over individual and collective recollections as well as over their meaning are being fought." (ibidem, p. 5).

[21] Em tradução livre, "distorted by needs, desires, interests and fantasies" (HUA, 2005, p. 198).

[22] (ASSMANN, 2011, p. 71).

Logo, considerando que "o esquecimento é um ato, uma invenção criativa, uma performance, uma perda seletiva"[23], a literatura de testemunho tem uma função capital na construção da contramemória defendida por Anh Hua (2005), sobre a qual já discorremos. Sendo assim, recorramos novamente ao pensamento de Roland Walter, para quem

> a análise da memória enquanto prática social na encruzilhada diaspórica ajuda a revelar, problematizar e entender os processos interligados da memória hegemônica e contra-hegemônica, homogeneizadora e heterogeneizadora e o efeito sobre as subjetividades dos indivíduos no entre-lugar de culturas.[24]

Em *Mean Spirit*, a subjetividade dos Osage, que vivem nesse "entre-lugar de culturas", sofre influência do universo ocidental que os cerca e os tenta suprimir, sendo a construção identitária dos personagens algo em constante movimento. Nos casos de alguns indígenas, eles viviam um entre-lugar dentro das suas próprias casas, por se tratarem de *half-blood Indians* (ou mestiços). De qualquer forma, muitos personagens que, no início da trama, aceitaram cegamente a imposição de certos costumes euroamericanos, passam a rejeitá-los por completo quando se apercebem do projeto de aculturação que lhes estava sendo imposto. Obrigados a pagar aos Osage pelo uso de suas terras para a extração mineral, os produtores de petróleo os consideravam "uma porta trancada para a casa do progresso"[25], e não se conformavam com o fato de que eles não lidavam com o dinheiro da forma mais lucrativa ou, na sua opinião, mais inteligente. O velho Jim Josh é um bom exemplo de um indígena que enriqueceu com a extração de petróleo e cujo acúmulo de capital e a maneira como gerenciava suas riquezas incomodavam os donos da empresa mineradora. Josh, que ostentava dez luxuosas banheiras com pés de pata de leão a despeito de não possuir água corrente em casa, passou a utilizá-las para o plantio de milho. Da mesma forma, ele encontrou um uso para o carro que adquirira e que não dirigia, ao dar-se conta de que o automóvel conservava a temperatura interna ideal para o cultivo de tomates. O personagem mencionado, que protagoniza imagens cômicas na narrativa, evidencia que os valores dos Osage não são os

---

[23] Em tradução livre "forgetting is an act, a creative invention, a performance, a selective loss" (HUA, op. cit., p. 198).

[24] (WALTER, 2008, p. 45).

[25] No original, "The owners thought the Indians were a locked door to the house of progress" (HOGAN, op. cit., p. 56)

mesmos dos estadunidenses, e que eles devem ter a autonomia de aceitar aquilo que lhes apetece da cultura dominante sem abandonar os seus costumes tradicionais – contrariando o objetivo do Estado de "matar o índio para salvar o homem"[26], que ficou conhecido como slogan do projeto de aculturação tocado pelos Estados Unidos. Da mesma forma, há personagens brancos na narrativa que se identificaram com os costumes indígenas, como é o caso do pastor que vivia nas montanhas com os índios há algum tempo, durante o qual relutou bastante para compreender a tradição Osage. Já próximo ao final da trama, o pastor admite que finalmente passou a compreender que "o espírito da vida vive tanto em porcos e galinhas quanto dentro das igrejas e catedrais"[27], demonstrando ter assimilado algo do animismo indígena. Enquanto alguns personagens se deixavam seduzir por tudo o que era ocidental, como era o caso de Louise[28], e outros vivenciavam um verdadeiro processo de transculturação, personagens como Nola Blanket são a verdadeira expressão da resistência cultural dos povos indígenas nas Américas. Quando completou 16 anos e foi submetida a estudar numa escola fora do condado onde vivia com a sua família, a filha de Grace Blanket se tornou um exemplo da tradição Osage na escola: recusava-se a usar o uniforme escolar, a desfazer as suas tranças e a interagir com as crianças brancas e demonstrava, de todas as maneiras possíveis, que não pertencia àquele lugar e àquelas pessoas.

Nola, cuja mãe foi a primeira Osage a ser assassinada na trama, episódio que a deixou por muito tempo silenciada pelo trauma, é uma personagem de suma importância na narrativa por metaforizar a resistência cultural dos povos indígenas nas Américas. Quiçá Nola soubesse de algo sobre o que a autora de *Mean Spirit* escreveu em um de seus ensaios autobiográficos acerca do poder da sua ancestralidade, colocado por Hogan em forma de conselho: "observe e escute. Você é o resultado do amor de milhares de pessoas"[29]. Desde muito nova, a herdeira de

---

[26] No original, "kill the Indian, and save the man" (ibidem, p. 177).

[27] Segundo o narrador, "the priest, happy to be in their company, told them how he had become a priest and how he now realized that the life spirit lived in hogs and chickens as well as inside churches and cathedrals" (ibidem, p. 238)

[28] "She rejected everything Indian, and she herself had said "I love everything European" (ibidem, p. 35).

[29] "Watch and listen. You are the result of the love of thousands" (HOGAN apud MARTANOVSCHI, 2008, p. 58)

Grace demonstrou ser alimentada pelo amor dos seus ancestrais e pelo desejo de proteger os Osage. Se as identidades em *Mean Spirit* estão, em grande parte, em movimento, podemos dizer que Nola é uma força centralizadora dessa mobilidade cultural. E se concebemos a identidade como uma "construção ativa e uma interpretação da própria história mediada discursivamente de modo político" (LAURETIS apud ASSMANN, 2011, p. 69), é lícito pensar que a identidade de Nola parte da "reorganização da memória e que também vale, como bem sabemos, para a comunidade e não menos para os indivíduos" (ASSMANN, op.cit., p. 70).

Resistir à incansável intromissão dos valores ocidentais no contexto pós-colonial é uma atitude imprescindível para a manutenção de uma cultura, pois, como assinala Bosi (1999), a coexistência social de um grupo depende diretamente da transmissão dos valores, práticas, técnicas e símbolos que compõem essa cultura. Ao mesmo tempo, é preciso saber lidar com a transculturação e com a complexidade da identidade na diáspora, o que depende da conciliação entre o passado ancestral e o porvir. No caso do romance inaugural de Hogan, foi preciso atear fogo na casa que antes havia sido um lar para que fosse queimado, com ela, o mal que foi feito contra os seres e a geografia naquele lugar. O fogo, nas palavras finais do livro, representa não o fim, mas o recomeço da vida dos Osage, e acende a chama da esperança para os demais povos indígenas que seguem resistindo há tantos anos:

> eles olharam para trás mais uma vez e viram tudo subir aos céus avermelhados, a casa, o celeiro, as luzes quebradas, a vida que eles viveram, como nada mais do que um queimor distante. Ninguém dizia nada. Mas eles estavam vivos. Eles carregavam consigo gerações, atravessando os prados a lugares onde nenhuma estrada havia sido aberta antes deles. Eles passavam por casas que eram como cavernas iluminadas num mundo negro. A noite estava incendiada com os seus passados e eles estavam vivos.[30]

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, Jeannette. **Slash**. Pentiction: Theytus, 1992.

ANDERSON, Kim. **A recognition of being**: reconstructing Native womanhood. Toronto: Sumach Press, 2000.

[30] "they looked back once and saw it all rising up in the reddened sky, the house, the barn, the broken string of lights, the life they had lived, nothing more than a distant burning. No one spoke. But they were alive. They carried generations along with them, into the prairie and through it, to places where no road had been cut before them. They traveled past houses that were like caves of light in the black world. The night was on fire with their pasts and they were alive" (HOGAN, 1990, p. 375).

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

BERGSON, Henri. Do reconhecimento das imagens. A memória e o cérebro. In: ____ **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Traduzido por Paulo Neves. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. pp. 83 – 154.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOLUBOV, Nattie. Preâmbulo. In: ___. **Diásporas**: reflexiones teóricas. Coyoacán: Universidad Autónoma de México, 2011, pp. 13 – 27.

GRAÚNA, Graça. Diáspora Indígena. In: ___. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013. pp. 95 – 124.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Traduzido por Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HOGAN, Linda. **Mean Spirit**. New York: Ivy Books, 1990.

HOGAN, Linda. The two lives. In: KRUPAT, Arnold. **Native American Autobiography**: an anthology. Madison: The University of Wisconsin Press, 1994. pp. 435 – 450.

HUA, Anh. Diaspora and cultural memory. In: AGNEW, Viajay. **Diaspora, memory and identity**: a search for home. Toronto: University of Toronto Press, 2005. pp. 191 – 207.

HUYSSEN, Andreas. Present Pasts: Media, Politics, Amnesia. In: APPADURAI, Arjun (org.). **Globalization**. London: Duke University Press, 2001. pp. 57 – 77.

MARTANOVSCHI, Ludmila. Coping with trauma: self-portrayal in Linda Hogan's memoir. *University of Bucharest Review*, vol. 10, n. 1, 2008. pp. 52 – 59.

MCGEACHAN, Cheryl; PHILO, Chris. Words. In: LEE, Roger et al (org). **The Sage Handbook of Human Geography**. London: Sage, 2014. pp. 545 – 570.

ORTIZ, Simon J. Towards a National Indian Literature: Cultural Authenticity in Nationalism. In: PURDY, John L; RUPPERT, James (orgs.). **Nothing But the Truth**: An Anthology of Native American Literature. Upper Saddle Riveer, NJ: Prentice Hall, 2001. pp. 120 – 125.

QUANTIC, Diane. Review of The Woman Who Watches Over the World: A Native Memoir By Linda Hogan. *Great Plains Quaterly*, 2002. p. 289.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia clínica*, v, 20, n. 1, 2008, pp. 65 – 82.

SILKO, Leslie Marmon. The people and the land are inseparable. In: ____ **Yellow Woman and a Beauty of the Spirit**. New York: Touchstone, 1997. pp. 85 – 91.

WALTER, Roland. "Entre Gritos, Silêncios e Visões: Pós-Colonialismo, Ecologia e Literatura Brasileira". *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, v. 1, n. 21, p. 137-168, 2012.

_____. Foreword. In: CÔTÉ, Jean-François (org.). **The function of contemporary travel narratives in the French, Anglo and Latin Americas**: mixing and expanding cultural identity. New York: The Edwin Mellen Press, 2011. pp. 1 – 7.

_____. Mobilidade cultural: o (não-)lugar na encruzilhada transnacional e transcultural. *Interfaces Brasil/Canadá*, n. 8, 2008, pp. 37 – 56.

UMA LEITURA DO CONTO FÁBULA *SEM MORAL* DE JÚLIO CORTÁZAR PELO VIÉS DA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

Paula Terra Nassr[1]

1 DO PERCURSO

O verso de Antonio Machado, “caminante no hay camino, se hace camino al andar”, faz lembrar do percurso que tem de fazer o analista do discurso em suas análises, ou seja, não tem um caminho certo a seguir, mas as pistas encontradas no texto (materialidade do discurso) vão dar um norte a sua pesquisa, que não tem por objetivo esgotar as possibilidades de interpretação, ao mesmo tempo que, as noções a serem trabalhadas estarão sendo relacionadas entre si no decorrer da análise, elas não surgem *a priori*, vão se delineando juntamente com o rumo que o trabalho vai tomando. Análise e teoria estão em um constante ir e vir, de modo que, não tem como dissociá-las. Segundo Orlandi (1999, p.62), não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente, em cada passo da análise, trabalhando sempre no limite entre descrição e interpretação, pois ambas constituem o processo de compreensão do analista. A base teórica do analista é a Análise do Discurso Francesa, então, é sobre esta teoria crítica da linguagem que tratarei neste trabalho.

2 DAS SUAS ORIGENS E FILIAÇÕES TEÓRICAS

A Análise do Discurso vai apresentar seu marco inaugural com a publicação da obra *Análise Automática do Discurso (AAD)* de Michel Pêcheux, em 1969; este é o principal organizador e articulador da nova disciplina/teoria que vem para questionar às anteriores, principalmente, no que diz respeito à língua, ao sujeito e à ideologia.

A Análise do Discurso Francesa (AD) surge na década de 60 como uma forma de ruptura com os ideais até então pensados sobre a linguagem; conforme Mainguenau (1997), a escola francesa de análise do discurso vem de uma tradição intelectual europeia acostumada a unir reflexão sobre o texto e sobre história e também de uma

[1] Doutoranda em Literatura Luso-africana e Mestre em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS.

prática escolar que é denominada “explicação de textos” muito em voga na França, tanto na escola quanto na universidade.

Sobre esta ligação da AD com a prática escolar, Culioli (apud Maingueneau, 1997, p.10) diz o seguinte: [...] “a França é um país onde a literatura desempenha um grande papel, sendo possível questionar se a Análise de discurso não seria uma maneira de substituir a explicação de textos como forma de exercício escolar”. Na AD, faz-se uma leitura capaz de se ir além de um sentido único, buscando desvendar a opacidade dos sentidos. Desta forma, aparece para substituir a análise de conteúdo que apenas percorre o texto para codificá-lo.

Ela se constitui na relação entre três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Orlandi (1998) especifica que a AD trabalha no entremeio dessas disciplinas, mas coloca uma relação crítica intrínseca, por trabalhar justamente a sua contradição.

Ainda é importante destacar, que na AD há uma preocupação em levar-se em conta o homem na sua história. Dessa maneira, acaba por considerar os processos e as condições de produção da linguagem que são utilizados na relação entre os sujeitos e a língua e as situações em que os seus dizeres são produzidos. Em conformidade com esta questão referida, é que a AD pressupõe o legado do materialismo histórico, ou seja, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta assim como a linguagem, não lhe é transparente.

A Psicanálise entra em cena quando na AD há o deslocamento da noção de homem para a de sujeito (que passa a ser descentrado e dotado de inconsciente) e ele se constitui na relação com o simbólico, na história. Orlandi (1999) vai apresentar a AD como uma nova proposta de estudo que interroga a Linguística quanto à historicidade que ela deixa de lado, da mesma forma que coloca questões para as Ciências Sociais, referindo-se à transparência da linguagem que é utilizada nos seus estudos. Não se deixa absorver pela teoria marxista, ao mesmo tempo não corresponde ao que teoriza a Psicanálise, pois questiona o materialismo, no que se refere ao simbólico, e se distancia da Psicanálise, já que a AD trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

O que deve ser lembrado, é que a AD vai produzir um outro lugar de conhecimento com sua especificidade; não é mera aplicação da Linguística sobre as Ciências sociais ou vice-versa. Ela se forma de um modo que a linguagem tem de ser referida quanto à sua exterioridade, para que se aprenda o seu funcionamento como um processo significativo. Sendo assim, o conhecimento da linguagem fica a cargo da Linguística, e o da exterioridade, a cargo das Ciências Sociais.

A referida noção de exterioridade especificada na AD é que transforma a noção de linguagem, pensando sua forma material, deslocando também a própria noção de social, de histórico, de ideológico, tal como eram tratadas em outras áreas (Psicologia Social, Ciências Sociais, etc). A partir destes deslocamentos feitos pela AD, podemos observar que não é feita apenas uma transferência de conceitos e de ideias, mas estas mudam de terreno, de configuração, transformando-se em novas concepções com outros resultados vindos destas reflexões.

No que se refere ao social, não são os traços sociológicos empíricos (classe social, idade, sexo, etc), mas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais, que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um professor, de um pai, de um presidente, etc. Há nas línguas mecanismos de projeção para que se constitua essa relação entre a situação sociologicamente descritível e a posição discursivamente significativa dos sujeitos.

Quanto ao ideológico, é neste item que podemos notar a diferença entre a AD e análise de conteúdo. Na primeira se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não meramente com os seus conteúdos, como na segunda. Nesta perspectiva, como nos diz Orlandi (1998, p.30): [...] “a ideologia não é algo, mas o mecanismo de produzir esse algo”. Além disso, na AD a linguagem não apresenta a transparência que tem na análise de conteúdo; a ideia não é atravessar um texto para buscar um sentido do outro lado, mas sim procurar compreender como este texto significa.

A AD não trabalha especificamente com textos, mas com discursos, os textos são a materialidade destes discursos. E estes são definidos como efeito de sentidos entre

locutores. É importante destacar, que não existe discurso que não se relacione com outros; o discurso indica outros que lhe servem de base, assim como aponta para outros dizeres possíveis. É dessa forma que o discurso se apresenta como um processo contínuo, em que não há um começo e um fim pré-fixados.

Quando a AD trata sobre historicidade, não pensa a história refletida no texto, mas trabalha sim com a historicidade do texto em sua materialidade. Esta historicidade tem a ver com o acontecimento do texto como discurso (o trabalho dos sentidos nele). O discurso não se fecha; ele é um processo em movimento, por isso não pode ser considerado um mero conjunto de textos, mas uma prática linguístico-social. É desse modo que o discurso é considerado no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história.

Um fato de extrema importância dentro do quadro teórico da AD e que merece destaque, é que não se pensa à língua como na Linguística, de forma transparente e cheia de autonomia. Esta passa a ser vista como da ordem do material, da opacidade, do equívoco, das falhas. Dessa forma, a completude e a objetividade vão dar lugar à incompletude e à subjetividade, abrindo espaço para a noção da falta, que move o sujeito e é o lugar do impossível da língua, lugar este em que as palavras faltam. E ao ocorrer isto, permite que haja espaço para produção de equívocos. O fato linguístico do equívoco é constitutivo da língua e inerente ao sistema. Sendo a língua um sistema passível de falhas, vai permitir que por essas falhas (furos) os sentidos deslizem, podendo sempre ser outros. Logo, na AD não há espaço para a fixidez da língua, nem para o engessamento dos sentidos.

O sujeito dentro do quadro discursivo volta à tona; visto que, nas demais teorias da linguagem ele foi relegado ao esquecimento ou cumpria um papel coadjuvante.

A noção de sujeito do ponto de vista discursivo vai se basear quanto ao ideológico e ao social, no materialismo histórico (Marx/Althusser) e no que se refere a um funcionamento individualizado (ao inconsciente), na Psicanálise (Freud/Lacan). A primeira noção de sujeito surge em 1969 conjuntamente com outras formulações feitas por Pêcheux a respeito da teoria discursiva. Pêcheux (GADET; HAK, 1993, p.82) não pensa o sujeito como um ser humano individual, mas o entende como um

“lugar determinado na estrutura social”. De acordo com esta ideia o sujeito passa do individual ao social.

A teoria vai evoluindo no decorrer das formulações, e acompanhando essa evolução, a noção de sujeito ganha novos aspectos. Pêcheux, juntamente com Fuchs, em 1975, introduz questões da Psicanálise. Desse modo, o sujeito além de social é dotado de inconsciente, que o faz atuar sob o efeito de duas ilusões: pensa ser a fonte do seu dizer e ser responsável pelo que diz.

O autor (1988) baseia-se na Psicanálise, no que diz respeito ao esquecimento número 1, que é da instância do inconsciente e resulta do modo como somos afetados pela ideologia, por isso temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos, mas o que acontece na realidade, é a retomada de sentidos pré-existentes. Quanto ao esquecimento número 2, que é da ordem da enunciação, faz com que acreditemos que haja uma relação direta entre o pensamento/linguagem/mundo, de tal modo, que pensamos que o nosso dizer só pode ser dito com determinadas palavras e não outras.

Pêcheux - 1975 - vai trazer algo muito importante para a questão do sujeito: [...] “uma teoria não-subjetiva da subjetividade” (Pêcheux, 1988, p.133). Esta fase da teoria vai unir aspectos que têm a ver com inconsciente e com a ideologia. Segundo o autor (1988, p.133): [...] “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, sem que eles se deem conta de tal interpelação.” É nesta parte da teoria que ele se inspira em Althusser, que diz que não há sujeito sem ideologia. Surge nesse ponto a existência histórica do sujeito (forma-sujeito). O sujeito passa a ser social, histórico (ideológico) e dotado de inconsciente. Na AD o sujeito discursivo constitui-se da junção do social (que se relaciona com a ideologia) com o inconsciente (que se relaciona com o desejo).

Após a observação de um sujeito com tamanhas características, só me resta pensar como, sendo tão complexo, este vai funcionar com relação ao discurso? Para iniciar a caminhada que leva ao funcionamento do sujeito no discurso, é importante entender outras noções, iniciarei agora pela noção de formação discursiva.

De acordo com Pêcheux- 1975 - (1988, p.160), a formação discursiva (FD) corresponde a um domínio de saber, formado por enunciados discursivos que revelam uma maneira de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito. O sujeito se relaciona com a FD e, através dessa relação, se chega ao funcionamento do sujeito discursivo. Detalhando melhor, os indivíduos são interpelados em sujeitos do seu discurso de acordo com as formações discursivas que representam (na linguagem) as formações ideológicas[2] que lhes correspondem. Continuando a ideia, o autor (1988, p.163) afirma que: [...] "a referida interpelação se efetua pela identificação do sujeito com a FD que o domina e que o constitui como sujeito." Essa identificação acontece pelo viés da forma-sujeito (sujeito histórico) e, por consequência, com a FD. Sendo assim, é a forma-sujeito que regula o que pode e deve ser dito, ou ainda segundo Indursky (1997, p.215): [...] "o que não pode ser dito e também o que pode, mas convém que não seja dito no âmbito de uma determinada FD."

Nessa parte da teoria, notei que existe uma homogeneidade, já que ocorre uma identificação total com a forma-sujeito. Porém, na sequência, Pêcheux em 1975 (1988) traz à tona uma nova noção, que de algum modo, vai de encontro com essa postura hermética: a de modalidades das tomadas de posição. São três as modalidades, conforme o autor (1988). Na primeira, o sujeito do discurso se identifica com a forma-sujeito, de modo que a tomada de posição faz com que o sujeito realize seu assujeitamento sob a forma do livremente consentido. Na segunda, o sujeito do discurso se contrapõe à forma-sujeito, podendo ocorrer uma separação, um distanciamento, dúvida, revolta, em relação ao dizer da forma-sujeito. Nesta modalidade há uma contra-identificação com o saber da FD que o governa. Instaura-se, desse modo, a contradição. Enfim, a terceira modalidade funciona sob o modo da desidentificação, ou seja, o sujeito do discurso não se identifica mais com a FD em que está inserido e se desloca para identificar-se com outra FD. Como se pode observar na segunda e terceira modalidades, já surge à desigualdade no interior de uma FD.

---

[2] Para Pêcheux e Fuchs - 1975 – (1993, p.166), a **formação ideológica (FI)** constitui-se num elemento capaz de intervir, como uma força que se opõe a outras forças, na conjuntura ideológica característica de uma formação social, em um momento específico. Assim, cada FI se constitui num conjunto complexo de atitudes e representações que não são individuais nem universais, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.

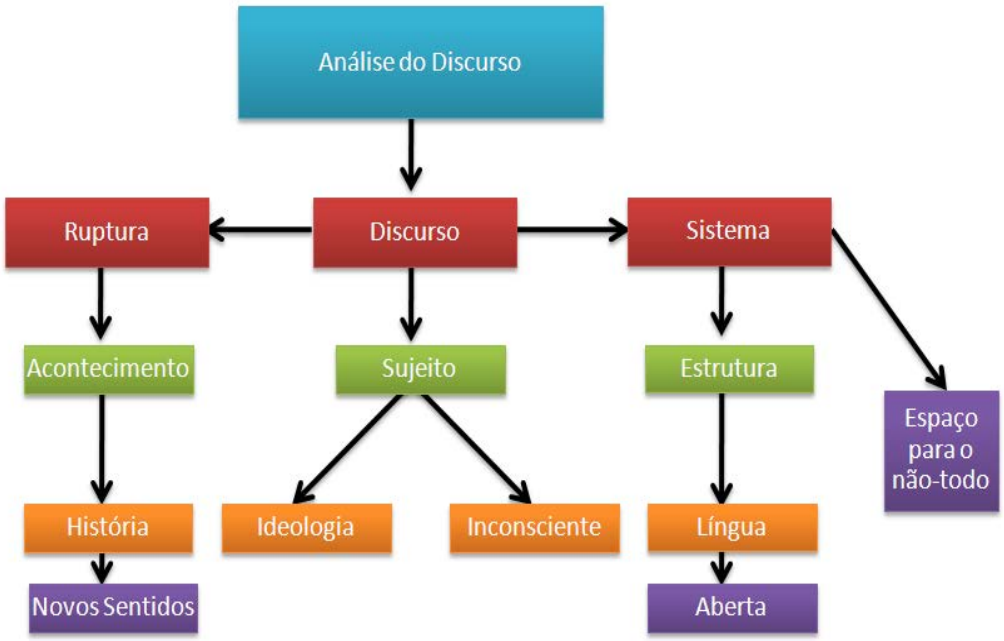
Indursky (2000) indica um trabalho posterior de Pêcheux (1980) em que este repensa a noção de ideologia, que faz com que ele mude suas ideias a respeito da noção de FD. A ideologia deixa de ser idêntica a si mesma, existe sob a modalidade da divisão, e se realiza na contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários. A ideologia deve ser pensada sob o enfoque de dois mundos em um só.

Não havendo a identificação da ideologia com ela mesma, não haverá, por consequência, uma FD homogênea, esta será ao mesmo tempo idêntica e dividida. O domínio da FD comporta tanto a igualdade quanto a diferença e a divergência, sendo proveniente disso a contradição que trava a unicidade. A partir disso, a FD torna-se heterogênea, logo, a forma-sujeito também é heterogênea a si mesma, tendo em seu interior a diferença e a ambiguidade. O sujeito desta FD heterogênea é um sujeito dividido entre as possíveis posições que pode assumir dentro desse universo discursivo. A forma-sujeito se fraciona em diferentes posições, deixando de ser una, deixando o espaço aberto não só para o semelhante, mas também, para o diferente, o divergente.

Concluo esta parte sobre o sujeito, baseada em Indursky (2000), que diz que o sujeito em AD sofre vários processos que o fazem evoluir de um sujeito unitário para um sujeito cindido, disperso, deixando de identificar-se com uma FD pelo viés de uma forma-sujeito, passando a identificar-se com esta pelo viés de uma posição-sujeito (que representa diversos modos de se relacionar com a forma-sujeito). Esta, porém, continua delimitando o que permanece ou não sob os seus limites.

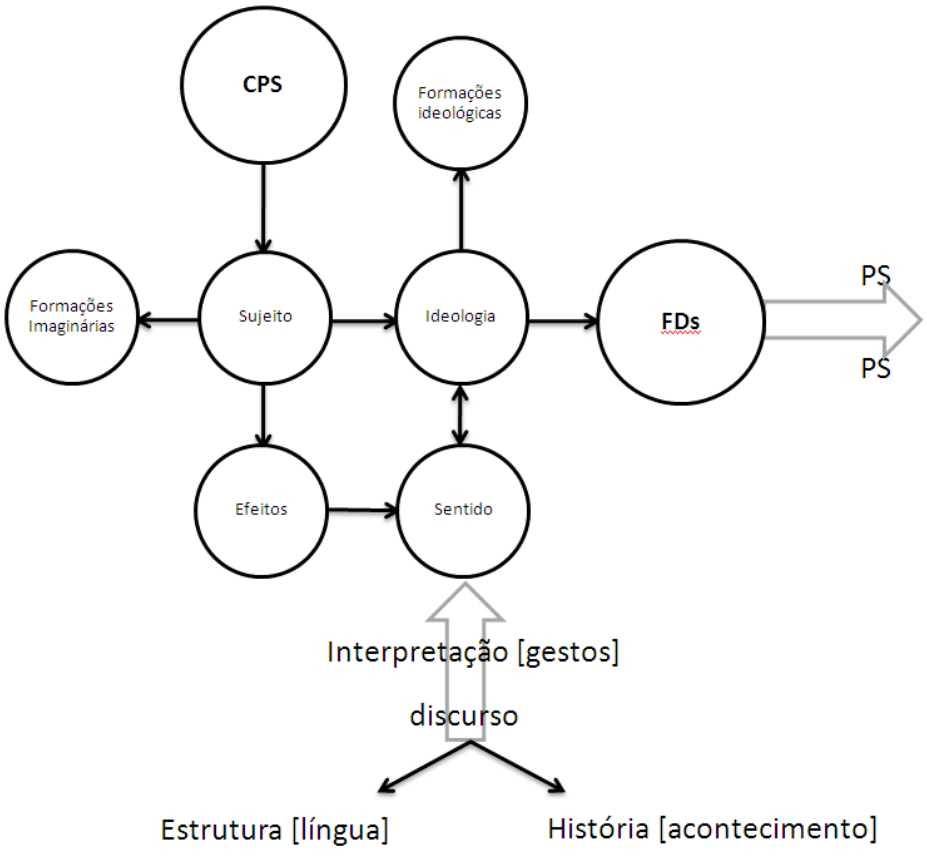
Na AD as noções não podem ser trabalhadas totalmente separadas, pois elas ao longo das análises vão se inter-relacionar dependendo da materialidade específica de cada análise. Como já relatei anteriormente, não podemos falar de sujeito sem falar de ideologia, de inconsciente, de relacioná-lo à FD de que ele faz parte e à rede de sentidos da qual está vinculado por via dessa FD. Abaixo apresento dois esquemas; o primeiro é uma tentativa de apresentar/conceituar a AD, e o segundo uma maneira de expor essa inter-relação das noções:

Esquema 1



elaborado pela autora

Esquema 2



elaborado pela autora

3 APRESENTANDO AS OUTRAS NOÇÕES

Como vimos anteriormente, a AD apresenta um quadro teórico que alia o linguístico ao sócio histórico, de modo que, ao articularem-se formam noções que apresentam um caráter de des-construção. Ou seja, a partir de alguns conceitos já existentes em outras áreas, vai remodelando seu quadro teórico, mas de maneira a redimensioná-los e a criar novos sentidos. Além disso, traz outras novas noções para contribuir com uma outra "roupagem" para a língua e para linguagem. Com base nisso é que Pêcheux (1983, p. 60) destaca o que é crucial para a AD: "o desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, nem no 'qualquer coisa' de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal."

Na AD, a interpretação é considerada um gesto, podemos dizer conforme Pêcheux-1969- (1993) que é um ato no nível simbólico. E esse gesto é possível, pois o espaço simbólico, o discurso, é incompleto em sua relação com o silêncio. A interpretação passa a ser considerada o rastro do possível, é o lugar próprio da ideologia e materializado pela história. Sempre ocorre a interpretação, não existe sentido sem ela, o gesto de interpretação é uma relação necessária. Então, conforme Orlandi (1998, p.21), o lugar do sentido, o lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia. O gesto de interpretação decide a direção dos sentidos e, em consequência, a direção do sujeito. Em suma, interpretar é o espaço de possibilidades, de falhas, de efeitos metafóricos; recebendo a influência da história, do significante e do sujeito.

Como a AD trabalha com as possibilidades dos sentidos é de suma importância apresentar como a noção de sentido é pensada nesse quadro teórico tão complexo e redimensionado. Na AD se trabalha com a materialidade do sentido que se produz no discurso e, ao analisar os efeitos de sentido, o analista tem como ponto de partida a base linguística.

A formação discursiva (FD), conforme Pêcheux (1975), é o lugar da constituição do sentido. Ele explica que as palavras mudam de sentido ao passarem de uma FD a outra. Assim, não é somente as intenções do sujeito que determinam o dizer, existe

uma ligação entre a intenção individual e um pacto social. A noção de sentido está intrinsecamente ligada às condições de produção do discurso e à relação de paráfrase entre as sequências que formam famílias parafrásticas (famílias de sentido).

Retomando Pêchêux - 1975- (1988, p.160), no que concerne ao sentido, ele diz que uma palavra, proposição ou expressão, não tem um sentido particular (sentido literal). E se não existe um sentido literal, não existe fonte da qual possa derivar sentidos por meio de uma lógica linguística combinatória. Para o autor, se realmente houvesse uma literalidade, as palavras não poderiam receber os diversos sentidos que recebem, em conformidade com uma ou outra FD. Pois dentro da mesma FD os sentidos parecem igualmente evidentes.

O que vai realmente determinar o sentido das palavras são as posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico em que são (re)produzidas. Dessa maneira, então, elas mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as utilizam, obtêm seu sentido em consonância com essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas.

A ideologia vai designar o que é e o que deve ser o significado de uma palavra, através do hábito e do uso, muitas vezes, por desvios que são linguisticamente marcados. Por isso, e ela que fornece as evidências através das quais “todo mundo sabe” o que as palavras significam. Essas evidências fazem com que as palavras aparentem dizer o que realmente dizem, em uma dada FD, originando, portanto, uma ilusão de “transparência da linguagem”.

Passo a apresentar a noção de interdiscurso, esta traz uma nova ideia para os estudos da linguagem; a de que o interdiscurso ao constituir o discurso o faz juntamente com a ressignificação do sujeito com base no que já foi dito (de modo a se repetir), mas apresentando deslocamentos que o sujeito vai promover em uma dada formação discursiva. O interdiscurso é o espaço em que vai se buscar elementos para a tomada de posição a favor de certas palavras em detrimento de outras.

O que Pêcheux (1988, p.162) chama de interdiscurso é [...] “todo complexo com dominante” das formações discursivas, dizendo que ele é submetido à lei da desigualdade, contradição e subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. O interdiscurso constitui o exterior específico de uma FD. É o lugar em que se organizam os objetos de que o sujeito se utiliza para o seu discurso. O sujeito vai dar coerência a esses objetos na sequência discursiva que enuncia (no intradiscurso) através das ligações entre eles. Na relação entre o interdiscurso de uma FD com o intradiscurso de uma sequência discursiva, é interessante que se situem os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado, ou seja, assujeitado em sujeito de seu discurso.

Dentro dessa situação referida, é característico de toda FD disfarçar a objetividade material contraditória do interdiscurso. Esta objetividade reside no fato de que *algo fala sempre antes*, em outro lugar e independentemente, melhor especificando, existe o fato de que há sempre um pré-construído.

Esta noção foi apresentada por Paul Henry, quando trabalhou com o estudo sobre o funcionamento discursivo das relativas, e retomada por Pêcheux e Fuchs - 1975 – (1993), que buscaram observar como se dá seu encaixamento no intradiscurso. Como elemento constitutivo do interdiscurso, o pré-construído indica uma construção anterior, exterior e independente por oposição ao que é construído na enunciação.

O pré-construído é, conforme Pêcheux (1988, p.164), o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece e impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade. A FD relaciona-se com seu exterior através do pré-construído. Isto é especificado por Pêcheux -1983-(1993b, p.314), quando diz que uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente invadida por elementos que vêm de outras FDs e se repetem nela, proporcionando-lhe suas evidências discursivas essenciais sob a forma de pré-construídos.

Desse modo, a noção de interdiscurso serve para indicar o exterior específico de uma FD, ao mesmo tempo que, surge nesta FD para transformá-la em lugar de evidência discursiva. Courtine (1981) observa que o interdiscurso de uma FD deve

ser pensado como um processo de reconfiguração incessante, cujo saber de uma FD é direcionado a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior deles mesmos. Sendo assim, [...] “o interdiscurso de uma FD, como instância de formação/repetição/transformação dos elementos do saber desta FD, pode ser o que regula o deslocamento de suas fronteiras” (COURTINE, 1981, p.49).

O autor (1981) ainda ao tratar de interdiscurso e de intradiscurso vai apresentar a noção de memória discursiva. Ele acredita ser possível, a partir do enunciado, remeter-se à memória discursiva, a qual resulta da existência histórica do enunciado no meio das práticas discursivas, reguladas por aparelhos ideológicos (Escola, Igreja, etc). Dessa maneira, é a repetição ou o apagamento dos elementos do saber de uma FD (os enunciados) que indica a memória discursiva. É, portanto, na relação do interdiscurso com o intradiscurso, na articulação do enunciado com a enunciação, que ocorre o efeito de memória em um dado discurso, já que uma formulação original é reatualizada em um momento discursivo específico. A FD, quando tem rede de filiações em seu interior e constitui seu próprio saber, estabelece a memória discursiva.

4 UMA ANÁLISE DO CONTO *FÁBULA SEM MORAL*

Iniciei este trabalho falando sobre a tarefa do analista frente a seu objeto de análise – o discurso. Vou terminá-lo, mostrando como é possível fazer uma leitura que vá além da literalidade do sentido, buscando relacionar algumas noções citadas anteriormente. Para tanto, pretendo analisar o conto do escritor Júlio Cortázar, “*Fábula sem moral*”.

Seguindo as primeiras pistas deste texto, fiz alguns recortes que apresentam as seguintes regularidades, que dividi em três blocos de sequências discursivas:

a) *tiranete do país*; *cercado de generais*; *calabouços especiais que existem sempre nesses ambientes de governo; O carrasco e os assistentes; Metendo-o num carro de polícia; generais e ministros*.

b) *reprimindo; mandou; prendessem; metessem nos calabouços; tremendo de terror e frio; enforcarão; fuzilar; cercaram; torturaram-no; revelasse; arrancar-lhe; mataram-no*.

c) *falsas ocorrências; tremor; calabouços; medo; corda no pescoço; gemido entrecortado de soluços; súplicas de perdão; últimas palavras; insurreição; confissão; contrassenha da contrarrevolução; corrente de equívocos; gritos*.

No primeiro bloco (a) podemos observar uma FD que está vinculada à forma-sujeito que tem como base ideológica um regime militar ditatorial. Os sentidos que podem circular em meio a esta FD estão diretamente relacionados com um já-dito que é acionado na hora da enunciação. Por isso, quando lemos essas expressões que se referem aos sujeitos do conto – "*tiranete", "generais*"- levam-nos, inconscientemente, a pensar no período da ditadura militar, momento histórico que, em muitos países, abafou discursos outros que não estavam em consonância com o seu discurso dominante.

Desse modo, os sujeitos de FDs contrárias só teriam espaço para a identificação total, caso contrário, se assumissem outra posição-sujeito ou se fizessem parte de outra FD, seriam severamente reprimidos e muitos seriam calados para sempre. As expressões – "*calabouços especiais que existem sempre nesses ambientes de governo*" e "*O carrasco e os assistentes*"- evidenciam ainda mais essa FD dominante. Um dos fragmentos que mostra essa tendência a não aceitabilidade por parte da FD dominante e a diferença de sentidos de uma FD a outra é o seguinte: "Traduza o que ele está dizendo – ordenou o tiranete [...] Ele fala argentino, excelência. Argentino? E por que é que eu não entendo nada?" (CORTÁZAR, 2011, p, 88). De fato é assim que ocorre, fala-se a mesma língua, porém o discurso não é o mesmo, os sentidos não são os mesmos. Conforme Pêcheux - 1975 – (1988) é através da noção de assujeitamento do sujeito que a instância ideológica contribui para a reprodução das relações sociais, de maneira a levar cada sujeito a ocupar seu lugar em uma ou outra das classes sociais contrárias. De acordo com Grantham (1999, p. 217), nesse processo de assujeitamento, a palavra passa a ter um papel fundamental por tornar-se, muitas vezes, uma arma de dominação. Nessas condições, a palavra é usada como instrumento do poder e é através dela que se dá a imposição da ideologia dominante.

No segundo bloco (b) de sequências discursivas selecionei alguns verbos do texto, estes são representativos do discurso dominante em questão, mostram a voz/a ação

do dominador sobre o dominado, que como já se sabe em situações de tortura e opressão acaba por ceder e diz exatamente o que tem de ser dito dentro dessas condições de produção do discurso. Podemos notar essa ideia na seguinte frase: “Venho vender-lhe suas últimas palavras [...] em compensação lhe convém dizê-las no duro transe para configurar facilmente um destino histórico retrospectivo” (CORTÁZAR, 2011, p, 88). Este mesmo fragmento é repetido no texto, porém a parte “*convém dizê-las*” é substituída por “*precisará dizê-las*”, de modo que sob coação as ações passam a ter um deslocamento de sentidos, ou seja, na primeira não há a necessidade como há na segunda de dizer as palavras, e sim, a sugestão de proferi-las.

Imagina-se que em um primeiro momento o sujeito em situação de pressão ainda não quer liberar as palavras que lhes querem arrancar, mas depois fica sem escolha e acaba por dizê-las. Outra parte deste fragmento que é muito interessante é a que diz “um destino histórico retrospectivo”. Porque não só historicamente os fatos tendem a se repetir, como também isso ocorre com o próprio discurso. O interdiscurso, como já citei antes neste trabalho, é definido como o que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ele é o saber discursivo que torna possível todo o dizer e vai retornar sob a forma do pré-construído, sustentando, assim, cada nova retomada da palavra. Este vai disponibilizar dizeres que afetam o sujeito em uma dada situação discursiva. Desse modo, tudo o que já foi dito sobre ditadura, tudo que já ocorreu em um dado momento histórico acaba sendo retomado, de forma inconsciente.

No terceiro bloco (c), como não poderia ser diferente, grande parte dos substantivos representam a FD em que circulam. O medo desencadeado pelo “terror” das situações extremas em que passa um torturado é bem descrito ao longo do texto através das palavras utilizadas: “*tremendo de terror e frio*”, “*quando brotar da sua boca somente um gemido entrecortado de soluços e súplicas* [...]” e outras ainda em forma de metáforas vão representar o discurso dos oprimidos que tinham de falar em código para não serem compreendidos pelos seus algozes: “um homem vendia palavras [...] alguns suspiros que lhe foram comprados [...] os vendedores ambulantes que haviam comprado gritos continuaram apregoando-os [...] e um desses gritos serviu depois como contrassenha da contrarrevolução que acabou

com os generais e ministros" (CORTÁZAR, 2011, p, 89). O que é importante destacar, ainda, é que o sentido poderá sempre ser outro dependendo da FD em que está inserido o sujeito e a partir de onde ele fala. Por exemplo, a palavra "*insurreição*" que aparece no texto, se proferida pela FD dominante será uma revolta contra as manifestações dos oprimidos (como já se sabe é, quase sempre, em forma de tortura), e quando utilizada pelos que sofrem a opressão, será sinônimo de mudança de luta contra o sistema ditatorial.

Analisando o título do conto "*fábula sem moral*", observa-se uma relação interessante com as fábulas tradicionais que no final sempre têm de deixar uma moral a ser seguida; a palavra *moral* tem relação com *bons costumes* e com *deveres do homem,* conforme o sentido do dicionário. Já neste referido conto, a moral, ironicamente, está de pano de fundo do discurso apresentado e, pelo contrário, não deve servir de exemplo a ninguém. Visto que obter algo que se quer usando principalmente a força física não é algo decente é algo amoral (que não deve ser seguido). As fábulas são, conforme Grantham (1999, p.216-217), um tipo especial de narrativa em que os animais são os personagens e vão agir como seres humanos, além disso, constituem um discurso que contém críticas sociais e busca ensinar às pessoas como proceder, de maneira a estabelecer normas que regulem as relações sociais.

Por isso é que o conto leva este título, por apresentar uma fábula ao revés. Ainda o que é curioso pensar, com base nas considerações de Grantham, é que as fábulas apresentam animais como os sujeitos discursivos e os personagens deste conto são sujeitos que agem de uma maneira que parecem irracionais. A metáfora surge também às avessas do que ocorre em uma fábula tradicional (homens no lugar de animais). Por sua vez, o conto deixa uma mensagem no final: "E todos foram apodrecendo, o tiranete, o homem e os generais e ministros, mas os gritos ressoam de vez em quando pelas esquinas" (CORTÁZAR, 2011, p, 90), que é impossível de se olvidar, a de que as palavras e os discursos não morrem com os sujeitos, vão retornar na voz de outros sujeitos, de outras maneiras, em outras FDs, sempre se ressignificando e fazendo com que os sujeitos se ressignifiquem em um processo sem fim.

REFERÊNCIAS

COURTINE, J. J. **Analyse du discours politique**. Langages, Paris, n.62, 1981.

CORTÁZAR, J. **Fábula sem moral.** In: Histórias de Cronópios e de Famas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Maria C. L. **O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil**. Instituto de Letras /PPGLET/UFRGS. No prelo.

GRANTHAM, M.R. **A moral e a ordem do repetível**. In: INDURSKY, F. ; FERREIRA, M. C.L. (Org). Ensaios: Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

INDURSKY, F. **A fragmentação do sujeito em AD**. In: INDURSKY, F.; CAMPOS, M do C. (Org). Ensaios: discurso, memória e identidade. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000. V.15.

____. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

MAINGUENAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

ORLANDI, E. P. **A análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1998.

____. **Terra à vista: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M**.- 1969 - Análise automática do discurso (AAD-69)** In: GADET; HAK (Org). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

____. **Remontémonos de Foucault a Spinoza**. In: TOLEDO, M. M. El discurso político. México: Nueva Imagen, 1980.

____. **-1975- Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

____. **Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso**. In: cadernos de tradução n.1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

Neplev

Núcleo de Pesquisa em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual